



# Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 4

---

Ednan Galvão Santos  
Karine Chaves Pereira Galvão  
(Organizadores)



**AYA EDITORA**  
2024

# **Ciências Humanas e Sociedade:**

estudos interdisciplinares - Vol. 4

# Ciências Humanas e Sociedade:

estudos interdisciplinares - Vol. 4

---

Ednan Galvão Santos  
Karine Chaves Pereira Galvão  
(Organizadores)



---

## Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## Organizadores

Prof.º Me. Ednan Galvão Santos

Prof.ª Ma. Karine Chaves Pereira Galvão

## Capa

AYA Editora©

## Revisão

Os Autores

## Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

## Produção Editorial

AYA Editora©

## Imagens de Capa

br.freepik.com

## Área do Conhecimento

Ciências Humanas

---

## Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

*Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczek Souza

*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

*Instituto Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

*Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

*Centro Universitário FACEX*

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

*Universidade do Estado de Minas Gerais*

Prof.ª Ma. Denise Pereira

*Faculdade Sudoeste – FASU*

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

*Universidade Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

*Faculdade Sagrada Família*

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

*Faculdade Santa Helena*

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

*Universidade Federal de Roraima*

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara*

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

*Universidade Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

*Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.ª Dr.ª Lucimara Glap

*Faculdade Santana*

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

*Universidade Federal Rural de Pernambuco*

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

*Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP*

---

---

**Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch**

*Faculdade Sagrada Família*

**Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda**

*Universidade Estadual de Ponta Grossa*

**Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes**

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas*

**Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira**

*Instituto Federal do Acre*

**Prof.º Dr. Rômulo Damasclin Chaves dos Santos**

*Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA*

**Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail**

*Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

**Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens**

*Faculdade Sagrada Família*

**Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares**

*Universidade Federal do Piauí*

**Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros Rodrigues**

*Faculdade Sagrada Família*

**Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues**

*Instituto Federal de Santa Catarina*

---

© 2024 - AYA Editora

O conteúdo deste livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores, que detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou as opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

---

C5741 Ciências humanas e sociedade: estudos interdisciplinares [recurso eletrônico]. / Ednan Galvão Santos, Karine Chaves Pereira Galvão (organizadores) -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 190 p.

v.4

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-658-4

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393

1. Redes sociais on-line. 2. Relações humanas em adolescentes.  
3. Internet - Aspectos sociais. 4. Adoção Mãe e filhos. 5. Brasil.  
Supremo Tribunal Federal. 6. Vídeogames - Aspectos sociais. I. Santos,  
Ednan Galvão. II. Galvão, Karine Chaves Pereira. III. Título.

CDD: 300

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

---

## International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

### AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

84.071-150

# SUMÁRIO

Apresentação..... 11

## 01

**Análise das Queixas que Chegam na Clínica-Escola de Psicologia..... 12**

Natália Luiza Richter Kamphorst de Oliveira  
Karina Minami Adati  
Daniely Boff  
Giovanna Mucio Palmieri  
Franciele Cabral Leão Machado  
Constanza Pujals

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.1

## 02

**O Outro Lado da Entrega de um Filho para a Adoção:  
Fatores Psicossociais que Permeiam tal Decisão..... 29**

Ana Caroline Gomes Prudêncio da Silva  
Bruna Luzia Garcia de Oliveira  
Ericléia do Rocio Araújo Miranda  
Karoline de Castro Candido  
Katiani Facci Lopes  
Queila Raquel de Araújo Teisen  
Tatiane Lupion Ramos

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.2

## 03

**Intervenções Psicológicas em Cuidados Paliativos a  
partir da Perspectiva da Psicologia Existencial: Revisão  
de Literatura..... 46**

Abilene Garcia de Oliveira  
Ana Julia Bariano de Oliveira

Francielle Vasconcelos Storey  
Gustavo Costantin Florêncio  
Tamara Garcia Macari  
Franciele Cabral Leão Machado  
**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.3**

# 04

## **A Influência das Redes Sociais na Saúde Mental de Adolescentes e Jovens ..... 59**

Jéssica Aparecida Manieri  
Letícia Fernanda Valério Fontes  
Flávio Augusto Ferreira de Oliveira  
**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.4**

# 05

## **Uma Visão Psicanalítica da Psicossomática na Atualidade ..... 70**

Gabriela Fregnani  
Heloísa Medeiros da Silva  
Luna Holzhausen Tarnhovi  
Natasha Akemi Arakaki Colussi  
**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.5**

# 06

## **Abordagens Práticas para Integrar a Numinosidade na Psicoterapia Junguiana: Estratégias e Implicações Clínicas na Promoção do Bem-Estar Psicológico ..... 80**

Ana Luiza Ripoli  
Rodrigo Sant'Anna Minasse  
**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.6**



# 07

**Contribuições da Teoria da Reprodução Social para Estudos da Velhice e as Opressões de Gênero, Raça, Sexualidade e Classe ..... 92**

Rosemeire Scatena

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.7

# 08

**Corpos Vestidos no Território de Culturas da Avenida Paulista ..... 110**

Sintya de Paula Jorge Motta

Ana Claudia Mei Alves de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.8

# 09

**Quando a Fé Cega: A Banalidade do Mal e a Dominação Carismática no Caso de João de “Deus” ..... 124**

Lucas Matheus Araujo Bicalho

Luís Fernando de Souza Alves

Ana Paula Oliveira Lopes

Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha

Derliane de Oliveira Medeiros

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.9

# 10

**Aspectos Informais e Relacionais no Supremo Tribunal Federal: o Julgamento da Reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre ..... 134**

Pedro Henrique Nogueira Giordano

DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.10

# 11

## **Videogames e suas Comunidades Inovativas ..... 148**

Paulo Pires de Avila  
Ingridi Vargas Bortolaso  
Maria de Lourdes Borges

**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.11**

# 12

## **Guardiões da Memória: Histórias de Vida pelo Alecrim FC ..... 157**

Lucas Eduardo da Silva  
Lucas Fernandes de Moura  
Thiago Chellappa  
Zeno Moura  
Douglas Araujo

**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.12**

# 13

## **Análise da Necessidade da Implantação de uma Instância para Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB ..... 162**

Zuleide da Costa Lima  
Roberto Vilmar Satur

**DOI: 10.47573/aya.5379.2.393.13**

## **Organizadores ..... 184**

## **Índice Remissivo ..... 185**

---

# Apresentação

---

O volume 4 da coletânea ***Ciências Humanas e Sociedade: estudos interdisciplinares*** reúne reflexões acadêmicas que transitam por questões psicossociais, culturais e institucionais, explorando a complexidade das interações humanas e seus desdobramentos na sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade emerge como um eixo central, conectando abordagens teóricas e práticas em diferentes contextos e ampliando o campo de discussão sobre temas urgentes e pertinentes.

Os capítulos relacionados à psicologia destacam desafios e possibilidades no atendimento clínico, na compreensão de decisões difíceis como a entrega de um filho para adoção e nas intervenções em cuidados paliativos sob uma perspectiva existencial. A influência da sociedade digital na saúde mental de adolescentes e jovens é analisada em diálogo com questões mais amplas sobre psicossomática e práticas terapêuticas fundamentadas na psicoterapia junguiana. Essas contribuições evidenciam a relevância das ciências humanas na promoção do bem-estar e na leitura crítica das dinâmicas emocionais e sociais.

As questões de gênero, raça, sexualidade e classe, vistas sob a ótica da teoria da reprodução social, dialogam com análises culturais, como as práticas performáticas na Avenida Paulista, um território repleto de simbolismos. As intersecções entre fé, poder e ética também ganham espaço, com reflexões sobre a banalidade do mal e formas de dominação que atravessam a sociedade, enfatizando como narrativas individuais e coletivas são construídas e instrumentalizadas.

O impacto das tecnologias no comportamento humano é explorado no capítulo que aborda videogames e suas comunidades, destacando as inovações e as interações sociais que surgem nesses espaços. A memória, enquanto construção social, aparece em um estudo sobre histórias de vida vinculadas a um clube de futebol, ressaltando as múltiplas formas de preservar e transmitir experiências coletivas.

No campo institucional, a gestão do conhecimento é apresentada como uma necessidade premente, especialmente no contexto de uma secretaria municipal de educação, onde práticas informais e relacionais influenciam processos decisórios. Essa perspectiva se alinha a uma análise das dinâmicas no Supremo Tribunal Federal, destacando como aspectos políticos e institucionais moldam decisões que impactam a estrutura de poder no Brasil.

Ao oferecer um panorama que conecta dimensões subjetivas, culturais e estruturais, este volume convida à reflexão e ao debate interdisciplinar, promovendo uma visão ampla e integrada das dinâmicas sociais. A articulação entre os temas reforça o papel das ciências humanas como ferramenta para compreender os desafios e possibilidades da contemporaneidade.

Boa leitura!

# Análise das Queixas que Chegam na Clínica-Escola de Psicologia

## *Analysis of Complaints Received at the Psychology Training Clinic*

Natália Luiza Richter Kamphorst de Oliveira

Karina Minami Adati

Daniely Boff

Giovanna Mucio Palmieri

Franciele Cabral Leão Machado

Constanza Pujals

### RESUMO

Diante da procura por atendimento psicológico nas clínicas-escolas é possível analisarmos uma grande diversidade de queixas vindas do público em geral. Por isso, analisar os dados sociodemográficos e correlacionar com o número de sessões e a queixa principal se torna primordial. Posto isso, o presente estudo coletou dados do prontuário de uma clínica-escola do sul do país, identificou padrões e analisou as queixas, inferindo as mais variadas queixas, a fim de produzir conhecimento nessa área. A amostra foi constituída por pacientes da clínica-escola, brasileiros, entre 10 a 70 anos de idade que passaram por atendimentos psicológicos entre os anos de 2012 a 2022. Para a obtenção dos dados foram utilizados os prontuários dos atendimentos que se encontram na clínica-escola da instituição de ensino. A pesquisa evidenciou a predominância de pacientes do sexo feminino e uma maior procura entre os anos de 2016 e 2019, apresentando uma grande queda nos atendimentos em 2020, podendo esta ser relacionada à pandemia de covid-19 (SARS-CoV-19); a faixa etária mais representativa foi a de 21 a 30 anos de idade, e a principal queixa apresentada foi a ansiedade, os resultados contribuem para uma maior compreensão nas demandas da população que buscam a clínica-escola para o atendimento psicológico.

**Palavras-chave:** psicologia; clínica dirigida por estudantes; prontuários; análise de queixas.

### ABSTRACT

Given the demand for psychological services in university clinics, it is possible to analyze a wide variety of complaints from the general public. The-



refore, analyzing sociodemographic data and correlating it with the number of sessions and the main complaint becomes essential. In light of this, the present study collected data from the records of a university clinic in the south of the country, identified patterns, and analyzed the complaints, inferring the most varied issues to generate knowledge in this area. The sample consisted of patients from the university clinic, Brazilians, aged between 10 and 70 years, who received psychological care between 2012 and 2022. Data were obtained from the records of the services available at the university clinic of the educational institution. The research highlighted a predominance of female patients and a higher demand between the years 2016 and 2019, with a significant drop in consultations in 2020, which may be related to the covid-19 pandemic (SARS-CoV-19); the most representative age group was 21 to 30 years old, and the main complaint presented was anxiety. The results contribute to a better understanding of the demands of the population seeking psychological services at the university clinic.

**Keywords:** psychology; student-run clinic; medical records; complaint analysis

## INTRODUÇÃO

Podemos definir clínica-escola como o ambiente, mantido pelas instituições de ensino com cursos voltados à área de saúde, destinado a realizar atendimentos a comunidade e voltado ao aprendizado de técnicas dos referidos cursos de graduação, de maneira supervisionada, por um professor (Gauy e Fernandes, 2008; Tozo e Triginelli, 2019). No caso das clínicas-escola de psicologia o atendimento à comunidade por este meio não se faz só necessário para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas aprendidas durante a graduação, mas também, segundo Amaral (2012), para o desenvolvimento de uma visão menos limitada da realidade do ser humano a que este aluno está se capacitando para atender, bem como o aperfeiçoamento de uma das principais qualidades necessárias para atuar na área, a empatia.

Destarte, fica clara a importância do atendimento em clínicas-escola, para o curso de psicologia, não apenas para o desenvolvimento profissional dos acadêmicos, mas também devido ao seu papel no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão; pois este é um dos meios pelo qual a universidade pode contribuir, através de atendimento gratuitos ou a baixo custo, para a comunidade e sociedade, partilhando conhecimento e levando o desenvolvimento científico para além dos muros acadêmicos (Tozo e Triginelli, 2019).

Todavia, para o tornar este serviço prestado a comunidade mais eficiente e efetivo se faz necessário conhecimento das queixas que fazem a população procurar atendimento nesse ambiente. Segundo Maravieski e Serralta (2011), é por meio do levantamento das características e demandas destes indivíduos que é possível determinar a melhor maneira de atendê-los, e garantir uma maior eficácia final tanto para o aprendizado dos futuros psicólogos, como para o sucesso do atendimento aos pacientes.

Compreender as queixas recorrentes na clínica-escola e investigar se há padrões nas demandas dos pacientes pode fornecer informações valiosas para o desenvolvimento de estratégias mais eficientes e personalizadas no tratamento psicológico. Além disso, os resultados obtidos podem contribuir para a ampliação do conhecimento científico na área da

psicologia clínica, abrindo caminho para futuras pesquisas e aprimorando o ensino nesse campo de atuação.

Portanto, o presente estudo tem como escopo analisar a recorrência das queixas manifestadas por pacientes que procuraram atendimento na clínica-escola de psicologia vinculada a um Centro Universitário na cidade de Maringá. O objetivo primordial é compreender as principais demandas e características dessas queixas recorrentes durante um período de 10 anos, entre 2012 e 2022, com o propósito de aprimorar os serviços oferecidos pela instituição e aprofundar o entendimento acerca das implicações psicológicas mais relatadas.

Para alcançar tais propósitos, realizar-se-á uma análise metódica a fim de identificar as queixas predominantes e as informações relevantes contidas nos prontuários dos pacientes que buscaram atendimento na mencionada clínica-escola. Essa investigação minuciosa dos prontuários possibilitará a delimitação de um panorama abrangente das questões psicológicas mais frequentemente apresentadas, permitindo uma compreensão mais aprofundada da relação entre essas queixas e o contexto em que se apresentaram.

Adicionalmente, almeja-se estabelecer correlações entre os dados obtidos, com especial enfoque nas possíveis tendências ou padrões que emergiram nas queixas manifestadas pelos pacientes.

Em síntese, a análise da reincidência das queixas em clínicas-escola de psicologia, revela-se como uma vertente de pesquisa relevante e oportuna. A pesquisa contribui para aprimorar a qualidade do atendimento oferecido, desenvolver estratégias mais eficientes de intervenção e ampliar o conhecimento científico na área da psicologia clínica; consolidando o papel da clínica-escola como agente essencial no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão.

## MÉTODO

O presente estudo estrutura-se no modelo misto. Considerando os objetivos planejados, efetuou-se pesquisas na literatura sobre a caracterização das clínicas escolas no Brasil, e pesquisa de cunho quantitativo a respeito das queixas da clínica escola do Centro Universitário do Ingá.

O mecanismo de busca na literatura, foi nas bases de dados, como Google Acadêmico, Pepisc e Lilacs. Os critérios de inclusão foram publicações de artigos científicos na íntegra, de livre acesso e no idioma português.

## População

Foi coletada uma amostra não probabilística de 301 casos de uma clínica-escola de psicologia no sul do país, encerrados entre os anos de 2012 a 2022.

## Instrumentos

Essa coleta de dados foi feita por meio de pesquisa e anotações das informações contidas nos prontuários; os dados utilizados foram o ID (número do prontuário), ano do atendimento, idade, queixa principal, número de sessões, situação do atendimento e número de faltas.

## Procedimento

A coleta foi realizada na clínica-escola em questão, visto que não é permitida a retirada de tais documentos das dependências da clínica devido questões de confidencialidade, assim o trabalho foi realizado mediante a observação do profissional responsável pelos prontuários. Os dados necessários foram adicionados a uma tabela no software Microsoft Excel a fim que fossem analisados posteriormente.

## Análise de Dados

A análise dos dados realizada foi descritiva com gráficos e porcentagem e inferencial com a correlação de Pearson.

De acordo com Babbie (2010) a análise descritiva de dados é uma técnica que visa resumir e descrever as principais características de um conjunto de dados.

## Questões Éticas

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Ingá - Uningá.

## RESULTADOS

Considerando o total de participantes, 301 pacientes, a amostra participante deu-se por 215 mulheres e 86 homens, assim como apresenta a figura 1.

Homens, em particular, acessam menos serviços de saúde mental quando comparados às demais populações. A população masculina, simultaneamente, também se mostra menos solícitos em seguir orientações vindas do clínico-geral para consultar um serviço ou profissional especializado em saúde mental, além disso, não somente acessam menos os serviços de saúde mental, como também relatam acreditar menos na necessidade e utilidade de psicoterapia para o tratamento de problemas psicológicos (Iaroseski Neto; Kristensen, 2022).

Nos estudos feitos por Romaro e Oliveira (2008), em uma clínica-escola da cidade de São Paulo, entre 1996 e 2000, dos 28 pacientes atendidos, 78,5% era do sexo feminino.

Pode-se inferir que provavelmente a procura das mulheres pelo atendimento psicológico esteja ligada ao fato de elas terem mais facilidade e maior aceitação sociocultural para exprimir seus sentimentos e falar de seus problemas, diferentemente dos homens, que sofrem maior pressão da sociedade no sentido de precisarem sempre demonstrar força, sendo a demonstração de seus sentimentos vista como forma de fraqueza (Romaro; Oliveira, 2008).

Outro estudo realizado com a clientela de um município do Norte do estado do Espírito Santo, em uma entrevista com quatro psicólogos clínicos particulares da região, também se identificou que, na clínica de adultos, as mulheres são as maiores demandas da região.

Um dos entrevistados, quando questionado sobre a predominância de alguma clientela específica em seu consultório, afirma: “nunca parei para mensurar, mas acredito que seria muito feliz em dizer que atendo 70% de mulheres e 30% de homens” (Entrevistado, esquizoanalista, masculino, 32 anos) (D. S. Fávaro; B. Leitão; S. A. Costa, 2016).

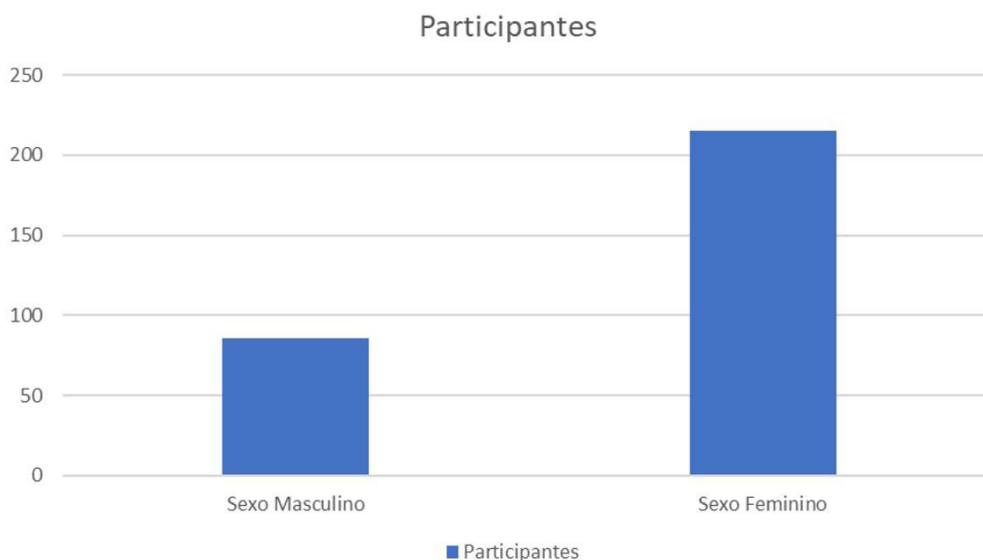
Rabasquinho e Pereira (2007 Apud Fávaro; Leitão e Costa 2016), apontam alguns indicadores que corroboram com essa influência de gênero na procura, como maior facilidade que a mulher apresenta em assumir o papel de doente, visto que a mulher foi historicamente olhada como o gênero mais fraco. Além disso, um dos entrevistados da pesquisa deles, inclusive relata perceber, que ainda hoje é mais aceitável para as mulheres dizerem que têm medo, por exemplo, e que precisam de ajuda, do que para os homens.

De acordo com os estudos de Bacelar, Marques e Campos (2022), em uma clínica-escola, em relação às variáveis sexo e faixa etária, 60% das pessoas pertencem ao sexo feminino. Foi possível perceber que os resultados encontrados corroboram com a literatura de trabalhos realizados em outras regiões do Brasil, que também encontraram esta predominância, sobretudo na população adulta. No que tange aos dois principais públicos desses serviços, a predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino, e adultos e idosos do sexo feminino.

Nas pesquisas feitas por Nunes e Campezzato (2007), é possível reconhecer a similaridade dos achados com muitos dos estudos oriundos de outras regiões do Brasil, em que mulheres jovens, buscam atendimento espontaneamente devido a conflitos relativos ao comportamento afetivo, as meninas e, principalmente, as mulheres jovens parecem ter mais dificuldades de ordem emocional como motivo de busca por atendimento, sendo comuns as crises de choro, tristeza, ansiedade. citando ainda, que pacientes do sexo feminino também buscam atendimento psicológico espontaneamente, devido a conflitos de relacionamento interpessoal, queixa pouco expressa por homens.

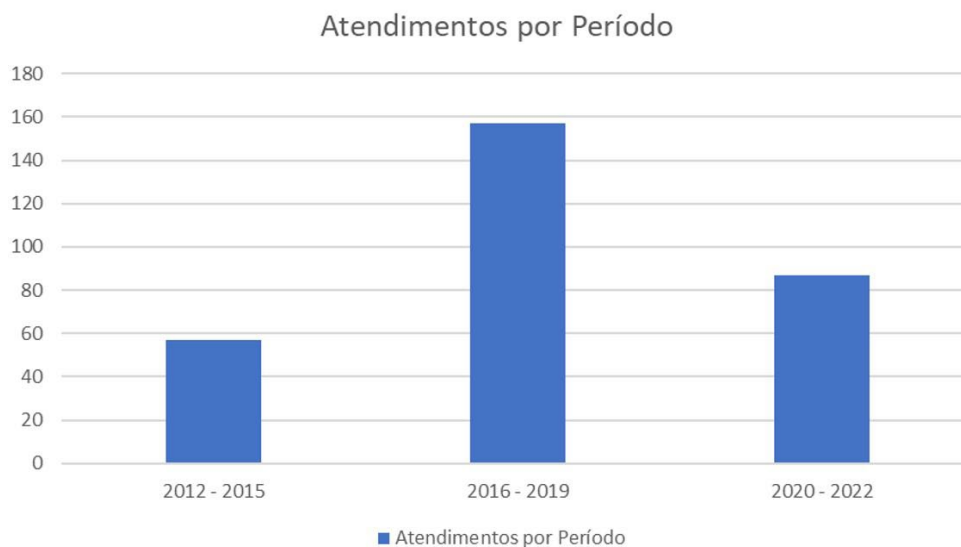
Em todos os anos as mulheres mantiveram-se em maioria (57,1%), o que corrobora os achados de outras pesquisas. No entanto, quando se analisa essa distribuição nas diferentes faixas etárias, os resultados são diferentes, em todos os anos, as crianças do sexo masculino ficaram em maioria (Rosa, Valente e Porto, 2014). Bacelar, Marques e Campos (2022), obteve o mesmo resultado, apontando que na infância e adolescência a predominância é da população masculina. Nunes e Campezzato (2007), também apontam, que na clientela de 6 à 10 anos, é mais comum a procura pelo sexo masculino, normalmente encaminhadas por escolas.



**Figura 1 - Número de participantes da pesquisa.**

**Fonte: autoria própria, 2024.**

Podemos inferir o número de atendimentos por anos, entre 2012 a 2022, sendo o período com maior número de atendimentos de 2016 a 2019 totalizando 157 atendimentos, seguido pelo período de 2020 a 2022 com 87 atendimentos e o período com menos número de atendimentos foi de 2012 a 2015 com 57 atendimentos, como mostra a figura 2.

**Figura 2 - Atendimentos por período.**

**Fonte: autoria própria, 2024.**

Quanto à faixa etária dos participantes esteve entre os 10 anos e 70 anos, no entanto a faixa etária dos 31 anos aos 40 anos foi a predominante, conforme mostra a figura 3.

De acordo com os estudos de Bacelar, Marques e Campos (2022, p. 12-18), há uma prevalência de adultos nos atendimentos, seguido por crianças, adolescentes e, por último, idosos. Os autores apontaram neste estudo que, a porcentagem de idosos foi de 10%, eles sugeriram que as principais razões pela busca por atendimento em psicoterapia por este público são relacionadas a perdas de pessoas próximas, melhora da convivência familiar

e busca por melhorar a qualidade de vida (Bacelar, Marques e Campos, 2022, p.12-18). Consoante ao dado de predominância de adultos, Serralta e Maravieski (2011) apontam, em vista de seus estudos dos atendimentos realizados na clínica escola da CLINESP, durante o período de 2003 a 2007 que a idade média dos pacientes atendidos é 25 anos.

Neste sentido, os estudos de Tsujiguchi *et al.* (2022), que analisaram os usuários de um serviço escola de psicologia em uma universidade paranaense, mostram que a faixa etária predominante corresponde aos pacientes entre 18 e 27 anos, seguida dos que estavam entre os 28 e 37 anos. Ainda, de acordo com Bortolon, Santos e Oliveira (2013, p.192-202), em um estudo com a delimitação da idade mínima de 18 anos e a idade máxima de 59 anos, a faixa etária predominante foi entre 20 a 29 anos, seguida pela faixa de 30 a 39 anos. Estes dois estudos, supõem que a predominância dos atendimentos de jovens adultos, pode ser devido ao crescimento da psicoterapia, no sentido de ser popularizada e por isso mais aceita pelo público jovem, além de a clínica escola estar localizada fisicamente dentro de universidades, o que coincide com o encontro de estudantes que estão passando por estados de ansiedade e estresse (Tsujiguchi *et al.*, 2022).

Acredita-se que a predominância de tal população se deve principalmente ao fato de essas clínicas-escola se situarem dentro do ambiente universitário, onde se concentram jovens em formação superior. Além disso, esse é um período no qual os estudantes universitários precisam lidar com diversas mudanças na vida social e acadêmica, solidão, problemas financeiros, além de questões relacionadas à definição de suas carreiras (Özdemir e Tuncay, 2008, *apud* Bortolon, Santos e Oliveira, 2013 p. 192-202).

Nesse sentido, o contexto pode contribuir para a aparição de depressão e ansiedade em universitário e isso pode levá-los a procurar o atendimento psicoterapêutico dentro das próprias universidades.

Outro dado importante que Tsujiguchi *et al.* (2022) mostra, é que apesar de a porcentagem de idosos que estão na clínica escola ser pequena, ela ainda se mostra crescente. Isso porque, segundo Porto, Valente e Rosa (2014 *apud* Tsujiguchi *et al.*, 2022), o crescimento do atendimento psicológico em idosos vem crescendo devido à nova compreensão social da velhice, ou seja, a resignificação do envelhecer retoma projetos e iniciativas desses sujeitos.

Outra pesquisa que mostra também a predominância de adultos e o menor número de idosos nos atendimentos de psicologia de serviço-escola é de Porto, Valente e Rosa (2014, p. 159-172). O resultado desta pesquisa, foi que em cinco anos o total de idosos que estavam sendo atendidos era de 61 e o total de adultos era de 919. Em contrapartida, durante estes cinco anos a frequência de atendimento de idosos era crescente, enquanto a de adultos oscilava, havia anos que decrescia e outros anos que aumentava (Rosa, Valente e Porto, 2014, p.159-172).

Por outro lado, nas pesquisas de Nunes e Campezzatto (2007, p. 376-388), que analisaram características sociodemográficas e clínicas da população de dez clínicas escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre, apontam um maior número de pacientes na faixa etária entre 6 e 10 anos de idade, seguida pela de 11 a 20 anos. O público adulto ficou na terceira colocação dos mais frequentes nos atendimentos. As autoras defendem que isso se dá pelo fato de haverem muitas mudanças na vida das crianças, o início da vida escolar pode atingir o emocional.

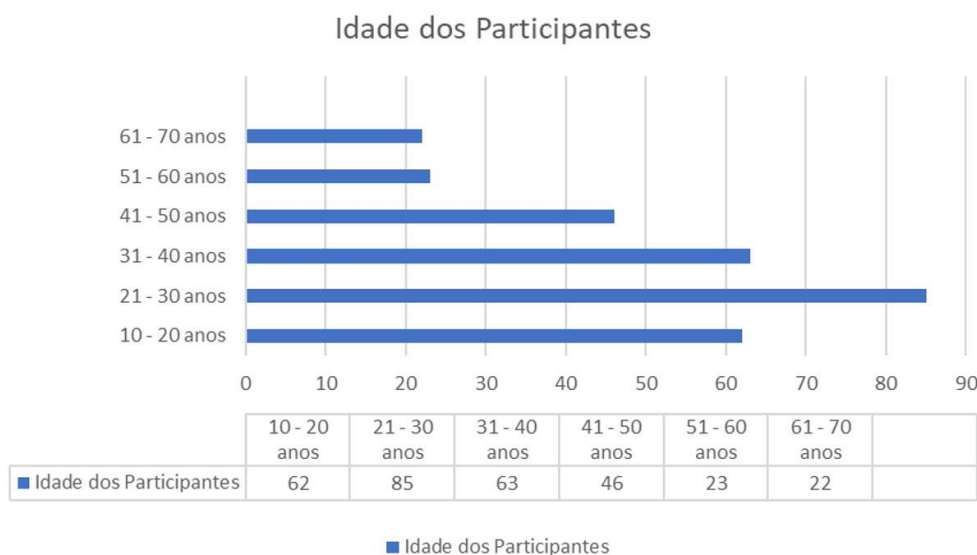
É comum que crianças enfrentem problemas diversos nos primeiros anos escolares, por fatores de ordem interna e externa, capazes de interferirem na aprendizagem e se constituírem em obstáculos à integração de funções como pensar, sentir, falar e agir. Essas dificuldades tendem a aparecer como queixas de dificuldades de aprendizagem (Capellini, Tonelotto e Ciasca, 2004 *apud* Nunes e Campezzato, 2007, p. 376-388).

Abaixo, no quadro 1 mostra os estudos de caracterização da clientela em clínicas escola, a localização do serviço, o material utilizado, o público alvo, o período de coleta de dados e os principais resultados encontrados.

**Quadro 1 - Pesquisas sobre a faixa etária dos pacientes das clínicas-escolas em um período de tempo.**

<b>Autores</b>	<b>Local</b>	<b>Material utilizado</b>	<b>Período de coleta</b>	<b>Resultados encontrados referente a faixa etária.</b>
Bacelar, Marque e Campos (2022)	Ambulatório de Ciências Médicas - Belo Horizonte, MG	410 prontuários	2019	A prevalência de atendidos é a população adulta (46%), depois crianças (31%), adolescentes (13%) e, por fim, idosos (10%).
Serralta e Maravieski (2011)	Universidade Luterana do Brasil - Canoas, RS	604 prontuários	2003 a 2007	Prevalência da idade adulta (47,8%), seguida pela fase infantil (39,4%) e depois a adolescência (10,8%).
Tsujiguchi <i>et al.</i> (2022)	Clínica Psicológica da Universidade Estadual de Londrina	Fichas de atendimento da clínica psicológica da UEL	2015 a 2016	Prevalência da faixa etária de 18 a 27 anos.
Bortolon, Santos e Oliveira (2013)	o Serviço de Atendimento e Pesquisa em Psicologia (Sapp) da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Fichas de atendimento da clínica	2009 e 2010	Faixa etária predominante de 20 a 29 anos.
Nunes e Campezzato (2007)	Dez clínicas escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre	Fichas de Atendimento/ Prontuários/Livros de Registro	2004	Predominância de crianças com a idade entre 6 e 10 anos (17,21%), seguido de adolescentes (11,74%) e jovens adultos (8,94%)
Rosa, Valente e Porto (2014)	Centro de Pesquisa e Psicologia Aplicada (CPPA) - UNESP Assis, SP	Consulta de 1700 fichas	2008 a 2012	Predominância de adultos, seguidos por crianças maiores que 3 anos, depois idosos, e por último, crianças menores que 3 anos.

**Fonte: autoria própria, 2024.**

**Figura 3 - Distribuição das idades dos participantes da pesquisa.**

**Fonte: autoria própria, 2024.**

Referente às queixas apresentadas pelos pacientes, foi possível classificar pelas principais apresentadas, sendo 89 com queixas de ansiedade, 48 com queixas no relacionamento, 44 com queixas familiares, 18 com queixas de aprendizagem, 13 com queixas de depressão, 9 com queixa de luto, 9 com queixa de estresse, 6 com queixa de autoestima, 6 com queixa de agressividade, 3 com queixa de autoconhecimento, 2 com queixas pela covid, 2 com queixa de encoprese, 2 com encaminhamento, 1 com ideação suicida, 1 com queixa profissional, 1 com abuso de substâncias e 47 com outras queixas; como mostra a figura 4.

Segundo o DSM 5 (2014), os transtornos de ansiedade são caracterizados por um medo excessivo e ansiedade, o que resulta em perturbações no comportamento. A ansiedade é a antecipação de uma possível ameaça futura. O medo é uma emoção fundamental, natural ao ser humano. Lory, Carvalho e Baptista (2005), diferenciam a ansiedade e o medo da seguinte forma:

Considera-se medo quando existe um estímulo desencadeador externo óbvio que provoca comportamento de fuga ou evitação, enquanto que ansiedade é o estado emocional aversivo sem desencadeadores claros que, obviamente, não podem ser evitados (Lory, Carvalho e Baptista, 2005).

O Manual de Diagnóstico de Transtornos Mentais (2014), organiza os diferentes transtornos de ansiedade pelo critério avaliativo dos “tipos de objetos ou situações que induzem ao medo, ansiedade ou comportamento de esquiva...” (American Psychiatric Association, 2014). Nesse sentido, na nosologia psiquiátrica, a ansiedade é classificada em: Ansiedade de Separação; Mutismo Seletivo; Fobia Específica; Transtorno de Ansiedade Social; Transtorno de Pânico; Especificador de Ataque de Pânico; Agorafobia; Transtorno de Ansiedade Generalizada; Transtorno de Ansiedade Induzido por um Medicamento/Substância; Transtorno de Ansiedade Devido a Outra Condição Médica; Transtorno de Ansiedade Especificado e Transtorno de Ansiedade Não Especificado.

Conforme os estudos de Nardi, Crippa e Mochcovitch (2010), os transtornos de ansiedade são os mais prevalentes dentre os transtornos psiquiátricos. A OMS aponta que 9,3% da população brasileira tem algum transtorno de ansiedade.

Os estudos de Vivian, Santos e Souza (2014, p.24-36), analisaram quais eram as principais queixas em uma clínica-escola da Região Metropolitana de Porto Alegre. O levantamento de dados chegou no resultado de que os transtornos de ansiedade ocupavam o segundo lugar de maior frequência (27,20%). Semelhante ao resultado dos estudos de Nunes e Campenatto (2007), que mostrou que 27,88% dos casos mais encontrados nas clínicas escolas do estudo em questão, eram de ansiedade, agressividade, quadros depressivos e isolamento social.

Além disso, Serralta e Maravieski (2011), mostraram em seus resultados um índice significativo da quantidade de pacientes com queixas de ansiedade, correspondendo a 13,7% dos atendidos, sendo que a queixa mais frequente foi de sintomas depressivos (26%) dos casos. Ainda, na pesquisa de Tsujiguchi *et al.* (2022), a maior frequência de casos foi o de ansiedade/insegurança/medo (28,17%).

Consoante, Bortolini, Oliveira e Andretta (2011), descreveram em sua pesquisa sobre perfis de pacientes que chegam à clínica escola, que os transtornos de ansiedades estavam presentes em 26,88% dos casos. Também, nos estudos de Bortolon, Santos e Oliveira (2013), a ansiedade e a depressão tiveram maior incidência. Os autores (2013), salientam que os sintomas de ansiedade e depressão não ocorrem somente em pacientes com diagnóstico de depressão maior ou de transtorno de ansiedade, não é um caso isolado em si, no sentido de que, os pacientes podem apresentar quadros mistos de ansiedade e depressão.

Levando em consideração que o maior número de usuários da clínica escola são adultos e que as maiores queixas são relacionadas à ansiedade, pode-se inferir, que a demanda surge diante das circunstâncias da vida do indivíduo juntamente com as cobranças da vida adulta, no entanto, é multifatorial, não há um único fator desencadeador do transtorno. Coelho, Santos e Peres (2003), fizeram uma pesquisa a respeito do atendimento psicológico a universitários e também foi verificado que uma das maiores queixas era a ansiedade. Segundo estes autores, as pessoas procuram os serviços-escolas em virtude do estresse das atividades acadêmicas entre outras dificuldades em seu contexto de vida adulta.

Além disso, Manfro *et al.* (2000), mostram que a ansiedade também é muito comum em crianças e adolescentes. De acordo com os autores (2000), os transtornos de ansiedades mais frequente são:

(...) transtorno de ansiedade de separação, com prevalência em torno de 4%,<sup>13</sup> o transtorno de ansiedade excessiva ou o atual TAG (2,7% a 4,6%)<sup>10,11</sup> e as fobias específicas (2,4% a 3,3%).<sup>10,11</sup> A prevalência de fobia social fica em torno de 1%<sup>10</sup> e a do transtorno de pânico (TP) 0,6%.<sup>1</sup> (Manfro *et al.*, 2000).

As causas dos transtornos de ansiedade em crianças são multifatoriais, incluindo nisso, a interação genética e o ambiente (Manfra *et al.*, 2000). Souza, Asano e Araújo (2022), mostram que a ansiedade é desencadeada por fatores biológicos e psicossociais. Os biológicos estão relacionados a alteração dos neurotransmissores, ou seja, é a parte fisiológica, e os psicossociais é referente à vida social cotidiana, sendo assim, o trabalho, pessoas do convívio, o sentido que damos a tudo isso (Dalgalarrodo, 2000 *apud* Souza, Asano e Araújo, 2022).

Os estudos de Souza, Asano e Araújo (2022), sugeriram possíveis indicadores causais do alto número de pessoas com ansiedade. Seriam eles, fatores demográficos, socioeconômicos, fisiopatológicos e genéticos. Os fatores fisiopatológicos estão relacionados ao sistema de defesa cerebral e os fatores genéticos são a suscetibilidade dos indivíduos em desenvolverem ou não determinado transtorno.

Ainda, de acordo com Souza, Asano e Araújo (2022), em relação aos aspectos demográficos, em média os indivíduos desenvolvem ansiedade com 22 anos, “idade a qual aparentemente aumenta-se a frequência de fatores estressores que possibilitaram o desenvolvimento da ansiedade” (Araújo, Asano e Souza, 2022). Também, no aspecto socioeconômico, foi analisada uma associação do desemprego com os níveis de ansiedade. Os autores (2022) pontuam:

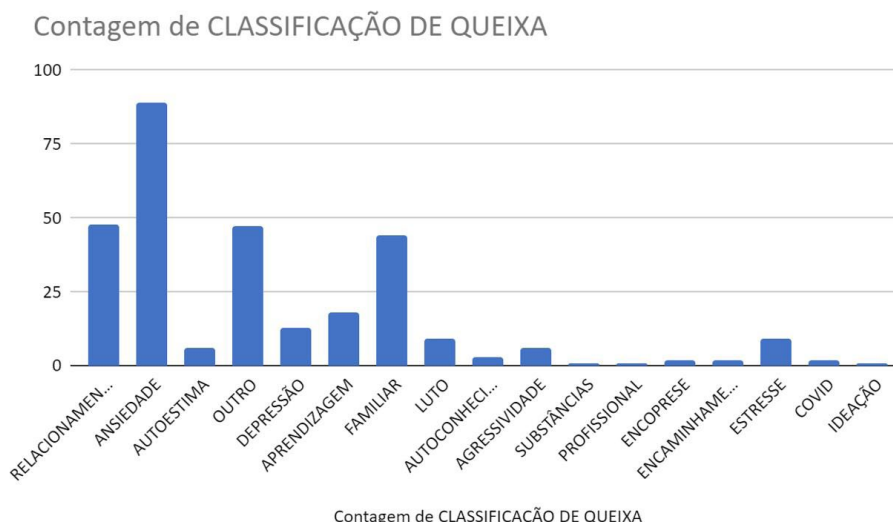
A insegurança frente a falta do emprego, o receio de perder o emprego e a consequente vulnerabilidade, estavam associados a baixa autoestima, desespero, especialmente nos contextos de falta de suporte social, nos quais a situação de desemprego pode levar à carência dos bens necessários, principalmente a alimentação, para o próprio e para a sua família. Esta situação associa-se a elevadas taxas de ansiedade (Araújo, Asano e Souza, 2022).

Nesse sentido, o desemprego é um grande fator de ansiedade devido ao fato de o indivíduo se ver instável financeiramente, sem uma renda para sobreviver. Ao mesmo tempo que, ter um emprego também causa graus de ansiedade. O estresse ocupacional ganha destaque no Brasil, sendo que, este é um fator gerador de ansiedade (Souza, Asano e Araújo, 2022).

Dentro do sistema econômico em que vivemos, ficamos reféns de uma grande cobrança por produção. Araújo, Asano e Souza (2022) ressaltam a sobrecarga laboral que atua como evento estressor, gerador de ansiedade. Seguindo esta mesma lógica, Ribeiro *et al.* (2019), destaca que a alta prevalência de transtornos ansiosos, faz os trabalhadores se afastarem do ambiente laboral e afirma a relação das condições de trabalho e a incidência de transtornos de ansiedade. Isso, por sua vez, diz muito sobre a sociedade contemporânea, uma vez que o próprio sistema econômico produz danos à saúde mental, e a ansiedade seria, nesse sentido, um sintoma de uma sociedade que está adoecida.

Albuquerque, Gomes e Viapiana (2018), salientam que “tanto as sobrecargas quanto as subcargas psíquicas são comuns sob o modo de produção capitalista”. Sendo que a subcarga psíquica é referente à repetitividade da atividade laboral (Albuquerque, Gomes e Viapiana, 2018). E ainda, uma investigação dos processos de saúde e doença no aspecto mental, envolve a análise dos processos estruturais dos modos de produção (Albuquerque, Gomes e Viapiana, 2018). Dessa forma, para discorrer acerca dos fatores da ansiedade é preciso analisar como a sociedade funciona, visto que, o sujeito não vive isolado de seu contexto, ele impacta e é impactado pelo ambiente.

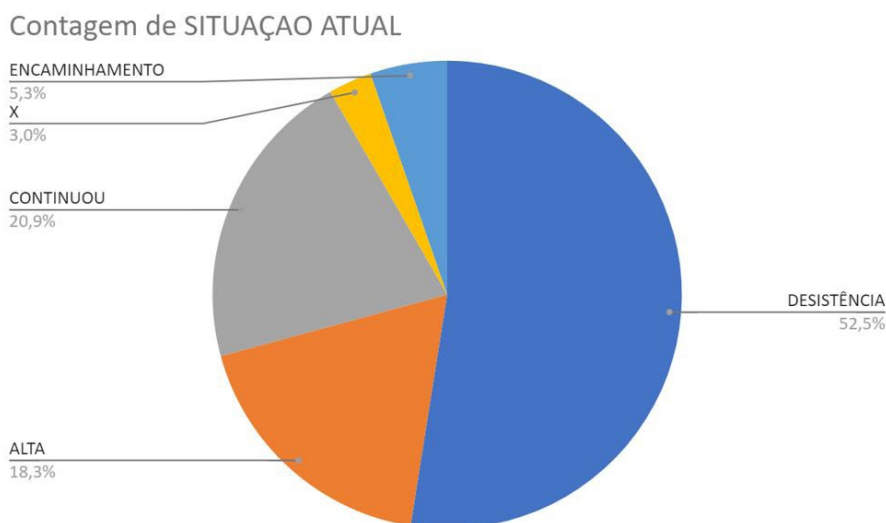
**Figura 4 - Classificação das queixas.**



Fonte: autoria própria, 2024.

Também podemos classificar a situação atual do atendimento, com 158 desistências, 63 continuando o atendimento, 55 com alta, 16 encaminhamentos e 9 não tinham a informação no prontuário, como mostra a figura 5.

**Figura 5 - Situação atual dos atendimentos.**



Fonte: autoria própria, 2024.

Em um estudo realizado na clínica-escola de Psicologia do UNIPAM, no período de junho de 2009 a dezembro de 2010, as autoras Milagre e Dias (2012), analisaram que, a grande maioria dos pacientes abandonam os atendimentos sem que este tenha terminado, apontaram também, que a maioria das pessoas que buscam atendimento são mulheres e crianças, e que as mulheres, por sua vez, normalmente, vêm de demanda espontânea.

Milagre e Dias (2012), ainda ressaltam que esta atitude está sendo considerada muito comum nas práticas universitárias, e que vários podem ser os motivos de abandono do atendimento pelos pacientes, sendo os mais comuns: a postura do estagiário, localização da clínica, condições financeiras, espera na fila de atendimentos e “resistência” do paciente.

Sobre os motivos e aspectos que devem ser levados em consideração, em relação ao abandono da psicoterapia, podemos afirmar que:

Os jovens, a distância do local de atendimento, os indivíduos solteiros e de nível socioeconômico baixo constituíam os casos mais frequentes de abandono psicoterápico. Outros aspectos citados, porém, com menor frequência, foram as características familiares (número de filhos, dificuldades familiares), a ocupação do paciente e a presença de apoio social (seguro saúde e rede de integração social) (Bueno *et al.*, 2001 *apud* Benetti e Cunha, 2008).

Ainda, na pesquisa de Benetti e Cunha (2008), Aspectos Sociodemográficos, como a distância do local de atendimento; Características Pessoais e Clínicas do Paciente, citando algumas características de personalidade tais como isolamento social, agressividade, traços psicopáticos e baixa motivação; aspectos do tratamento, considerando a falta de informação aos pacientes quanto ao processo terapêutico no início do atendimento e aspectos Institucionais, destacando o tempo de espera para receber o atendimento, a experiência do terapeuta, o número de sessões.

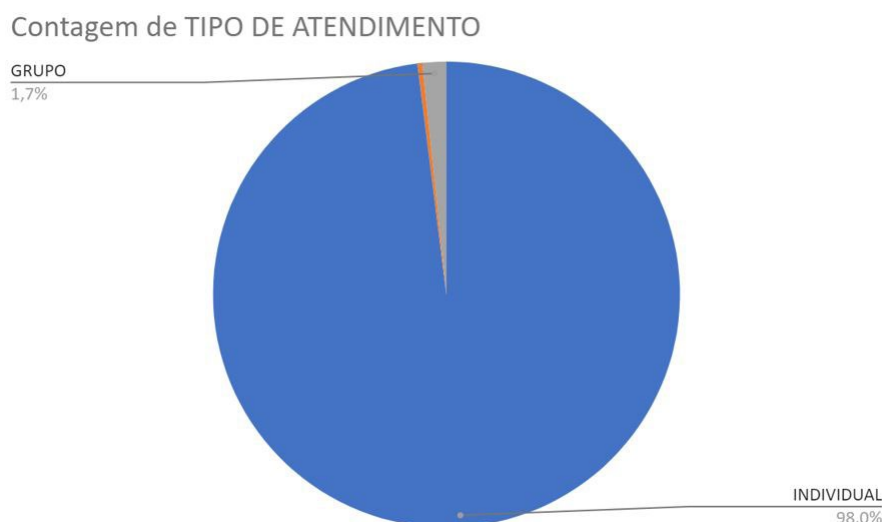
“Em torno de 33% dos abandonos ocorrem por causa da mudança de terapeuta, já que nem todos os tratamentos são concluídos no tempo de estágio do terapeuta em formação” (Lhullier *et al.*, 2000 *apud* Benetti e Cunha (2008).

Já nos estudos de Bortolini, Oliveira e Andretta (2011), a taxa de abandono observada foi de 44,5%, apontando como um dos fatores de contribuição deste estudo o tempo permanecido em lista de espera.

Na pesquisa feita por Fávaro; Leitão e Costa (2016), os psicólogos entrevistados citam como principais causas do abandono, os Aspectos financeiros; procurar a terapia para alívio momentâneo; preconceito para com a psicoterapia/psicólogo; período de muita resistência ou enfrentamento e transferência e contratransferência, apontados pelos psicanalistas e trabalhar somente o sintoma.

Por fim, podemos constatar também o tipo de atendimento realizado com os pacientes, onde 295 são de maneira individual, 5 em grupo e 1 psicodiagnóstico individual, como mostra a figura 6.

**Figura 6 - Tipo de atendimento.**



Fonte: autoria própria, 2024.



## DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar as variáveis presentes nos atendimentos da clínica-escola.

Com os resultados obtidos pode observar-se que a população que mais procura atendimentos é a população do sexo feminino, é escasso os estudos nessa área para chegar a uma conclusão do motivo dessa discrepância de procura por atendimento, porém, segundo Romaro e Oliveira (2008) essa diferença pode estar relacionada uma facilidade e aceitação social que as mulheres tem para a exposição de seus problemas e expressão de sentimentos, enquanto os homens sofrem uma pressão por parte da sociedade ao expressar seus sentimentos, o que muitas vezes é visto como fraqueza.

Além disso, podemos analisar o período de atendimentos, onde o maior período foi de 2016 a 2019, logo após esse período há uma abrupta queda de procura por atendimentos; foi inferido que em 2020 realizaram-se apenas 12 atendimentos, pode-se relacionar essa queda com a pandemia do covid, onde foi necessário o isolamento social, conseqüentemente, interferindo nos atendimentos da clínica-escola que são apenas presenciais, não tendo a modalidade online; porém, em 2022 a procura por atendimentos aumentou para 51, pois foi o período de retomada das atividades sociais e diminuição do isolamento e distanciamento, possibilitando a retomada dos atendimentos da clínica-escola.

Ademais, a faixa etária influencia diretamente a procura por psicoterapia, na pesquisa podemos inferir que a maior procura está no intervalo de idades de 21 a 30 anos, segundo Oliveira (2004) o adulto está inserido no mundo de trabalho e nas relações interpessoais de uma maneira diferente das demais faixas etárias, o que pode ser um fator que contribui para a procura por psicoterapia, pois a medida em que adultos trabalham, constituem família e se relacionam há um profundo potencial para transformação. Por outro lado, a faixa etária com menos atendimento foi a de 61 a 70 anos; segundo Irigaray e Schneider (2008) as questões acerca do envelhecimento são vistas pela sociedade apenas como um problema médico, influenciando diretamente a procura dessa população por atendimento psicológico.

Destarte, acerca das queixas apresentadas, destaca-se a ansiedade como a principal, segundo o DSM-5 (2014) a ansiedade generalizada é caracterizada por medo excessivo e perturbações comportamentais, dessa forma, a ansiedade pode ser um sintoma de algo maior ou estar comumente relacionado a alguma questão cotidiana, e é tão evidenciado na clínica por ser muito abrangente. Além disso, após a queixa de ansiedade é evidenciada a queixa acerca dos relacionamentos, há diversas pesquisas de como os relacionamentos afetam diretamente a qualidade de vida e a saúde mental, Argyle (2001) afirma que relacionamentos familiares, amorosos, pessoais, etc. atenuam a solidão e promovem bem-estar, dessa forma, é evidente que indivíduos com uma falha nessa área tem tendência a procurar psicoterapia.

Acerca da situação atual dos atendimentos, evidencia-se uma grande evasão do processo terapêutico, no caso da clínica-escola é considerado desistência quando o paciente comunica que decide interromper o atendimento antes do tempo necessário ou se o paciente não avisa sobre a decisão, apenas não retorna às sessões; segundo Silves (2006) as questões pessoais, como falta de preparo para se autoconhecer e insegurança, são os principais motivos para desistência do processo.

Por fim, nota-se uma diferença no tipo de atendimento oferecido, onde a maioria é caracterizado por atendimento individual, tendo em vista que uma das finalidades da clínica-escola é a formação do acadêmico e que o atendimento individual é obrigatório para a conclusão do curso.

Algumas dificuldades encontradas para a realização dessa pesquisa foram a falta de dados em alguns prontuários e informações incompletas, o que dificulta na captura de material para a pesquisa, e também encontramos dificuldades na procura de artigos mais recentes para o embasamento teórico do presente trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar as principais queixas que foram trabalhadas na clínica-escola do Centro Universitário Ingá no período entre 2012 a 2022 e também analisar alguns dados como preferência das mulheres por atendimentos e dos adultos, seguidos das crianças e adolescentes e por último os idosos. Ou seja, diversos fatores influenciaram diretamente os atendimentos oferecidos na clínica-escola, como a pandemia do covid-19, com o isolamento social não foi possível dar continuidade aos atendimentos, pois não era possíveis de ocorrerem na modalidade online; o gênero, sendo que a maioria dos pacientes eram mulheres; a faixa etária, havendo uma participação majoritária de adultos entre 31 anos à 40 anos; a localidade da clínica escola, pois geralmente é localizada dentro das universidades atingindo mais jovens estudantes e funcionários da instituição, o que facilita a aderência.

Em relação às queixas apresentadas não é surpresa a ansiedade ser a principal delas. Muitos estudos apontam os fatores da ansiedade patológica, podendo citar alguns deles como o excesso de tecnologia, o mundo globalizado onde a exigência é cada vez produzir mais em um menor prazo de tempo, entre outras razões que afetam diariamente a rotina da população.

Analisando os aderentes a psicoterapia, temos como predominante na procura o sexo feminino, resultante de uma cultura ligada a masculinidade, onde os homens não podem demonstrar emoções e nem pedir ajuda, então procurar por terapia mancharia essa imagem criada culturalmente. Enquanto as mulheres são mais encorajadas socialmente a expressar as emoções e enfrentarem expectativas e pressões sociais na família, no trabalho e na sociedade, a procura por psicoterapia é maior para obterem suporte e orientação (Cavalcanti, Gardenia, 2023).

É interessante pensar em outros locais que promovam cuidados mentais, para além das clínicas-escola e clínicas particulares. Como opção, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) oferecem terapia individual e grupos terapêuticos. Para além da terapia, encontrar outras formas de cuidados mentais também é válido, com algo que seja prazeroso e que faça sair da rotina.

Concluindo, todos esses fatores são possíveis de serem analisados devido a psicoterapia ser popularizada nos últimos anos, através de pesquisas e benefícios comprovados e aparentes, muitas pessoas aderiram essa prática para o bem próprio. Por

mais que ainda exista muito preconceito quando se fala em psicoterapia, muitas barreiras já foram quebradas e muitas pessoas foram alcançadas e salvas por essa profissão.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Anna Elisa Villemor *et al.* **Programa de acolhimento a universitários: Relato de experiência em clínica-escola.** Encontro: Revista de Psicologia, v. 15, n. 23, p. 27-35, 2012.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, C. A. T., Asano, N. M. J., Souza, M. B. R. **Associação entre os fatores desencadeantes e a ansiedade: uma revisão integrativa.** Research, Society and Development. v. 11, n. 13, 2022.

ARGYLE, M. (2001). **The psychology of happiness.** New York: Taylor & Francis.

BABBIE, Earl. **The practice of social research.** 12. ed. Belmont, CA: Wadsworth Cengage Learning, 2010.

BAPTISTA, A., Carvalho M., Lory, F. **O medo, a ansiedade e as suas perturbações.**

BENETTI, S. P. C.; CUNHA, T. R. S. **Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica Psychotherapy dropout: implications for the clinical practice.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, n. 2, 2008.

BORTOLINI, M., Pureza, J. R., Andretta I., Oliveira, M. S. **Perfil de pacientes atendidos através da terapia cognitivo-comportamental em uma clínica-escola.** Contextos Clínicos, Porto Alegre, RS. 2011, p.132-138.

CAMPEZATTO, P. M., Nunes, M. L. T. **Caracterização da Clientela das Clínicas-Escola de Cursos de Psicologia da Região Metropolitana de Porto Alegre.** Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, RS. 2007, p. 376 - 388.

CAMPOS, J. G. F., Marques, L. F. N., Bacelar, T. D. **Caracterização dos usuários e serviços prestados em uma clínica-escola de psicologia no contexto de saúde pública.** Revista Interdisciplinar Ciências Médicas. Belo Horizonte, MG. 2022, p. 12-18.

CASTILHO, A. R. GL., Recondo, R., Asbahr, F. R., Manfro, G. G. **Transtornos de Ansiedade.** Rev. Bras. Psiquiatr. Porto Alegre, RS. 2000.

CAVALCANTI, Gardenia. **Por que as mulheres fazem mais terapia.** O Dia, 29 ago. 2023. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/dmulher/gardenia-cavalcanti/2023/08/6695738-por-que-as-mulheres-fazem-mais-terapia.html>>. Acesso em: 7 out. 2024.

FÁVARO, D. S; LEITÃO, B, I.; COSTA, S, A, E. **O Abandono da Psicoterapia pela Ótica do Psicólogo Clínico Psicologia.pt.** 2016: [s.n.]. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1079.pdf> Acesso em: 2024.

GAUY, Fabiana Vieira; FERNANDES, Luan Flávia Barufi. **Um panorama do cenário brasileiro sobre atendimento psicológico em clínicas-escola.** Padéia, v. 18, n. 40, p. 401-404, 2008.

- IAROSKI NETO, G.; KRISTENSEN, C. H. **Quando homens vão à psicoterapia: uma revisão de contextos e demandas.** Revista Brasileira de Psicoterapia, v. 24, n. 2, 2022.
- MARAVIESKI, Silvinha; SERRALTA, Fernanda Barcellos. **Características clínicas e sociodemográficas da clientela atendida em uma clínica-escola de psicologia.** Temas em Psicologia, v. 19, n. 2, p. 481-490, 2011.
- MOCHCOVITCH, M. D., Crippa, J. A. S., Nardi, A. E. **Transtornos de ansiedade.** Revista Brasileira de Medicina. v. 67. 2010, p. 390-399.
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto.** Educação e pesquisa, v. 30, p. 211-229, 2004.
- OLIVEIRA, M. S., Santos, P. L., Bortolon, C. **Clientela Adulta de serviço psicológico: características clínicas e sociodemográficas.** Revista Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, SP. 2013, p. 192-202.
- PORTO, M. A., Valente, M. L. L. C., Rosa, H. R. **A construção do perfil da clientela numa clínica-escola.** Boletim de Psicologia, v. 64. 2014, p. 159-172.
- RIBEIRO, H. K. P., Santos, J. D. M. S., Silva, M. G., Medeiro, F. D. A., Fernandes, M. A. **Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. Teresina, PI. 2019, v. 44
- ROMARO, R. A. & Oliveira, P. E. C. L. (2008). **Identificação das queixas de adultos separados atendidos em uma clínica-escola de Psicologia.** Psicologia Ciência & Profissão, 28(4), 780-793.
- SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 25, p. 585-593, 2008.
- SEI, M. B., Trevisan, F. M., Skitnevsky, B., Tsujiguchi, I. **Caracterização dos usuários adultos de um serviço-escola de psicologia paranaense.** Mental (online), 2022, p. 1-18.
- SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. **Abandono em clínica-escola: uma nova estratégia de inscrição e triagem com objetivos preventivos.** Anais, 2006.
- SOUZA, F. P., Santos, D. F. G., Vivian, A. G. **Motivos da busca de atendimento psicológico em uma clínica escola da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS - Pesquisa documental.** Aletheia. Canoas, RS. 2014, p. 24-36.
- TOZO, Stella Maria Poletti Simionato; TRIGINELLI, Mirelle França Michalick. **Clínica-Escola de Psicologia: Espaço de Formação Acadêmica e Ética.** Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 4, n. 7, p. 77-92, 2019.
- VIAPIANA, V. N., Gomes, R. M., Albuquerque, G. S. C. **Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença.** Saúde Debate, Rio de Janeiro, RJ. v. 42. 2018, p. 175-186.

# O Outro Lado da Entrega de um Filho para a Adoção: Fatores Psicossociais que Permeiam tal Decisão

## *The Other Side of Giving Up a Child for Adoption: Psychosocial Factors Surrounding this Decision*

**Ana Caroline Gomes Prudêncio da Silva**

*Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

**Bruna Luzia Garcia de Oliveira**

*Graduada em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mestre em psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)*

**Ericléia do Rocio Araújo Miranda**

*Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

**Karoline de Castro Candido**

*Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

**Katiani Facci Lopes**

*Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

**Queila Raquel de Araújo Teisen**

*Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

**Tatiane Lupion Ramos**

*Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

### RESUMO

O objetivo principal deste estudo, é apresentar aos leitores uma compreensão dos fatores psicossociais relacionados à entrega voluntária de um filho para adoção, refletindo sobre os impactos emocionais e sociais nas mulheres que tomam essa decisão. Destaca-se ainda a importância da aplicabilidade das políticas públicas que oferecem assistência jurídica e psicológica. O trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, utilizando informações de artigos e trabalhos científicos disponíveis em meio eletrônico. Busca-se apresentar os motivos por trás da entrega de um filho para adoção, os recursos e procedimentos envolvidos, bem como os efeitos emocionais e sociais nas mulheres. Além disso, procura-se destacar os direitos ofertados e regulamentados por lei de suporte jurídico e psicológico no momento de entrega, reconhecendo que essa decisão nem sempre implica a falta de amor materno, mas pode ser vista como um cuidado com o bem-estar e o futuro da criança. A entrega é vista como um ato de



amor, mesmo que envolva renúncia ao ideal de maternidade devido às limitações internas e externas.

**Palavras-chave:** mulheres; filho; adoção; entrega voluntária; fatores psicossociais.

## ABSTRACT

This study's main objective is to understand the psychosocial factors related to the voluntary surrender of a child for adoption, reflecting on the emotional and social impacts on women who make this decision. The importance of the applicability of public policies that offer legal and psychological assistance is also highlighted. The work consists of a bibliographical review, using information from articles and scientific works available electronically. The aim is to present the reasons behind giving a child up for adoption, the resources and procedures involved, as well as the emotional and social effects on women. In addition to highlighting the rights offered and regulated by law to legal and psychological support at the time of delivery, recognizing that this decision does not always imply a lack of maternal love, but can be seen as care for the well-being and future of the child. Surrender is seen as an act of love, even if it involves renouncing the ideal of motherhood due to internal and external limitations.

**Keywords:** women; son; adoption; voluntary delivery; psychosocial factors.

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste estudo é ressaltar a importância de uma nova perspectiva sobre as mulheres que entregam o seu filho à adoção. Para tanto, este artigo busca apresentar os desafios que permeiam a entrega de um filho para a adoção; compreender a subjetividade dessas mulheres e os possíveis fatores psicossociais que incidem sobre a entrega; refletir sobre os aspectos emocionais envolvidos; bem como destacar a relevância do papel da Psicologia na escuta e acolhimento desta vivência.

Em conformidade com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF (2022), a partir do momento que as gestantes/mães expressam o desejo de entregar seu filho para adoção, logo devem ser levadas à Justiça da Infância e da Juventude e mediante audiência deverão renunciar ao poder familiar. Neste âmbito, a Lei da Adoção (13.509/2017), regulamenta tal entrega voluntária para adoção, e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), introduzindo o artigo 19-A referente à "entrega voluntária", um procedimento assistido pela Justiça da Infância e Juventude, que permite à mulher entregar seu filho para adoção de forma legalizada. De acordo com Agência Brasil (2023), durante o ano de 2021, no Brasil, ocorreram 1.312 entregas voluntárias para adoção. Já no ano de 2022, esse valor aumentou consideravelmente, chegando a 1.667 casos, representando de quatro a cinco por dia.

Essa mesma agência apresenta também segundo os dados registrados pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e divulgados pela Defensoria Pública do

Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), que só no Rio de Janeiro teve um aumento de 22% no ano de 2022, em relação a entrega legal de crianças recém-nascidas pela mãe ou pelo pai biológico, resultando assim, o registro de aproximadamente dez casos a cada mês.

Na reportagem publicada pela Agência Brasil (2023) em 9 de julho, a defensora pública Simone Moreira de Souza declarou que as mães que entregam seus filhos para adoção, o fazem com a perspectiva de proporcionar a eles uma vida e um futuro seguros. No entanto, devido ao medo de serem julgadas e criticadas, muitas mães entregam seus filhos de forma clandestina. A defensora ainda enfatiza que:

Na maioria das vezes, são mulheres sós, pretas, sem nenhum amparo, que não conseguem exercer a maternidade. A entrega protegida permite à mãe biológica abdicar do filho legalmente, sem se expor num momento tão delicado e que, quase sempre, é de absoluta solidão, são crianças que estariam hipervulneráveis se as mães não tivessem tal atitude. Muitas dessas mulheres relatam que a entrega para adoção é um “ato de amor (Agência Brasil, 2023, p.1).

Em razão disso, este artigo se respalda na relevância deste tema perante a sociedade, pois tem como finalidade demonstrar a dimensão psicossocial envolvida no processo de adoção, ou seja, os fatores psicológicos, culturais, econômicos e sociais que atravessam esse momento vivido, utilizando como ferramenta metodológica, a revisão bibliográfica.

## METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é baseada na revisão bibliográfica qualitativa, com o objetivo de realizar uma investigação minuciosa e abrangente das publicações existentes sobre o tema. Segundo Gil (2017), essa metodologia envolve a análise de livros, artigos, teses e outros trabalhos publicados que apoiam o tema abordado, exigindo do pesquisador uma leitura exploratória, crítica e seletiva, além de tempo e dedicação. O autor também ressalta que toda pesquisa deve contribuir ou responder à temática proposta.

Portanto, Severino (2007, p. 106), descreve que a pesquisa bibliográfica é realizada por meio do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Predominantemente utilizada no meio acadêmico, a pesquisa bibliográfica visa o aprimoramento e a atualização do conhecimento através da investigação científica de obras já publicadas. Neste sentido, Andrade (2010, p.42) enfatizam que a pesquisa bibliográfica:

É habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos e monográficos não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

Findamos que a revisão bibliográfica é altamente vantajosa, pois permite ao pesquisador uma ampla cobertura dos fatos, especialmente quando o problema é disperso geograficamente. Desta forma, na presente pesquisa, foram selecionados textos, artigos e livros dentro do escopo do tema, pautando-se pela análise crítica e pessoal dos autores, não se limitando apenas à análise das obras publicadas, mas também na discussão crítica das obras citadas.

Optamos por esta metodologia pela possibilidade de ampliar e investigar estudos já realizados, dado que o tema é pouco explorado no Brasil devido à sua complexidade de compreensão. Este trabalho visa contribuir para a retirada dessas mulheres do anonimato e da exclusão, buscando compreender os principais motivos e sentimentos que levam à decisão de entregar um filho para adoção.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### A Entrega Voluntária para Adoção: Desafios e Preconceitos

A grande questão relacionada à entrega voluntária para adoção está profundamente arraigada na forma como a sociedade valoriza a maternidade. Como afirma Bacca (2005) e Costa (2004), a publicação de alguns romances e obras literárias no final do século XIX e início do século XX fortaleceu a ideia de que a maternidade deveria ser algo obrigatório, devoto e dedicado. Esta visão foi particularmente promovida pela família burguesa, o que levou a uma compreensão distorcida e estigmatizada da maternidade, que ainda afeta as mulheres nos dias de hoje. Assim, é evidente que a ideologia do amor materno é imposta e difundida pela sociedade em geral, ignorando as mulheres, que são as únicas pessoas que realmente detêm essa “virtude”.

Afirma Costa (2004) que a semelhança existente entre os significados de “mulher” e “mãe” foi construída ao longo da história em vez de ser imposta naturalmente. Arrais (2005) traz a existência da diferenciação entre a capacidade reprodutiva da mulher e a maternidade, pois procriar é uma capacidade do próprio organismo da mulher, puramente biológica e natural, já o ato de assumir a criança e ser sua mãe, possui como representação, um fato que é construído tanto de forma social como cultural, sendo repassado sob fortes influências ideológicas dentro dos diferentes contextos históricos.

Neste contexto, Fonseca (2012) observa que é bastante comum que pesquisas acadêmicas e produções científicas abordem temas relacionados ao abandono infantil ou à adoção, geralmente com o objetivo de assegurar os direitos das crianças e adolescentes. No entanto, essa mesma atenção não é direcionada às mães biológicas ou àquelas que “abandonam” seus filhos. Assim, fica claro que essas mulheres, muitas vezes jovens, solteiras, pobres e sem apoio familiar ou conjugal, acabam se tornando invisíveis, sendo um tema pouco explorado e que está apenas começando a ser considerado nas políticas públicas (Faraj *et al.*, 2016).

Conforme explana Marcílio (1998/2016), até a década de 50, no Brasil, a prática de abandono de bebês e sua entrega para adoção eram realizadas por hospitais, por meio da Roda dos Expostos, tornando o Brasil um dos últimos países a abandonar essa prática.



Nessa forma inicial de entrega, os bebês indesejados eram colocados em caixas giratórias do tamanho de um berço, instaladas junto aos hospitais públicos, garantindo o anonimato dos responsáveis.

Fonseca (2012), esclarece que desde 1917, mesmo sendo a adoção já instituída no Código Civil, as entregas e adoções eram realizadas por hospitais e igrejas, e não eram registradas pelas autoridades locais. Marcílio (1998), afirma que, no início do século XX, era permitido realizar a adoção legal, como um processo administrativo em cartórios de registros civis. Sendo assim, constantemente, os processos de adoção eram realizados sem preencher as normas legais, ficando conhecido como “adoção à brasileira”, um termo que passou a ser utilizado para descrever as adoções informais e fora dos parâmetros legais, um evento que acabou gerando a falta de registros em relação às crianças adotadas e suas respectivas famílias de origem, sendo caracterizado como crime previsto no Código Penal (Brasil, 1940).

Conforme o Tribunal de Justiça de São Paulo, a adoção de um filho, seja criança ou adolescente nascido de outra pessoa, é uma atitude considerada legal e regulamentada pelo Art. 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece o conceito legal de adoção: “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.”(Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

A Lei 13.509/2017 chamada de “Lei da Adoção”, trouxe alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluindo a chamada entrega voluntária, que é a possibilidade da mulher entregar seu filho para adoção, de forma assistida pela Justiça da Infância e da Juventude. Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF (2022) apresenta que tal entrega não é crime, pois é permitida e regulamentada por lei, visando garantir a preservação dos direitos e interesses da criança ou do adolescente. Em contrapartida, é considerado um crime de abandono de recém-nascido, conforme descrito no artigo 134 do Código Penal quando a mãe abandona e coloca em risco a vida do seu bebê.

Em seu Art.1º, a Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017 altera alguns aspectos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passando a vigorar da seguinte forma:

Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.

§ 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

§ 2º De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado.

§ 3º A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período.

§ 4º Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro repre-

sentante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

§ 5o Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1o do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega (Brasil, 2017).

No entanto, Motta (2001) enfatiza a importância de saber que tal decisão está permeada de uma multifatoriedade de eventos, como o estigma social, a censura e a incompreensão em relação a idéia ou ao ato da entrega de um filho à adoção. Dessa forma, a ausência da compreensão racional e de empatia, tornam esse processo mais complexo, gerando o afastamento e a exclusão destas mulheres no âmbito social e profissional. Desse modo, todo posicionamento deve ser tomado, partindo como base as histórias de vidas e as subjetividades próprias de cada mulher, compreendendo a sobredeterminação dos fatores sociais, econômicos, familiares e psicológicos envolvidos nesse processo.

### **Fatores que Levam as Mães a Entregarem seus Filhos para Adoção**

As mulheres que decidem entregar seus filhos para adoção, são consideradas mães biológicas por terem gerado a criança, mas podem não desejar ou não ter condições de exercer a maternidade devido às circunstâncias em que vivem. Nesse sentido, o ato de dar à luz e posteriormente entregar o filho para adoção pode ser visto por essas mulheres como algo exclusivamente biológico (Souza, 2019). Elas podem ser vistas como tendo distanciamento entre a experiência de gerar uma criança e o vínculo emocional que normalmente é associado à maternidade, evidenciando uma dualidade entre a gestação e a maternagem, pois essas mulheres que entregam seus filhos, não assumem o papel do cuidado e da afetividade que são esperados em uma relação entre mãe e filho.

No entanto, esse tema é particularmente sensível e controverso porque desafia um dos pilares fundamentais da sociedade: a família. A decisão de entregar um filho para adoção contraria as expectativas tradicionais sobre o papel da mulher, que normalmente é vista como a principal responsável pelo cuidado e criação dos filhos dentro da família. Essas contradições sociais e familiares fazem com que a entrega de uma criança para adoção se torne fonte de estranhamento perante a sociedade. Uma atitude incomum e inesperada, a qual contradiz ao comportamento materno e aos ideais de família que são tradicionalmente valorizados (Souza, 2019).

Para entender melhor o contexto socioeconômico dessas mães, Mariano e Ferreira (2008) analisaram 110 processos de adoção na Comarca de Ribeirão Preto entre os anos 1991 e 2000. Os dados revelaram que os pais biológicos das crianças adotadas nesses processos são predominantemente caracterizados como pertencentes às camadas populares, com baixa escolaridade e ocupações que não exigem qualificação profissional. Desses processos, 61% dos pais biológicos tinham outros filhos além do que foi entregue para adoção, e muitos já utilizavam a rede de apoio existente, delegando o cuidado de seus filhos a parentes, instituições ou optando pela adoção. A entrega dos filhos para adoção foi justificada principalmente por dificuldades materiais, relatadas por 47% dos pais biológicos, e pela falta de rede de apoio, mencionada por 14,5%. Esses fatores revelam a vulnerabilidade socioeconômica dessas famílias, que frequentemente enfrentam dificuldades para manter

e educar seus filhos. Em 14,5% dos processos, foi registrado algum tipo de violência, principalmente negligência e violência física, refletindo um contexto familiar disfuncional que influencia diretamente na decisão de entregar os filhos para adoção.

De forma similar, Menezes e Dias (2011) realizaram um estudo com 6 mães na faixa etária entre 22 e 40 anos, todas com baixa escolaridade e renda familiar de até um salário mínimo, moradoras de bairros da periferia. As idades das crianças doadas variaram de zero a três anos. Todas as participantes entregaram para adoção, no mínimo, dois filhos. Elas vivem de ajuda do Estado (bolsa- escola/família) e têm o estado civil solteira (apesar de algumas viverem com companheiro).

Todas as participantes tiveram o primeiro filho na adolescência (14-21 anos). Entre os dados analisados neste estudo, constatou-se que algumas mães entregaram o primeiro filho para adoção devido à insegurança e falta de suporte familiar. Outra mãe, cujo número de filhos totalizava 13, criou alguns e entregou outros para adoção, iniciando a decisão de entrega ao se ver incapaz de cuidar de mais filhos sozinha. Dificuldades socioeconômicas e falta de apoio foram as principais razões para a entrega, além de imaturidade e sentimentos de incapacidade.

Os filhos entregues para adoção não foram planejados, resultando de relações momentâneas e de pais diferentes. Esses pais negaram a paternidade e não apoiaram as mães. As relações que foram duradouras também resultaram em entregas para adoção após o fim da união conjugal. A rejeição paterna levou à rejeição materna, com mães sentindo-se incapazes sem apoio dos pais das crianças. Visto que, a presença de um homem e o apoio familiar eram cruciais para a aceitação da gravidez e cuidado dos filhos. Ainda neste estudo o luto pela morte da mãe de duas das participantes, próximo ao nascimento de seus filhos, contribuiu para sua fragilidade emocional, possivelmente dificultando a transição do papel de filha para o de mãe e intensificando o sentimento de culpa, resultando na entrega dos filhos.

Os estudos acima mencionados revelam a complexidade das razões por trás da decisão de entrega para adoção. Souza (2019) reflete sobre como os jovens reconsideram a relevância de ter filhos, diante do risco financeiro elevado e dos sacrifícios pessoais envolvidos, como comprometimento da carreira, diminuição das ambições e restrições ao estilo de vida. Além disso, ter filhos implica em assumir responsabilidades que podem comprometer a autonomia e independência pessoal, valores considerados importantes na sociedade contemporânea.

Santos (2001) argumenta que a decisão de entregar um filho para adoção não é motivada apenas por dificuldades socioeconômicas, embora esses fatores sejam frequentemente mencionados como justificativas. A autora destaca que as mães que passam por essa experiência sofrem intensamente com a dor da perda, da separação e da impossibilidade de exercer a maternidade. Apesar de reconhecer a relevância dos fatores econômicos na decisão, essa mesma autora acredita que eles, por si só, não são suficientes para justificar a entrega de um filho. Ela observa que muitas mães declaram motivos econômicos porque essa é uma justificativa socialmente aceita, mas há razões mais profundas e complexas, incluindo questões emocionais e sociais, que também influenciam essa difícil decisão.

Os dados de Mariano e Rosseti-Ferreira (2008) quanto às motivações emocionais, mostram que cerca de 14,5% dos genitores citam a falta de apoio familiar como motivo para a entrega para adoção. Esses dados indicam que muitas famílias não têm o apoio necessário para enfrentar os desafios de criar seus filhos. As razões que norteiam essa decisão incluem alguns fatores quanto a ausência de suporte, como a falta de um pai presente, fator que pode gerar uma sensação de solidão, tornando a criação do filho mais difícil. A mãe pode sentir-se desamparada sem uma rede de apoio como familiares, amigos, comunidade ou serviços sociais.

Quando a mãe não tem apoio ou é rejeitada pela família por causa da gravidez, isso pode aumentar seu estresse e isolamento. Além disso, a mulher que realiza a entrega, pode experimentar sentimentos ambivalentes e sofrimento em relação à decisão de entregar o filho. Essa ambivalência reflete a dor emocional e a complexidade que a mãe enfrenta ao tomar essa decisão difícil. (Faraj *et al.*, 2016).

Nos estudos realizados por Mariano & Rosseti-Ferreira (2008), verifica-se que em 14,5% dos casos foram registrados algum tipo de violência, dentre elas, a negligência e a violência física.

Esses dados mostram que um ambiente familiar disfuncional pode ser um fator determinante na decisão de entregar os filhos para adoção. Nesse sentido, existe uma complexidade emocional envolvida quando um casal entrega uma criança para adoção, especialmente quando a concepção ocorreu em uma relação carente de afeto. A falta de conexão emocional entre os pais dificulta o estabelecimento de um vínculo afetivo gratificante com o bebê. Com a falta de apoio afetivo que normalmente cercam a gravidez e a relação conjugal com o genitor, a criança pode ser vista como um símbolo da humilhação e das violências que foram experimentadas pela mãe biológica (Souza, 2019). Com isso, a entrega da criança pode envolver sentimentos complexos e dolorosos, que refletem um ambiente familiar marcado pela violência, por falta de afeto e dificuldades emocionais.

Dessa forma, é possível notar que vários fatores influenciam na decisão de uma mãe de entregar seu filho para adoção, tornando-a uma escolha complexa que inclui aspectos econômicos, emocionais e sociais. Essa difícil decisão não é influenciada apenas por questões pessoais, mas também por influências externas, como o contexto social, a falta de apoio familiar, situações de violência e conflitos no relacionamento, o receio de prejudicar planos pessoais e profissionais, a ausência de planejamento da gravidez, o desemprego e dificuldades financeiras. Todos esses elementos podem criar um ambiente familiar disfuncional, dificultando o cuidado básico de uma criança e levando à decisão de entrega para adoção.

## **Sentimentos Vivenciados com a Entrega do Filho**

A entrega de um filho para adoção é uma escolha complexa que envolve diversos aspectos emocionais, e podem ser manifestados de formas diferentes e individuais, conforme as circunstâncias que levaram à decisão. De maneira geral, estas mulheres podem experimentar um profundo conflito em seus sentimentos, como os de perda, culpa, ambivalências, desvalorização, incapacidade, e dificuldade em elaborar os sentimentos, comprometendo qualquer possibilidade de reorganização de suas vidas (Menezes; Dias, 2011).

A ambivalência dos sentimentos acompanha a mulher durante todo processo, desde a gestação até a entrega. Dúvidas e confusões entre o que pensam e sentem devem-se aos valores aprendidos ao longo da vida e à sociedade que valida apenas o ato da entrega em relação à criança, enquanto a visão da mãe é compreendida negativamente. Essa ambivalência é um dos complicadores de elaboração dos sentimentos (Motta, 2008).

Kohn e Steffens (2018), aconselham que essa escolha seja realizada antes do nascimento da criança, pois a relação entre mãe e filho começa se formar durante a gravidez, podendo se intensificar no momento do parto em alguns casos. Mesmo nesses casos, em que a mãe biológica escolhe a entrega antecipada, ela fica suscetível a abalos emocionais e vulnerável no período pós-parto, devido às alterações hormonais, que afetam o humor podendo desencadear uma depressão pós-parto.

As mães biológicas não conseguem esquecer o filho que entregaram, e em algum momento após a entrega, ou mesmo anos mais tarde, podem começar a manifestar sentimento de culpa e remorso (Nascimento, 2020). Esse sentimento é muitas vezes intensificado pelas palavras dos profissionais forense no momento da decisão, podendo bloquear o processo de luto semelhante ao luto convencional (Kohn; Steffens, 2018). Motta (2008) compara esse processo de luto da entrega ao luto comum, pois envolve a experiência de perda e os sentimentos dessa mãe se assemelham ao das mães que perderam seus filhos para a morte.

Conforme Bowlby (2004), elas passam pela etapa do entorpecimento, anseio e busca, desorganização e desespero e reorganização. Na fase inicial de entorpecimento, a mulher se sente desconectada da realidade, e utiliza mecanismos de defesa, como a negação. Durante esse período, que pode durar de algumas horas a semanas, a mulher tenta seguir a vida normalmente, mas podem manifestar sentimentos de angústia e raiva. Por isso é crucial que nessa fase essas mulheres recebam apoio psicológico.

Este mesmo autor afirma que na segunda etapa do processo de luto, há uma oscilação entre aceitação da perda e a negação, alimentando a esperança de que a perda não seja real. Esse período pode se estender por meses, e em alguns casos, anos. Trata-se de um enfrentamento de intenso sofrimento, e sentimentos de desânimo, inquietação, insônia, culpa e raiva. É possível que esta mulher tente reconectar-se, recordar ou construir uma imagem da pessoa perdida, como no caso de um filho entregue para adoção.

Quando o luto segue seu curso natural, a fase da desorganização e desespero dá lugar à fase da reorganização. A vivência da raiva e as oscilações emocionais entre aceitar a perda e nutrir esperanças de que ela não tenha ocorrido é algo fundamental, até que a realidade seja gradualmente aceita e a mulher consiga compreender e lidar com seus sentimentos, assumindo a responsabilidade por sua decisão e aceitando os verdadeiros motivos que a levaram a decidir pela entrega (Kohn; Steffens, 2018).

Mesmo quando a entrega da criança reflete a vontade genuína da mãe e ela já tenha atravessado o processo de luto, resolvendo seus conflitos psicológicos relacionados à decisão, ela ainda pode enfrentar o estigma e a pressão social, os quais a fazem questionar se agiu corretamente. Tudo isso, pode despertar o sentimento de culpa pela entrega e até mesmo pela sua própria reconciliação com a escolha da entrega. Pois essa decisão pode

significar rejeição, ou desresponsabilização daquilo que imprudentemente produziu (Motta, 2008).

Essas mulheres vivenciam um luto que não é reconhecido. O luto não reconhecido ocorre quando vivem uma perda que não pode ser expressa publicamente; o sofrimento não pode ser manifestado ou apoiado socialmente. Esse tipo de luto representa um fenômeno psicossocial que enfrenta o desafio de validar a dor humana diante da perda, independentemente de quando as reações do luto aparecem, de quem as expressa, de que maneira, por que motivo e em relação a quem. O luto não reconhecido reflete as normas sociais que regulam o que é ou não considerado aceito (Caselato, 2015).

Motta (2008), destaca a complexidade emocional do luto não franqueado, que vivenciam essas mulheres, ressaltando que não há um limite para o luto, onde a dor da perda pode ser intensa e prolongada, já que a pessoa que sofre não teve oportunidade de vivenciar o luto de maneira adequada. Como a existência daquilo que foi perdido não foi reconhecida, agravando a situação.

Além da invalidação desses sentimentos e do preconceito, a falta de acesso às informações sobre a criança e a família adotiva posterior à adoção, geram uma fonte de angústia nessas mulheres que escolheram entregar seu filho, podendo dificultar a seguirem suas vidas normalmente (Wille ; Maffei, 2014). A estatística é que 60% das mulheres que entregam o filho para adoção, enfrentam dificuldades ginecológicas, médicas e psicológicas; sendo a depressão um dos problemas mais recorrentes, afetando 40% dos casos (Kohn; Steffens, 2018).

## **As Políticas Públicas e o Papel da Psicologia no Acolhimento e Cuidado com as Mulheres que Tomam Tal Decisão**

Diante do exposto na lei, nota-se a discrepância que existe entre as políticas públicas e os atendimentos prestados às mulheres que realizam a entrega legal, as quais precisam ter um olhar de acolhimento e isento de qualquer forma de preconceito, visto que essas mulheres, em diversas situações enfrentam dentro de si, múltiplas vivências compostas de diferentes emoções, conflitos e vulnerabilidades socioeconômicas. Em razão disso, a psicologia se vê incumbida de um papel primordial na vida destas mulheres que vivenciam um sofrimento solitário, o qual nem sempre é compartilhado com a sociedade, já que a separação de seu bebê se deu de forma “voluntária” (Santos; Bastistin, 2020).

Frequentemente, durante o processo de entrega legal, a equipe de profissionais se mostra despreparada para lidar com as mulheres. Isso resulta na disseminação de suas crenças pessoais, contribuindo para uma manifestação velada de punição e culpabilização dessas mulheres. A insegurança e o despreparo na formação profissional podem estar relacionados à complexidade do tema, que abrange aspectos subjetivos e multifacetados, além de desconstruir a concepção idealizada do amor materno (Faraj *et al.*, 2016).

Consequentemente, os profissionais tendem a evitar o acolhimento e a compreensão das nuances dessa decisão, essencial para o bem-estar biopsicossocial das mulheres que realizam a entrega legal. Logo, destaca-se a importância da capacitação dos profissionais, especialmente dos psicólogos que prestam atendimento a esse público.

Diante disso e no anseio de compreender a multifatoriedade dos aspectos que permeiam tal decisão, destacamos a reportagem trazida pelo jornal Metrôpoles (2023), em que a vulnerabilidade social, a violência doméstica, a pobreza extrema, os conflitos familiares, a depressão, a ansiedade e a experiência de violência sexual são os principais motivos que levam mães a entregar seus filhos para adoção. Essa problemática aliada à falta de acolhimento dos profissionais que atuam com este público, exige que a psicologia atue de maneira empática, evitando a disseminação de preconceitos. Tendo em vista que a compreensão do contexto social e o lugar de inserção dessas mulheres torna-se fundamental para entender os fatores relacionados a essa decisão.

Além de conhecer as condições ambientais, o psicólogo deve estar atento aos sentimentos expressos por essas mulheres, que podem incluir depressão, ansiedade, culpa, remorso e um luto mal elaborado. Esses sentimentos muitas vezes não encontram respaldo social, pois o vínculo da mãe com o filho entregue para adoção não é reconhecido, resultando em julgamento ao invés de acolhimento de sua dor (Santos; Bastistin, 2020).

É responsabilidade da Psicologia acolher e informar as características do processo de tomada de decisão sobre a maternidade, permitindo que a mãe decida de forma segura e consciente, sabendo que essa decisão será irrevogável. Além disso, a Psicologia deve fornecer atendimento especializado e orientação, juntamente com a equipe multiprofissional, para discutir questões que possam surgir, como possíveis dificuldades e preconceitos (Lotti, 2020). O objetivo é contribuir com o conhecimento específico e apoiar a mãe em sua decisão, garantindo seu bem-estar emocional e psicológico.

Os profissionais devem atuar como forma de ressignificar o papel materno e suas obrigações na sociedade. É crucial que os cuidados prestados sejam inclusivos, respeitosos e sensíveis às necessidades das mães. Ao oferecer um acolhimento adequado, os profissionais contribuem para a garantia dos direitos das mulheres, tanto em relação à saúde quanto ao bem-estar emocional. O papel da Psicologia é extremamente necessário uma vez que permite a escuta livre de preconceitos, a elaboração, a aceitação do luto e a diminuição da culpa (Motta, 2005).

Por conseguinte, é fundamental que os profissionais estejam preparados para oferecer um devido acolhimento às mães, garantindo que elas se sintam respeitadas, ouvidas e apoiadas em suas vivências maternas.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é fundamental “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas, das coletividades e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7). Sendo assim, uma vez que se compreende de forma sistêmica e integral o fenômeno da “entrega” e do “abandono”, é dever do psicólogo orientar, esclarecer, informar equipes técnicas, médicas e do judiciário, visando a redução do adoecimento psíquico (Lotti, 2020).

Nessa seara, o psicólogo e demais profissionais observam-se em uma importante tarefa, justamente pelo fato de que para alcançar seu objetivo é preciso que tal profissional trabalhe em si mesmo e suspenda possíveis crenças e preconceitos, oferecendo assim um acolhimento e tratamento humanizado.

Para tanto, nos hospitais, juizados ou abrigos, a presença do psicólogo é essencial, pois são lugares onde as mães podem estar enfrentando situações de vulnerabilidade ou dificuldades emocionais. O atendimento psicológico realizado nesse contexto, permite que essas mulheres tenham um suporte emocional, contribuindo para o seu bem-estar e auxiliando na construção de estratégias de enfrentamento. Em resumo, o papel da Psicologia durante as internações em maternidades e em outros contextos é extremamente necessário, acarretando em um espaço de escuta e acolhimento. Já que “a reorganização psíquica e social dessas mães, antes, durante e após a destituição do poder familiar, deve ser tratada como a garantia de um direito, pois o é” (Iotti, 2020).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do referencial teórico apresentado foi possível verificar que, conforme os estudos de Menezes e Dias (2011), um dos principais motivos que levam às mães a entregarem seus filhos para adoção, são as condições econômicas. Em contrapartida, Santos (2001) explica que tal decisão não é motivada apenas por dificuldades socioeconômicas, embora esses fatores sejam frequentemente mencionados como justificativas. Apesar da autora reconhecer a relevância dos fatores econômicos na decisão, ela acredita que só eles não são suficientes. As mães recorrem aos motivos socioeconômicos como justificativa, por serem vistos como mais socialmente aceito. Isso porque, em alguns casos a condição socioeconômica não é determinante e sim complementar, pois existem mães que mesmo vivendo em situações de extrema pobreza e miséria exercem uma adequada maternagem (Santos, 2001).

Essa percepção foi esclarecida por Iotti (2020), por meio de seus estudos envolvendo essa temática nos países desenvolvidos, onde as dificuldades socioeconômicas não são motivos influentes para a entrega à adoção. Isso sugere que, nesses países, outros motivos influenciaram tal decisão. Menezes e Dias (2011) enfatizam que essas mães que passam por essa experiência, sofrem intensamente com a dor da perda, da separação e da impossibilidade de exercer a maternidade, além de apresentar razões mais profundas e complexas, como as questões emocionais e sociais, que também influenciam essa difícil decisão.

No Brasil, o estudo de Menezes e Dias (2011), demonstrou uma análise das circunstâncias de algumas mães que entregaram seus filhos para adoção. Dentre elas estão: baixa escolaridade, renda familiar de até um salário mínimo, moradoras em bairros periféricos, dependentes de programas de assistência social, solteiras (embora algumas coabitassem com um parceiro) e a idade das crianças que foram entregues para adoção variando entre zero e três anos. Outro fator relevante foi que elas tiveram o primeiro filho na adolescência, demonstrando maior vulnerabilidade e dependência psicológica. Já os estudos de Iotti (2020) apontam que a maioria das mulheres relataram gravidez indesejada resultante de relações sexuais desprovidas de afeto, muitas vezes sem um parceiro fixo. Além disso, algumas mencionaram ter sofrido violência, como estupro e incesto, e outras relataram ter praticado abortos.

Diante deste contexto, evidencia-se que as principais razões para a adoção foram as dificuldades socioeconômicas, violência sexual, falta de apoio, vulnerabilidades diversas,



(imaturidade e sentimentos de incapacidade. Essas mulheres alegaram que as crianças não foram planejadas, mas sim advindas de relacionamentos breves com pais que negaram a paternidade e não ofereceram suporte (Menezes; Dias, 2011).

As autoras supracitadas revelam que até mesmo as relações mais longas levaram à entrega para a adoção após a separação dos parceiros. Este ponto sugere que a rejeição paterna pode contribuir para o agravamento das vulnerabilidades econômicas, sociais e psicológicas dessas mulheres, favorecendo sentimentos diversos, demonstrando que a presença de um homem e o apoio familiar eram essenciais para a aceitação e cuidado dos filhos.

Outro aspecto bastante significativo e desafiador que atravessa a entrega voluntária para adoção está relacionado à visão distorcida e estigmatizada de maternidade e de mulher que foram sendo construídas historicamente, afetando até hoje a maioria das mulheres. Uma ideologia onde a maternidade é vista como algo obrigatório, inato, devoto e dedicado, acaba por desconsiderar as mulheres que por um ou vários motivos se veem sem saída, e acabam optando por entregar seus filhos à adoção como uma forma de amor e cuidado.

Infelizmente, essas mulheres sofrem muito com o preconceito e a discriminação social, pois mesmo sendo uma prática considerada legal e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nem sempre é bem interpretada ou compreendida. Raramente, a sociedade oferece a possibilidade de uma escuta efetiva, na busca de desvendar quais são realmente as questões subjetivas que permeiam tal decisão.

Entende-se assim, que a entrega de um filho para adoção é uma escolha complexa, envolvendo aspectos sociais, econômicos, culturais e emocionais, especialmente quando essa decisão é tomada em um contexto de desamparo e vulnerabilidades e sem o devido amparo e assistência, ou mesmo de forma impulsiva ou sob pressão, resultando em grande sofrimento.

Nascimento (2020) destaca que as mães biológicas não conseguem esquecer o filho que entregaram, podendo experimentar sentimento de culpa e remorso, comparáveis ao luto, pois envolvem a experiência de perda. Após a entrega, essas mulheres enfrentam uma fase de desorganização e desespero, que pode ser permeada por sentimentos de raiva e oscilações emocionais que alternam-se entre aceitar a perda e manter esperanças. (Kohn; Steffens, 2018).

Diante desse contexto e através dos estudos já realizados, foi possível perceber que existe um despreparo em relação aos profissionais para com essas mulheres que decidem pela entrega do seu filho à adoção. Conforme consta na lei, nota-se que há uma discrepância entre as políticas públicas e os atendimentos prestados a essas mulheres que optam pela entrega legal, visto que as mesmas têm o direito de receber apoio jurídico e psicológico, além de um olhar de acolhimento e isento de qualquer forma de preconceito, devido às diversas situações internas e externas que ambas enfrentam neste processo, pois as múltiplas vivências são compostas por um conjunto de emoções, conflitos e vulnerabilidades socioeconômicas. Em virtude disso, a psicologia tem um papel fundamental na vida dessas mulheres que enfrentam um sofrimento solitário, muitas vezes não compartilhado com a sociedade, devido à separação “voluntária” de seus bebês (Santos; Bastistin, 2020).

Portanto, é essencial que os profissionais que atendem esse público estejam adequadamente capacitados para exercerem seu papel, proporcionando acolhimento adequado a essas mães. Isso garantirá que elas se sintam respeitadas, ouvidas e apoiadas em suas experiências maternas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as mulheres. O Código de Ética Profissional do Psicólogo destaca a importância de “promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e coletividades, e contribuir para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 7). Compreendendo de forma sistêmica e integral o fenômeno da “entrega” e do “abandono”, é dever do psicólogo ser este profissional, bem como orientar, esclarecer e informar as equipes técnicas, médicas e do judiciário, visando a redução do adoecimento psíquico (Iotti, 2020).

Nessa perspectiva, é responsabilidade do psicólogo e de outros profissionais desempenharem essa tarefa desafiadora, suspender suas crenças, conflitos e preconceitos para oferecer um acolhimento e tratamento humanizado, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), além de possibilitar a essas mulheres o acesso a suporte emocional, familiar e jurídico. Esse apoio é fundamental para o seu bem-estar, ajudando-as a ressignificar seus sentimentos e a construir estratégias de enfrentamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo busca dar visibilidade às mulheres que entregam seus filhos para adoção, expondo a complexidade do processo e os fatores que influenciam essa decisão. O tema é importante porque questiona as expectativas tradicionais da sociedade sobre o que se espera das mulheres como mães. Entretanto, o meio acadêmico carece de materiais que abordem o tema no contexto das mães que entregam seus filhos para adoção. Essas mulheres, que frequentemente são jovens, solteiras, pobres e sem apoio, permanecem invisíveis tanto no contexto acadêmico quanto social.

A análise desse trabalho demonstrou que fatores socioeconômicos, violência, vulnerabilidade e desamparo são fatores determinantes nessa escolha, estando o sofrimento emocional intimamente ligado a essas questões. Além disso, a falta de políticas e suporte adequados em diversas áreas resultam em preconceitos contra essas mulheres, que se encontram desamparadas tanto fisicamente quanto psicologicamente.

Outro ponto destacado é o peso maior da cobrança sobre a figura da mãe, reforçando o mito da maternidade e minimizando a responsabilidade do pai. A pesquisa também evidenciou a escassez de políticas de saúde mental voltadas para as mulheres, cujos aspectos emocionais são fundamentais nesse processo, assim como políticas de prevenção da violência, que é uma das razões para a decisão da entrega para adoção.

Essas mulheres frequentemente exprimem sentimentos complexos, como depressão, ansiedade, culpa, remorso e luto, porém, é comum que a sociedade julgue ao invés de oferecer o acolhimento necessário para lidar com sua dor. Por isso, é de extrema importância que órgãos públicos estejam preparados para ouvir e acolher essas mulheres, oferecendo intervenções que minimizem seus conflitos emocionais.

O apoio psicológico é crucial para orientar mães sobre o processo de entrega, favorecendo decisões conscientes, auxiliando-as a lidar com dificuldades e preconceitos, e oferecendo suporte emocional que auxilie na ressignificação do papel materno, na redução da culpa e do adoecimento psíquico. As políticas públicas e a psicologia precisam voltar às necessidades dessas mulheres, oferecendo todo o apoio e suporte necessário nesse processo de entrega, tanto antes, como durante e depois.

O tema precisa ser explorado e exposto para diminuir estigmas e preconceitos, além de promover ações que visem a compreensão das escolhas dessas mulheres, dos fatores desencadeadores e a garantia de seus direitos como cidadãos e mulheres.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jade. **Os motivos que levaram 21 mães a entregar seus filhos para a adoção.**

Metrópoles (online), Distrito Federal, 21 out. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/entrega-filhos-adocao>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ANDRADE, Maria. Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARRAIS, Alessandra da R., **As configurações subjetivas da depressão pós-parto: para além da padronização patologizante.** Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília – Brasília- DF. 2005. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/14011/1/2Brasília005\\_AlessandradaRochaArrais.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/14011/1/2Brasília005_AlessandradaRochaArrais.pdf). Acesso em: 08 out. 2024.

BACCA, Cheila Corrêa. **Desvelando o Manto Sagrado da Maternidade: a rejeição como possibilidade.** Trabalho de Final de Curso (Graduação em Psicologia). 2005. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Católica de Brasília. Brasília - DF: 2005.

BOWLBY, John. **Perda: Tristeza e Depressão.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, traduzido por Waltensir Dutra, 2004.

BRASIL. **Código Penal. Decreto-lei N 2.848/40. Art. 242.** Rio de Janeiro: 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Código Civil. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069compilado.htm#:~:text=tutela%20dos%20adotantes.-,Art.,parentes%2C%20salvo%20os%20impedimentos%20matrimoniais](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm#:~:text=tutela%20dos%20adotantes.-,Art.,parentes%2C%20salvo%20os%20impedimentos%20matrimoniais). Acesso em: 09 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

CASELLATO, Gabriela (Org.). **O resgate da empatia: Suporte psicológico ao luto não reconhecido.** Summus editorial. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://books.google>.

com.br/books?id=4SgCCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\_ge\_summary\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em: 31 out. 2024.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

COSTA, Rebeca. **Para além da Maternidade: outras formas de subjetivação do feminino**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Brasília, Brasília: 2004.

FARAJ, Suane Pastoriza; MARTINS, Bruna Maria Corazza; SANTOS, Samara Silva dos; ARPINI, Dorian Mônica; SIQUEIRA, Aline Cardoso. **“Quero Entregar meu Bebê para Adoção”: o manejo de profissionais da saúde**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 151-159, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/18039/17401>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERREIRA, Francisco Eduardo. **Regulamentação protege mãe e bebê na entrega voluntária para adoção**. Publicado em 09/07/2023. Agência Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/regulamentacao-protege-mae-e-bebe-na-entrega-voluntaria-para-adoacao#%3A~%3Atext%3DNo%20Brasil%2C%20em%202021%20foram%2Ca%20cinco%20casos%20por%20dia>. Acesso em: 26 abr. 2024.

FONSECA, Cláudia. **Mães “Abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis (SC), v. 20, n. 1, p. 13-32, abril, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6bPRT6twHwKnVVrxDRZ6Gtd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos, (1946). **Como elaborar projetos de pesquisa**. Republicação - 6. ed. – São Paulo:Atlas, 2017. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 10 mai. 2024.

IOTTI, Camila de Lucena. **Mães invisíveis: fatores psicossociais que levam mulheres a entregarem os filhos para adoção**. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 5, n. 9, p. 453-471, 7 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/22058/17089>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil (1726-1950)**. In: FREITAS, Marcos (Org.). *História social da infância no Brasil (1998)*. São Paulo: Cortez (2016)

MARIANO, Fernanda Neísa; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. **Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 11-19, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/VH4Yhdg9qJwKPLb7wtNrN5z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2024.

MENEZES, Karla Luna de; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. **Mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes à doação**. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. XI, n. 3, p. 935-965, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v11n3/03.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo:Cortez, 2001.

NASCIMENTO, Rosinete Linhares do. **“Você sabia que se isso acontecesse você estaria sozinha”**: da violência de gênero intrafamiliar no processo de entrega de filhos em adoção. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36341/2/VoceSabiaQueSeIssoAcontecesse\\_Nascimento\\_2020.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36341/2/VoceSabiaQueSeIssoAcontecesse_Nascimento_2020.pdf). Acesso em: 13 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, Gisele Castanheira dos; BATISTIN, Larissa Haick Vitorassi. **A entrega de um filho para adoção: aspectos sociais, psicológicos e jurídicos envolvidos nesta decisão**. Diálogos e Interfaces do Direito-FAG, v. 3, n. 2, p. 29-53, 2020. Disponível em: <https://dir.fag.edu.br/index.php/direito/article/view/69/53>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, Lucinete. **Mulheres que entregam seus filhos para adoção - Os Vários Lados dessa História**, in *Abandono e Adoção - Contribuições para uma Cultura de Adoção*. In FREIRE, Fernando.(Org.). Curitiba,Terra dos Homens, Vicentina, 2001, -. 189/196.

SOUZA, Ana Claudia Oliveira de Lima. **Trocando as lentes: um olhar sobre mulheres e homens que procuram a justiça para entregar uma criança para adoção**. Universidade Católica de Pernambuco. Recife-PE - 2019. Disponível em: [http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1122/2/ana\\_claudia\\_oliveira\\_lima\\_souza.pdf](http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/1122/2/ana_claudia_oliveira_lima_souza.pdf). Acesso em: 08 jun. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

STEFFENS, S. R. **O outro lado da adoção: A perspectiva das mães biológicas diante da entrega do filho para a adoção**. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste, [S. l.], v. 3, p. e19670, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/19670>. Acesso em: 13 jun. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Entrega voluntária para adoção**. Brasília – DF: 2018. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/entrega-voluntaria-de-adoacao>. Acesso em: 08 out. 2024.

WILLE, Mônica Fernanda Neukamp; MAFFEI, Aleksandra Machado. **Mães que entregaram seus filhos para adoção**. Anais I Mostra de Iniciação Científica Curso de Psicologia da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG), 2014. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/ampsic/article/view/1398>. Acesso em: 13jun. 2024.

# Intervenções Psicológicas em Cuidados Paliativos a partir da Perspectiva da Psicologia Existencial: Revisão de Literatura

## *Psychological Interventions in Palliative Care from the Perspective of Existential Psychology: A Literature Review*

Abilene Garcia de Oliveira  
Ana Julia Bariano de Oliveira  
Francielle Vasconcelos Storey  
Gustavo Costantin Florêncio  
Tamara Garcia Macari  
Franciele Cabral Leão Machado

### RESUMO

Neste estudo, é explorada a integração da psicologia existencial na atuação do psicólogo hospitalar, com ênfase no contexto de cuidados paliativos. Dessa forma, o existencialismo valoriza a subjetividade e a realidade concreta do indivíduo, desafiando sistemas abstratos de compreensão do ser humano, como fundamentada por Kierkegaard e Sartre. Visto isso, no contexto hospitalar, é mostrado como uma abordagem que oferece visão humanizada e integral ao paciente, especialmente em cuidados paliativos, no qual o psicólogo hospitalar poderá aplicar os princípios existencialistas, ajudando o paciente a lidar com angústias da finitude, valorizando sua autonomia, subjetividade e dignidade. Ademais, o artigo ressalta que, mesmo que a psicoterapia breve seja comum neste contexto, a abordagem existencial possibilita a elucidação de significados profundos, mesmo com interações de curta duração, promovendo uma intervenção terapêutica eficaz e humanizada.

**Palavras-chave:** psicologia existencial; cuidados paliativos; psicologia hospitalar.



## ABSTRACT

This study explores the integration of existential psychology in the work of hospital psychologists, with an emphasis on the context of palliative care. In this way, existentialism values subjectivity and the concrete reality of the individual, challenging abstract systems of understanding the human being, as founded by Kierkegaard and Sartre. Therefore, in the hospital context, it is shown as an approach that offers a humanized and integral vision to the patient, especially in palliative care, in which the hospital psychologist can apply existentialist principles, helping the patient to deal with the anguish of finitude, valuing their autonomy, subjectivity and dignity. Furthermore, the article points out that, even though brief psychotherapy is common in this context, the existential approach makes it possible to elucidate deep meanings, even with short interactions, promoting an effective and humanized therapeutic intervention.

**Keywords:** existential psychology; palliative care; hospital psychology.

## INTRODUÇÃO

Quais as contribuições da psicoterapia existencial para os cuidados paliativos? Não é distante o tempo em que se iniciou uma percepção mais humana, acolhedora aos pacientes em cuidados paliativos, e mais recente ainda se considerar a atuação do psicólogo como integrante da equipe multiprofissional. Fatos que promoveram uma mudança significativa em benefícios aos pacientes em sofrimento que agregaram ao quadro clínico, uma melhoria na qualidade de vida.

A relevância de materiais científicos que abordem esse tema mostra-se pelo próprio fazer psicológico no âmbito hospitalar, na dinâmica dos atendimentos breves. Pois, trata-se de um campo ainda permeado de um imaginário cultural, ora negativo, ora cheio de misticismo em torno da doença e morte. E tal material fomenta dirimir esses entraves.

Quanto ao papel do psicólogo nos cuidados paliativos, Costa (2018) aponta que o trabalho de acolhimento e assistência não apenas se restringe ao doente, mas um amparo à família também se mostra de suma importância.

Pois, as premissas do cuidado paliativo, segundo Rossi, (2012) ao citar WHO (2002) afirmam que tanto a vida quanto a morte trata-se de processos naturais; e como tal, “não adiam nem adiantam a morte; visam ao alívio da dor e de outros sintomas geradores de angústia; aliam os aspectos psicológicos e espirituais ao cuidado” ao oferecer um tratamento ao paciente, ajudando-o a viver de forma ativa e com autonomia, tendo suas decisões respeitadas até o momento da morte, sendo também suporte à família no auxílio ao enfrentamento da doença e na fase de luto.

Sabe-se que a prática médica de assistência nesse contexto exige um padrão de especialistas, um trabalho que vise a participação da tríade doente-família-equipe médica. O papel do psicólogo, numa perspectiva da psicologia existencial, parte da visão subjetiva da existência humana, onde o enfrentamento do sofrimento, da angústia por encarar a finitude da vida atravessa todo o projeto existencial que se vive, no presente é o de fortalecer

esse paciente na resignificação de seu projeto existencial auxiliando-o em seus recursos emocionais (Costa, 2018).

Para tanto, Silva (2020 *apud* Kon e Albin, 2010) afirma que: “as necessidades dos doentes podem ser organizadas em diversas dimensões: físicas, psicológicas, sociais, espirituais e existenciais”.

O presente estudo objetiva identificar no contexto hospitalar, os manejos de intervenção psicológica em atendimentos breves em cuidados paliativos a partir da perspectiva da psicologia existencial fenomenológica sartriana.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa utiliza como procedimento técnico a revisão narrativa, que possui como principal característica o uso de materiais bibliográficos para obtenção de dados acerca do tema a ser estudado. Para Batista e Kumada (2021), a revisão narrativa “trata-se de uma forma abrangente de consulta às produções”. Ou seja, os materiais bibliográficos como livros, artigos, dissertações, teses, documentos, dentre outras ferramentas semelhantes são utilizados como fonte de informações. Nesse sentido, o presente estudo traçou como objetivo a realização de uma pesquisa descritiva, cuja abordagem para análise das informações é qualitativa, visando assim, a compreensão das informações obtidas e o embasamento teórico para a reflexão acadêmica e ampliação do conhecimento dos leitores acerca do respectivo tema. Por via de regra, os resultados desta abordagem estarão sob o formato de textos, quadros explicativos e relações, que auxiliarão na fundamentação teórica do tema na pesquisa em questão.

Seguindo este parâmetro, a base de dados utilizada neste estudo foi o Google Scholar, SciELO e Lilacs, voltadas para uso acadêmico científico.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, os artigos selecionados passaram por alguns critérios, sendo os de leitura de títulos e resumos, publicados em língua portuguesa e nivelados ao tema de investigação. As palavras chaves utilizadas na busca dos artigos foram consultadas no site de descritores de ciências da saúde, portanto, os descritores utilizados foram: Psicologia Existencial. Cuidados paliativos. Psicologia Hospitalar.

Durante a pesquisa nas bases de dados científicas encontramos 189 publicações entre artigos, dissertações e teses que surgiram como respostas a essa busca.

Foram excluídos 178 artigos através da leitura dos títulos, que não condizem em partes com o assunto abordado na pesquisa, assim como artigos que, após a leitura do resumo não eram compatíveis com os objetivos desta investigação expostos anteriormente.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Psicologia Existencial**

A corrente existencialista manifesta-se com grande intensidade logo após o período da Segunda Guerra Mundial. Neste momento a Europa enfrentava crises de questões



financeiras, morais, sociais, econômicas, e que naturalmente em seu âmago também estava repleta de problemas relacionados às questões psicológicas e existenciais como angústia, desânimo, desespero, ansiedade, entre outros, que emergiram na sociedade.

Diante deste prisma, Penha (2001) explana sobre o surgimento do existencialismo, que até então era uma corrente filosófica, e, no entanto, passou a ser concebido como um estilo de vida, uma nova configuração de comportamento da sociedade. Um movimento existencial de projetar-se para fora, ou seja, para frente, para o futuro, é a filosofia de vida que olha diretamente para a existência humana. Ainda pode-se entender que o existencialismo: “[...] é a doutrina filosófica que centra sua reflexão sobre a existência humana considerada em seu aspecto particular, individual e concreto” (Penha, 2001, p. 11).

Atualmente é evidente o entendimento por parte dos filósofos existencialistas, de que os primeiros pensamentos existenciais foram escritos pelo filósofo Soren A. Kierkegaard (1813-1855), onde afirmava que seria impossível explicar a existência humana através de conceitos e esquemas dentro de um sistema abstrato em que a realidade da existência humana é concreta e não um sistema. Ou seja, o indivíduo conhece a sua realidade não a de outro, e esta apropriação da sua realidade concreta somente pode ser compreendida por ele mesmo. À vista disso, a realidade experienciada pelo indivíduo sempre será subjetiva e esta subjetividade intrínseca ao ser humano é que constitui a sua verdade e a sua responsabilidade (Penha, 2001).

Para Penha (2001) Kierkegaard afirma que a compreensão do ser humano é sem dúvidas a busca pelo conhecimento à sua existência e a sua subjetividade, é o concreto, é o homem enquanto subjetividade. O homem é único em sua singularidade, em sua existência. Para Sartre (1970, p. 5) “(...) concebemos o existencialismo como uma doutrina que torna a vida humana possível e que, por outro lado, declara que toda verdade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana”. Ainda no existencialismo sartreano, “o homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo. É também a isso que chamamos de subjetividade: a subjetividade de que nos acusam” (Sartre, 1970, p. 10).

Dentro dos pressupostos do existencialismo, Sartre dedicou-se a elaborar um método para a psicologia clínica, que pudesse superar os métodos propostos até a sua época, portanto, descreve a psicanálise existencial como forma de interpretar a conexão entre os variados comportamentos, gostos, gestos, emoções e raciocínios do indivíduo, no qual busca tirar um significado que conduzirá ao seu próprio propósito com direção ao um fim, o projeto existencial.

Isso implica que a psicanálise existencial tende a compreender o projeto de ser de cada paciente, uma vez que esse projeto determina o que o representa e para onde tendem os diferentes movimentos do indivíduo (Schneider, 2011). Além de ser uma “(...) forma objetiva de investigar a dimensão de ser do sujeito humano, compreendido enquanto ser-no-mundo, como ser em situação, um singular/universal” (Schneider, 2011, p. 233).

Sartre através do seu livro *o Ser e o Nada*, propôs investigar a realidade humana através do método que, segundo Schneider (2011, p. 19):

(...) traz como aspecto central da compreensão do homem a questão acerca da escolha fundamental que o sujeito faz de si mesmo, a qual se revela em todos os seus atos, pensamentos, sentimentos, concretizando-se no chamado projeto de ser.

Ou seja, um novo método que seria reconhecido como sua psicanálise existencial. Este método sartreano conforme Schneider (2011) teve como objetivo de chegar ao homem concreto, aquele que se projeta a direção a um fim, onde se expressa seu “projeto de ser” e o “saber de ser” coletivo no contexto sociocultural, do qual se transformará através de uma apropriação singular, subjetiva em seu próprio projeto.

Ademais deve considerar o ser humano em suas relações como um homem em situação, no qual por um lado o método sartreano será comparativo, compreensivo e sintético, onde busca estabelecer as diferentes situações da vida do sujeito com a intenção de alcançar o projeto original. E por outro lado este método deverá ser progressivo e regressivo, dialético, onde se considera aspectos da história de vida do sujeito, bem como seu histórico familiar, nível social, e a cultura na qual ele está inserido (Schneider, 2011).

A propósito, no contexto da psicologia hospitalar, acolher o paciente e seu familiar no momento da internação é olhar diretamente para a sua realidade e sua subjetividade. De acordo com Simonetti (2004) o ser humano quando está em processo de enfrentamento de determinada doença, pode impactar em situações psicológicas, subjetivas, e ainda podem se manifestar tanto no próprio paciente quanto em sua família. Por isso, quando o pensamento estiver centrado na subjetividade do indivíduo, pode-se compreendê-lo de fato em sua particularidade, de forma a perceber a sua manifestação subjetiva (Penha, 2001).

Ainda neste ambiente hospitalar é importante ressaltar o risco iminente da morte e como lidar com a família enlutada que fica. Sabe-se que o ser humano é um ser constituído dialeticamente inserido em um meio social, familiar e cultural no qual é construída a sua subjetividade, sendo assim “(...) não podemos tratar do luto sem situar a morte no contexto social e cultural em que ocorre (...)” (Schneider; Castro; Boris, 2017, p. 138), pois é preciso levar em consideração toda a contextualização sócio histórica da pessoa e como esta enfrenta a questão da morte.

O próprio Sartre em sua psicanálise existencial deixa claro que o homem é livre, e aceitar o luto como um modelo “normal” que representa somente consequências de reações fisiológicas defendido por Freud, Lindemann e Bowlby, seria como negar a liberdade do homem. Ainda conforme Schneider; Castro; Boris, (2017, p. 138):

A patologização das reações de luto significa, também, negar a situação sócio-histórica do homem, desconsiderando toda a complexa rede de fatores na qual ele está imerso, ou seja, seu tempo histórico, sua cultura e sua família, entre outros aspectos de sua existência concreta. Supor que todos os homens devam experimentar seu luto em conformidade com critérios diagnósticos é, para usar uma expressão cara a Sartre, dar-lhes um “banho de ácido sulfúrico”.

Ou seja, seria como negar a condição de liberdade do ser humano ao querer que ele passe pelo processo de luto alienado a um sistema ou sociedade que impõe bases ideológicas, que não permite o homem viver a sua subjetividade, sua individualidade e sua liberdade de escolha. Sendo assim, que devemos considerar o luto justamente como qualquer outro fenômeno psíquico, pois este deve ser entendido como sendo produto e produtor do próprio ser humano que tem sua própria liberdade e subjetividade, levando em

consideração o meio social inserido, o próprio contexto histórico e a vida familiar concreta da pessoa enlutada (Schneider; Castro; Boris, 2017).

## Psicologia Hospitalar e os Cuidados Paliativos

A Psicologia Hospitalar e os Cuidados Paliativos são fenômenos que frequentemente se interligam no contexto da hospitalização, especialmente em situações de doenças graves e em estágio terminal. Ambos representam momentos críticos na vida de um indivíduo, que, ao ser hospitalizado, enfrenta uma série de desafios emocionais, psicológicos e físicos.

Durante a hospitalização, o paciente é submetido a um ambiente que frequentemente é percebido como desumano e invasivo, alterando sua rotina e comprometendo sua autonomia e identidade. Angerami-Camon (2010) descreve que a hospitalização pode levar a uma sensação de despersonalização, onde o indivíduo é frequentemente reduzido a um número de leito ou ao nome de sua doença, perdendo sua individualidade e enfrentando procedimentos que muitas vezes não condizem com seu estilo de vida ou necessidades pessoais.

O autor complementa que sua rotina é totalmente alterada por procedimentos invasivos e abusivos, com horários muitas vezes não condizentes com seu estilo de vida; infinitas interrupções para medicações, avaliações, refeições, tirando-lhe o simples direito de dormir e descansar de forma regular; relações sociais e familiares, a depender do caso, sofrem intermitência; além da dor e desalento frente a patologia (Angerami-Camon, 2010).

É nesse cenário que a Psicologia Hospitalar se torna fundamental. O trabalho do psicólogo hospitalar visa atenuar a angústia e o sofrimento do paciente, fornecendo suporte psicológico que ajude na compreensão e enfrentamento da nova realidade imposta pela doença e pela hospitalização. Como Simonetti (2004) aponta, a Psicologia Hospitalar não se limita a tratar apenas doenças de origem psicossomática, mas se dedica a abordar todas as doenças e as subjetividades relacionadas a elas. O enfoque é compreender o indivíduo em sua totalidade, a partir de uma perspectiva biopsicossocial, considerando sua história de vida, contexto social e cultural, personalidade, e recursos de enfrentamento diante da doença.

No que diz respeito a atuação do psicólogo hospitalar na especialidade de cuidados paliativos, ressaltamos que a finitude da vida, sem sombras de dúvidas, é o tema precursor de conflitos existenciais de maior impacto na vida de todo ser humano.

Nessa perspectiva, a pessoa diagnosticada com doença terminal vivencia um processo contínuo e variável, com sintomas intensos e oscilantes, no qual os recursos curativos já se esgotaram. Além da cura, Simonetti (2004) afirma que ainda há muitas intervenções terapêuticas a serem feitas para o paciente tanto do enfoque médico quanto do psicológico, denominadas de Cuidados Paliativos, visando o alívio do sofrimento físico e psíquico, conforto e melhor qualidade de vida.

Pois, os Cuidados Paliativos, importante para o enfrentamento principalmente como preparação para o desligamento da vida, possibilita uma morte tranquila, estimula a elaboração de planos financeiros, familiares, bem-estar físico e mental, estes centrados na realidade cotidiana mais consciente. Salutar para que a finitude da vida seja um processo mais humano e menos vestido de fantasias e medos.

Por conseguinte, o efeito do fenômeno da morte suscita muitas teorias e mistificações. Segundo Kovács (1992) citando Meltzer (1984), os vivos promovem o movimento contínuo de tentativas de superação da morte, num esforço para vencê-la mesmo que não se percebam nessa disputa entre vida e morte. ora personificando a morte em suas alegorias mitológicas, ora em amuletos e talismãs, personificando a morte sob os efeitos de histórias de magias e estabelecendo uma nuance sagrada a essa experiência. Formas diversas de combater a morte até mesmo em rituais e cerimônias formais.

Concomitantemente, a sociedade hodierna mascara os traços da morte, vestindo-se de movimento pelo simples prazer do ter, do desfrutar, do experimentar o momento como se estivesse fadado a uma vida eterna, livre dos poderes da morte. A morte não é prevista como um fenômeno natural, real e cotidiano, pertencente a todos os mortais.

Em virtude disso, segundo Kovács (1992), para além do tabu em torno da morte está o medo. Sendo o medo universal e indubitavelmente alcança a todos os humanos, independente de idade, sexo, nível socioeconômico e credo religioso.

Ademais, tem-se diante do contexto da morte:

O medo da solidão, da separação de quem se ama, o medo do desconhecido, o medo do julgamento pelos atos terrenos, o medo do que possa ocorrer aos dependentes, o medo da interrupção dos planos e fracasso em realizar os objetivos mais importantes da pessoa. São tantos os medos, que algum sem dúvida faz parte de nossa vida (Kovács, 1992).

Para Feifel (1959) citado por Kovács (1992), há alguns fatores influenciadores capazes de conter e ser elaborado o medo da morte como a maturidade psicológica, a capacidade de enfrentamento, a idade, e até o envolvimento religioso. Variáveis tornam o medo mais consciente, no entanto, há aqueles em que permanecem mais latentes e até mesmo difusos.

Assim sendo, a morte evidencia a vulnerabilidade e o medo de deixar a vida, seu papel social, familiares, amigos, os bens materiais, entre outros, diante da incerteza do que virá posteriormente. No entanto, esta temática transpassa as questões espirituais e religiosas, englobando aspectos físicos, psicológicos, significados existenciais e sofrimento do indivíduo e sua rede de apoio (Bifulco; Caponero, 2016).

Portanto, de acordo com o que estabelece a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos (Lei nº52/2012 de 5 de setembro de 2012), os cuidados paliativos são:

Cuidados ativos, coordenados e globais, prestados por unidades e equipes específicas, em internamento ou no domicílio, a doentes em situação de sofrimento decorrente de doença incurável ou grave, em fase avançada e progressiva, assim como às suas famílias, com o principal objetivo de promover o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento físico, psicológico, social e espiritual, com base na identificação precoce e no tratamento rigoroso da dor e outros sintomas físicos, mas também psicossociais e espirituais (Brasil, 2012, p. 5119).

A Organização Mundial de Saúde (2002) defende que o Cuidado Paliativo é uma iniciativa que melhora a qualidade de vida de pacientes e familiares que lidam com doenças crônicas ou ameaçadoras à vida, ao ofertar acolhimento, amparo e alívio das angústias psicológicas acerca dos aspectos existenciais vitais (*apud* Louzada, 2021). Visto que seu

principal objetivo é a busca por um tratamento de qualidade e bem-estar, que valorize a autonomia e a dignidade do paciente, as relações interpessoais entre a tríade paciente-família-equipe, a compreensão à vida e à morte, uma comunicação eficaz e respeitosa, a abordagem multiprofissional, manejos terapêuticos sobre perdas e lutos (Silva, 2020).

Segundo Louzada (2021) ao citar Lourençato (2020, p. 25), a atuação em Cuidados Paliativos é multiprofissional, contando com profissionais da: “psicologia, enfermagem, medicina, serviço social, capelania, fisioterapia e outras especialidades quando adequado”, que, coletivamente, desenvolvem estratégias para aprimorar a qualidade de vida, reduzir o sofrimento e a ansiedade, e oferecer acolhimento aos familiares.

Existem alguns princípios que norteiam o trabalho do Psicólogo Hospitalar em equipe em Cuidados Paliativos, conforme abordam Melo, Valero e Menezes (2013), tais como: proporcionar alívio da e de outros sintomas angustiantes; compreender a morte como um processo natural de todo ser humano; não ofertar medidas terapêuticas dolorosas ao paciente que prolonguem sua vida, muito menos que acelerem sua morte, deixando com que ele vivencie o fim do processo da vida da melhor forma possível, sem dor ou sofrimento emocional; fortalecer o sistema de apoio; auxiliar a família no entendimento da doença e no fortalecimento de recursos de enfrentamento diante do luto; propiciar qualidade de vida e bem-estar do paciente para que viva com dignidade, autonomia e felicidade; e iniciar o protocolo paliativo o mais cedo possível, antes mesmo de medidas mais invasivas, como, quimioterapia e radioterapia.

É importante frisar dois pontos sobre o Cuidado Paliativo em processos de terminalidade. Primeiro, o foco dessa ação não é sobre o tempo, seja ele maior ou menor o que se deseja é a diminuição do sofrimento do paciente e sua rede de apoio (Melo; Valero; Menezes, 2013). E segundo, para que tudo o que foi exposto até agora funcione e traga resultados benéficos, é imprescindível que a comunicação seja “objetiva, clara e constante entre a equipe multidisciplinar de saúde, o paciente e a família, a fim de fortalecer uma relação de empatia e confiança” (Louzada, 2021, p. 29).

Por conseguinte, Simonetti (2004) ao citar Kaplan e Sadock (1995), dispõe sobre alguns manejos psicológico com pacientes terminais, tendo em vista a orientação sobre a enfermidade e cuidados, a elaboração das emoções e conflitos emocionais diante da doença incurável e a ressignificação sobre vida e luto. Os autores fomentam a importância de oferecer informações corretas e apropriadas ao paciente e sua família, permitindo que todos verbalizem seus medos, temores, fantasias, sonhos e desejos, tal como, garanta aos pacientes que não serão abandonados em seu processo final.

É essencial ouvir e colaborar com a compreensão do paciente sobre seus possíveis acontecimentos finais validando suas angústias e sofrimentos, e lhe oferecendo a autonomia e o direito de escolha, de participar e vivenciar esse processo como deseja. Todo paciente tem o direito de se despedir de sua família ou de quem quer que seja, de falar o que sente, o que e como gostaria que fizessem com seus pertencentes ou ainda como gostaria fosse seu ritual de despedida, por exemplo. Também, determinar junto do paciente e família quais são suas prioridades em relação ao tratamento e duas concepções e almejos de qualidade de vida (Melo; Valero; Menezes, 2013).

Em momentos nos quais a pulsão de finitude e o desconsolo e a aflição provenientes dela são preponderantes, há muita dificuldade de se manter esperançoso. Contudo, é de extremo valor que o paciente mantenha a esperança e se sinta amparado. A premissa dos Cuidados Paliativos é zelo especial ao paciente e sua família, enaltecendo suas subjetividades e procurando satisfazer as necessidades de cada pessoa, interligada ao processo de humanização, de que qualquer pessoa tem o direito ao respeito, dignidade e tratamento de qualidade sem sofrimento (Louzada, 2021).

Em suma, a Psicologia Hospitalar e os Cuidados Paliativos estão profundamente conectados no cuidado ao paciente hospitalizado, especialmente em casos de doenças graves e terminais. Ambas as abordagens buscam humanizar o ambiente hospitalar, respeitando as subjetividades e promovendo o bem-estar do paciente, oferecendo um suporte integral que abrange aspectos físicos, emocionais e espirituais, e garantindo que a dignidade e a autonomia do paciente sejam sempre preservadas (Angerami-Camon, 2010; Simonetti, 2004; Louzada 2021).

### **Contribuições da Psicologia Existencial para a Atuação do Psicólogo Hospitalar em Cuidados Paliativos**

Com uma característica peculiar em sua perspectiva de homem, a psicologia existencial, traz como cerne a busca por abarcar a realidade humana sob a ótica da concepção histórico-dialética, a qual versa toda historicidade do sujeito compreendendo-a individual e coletivamente. Deste modo, valoriza as relações do homem em seu contexto psicossocial, sua construção em torno das muitas possibilidades de existir num movimento para aquilo que ainda não é, mas que poderá ser, seu projeto existencial (Leão-Machado, Vaccaro e Freitas, 2021).

Sartre em seu postulado fundou-se na ideia de que a dinâmica psicológica do sujeito se pauta na existência concreta, sempre voltada em relação ao seu entorno, ao mundo real das múltiplas relações, sem o determinismo das experiências do passado, mas numa compreensão fenomenológica de que o regresso a esse passado ajuda a entender o presente sob ótica de um futuro que também se encontra posta no presente em sua totalidade (Schneider, 2006).

São, de certo, as características tão profícuas para uma intervenção em pacientes sob cuidados paliativos, dada a versatilidade existencialista sartreana em compreender a dimensão humana holisticamente, bem como seus métodos que põe em primazia a realidade concreta do sujeito sem perder a subjetividade e emoções, que estabelece um alicerce sólido para a construção de uma dinâmica de atuação psicológica hospitalar permitindo versar entre teoria e prática, entre as intervenções para valorizar as alegrias conquistadas no percurso da vida do paciente, em paralelo as suas problemáticas frente aos desligamentos para aceitação e iminência da morte (Leão-Machado, Vaccaro e Freitas, 2021).

Em se tratando do ambiente hospitalar, pode-se perceber as muitas contribuições da psicologia existencial na atuação do psicólogo clínico.

Segundo Leão-Machado, Vaccaro e Freitas (2021), pode-se destacar o movimento frente ao modelo biomédico biologicista enraizado na clínica médica e psiquiátrica,

onde fragmenta o sofrimento do paciente distanciando de seu contexto biopsicossocial. A psicologia existencial anda em acordo aos preceitos e visão de mundo da PNH, pela concepção de homem psicofísico, que se mostra inteiro como corpo e consciência (Sartre, 2011, *apud* Leão-Machado, Vaccaro e Freitas, 2021). Coaduna, por tanto, a sua concepção humanista e integrada, valorizando a complexidade e singularidade de cada pessoa.

Pode-se destacar também, a abertura ao trabalho multiprofissional onde se submete a integrar-se mais facilmente as direções e tratativas da equipe por entender a importância da clínica ampliada e compartilhar seus conhecimentos para favorecer uma estratégia mais assertiva a cada caso específico.

Outra contribuição é sem dúvida a quebra do paradigma da atuação do psicólogo sob o padrão clínica médica que restrita aos psicodiagnósticos, métodos e técnicas pauta-se num determinismo para o sofrimento humano e põe a práxis psicológica presa a doença em tempo-espaço. Com a inserção da psicoterapia breve e plantão psicológico, o método sartriano vê a possibilidade de ter-se o homem:

(...) como totalidade que se exprime inteira em todas as suas condutas, gostos e gestos nos leva a pensar que, até mesmo em um contexto que demanda a realização de atendimentos psicológicos de curta duração, há a possibilidade de elucidar unidades nas sínteses de suas ações (Leão-Machado, Vaccaro e Freitas, 2021).

Continuam as autoras a elucidar sobre as contribuições em torno da significação da doença entendida como situação-problema que ao fazer uso da queixa em situação de intervenção no atendimento abre-se a possibilidade de ampliar o modo de lidar com o sofrimento ao desmistificar o caso clínico trazendo novas perspectivas de compreensão de si diante do tratamento, fortalecendo os sentidos da existência e das possíveis formas de seu enfrentamento. Contribuição vivida cotidianamente no âmbito hospitalar por essa abordagem contemplar o fenômeno em totalidade.

Destaca-se também a importância do método da psicanálise existencial no contexto hospitalar, por sua forma comparativa de perceber as condutas humanas. Em se tratando de um paciente em cuidados paliativos, ter o contato com as muitas histórias, mesmo que em um atendimento de psicoterapia breve, ou em plantão psicológico, poderá inspirá-lo a assumir novas atitudes, positivar suas perspectivas e revelar sua forma singular de encarar a circunstância. Mesmo sem tempo hábil para um aprofundamento em temas mais complexos de seu projeto existencial, tem-se resultados positivos, ressaltam Leão-Machado, Vaccaro e Freitas (2021).

Nesse sentido, com o acompanhamento do psicólogo hospitalar no período de cuidados paliativos, o paciente tem a possibilidade de reconfigurar sua vida cotidiana, trazer para seu real contexto nova visão sobre a doença, bem como sobre seus traumas e modo de ser, medos e sentimentos.

Assim, poderá entrar em contato com suas crenças cristalizadas, que tanto inviabilizam seu projeto existencial e distancia conseqüentemente da saúde mental tão necessária para o enfrentamento desse momento desafiador. Outro movimento percebido é o despertar para resolver pendências nos relacionamentos familiares conflituosos, desta forma promovendo o luto antecipatório da família o mais saudável possível.

Faz-se presente também os ajustes na vida financeira suscitando um bem estar mental, dirimindo as ocorrências de episódios de ansiedade ou outros sintomas emocionais disfuncionais.

É notório, por tanto, o contato com a finitude da vida mais consciente, conectando-se com aquilo que lhe traz leveza, paz, integralidade e aceitação de suas limitações, sem deixar de desfrutar do que o presente lhe oferece. Não mais tão centrado naquele negativismo por seus medos e fantasias em torno da doença e até mesmo dos tabus que possam existir em decorrência do quadro clínico. Mas, perceber que a vida finda pode oferecer ainda possibilidades de alegrias.

Destarte, a atuação do psicólogo hospitalar numa abordagem da psicologia existencialista mostra-se eficaz e salutar em seus resultados e práxis, uma vez que todas essas contribuições aqui explicitadas não representam a totalidade de suas possibilidades de atuações, pois assim como há infinitude em torno do fazer-se existir, há uma dinâmica intensa nas muitas possibilidades da dupla terapêutica paciente-psicólogo no contexto hospitalar.

Sendo muito abrangente a atuação do psicólogo em ambiente hospitalar, atravessado por tantos desafios vê-se a necessidade do *know-how*, bem como de uma constante autoavaliação e busca pelo aprimoramento ora debruçado em leituras, ora numa contínua formação acadêmica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos cenários socioculturais, a morte é, em sua maioria, considerada um tabu. Percebida como algo que gera sentimentos de desconforto e evitação, ela provoca também atitudes de negação, encaradas como um mecanismo de defesa frente aos sentimentos e temores evocados pela palavra. Entretanto, falar sobre as doenças que ameaçam a vida e sobre a morte é, na verdade, uma preparação emocional para lidar com o significado e as transformações subsequentes.

Alguns aspectos abordados neste estudo nos permitem compreender, de forma holística, o sofrimento humano diante dessas doenças, além de destacar a pluridimensionalidade da atuação do profissional de psicologia no que tange à finitude humana. É fundamental ressaltar a importância de uma equipe interdisciplinar que, tanto para os pacientes quanto para os familiares, ofereça um cuidado humanizado e que proporcione qualidade de vida.

A Fenomenologia pressupõe caminhar junto a esse outro. Ela nos convoca a nos posicionarmos para além dos parâmetros métricos, projetivos e comportamentais. Chamar o profissional a refletir sobre si mesmo como ser humano investido de uma profissão e, assim, possibilitar uma das maiores experiências presentes em situações de Cuidados Paliativos. Portanto, não é a morte que move essa processualidade existencial, mas a vida, porque, enquanto houver vida, é com vida que iremos trabalhar.



## REFERÊNCIAS

- ANGERAMI-CAMON, V. A. O Psicólogo no Hospital. *In*: ANGERAMI-CAMON, V. A (Org.). **Psicologia Hospitalar: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 1-14.
- BATISTA, L. dos S.; KUMADA, K. M. O. **Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica**. Revista Brasileira de Iniciação Científica, [S. l.], v. 8, p. e 021029, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- BIFULCO, V. A.; CAPONERO, R. **Cuidados Paliativos: Conversas sobre a vida e a morte na saúde**. 1 ed. Barueri, SP: Minha Editora, 2016.
- COSTA, Carolina, *et al.* **O papel do psicólogo nos cuidados paliativos com enfoque na psicologia existencial**. UNIVAG- Centro Universitário. Edição 2018: TCC – Psicologia. Disponível em: <https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/421>.
- Decreto Lei nº 52/2012 de 5 de Setembro. *Diário da República* nº 172/2012 - 1a Série. Assembleia da República. Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/09/Lei-n-52-2012-%E2%80%93-Assembleia-da-Rep%C3%ABlica-%E2%80%93-Lei-de-Bases-dos-Cuidados-Paliativos.pdf>.
- LOUZADA, T. G. **As contribuições da Psicologia na atenção à pessoa em Cuidados Paliativos e no Acolhimento de seus familiares à luz da Perspectiva Existencial**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema, 2021.
- MACHADO, Franciele Cabral Leão, VACCARO, Marina Meneguetti e FREITAS, Sylvia Mara Pires. **Atendimentos Psicológicos Breves em Instituições Públicas de Saúde: Contribuições do Existencialismo Sartriano**. Psicologia: Ciência e Profissão. v. 41 (n.spe 4), e211479, 1-12. Maringá-PR: 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003211479>
- MELO, A. C.; VALERO, F. F.; MENEZES, M. **A intervenção psicológica em cuidados paliativos**. Psicologia, Saúde & Doenças. v. 14, n. 3, p. 452-469, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/362/36229333007.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.
- PENHA, J. **O que é Existencialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 2001.
- ROSSI, L. **O cuidado prestado pela equipe de saúde à terminalidade de uma adolescente com câncer em cuidados paliativos: uma análise existencial das vivências da mãe à luz da ontologia fundamental de Martin Heidegger**. FFCLRP - Departamento de Psicologia e Educação - (Pós-Graduação em Psicologia). Ribeirão Preto - SP: 2012. Disponível em: [https://www.ffclrp.usp.br/imagens\\_defesas/06\\_08\\_2012\\_\\_15\\_47\\_33\\_\\_61.pdf](https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/06_08_2012__15_47_33__61.pdf)
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a Psicologia Clínica**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- SCHNEIDER, Daniela. CASTRO, Fernando. BORIS, Georges Daniel Bloc. **J.-P. Sartre e os Desafios à Psicologia Contemporânea**. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/320297767\\_-P\\_SARTRE\\_E\\_OS\\_DESAFIOS\\_A\\_PSIKOLOGIA\\_CONTEMPORANEA](https://www.researchgate.net/publication/320297767_-P_SARTRE_E_OS_DESAFIOS_A_PSIKOLOGIA_CONTEMPORANEA). Acesso: 14 set 2024.
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Liberdade e dinâmica psicológica em Sartre**. Natureza Humana 8(2): 283-314, jul.-dez. 2006.

SILVA, M. L. C. R. **As necessidades dos familiares e doentes em cuidados paliativos: desenvolvimento de um protocolo de intervenção psicoexistencial inspirado na “Life Review”**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2020.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar: o Mapa da Doença**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOVÁCS, Maria Júlia. (coord). **Morte e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

# A Influência das Redes Sociais na Saúde Mental de Adolescentes e Jovens

## *The Influence of Social Media on the Mental Health of Adolescents and Young People*

**Jéssica Aparecida Manieri**

*Acadêmicas do 5º Ano do Curso de Psicologia do Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

**Letícia Fernanda Valério Fontes**

**Flávio Augusto Ferreira de Oliveira**

*Doutor em Psicologia (Desenvolvimento humano e processos educativos) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto do Curso de Psicologia do Centro Universitário Ingá (UNINGÁ)*

### RESUMO

Este artigo é uma produção teórica, bibliográfica, com base na Psicologia Histórico-Cultural, que procura investigar a influência das redes sociais sobre a saúde mental de adolescentes e jovens, enfocando aspectos sobre dependência tecnológica, isolamento e impactos sobre a autoestima e autoimagem de tal público. O texto evidencia que as redes sociais integram a vida cotidiana de grande parte dos adolescentes e jovens, oferecendo tanto oportunidades para crescimento pessoal quanto influências negativas sobre a saúde mental dos mesmos. Nesse sentido, o presente artigo pretende explorar as maneiras pelas quais as redes sociais podem impactar as vivências desses grupos, bem como discutir, com base nas contribuições teóricas da Psicologia Educacional e do Desenvolvimento, os prejuízos que as novas tecnologias digitais podem acarretar sobre o desenvolvimento psíquico de tais indivíduos.

**Palavras-chave:** psicologia do desenvolvimento; adolescência; redes sociais; saúde mental.

### ABSTRACT

This article is a theoretical and bibliographical production, based on Historical-Cultural Psychology, that seeks to investigate the influence of social media on the mental health of adolescents and young people, focusing on aspects of technological dependence, isolation and impacts on the self-esteem and self-image of this public. The text shows that social media are



part of the daily lives of most adolescents and young people, offering both opportunities for personal growth and negative influences on their mental health. In this sense, this article intends to explore the ways in which social media can impact the experiences of these groups, as well as discuss, based on the theoretical contributions of Educational and Developmental Psychology, the damage that new digital technologies can cause to psychic development of such individuals.

**Keywords:** developmental psychology; adolescence; social media; mental health.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é uma produção teórica, bibliográfica, com base na Psicologia Histórico-Cultural, que procura investigar a influência das redes sociais sobre a saúde mental de adolescentes e jovens, enfocando aspectos sobre dependência tecnológica, isolamento e impactos sobre a autoestima e autoimagem de tal público. O texto evidencia que as redes sociais integram a vida cotidiana de grande parte dos adolescentes e jovens, oferecendo tanto oportunidades para crescimento pessoal quanto influências negativas sobre a saúde mental dos mesmos.

Nesse sentido, o presente artigo pretende explorar as maneiras pelas quais as redes sociais podem impactar as vivências desses grupos, bem como discutir, com base nas contribuições teóricas da Psicologia Educacional e do Desenvolvimento Humano, os prejuízos que as novas tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) podem acarretar sobre o desenvolvimento psíquico de tais indivíduos.

Pretende, ainda, demonstrar as possibilidades de combate a esses prejuízos e o papel da psicologia nesse processo de enfrentamento, apontando para as suas contribuições, por meio de formas de prevenção, intervenção e tratamento.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando-se os objetivos propostos, a presente pesquisa partiu de uma varredura em busca de artigos científicos centralizados no tema em questão: “a influência das redes sociais na saúde mental de adolescentes e jovens”. Foram utilizados vários mecanismos de pesquisa *online* na procura por informações científicas na grande área das Ciências Humanas, na área da Psicologia e nas subáreas da Psicologia Educacional e da Psicologia do Desenvolvimento Humano, tais como o Google Acadêmico e o *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), por meio dos quais foram selecionados artigos científicos, que tratassem do referido tema ou afins, alguns deles citados como referências, bem como pesquisas relevantes com contribuições diretas para a elaboração deste texto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

É perceptível que, na atualidade, o uso das redes sociais se tornou frequente e, muitas vezes, necessário em nosso processo de comunicação, seja na vida cotidiana, nos

estudos ou no trabalho. Plataformas como WhatsApp, Facebook, Instagram e TikTok são exemplos de redes sociais muito utilizadas em nossos dias, especialmente por adolescentes e jovens.

As novas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) possibilitaram uma transformação significativa na vida das gerações atuais, pois trouxeram meios diferenciados para o acesso às informações em tempo real, além de permitirem interações entre indivíduos das mais diferentes regiões do planeta.

Conforme explica Barros (2016), houve grande aceitação dessas ferramentas de comunicação, ocasionando um envolvimento contínuo e crescente da população com essas novas maneiras de se comunicar e interagir, de modo que a internet e as redes sociais vêm ampliando cada vez mais os círculos virtuais de relacionamento, bem como diminuindo, a níveis nunca antes vistos, as distâncias entre os indivíduos sem que, para isso, necessitem deixar a localidade onde moram para interagirem, num fenômeno chamado desterritorialização.

Com o aprimoramento e avanços na utilização das novas tecnologias e plataformas de comunicação, traduzidas popularmente como redes sociais, diversas transformações já são percebidas na vida cotidiana, principalmente no que se refere aos adolescentes e jovens. Essa nova realidade pode trazer implicações positivas ou negativas, sejam elas do ponto de vista físico, social ou psicológico.

Para Bráulio, Avelar e Silva (2023), em tal cenário ficam evidentes os impactos negativos que a utilização progressiva e, por vezes, desenfreada das redes sociais pode causar na vida do público adolescente e juvenil. Tais impactos podem gerar desde alterações físicas nesses indivíduos, como sedentarismo e prejuízos no sono, mudanças e déficits sociais, como isolamento e dificuldades na comunicação, além de danos à saúde mental, assuntos que serão investigados mais profundamente no próximo tópico.

De fato, a internet e suas redes sociais se tornaram sinônimas de possibilidades de socialização e interação como jamais visto na História. Tais ferramentas permitem um espaço no qual adolescentes e jovens, mais facilmente seduzidos pelas novidades e transformações tecnológicas, podem se tornar pertencentes a determinados grupos, expressar suas vontades e ideias e se conectar permanentemente com seus pares sem que, necessariamente, sejam identificados ou repreendidos por suas opiniões.

Isso se explica, pois, segundo Elkonin (1987), quanto ao desenvolvimento humano, a atividade principal do período da adolescência é justamente a comunicação íntima e pessoal com os pares, algo potencializado sobremaneira pelas redes sociais e pela crescente capacidade e rapidez da internet, a qual permite, além da troca de mensagens de texto, videochamadas com precisão e velocidade quase idênticas à realidade presencial.

Nessa perspectiva, de acordo com Bráulio, Avelar e Silva (2023), os espaços virtuais vêm se tornando cada vez mais atraentes e interessantes para os adolescentes e jovens, à medida que esse público os utiliza para reafirmar suas crenças e necessidades. No entanto, a utilização excessiva das redes sociais se caracteriza como um problema para essa faixa-etária, pois modifica suas formas de relacionamento, gera a diminuição progressiva das relações sociais presenciais e leva à referencialização de si mesmo nessas

plataformas, ou seja, estimula a formação da identidade e a busca pela aceitação em tais contextos, criando ilusões sobre si e sobre os outros.

Para as autoras, tais fatores condicionam uma série de consequências no que diz respeito à saúde mental individual. A exposição contínua de adolescentes e jovens às redes sociais, que não raramente retratam imagens idealizadas tanto de pessoas quanto de ambientes e situações, pode ocasionar comparações sociais negativas e atrapalhar seu desenvolvimento, resultando em sentimentos de inadequação e prejudicando sua autoestima, sobretudo quando esses jovens passam a comparar as suas vidas com as idealizações transmitidas por aqueles que são considerados modelos a serem seguidos – os influenciadores.

Almirão, Huayanca e Strauss (2023), em concordância, sustentam que as redes sociais, com certa frequência, propagam padrões de sucesso e beleza que acabam ampliando os impactos negativos sobre a autoimagem dos adolescentes e jovens, pois a exposição constante desse público a modelos de vida com muito dinheiro e estilos de vida alternativos, bem como a imagens corporais consideradas como ideais, pode ser correlacionada a uma redução significativa da autoestima e a um aumento nos transtornos relacionados à busca por padrões sociais de beleza, possibilitando sentimentos de não pertencimento e insegurança social.

As autoras também afirmam que a autoestima e o estado de bem-estar estão diretamente atrelados aos relacionamentos estabelecidos. Sendo assim, se o indivíduo recebe grande quantidade de respostas negativas em suas publicações ou fotografias, socializadas nessas mesmas redes, é possível que essa negatividade venha a afetar suas vivências no mundo concreto, desencadeando alterações no humor, distorções na imagem corporal, dentre outros problemas.

Em síntese, a exposição exagerada do público adolescente e juvenil às redes sociais configura um cenário propício para déficits em termos de saúde mental e física, redução de habilidades sociais e desenvolvimento de transtornos psicológicos graves, como veremos a seguir.

## **Redes Sociais e Saúde Mental**

Conforme explicam Abjaude et al (2020), o tipo de conteúdo publicado e consumido pelos usuários das redes sociais impacta diretamente na saúde mental, pois muitas publicações reforçam o status social, o consumismo e padrões narcísicos de vida que têm contribuído com o aumento na prevalência de vários transtornos psiquiátricos entre as gerações mais jovens. Disso, depreende-se que as inevitáveis comparações, presentes no universo das redes sociais, acabam favorecendo o aparecimento de pressões sociais (ou virtuais) pelo mesmo reconhecimento, aprovação e sucesso encontrado em figuras famosas ou de muito prestígio, pois a busca contínua por seguidores, comentários e curtidas, que são os pilares que impulsionam tais plataformas, pode criar no adolescente e no jovem uma dependência da aprovação externa para a manutenção de sua autoestima. Tal pressão afeta negativamente a saúde mental, fazendo crescer os níveis de ansiedade, os autojulgamentos distorcidos e o isolamento social, culminando em sentimentos de insuficiência e desqualificação para as mais diferentes ocasiões.

Além disso, outro grave problema citado por Abjaude et al (2020) é um transtorno mental bastante recorrente nesse contexto: a depressão. Tal transtorno pode se manifestar frente à sensação de insuficiência, bem como perante assédios (cyberbullying – o qual será mais bem detalhado no próximo item). O transtorno depressivo em adolescentes e jovens, decorrente do uso de redes sociais, em geral cria situações de isolamento social e, em casos mais graves, pensamentos suicidas.

Dessa maneira, tomando como base a Psicologia Histórico-Cultural, sabe-se que a formação da identidade do indivíduo é constituída por meio de sua interação com o ambiente social e cultural. Nesse sentido, se as redes sociais propagam padrões de comportamento e beleza que criam uma pressão significativa para que os mais jovens sejam aceitos e reconhecidos, as comparações constantes com esses padrões, muitos dos quais fora da realidade, é capaz de distorcer a percepção que os adolescentes e jovens possuem de si mesmos e de suas capacidades particulares. De acordo com Abjaude et al (2020), esses fatores podem acarretar uma série de problemas e afetar diretamente a saúde mental desses indivíduos, prejudicando o seu desenvolvimento psíquico e suas relações sociais.

Para a teoria histórico-cultural, especialmente para o seu idealizador e principal nome, Lev Vygotski (1896-1934), no início da adolescência o indivíduo não está plenamente desenvolvido, pois além de alguns de seus sistemas estarem imaturos, seu pensamento ainda não atingiu os verdadeiros conceitos com eficiência, ou seja, o adolescente ainda não é capaz de pensar abstratamente no mais alto nível, devido à falta de aprendizagens e vivências suficientes, o que explica sua imaturidade intelectual, impulsividade e inconsequência. Para Vygotski (1996), o controle voluntário do comportamento não ocorre de modo orgânico, natural, mas faz parte de um longo processo de aprendizagem mediado socialmente, de modo que se o adolescente não for educado para controlar sua atividade, negando seus impulsos em função daquilo que é socialmente útil, ela sempre tenderá para o caminho mais fácil, agradável e prazeroso, como se vê, atualmente, no poder hiper estimulante e sedutor das redes sociais.

Isso tudo se reflete em situações como na falta de controle no tempo de uso de telas, na inexistência ou dificuldade de discernimento entre o que é proveitoso ou não no universo virtual e no uso indiscriminado das redes sociais. De acordo com Cunha, Resende e Silva (2022), o ato de acessar regularmente tais redes é considerado bastante prazeroso pelos adolescentes e jovens, pois, nessas plataformas, os mesmos se apresentam do modo que desejam, editam ou modificam sua realidade conforme o que mais lhes interessa e personalizam sua imagem da maneira que consideram mais satisfatória perante os outros.

Os autores também salientam que a internet concede acesso a uma infinidade de conteúdos atraentes e informações capazes de gerar entusiasmo e satisfação imediata em seus usuários, porém, no longo prazo, seus efeitos podem ser muito perigosos, principalmente em relação à saúde mental, pois o público mais jovem tende a manter a representação de situações passadas de forma muito vívida, especialmente as negativas, bem como se espelhar em identidades que não correspondem à realidade vivenciada por eles próprios diariamente, levando a frustrações e angústias quando da busca por manter tais ideais a qualquer custo.

Com respeito aos padrões de beleza estabelecidos socialmente ou, mais especificamente, nas redes sociais, Cunha, Resende e Silva (2022) consideram que, em muitos casos, esses referenciais são ilusórios ou desproporcionais à realidade, mas, mesmo assim, acabam se perpetuando pela internet, o que pode levar seus seguidores a distúrbios alimentares e, até mesmo, a transtornos de imagem corporal em função de seus modelos. A exposição excessiva a padrões idealizados de beleza, estilo de vida e conduta pode contribuir para a insatisfação com a própria aparência, gerando problemas na autoestima de adolescentes e jovens.

Vale lembrar que as redes sociais dispõem de mecanismos que proporcionam a utilização de tecnologias avançadas, como filtros e editores de fotografias, os quais são capazes de corrigir imperfeições estéticas e diferenças corporais que dão origem a padrões de beleza humanamente inatingíveis. Conforme destaca Freitas (2023), a utilização exacerbada dessas tecnologias cria, no adolescente ou jovem, uma necessidade de corrigir constantemente traços de sua aparência, com o objetivo de ser aprovado pelo público das redes sociais, gerando, ao mesmo tempo, muito sofrimento para se manter em tal padrão. Para a autora, à medida que os jovens e adolescentes ficam expostos a mensagens consideradas prejudiciais, eles passam a demonstrar insatisfação com a vida que levam ou consigo mesmos, sobretudo com a aparência, o que pode conduzir à degradação de seu bem-estar emocional e de sua saúde mental.

Em muitos casos, conforme alertam Comin, Soares e Mombelli (2024), tais ideais de vida e de corpo, perpetuados pelas redes sociais, fazem com que, cada vez mais cedo, adolescentes e jovens recorram a diversos procedimentos estéticos para se sentirem mais aceitos no universo virtual e social, como a dietas agudas e sem o devido acompanhamento médico ou nutricional, a cirurgias plásticas e ao uso indiscriminado de medicamentos e substâncias proibidas, buscando atingir padrões, não raramente, inalcançáveis. Os autores sustentam que a pressão para manter uma imagem corporal dentro de padrões idealizados, bem como a constante comparação com influenciadores famosos, ricos ou outros usuários de destaque, são fatores que contribuem para o surgimento de sintomas relacionados aos transtornos de ansiedade e depressão em tal faixa-etária, a qual é mais suscetível ao desenvolvimento de patologias ligadas a problemas de autoestima.

De acordo com Vygotski (1996), é na puberdade que se acentuam as transformações corporais (biológicas) que afetam não somente o corpo, mas todo o processo de desenvolvimento psíquico e social do indivíduo, impactando no surgimento da adolescência (enquanto fruto de exigências sociais) e na construção da identidade, de modo que a relação do adolescente com seu próprio corpo e com as exigências externas é definitiva para a formação de sua personalidade.

Nessa mesma linha, Aguiar e Ferreira (2022) comentam que, em tal período do desenvolvimento, o adolescente tende a elaborar sua autoimagem a partir da influência exercida pelos seus pares. Assim sendo, ao se comparar com os outros, o adolescente começa a desenvolver sua própria percepção corporal e conscientização de sua imagem. Nessa comparação, quando os resultados não ficam dentro do esperado pelo indivíduo, o mesmo pode se sentir ansioso e deprimido por não corresponder, agora, às suas próprias expectativas, pautadas, no entanto, pela aprovação e padrões impostos exteriormente, advindos do universo virtual e das exigências das redes sociais.



Para Bráulio, Avelar e Silva (2023), há outros fatores que também podem desencadear ansiedade e depressão no contexto das redes sociais. A exposição excessiva a essas tecnologias, especialmente na etapa da adolescência, suscita o surgimento de problemas de ordem psicológica, como angústias, decepções e frustrações, vulnerabilizando o indivíduo quanto à dependência do virtual e o levando a compreender o mundo a partir de uma realidade paralela. Isso, por consequência, o afasta do contato social concreto (face a face) e facilita o aparecimento de transtornos de ansiedade, depressão e condutas antissociais, além de outros distúrbios de comportamento, como dificuldades relativas ao sono, agressividade e características narcisistas.

Apesar desses aspectos, é importante esclarecer que as redes sociais também possuem pontos positivos, visto que elas podem ser utilizadas para atender às necessidades sociais e de satisfação de adolescentes e jovens. No entanto, quando utilizadas em excesso ou de maneira arbitrária, tendem a gerar problemas à saúde mental desse público, sendo necessário, portanto, cuidado e atenção quanto ao uso correto de tais ferramentas, visando mitigar seus pontos negativos.

## Redes Sociais e Cyberbullyng

Outro importante ponto a ser mencionado no contexto das redes sociais é o cyberbullying, o qual é disseminado nesse universo e acontece a partir de ataques pessoais e comentários hostis de um ou mais indivíduos contra outro(s). Trata-se, segundo Azevedo (2022), de um problema grave, que pode contribuir severamente para o surgimento de ansiedade e depressão entre os mais jovens, de modo que os ataques, mesmo que venham de pessoas completamente desconhecidas, influenciam negativamente no comportamento e saúde mental das vítimas desse fenômeno, pois tais investidas demonstram que os agredidos psicologicamente, em tese (segundo a sua própria ótica), não alcançaram a aprovação e a aceitação que buscavam, incidindo em sentimento de frustração e incapacidade.

Azevedo (2022) também observa que as plataformas digitais possibilitam que sejam orquestrados ataques anônimos e repetitivos de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo. Esses ataques podem ocorrer tanto relacionados a características físicas quanto morais ou emocionais das vítimas, tendo o claro objetivo de intimidar, humilhar, desprestigiar ou difamar essas pessoas. A autora ainda ressalta que, geralmente, tais ataques acontecem em uma determinada rede social, mas podem se disseminar para outras a qualquer momento.

Já Fidalgo (2018) afirma que o cyberbullying é um problema que vem aumentando com o próprio crescimento das redes sociais nos últimos anos, tendo como consequência prejuízos significativos à saúde mental de adolescentes e jovens vítimas desse processo, possuindo, inclusive, relações diretas com casos de suicídio. Isso ocorre porque a natureza invasiva e persistente desses ataques contribui para o afloramento de sentimentos autodestrutivos, dentre eles, menos valia, vergonha, medo e insegurança, tornando as vítimas mais propensas a comportamentos negativos, ou mesmo, extremos.

Para Silva et al (2023), o cyberbullying pode afetar negativamente a formação da identidade e o bem-estar dos adolescentes e jovens. Isso acontece porque as práticas culturais, mesmo no âmbito das redes sociais, acabam por influenciar o comportamento e o

desenvolvimento individual, de modo que se as interações são hostis, a formação cognitiva, emocional e social dos sujeitos tende a também ser negativa, levando a consequências severas, tais como ansiedade, isolamento social e depressão. Na adolescência, tais relações são particularmente prejudiciais, pois se somam às já difíceis transformações que acontecem em tal período, como as biológicas, da puberdade, e psicossociais, da adolescência. Essa última é considerada por Vygotski (1996) como a etapa mais crítica do desenvolvimento humano, tendo em vista a sua importância e complexidade.

A Psicologia Histórico-Cultural compreende que a socialização, mediada por práticas culturais, instrumentos, signos, símbolos e interações sociais, é constituinte do desenvolvimento humano e da formação da identidade individual. Nesse sentido, se o cyberbullying passa a fazer parte desse processo, colocando-se entre os meios interno e externo, pode alterar as dinâmicas de socialização e impactar na humanização do indivíduo, gerando problemas ao seu desenvolvimento psíquico e, conseqüentemente, às suas relações sociais, ameaçando não só a sua saúde mental, mas a sua própria vida. De acordo com Silva et al (2023), a exposição de adolescentes e jovens a ataques e críticas no ambiente das redes sociais, ainda que esporadicamente, pode prejudicar a constituição de uma identidade saudável, positiva e estável, levando a comportamentos destrutivos contra si ou contra outrem.

Portanto, é possível dizer que o cyberbullying pode ocorrer com qualquer pessoa que acessa as redes sociais. No entanto, afeta de maneira mais sensível e profunda os adolescentes e jovens, os quais são mais aptos a compreenderem sarcasmos, brincadeiras de mau gosto ou intimidações do que as crianças, porém, por outro lado, são mais frágeis intelectual e emocionalmente do que os adultos, ficando mais vulneráveis a esse fenômeno. Por isso, há a necessidade de ações preventivas, de enfrentamento ao problema e de acolhimento às vítimas, para que tais comportamentos não permaneçam nem prevaleçam nas redes sociais.

## Dependência Tecnológica e Ações da Psicologia

Conforme já mencionado, a utilização em excesso das redes sociais produz impactos negativos na vida de adolescentes e jovens, dentre eles, a dependência tecnológica, também chamada de nomofobia. Maziero e Oliveira (2016) explicam que o termo nomofobia, de origem inglesa, está relacionado principalmente com o uso do *smartphone*, e representa a abreviação da expressão “*no mobile phone phobia*”, pois se refere ao temor patológico de ficar sem o dispositivo. Dessa forma, segundo os autores, a partir do momento em que os telefones celulares começaram a agrupar recursos de computadores – transformando-se em telefones inteligentes (*smartphones*) – sua principal função, a comunicação por voz, passou a ser cada vez menos utilizada, fazendo eclodir pelo mundo comportamentos desadaptativos associados ao uso irrestrito do aparelho.

De fato, os recursos oferecidos pelos smartphones passaram a ser tão estimulantes aos sentidos e à própria vida pessoal, dentre eles as redes sociais, que ficar horas a fio diante de tais aparelhos se tornou absolutamente atraente ou até mesmo necessário para grande parte da população, gerando, como subproduto, uma gama de reações negativas e comportamentos inadequados associados a esses instrumentos. Por tais razões, a

psicologia desempenha um papel significativo na diminuição desses impactos negativos, especialmente sobre adolescentes e jovens, prevenindo novos casos de dependência tecnológica, com destaque às redes sociais, e tratando situações já instaladas e extremas, como a nomofobia.

No campo da prática, a psicologia oferece algumas ações que podem mitigar as influências negativas que as TDICs exercem sobre a saúde mental e autoestima de adolescentes e jovens. Algumas delas são descritas por Nabuco, Góes e Lemos (2020) e podem ser divididas em três grandes grupos: 1) prevenção, 2) intervenção e 3) tratamento.

O primeiro deles, segundo os autores, envolve a prevenção. Diz respeito ao desenvolvimento de estratégias educacionais de conscientização voltadas para a manutenção de habilidades que possam minimizar os riscos associados à utilização das redes sociais. Essas habilidades incluem ações voltadas para a alfabetização digital e uso consciente das TDICs, o que significa levar informações importantes a esses indivíduos, relacionadas à utilização saudável dessas ferramentas tecnológicas, controlando o tempo, as formas de exposição, o que publicar e como lidar com as publicações lá presentes. Além disso, essas estratégias de prevenção podem ter um enfoque positivo, buscando fortalecer as habilidades pessoais e sociais, auxiliar o indivíduo a lidar com os desafios e pressões presentes nas redes sociais, gerar resiliência emocional e evitar o aparecimento de alguns transtornos mentais, tais como a ansiedade e a depressão.

Já quanto à intervenção, psicologia pode desenvolver estratégias de curto prazo, com atuações individuais ou em grupo, promovendo seminários ou workshops sobre autovalorização, habilidades e assertividade no uso das novas tecnologias digitais. Além disso, segundo Nabuco, Góes e Lemos (2020), a psicologia, em contato com os próprios adolescentes, familiares ou educadores, pode auxiliar no desenvolvimento de técnicas de regulação emocional e gerenciamento de estresse, criando programas em comunidades e escolas com o objetivo de minimizar ou extinguir os problemas decorrentes do mau uso das TDICs.

Finalmente, com relação ao tratamento, Nabuco, Góes e Lemos (2020) destacam que a psicologia é indicada para os adolescentes ou jovens que apresentam sinais importantes da presença de transtorno em decorrência do uso das TDICs e redes sociais, seja em função do excesso, do cyberbullying, do efeito de comparação ou de lidar com conteúdo indesejáveis. Nesse contexto, primeiramente, é necessário se chegar ao diagnóstico e, posteriormente, trabalhar psicoterapeuticamente para auxiliar na reestruturação emocional e cognitiva dos indivíduos afetados, bem como no desenvolvimento de uma relação saudável com essas ferramentas tecnológicas. Além disso, em se tratando de casos graves, diagnosticados como nomofobia, transtorno de ansiedade, depressão ou outros (relacionados às TDICs ou, especificamente, às redes sociais), é necessário que um profissional habilitado da área clínica, desenvolva um plano contínuo de ação terapêutica para auxiliar o adolescente ou jovem a superar o transtorno, acolhendo-o e o acompanhando individualmente.

Além desses fatores, os autores ainda ressaltam que a psicologia pode orientar familiares e educadores a como lidar com a utilização de redes sociais em excesso por parte de seus filhos ou alunos, sejam eles crianças, adolescentes ou jovens. Os pais, familiares ou professores podem ser orientados a observar, de perto, o quanto os indivíduos

se utilizam dessas ferramentas tecnológicas e passar a controlar com mais frequência o tempo de tela diário, seja em casa ou na escola. Podem, também, observar as relações estabelecidas, se as crianças, adolescentes ou jovens tentam, a qualquer custo, fazer parte de um padrão de beleza ou de comportamentos, ou, ainda, se praticam ou se são vítimas de ataques a/de outros indivíduos na internet. As orientações podem auxiliar famílias e instituições educacionais a lidarem melhor com tal problema, diminuindo sua incidência.

Com efeito, é possível observar que a psicologia tem contribuições ativas para a o enfrentamento dessa problemática, considerada por Nabuco, Góes e Lemos (2020) como um mal que, infelizmente, deve assolar o século XXI. No entanto, por meio da prevenção, intervenção e tratamento, a psicologia pode auxiliar os adolescentes e jovens a utilizarem as redes sociais e a TDICs de maneira mais consciente, produtiva e saudável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em todo o exposto, pode se concluir que as redes sociais têm o poder de impactar de maneira profunda a autoestima e a saúde mental dos adolescentes e jovens. A compreensão desses efeitos negativos na utilização das mesmas é essencial para promover o uso saudável e a inserção correta desses indivíduos no mundo das novas tecnologias digitais da informação e da comunicação, mitigando seus pontos negativos e evitando prejuízos à saúde e desenvolvimento mental dos mesmos.

Cabe ressaltar que a utilização das redes sociais de maneira assertiva e saudável implica em uma conscientização sobre o quanto os adolescentes e jovens podem se deixar influenciar por essas tecnologias, aproveitando o que há de melhor nesse universo, por exemplo, a sociabilidade, ao invés do isolamento. Nesse sentido, a tecnologia não deve ser vista como vilã, mas sim o seu mau uso, o qual, de fato, aponta para o ser humano e suas relações, muitas vezes marcadas pela desigualdade, exploração e violência em todas as suas formas e expressões.

Em resumo, é possível dizer que as redes sociais, assim como quaisquer outras tecnologias, como uma faca, tesoura ou martelo, foram criadas para satisfazer necessidades sociais (civilizatórias) e produtivas (de trabalho) do ser humano. Todavia, também têm o potencial de serem usadas como armas, dependendo de quem as conduz, o que aponta para o decisivo papel da educação nesse processo. Que saibamos, portanto, utilizá-las de modo consciente.

## REFERÊNCIAS

ABJAUDE, S. A. R. *et al.* Como as Mídias Sociais influenciam na Saúde Mental? *Saúde Mental Álcool e Drogas*, São Paulo, v. 16, n. 1, 2020.

AGUIAR, B. R.; FERREIRA, D. J. S. Influência das redes sociais na imagem de adolescentes: uma revisão integrativa. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Bacharelado em Educação Física), Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Brasília, 2022.

ALMIRÃO, G. A.; HUAYANCA, R. K.; STRAUSS, C. V. A. A influência das redes sociais na

autoestima e imagem corporal dos adolescentes. In: XXVII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica - Inic, 27., Anais. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023.

AZEVEDO, E. P. O cyberbullying no ambiente escolar: algumas reflexões. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade Boas Novas, Manaus, 2022.

BARROS, P. M. Os conflitos geracionais e os desafios contemporâneos na formação docente no Brasil. *Revista Internacional de Diversidad e Identidad en la Educación*, Espanha, v. 3, n. 1, p. 29-34, 2016.

BRÁULIO, E.; AVELAR, G.; SILVA, K. *Riscos das redes sociais na adolescência: um olhar sobre a saúde mental*. Betim: Centro Universitário UNA, 2023.

COMIN, B. C.; SOARES, N. M.; MOMBELLI, M. A. Mundo virtual e saúde mental: influência das mídias sociais na autoimagem dos adolescentes. *Revista de Gestão e Secretariado*, São José dos Pinhais, v.15, n. 5, 2024.

CUNHA, A. B. P.; RESENDE, I. L. S.; SILVA, J. G. M. A Relação entre o uso das redes sociais e a saúde mental dos adolescentes. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Bacharelado em Psicologia), Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2022.

ELKONIN, D. B. Sobre o problema da periodização do desenvolvimento psíquico na infância. In: V. V. DAVIDOV; M. SHUARE (Orgs.). *La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS* (Antologia). (Trad. N. Duarte). Moscou: Editorial Progreso, p. 104-124, 1987.

FIDALGO, J. M. P. O Impacto das Redes Sociais na Saúde Mental dos Jovens. *Dissertação* (Mestrado em Medicina), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

FREITAS, A. C. S. Efeito das redes sociais na autoestima e autoconfiança dos adolescentes. *Trabalho de Conclusão de Curso* (Bacharelado em Psicologia), Centro Universitário UNIPORÁ, Iporá, 2023.

MAZIERO, M. B; OLIVEIRA, L. A. Nomofobia: uma revisão bibliográfica. *Unoesc & Ciência - ACBS*, Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 73-80, 2016.

NABUCO, C.; GÓES, D.; LEMOS, I. L. *Como lidar com a dependência tecnológica: guia prático para pacientes, familiares e educadores*. São Paulo: Hogrefe, 2020.

SILVA, B. V. V. *et al.* Cyberbullying e seus reflexos na saúde mental e social de jovens adolescentes. *Contemporânea*, Caruaru, v. 3, n. 11, p. 23763-23783, 2023.

VYGOTSKI, L. *Obras escogidas*. v. 4. Madrid: Visor, 1996.

# Uma Visão Psicanalítica da Psicossomática na Atualidade

## *A Psychoanalytic View of Today's Psychosomatics*

**Gabriela Fregnani**

*Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, PR, Brasil*

**Heloísa Medeiros da Silva**

*Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, PR, Brasil*

**Luna Holzhausen Tarnhovi**

*Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, PR, Brasil*

**Natasha Akemi Arakaki Colussi**

*Centro Universitário Ingá (UNINGÁ), Maringá, PR, Brasil*

### RESUMO

O presente estudo é uma revisão bibliográfica que visa explorar a visão psicanalítica da psicossomática na atualidade, destacando a relevância do tema, uma vez que doenças orgânicas estão interligadas aos aspectos psicológicos de um indivíduo. Inicialmente, é apresentado um breve histórico sobre a psicossomática, abordando a evolução do conceito, diferentes visões e autores relevantes. Em seguida, discute-se como as abordagens psicanalíticas podem contribuir para a compreensão e tratamento das doenças psicossomáticas, oferecendo uma perspectiva que integra mente e corpo, fundamental para superar a visão fragmentada da medicina tradicional. Além disso, são explorados aspectos atuais sobre o tema e algumas doenças psicossomáticas de grande relevância na contemporaneidade, como a Fibromialgia e a Doença Inflamatória Intestinal (DII). A revisão destaca o papel do inconsciente na manifestação de sintomas físicos, analisando como conflitos emocionais não resolvidos e traumas podem se expressar através do corpo. Por fim, enfatiza-se a importância de compreender esses processos para um tratamento mais completo e eficaz, permitindo um entendimento mais profundo do sofrimento humano e suas manifestações.

**Palavras-chave:** psicossomática; psicanálise; psicossomática atual.

### ABSTRACT

This study is a bibliographic review that aims to explore the psychoanalytic perspective on psychosomatics today, highlighting the relevance of the topic, as organic diseases are interconnected with an individual's psycholo-



gical aspects. Initially, a brief history of psychosomatics is presented, covering the evolution of the concept, different perspectives, and key authors. It then discusses how psychoanalytic approaches can contribute to the understanding and treatment of psychosomatic disorders, offering an integrated mind-body perspective, which is essential for overcoming the fragmented view of traditional medicine. Furthermore, the article explores current aspects of the topic and some psychosomatic disorders of significant relevance in contemporary times, such as Fibromyalgia and Inflammatory Bowel Disease (IBD). The review underscores the role of the unconscious in the manifestation of physical symptoms, analyzing how unresolved emotional conflicts and traumas can manifest through the body. Finally, it emphasizes the importance of understanding these processes for more comprehensive and effective treatment, enabling a deeper understanding of human suffering and its manifestations.

**Keywords:** psychosomatic; psychoanalysis; current psychosomatics;

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o pensamento psicossomático na atualidade. Pretende-se aqui destacar a história e o pensamento atual acerca do tema a partir de um referencial teórico psicanalítico. Para tanto, inicialmente será feito um resgate histórico acerca do pensamento clássico em relação à psicossomática para, em seguida, apresentar como a questão é abordada na contemporaneidade.

De acordo com Riechelmann (2009), a somatização é um dos temas que a Psicossomática estuda. Essa área, que integra as ciências humanas e biomédicas, se concentra em entender como a mente, o corpo e o contexto social se conectam, destacando a importância de considerar todos esses aspectos da integração biopsicossocial na produção de doenças.

Segundo a revista *Veja Saúde* (Abril, 2021), “estima-se que uma em cada cinco pessoas tende a traduzir angústias e conflitos psicológicos em sintomas físicos ou doenças corporais”. A matéria afirma que, segundo um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 15 países, 20% dos pacientes atendidos sofrem de somatização, apontando um alto número de pessoas que buscam ajuda para seu sintoma e que por vezes não encontram soluções.

O fenômeno do adoecimento físico relacionado ao sofrimento mental foi identificado há décadas atrás, mas tornou-se cada vez mais prevalente na vida contemporânea (Gradiski; Briere; Bruno, 2023, p. 6), os autores também abordam que nesta perspectiva: “a somatização, que é a manifestação de sofrimento físico, seria uma das formas de resposta à angústia mental.” diante disso, os pacientes somáticos não conseguem expressar seus sofrimentos verbalmente, ou elaborá-los, sendo registrados e escoados em seu corpo físico.

A escolha do tema “Psicossomática” se fundamenta na importância dessa área para a compreensão da saúde de forma holística. A Psicossomática examina a interação entre fatores psicológicos, físicos e sociais, que engloba um estado de bem-estar físico, mental e social. Ao explorar a conexão entre corpo, mente e ambiente, este trabalho pretende aprofundar o entendimento sobre a relevância de um cuidado integral em saúde,

promovendo uma abordagem que leve em conta as dimensões emocionais, sociais e biológicas, como já mencionado.

Desta forma, este estudo pretende contribuir com as ciências médicas, psicológicas e sociais, bem como com a prática daqueles que, a partir da compreensão do sofrimento físico, psíquico e social dos indivíduos, visam minimizar o sofrimento humano a partir de suas diferentes áreas do conhecimento e atuação.

## **METODOLOGIA**

As pesquisas foram feitas através das plataformas: Biblioteca Virtual De Psicanálise (BIVIPSI), Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos em Psicologia (PEPSIC), Revista de Psicossomática Psicanalítica (TRAMA).

Durante a pesquisa e coleta de informações, os descritores usados foram: Psicossomática; Psicossomática atual; Psicossomática e Psicanálise; Somatização; Psicanálise.

Foram encontradas aproximadamente 3.600 publicações sobre o assunto, das quais, foram utilizadas 25 para a confecção do presente estudo. Os critérios de inclusão usados neste estudo foram artigos científicos e publicações disponíveis na íntegra de forma virtual, desde o ano 1994 até 2024, selecionados no idioma português.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A História da Psicossomática**

A palavra “psicossomática” vem do grego, onde “psyche” significa mente e “soma” significa corpo, “soma e psique são os termos que forjam o conceito de psicossomática desenvolvido por Heinroth em 1818” (Dalcol, 2023, p. 4). Para a compreensão da origem da psicossomática, é interessante olhar para a medicina da Grécia antiga, onde Hipócrates desempenhou um papel fundamental, iniciando estudos que conectam o corpo e a mente, ele se empenhou em conhecer a trajetória de vida dos pacientes e a explorar a relação entre médico e paciente (Mendonça, 2005).

O título de pioneiro da medicina psicossomática na perspectiva psicanalítica foi de Georg Groddeck, o mesmo foi “considerado como o primeiro a dar ênfase a uma visão unificada do ser humano, escrevendo que a doença orgânica poderia ser tratada pela psicanálise” (Squeff, 2019 p.63-64), o pioneiro propôs uma concepção da medicina psicossomática baseada na psicanálise, “com efeito, Groddeck notara que os sintomas de seus pacientes podiam ser lidos e interpretados como símbolos de uma dinâmica subjetiva” (Santos e Martins, p. 12, 2013).

Diante disso, na abordagem psicanalítica, as doenças psicossomáticas se configuram como um fenômeno em que o corpo manifesta um sofrimento psíquico que ainda não foi plenamente reconhecido de forma consciente, gerando o sintoma fisicamente (Zanuzo e Menegat, 2023). É possível observar em estudos sobre a histeria de Freud, a existência



de uma relação de interação entre corpo e psique, na qual conteúdos inconscientes não elaborados eram convertidos em sintomas físicos, sendo a conversão: “uma transposição de um conflito psíquico e uma tentativa de resolvê-lo em termos de sintomas somáticos, motores (paralisias, por exemplo) ou sensitivos (anestésias ou dores localizadas, por exemplo)” (Laplanche e Pontalis, 2001 p.103).

Segundo Ávila (2016), Freud propôs contribuições relevantes à psicossomática, dentre elas o “Estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas (1888-1893/1973)”, o qual foi um dos primeiros trabalhos que permitiu um esboço da ideia do que seria a psicossomática, com isso, através de estudos e análises, foi-se enriquecendo a perspectiva de correlação com o corpo físico e o psiquismo.

Na década de 1940:

O termo “psicossomático” adquiriu essa grafia unificadora e passou a ser empregado como substantivo, para designar, no campo da medicina, a decisiva influência dos fatores psicológicos na determinação das doenças orgânicas, embora já admitindo uma inseparabilidade entre elas (Zimerman, p. 239, 2008).

Segundo Squeff (2019), o período entre as décadas de 50 e 60 foi o momento da história em que passou a ser destacado, entre os psicanalistas, a concepção numa perspectiva evolutiva genética, constando que o desenvolvimento psicoafetivo seria inseparável do biológico. Assim o indivíduo pode ser considerado uma unidade psicossomática, pois:

Abrange tanto o campo da doença quanto o da saúde, assim como a relação dinâmica existente entre ambos e seus momentos de equilíbrio e desequilíbrio. Do ponto de vista psicanalítico, representa uma extensão dos processos econômicos inconscientes às manifestações somáticas” (Costa e Alvarez, p. 72, 2018).

Neste contexto, um dos autores que trouxe colaborações expressivas para a compreensão da psicossomática foi Pierre Marty, membro da escola de Paris, como aponta Galdi e Campos (2017), Marty apresentou que o fenômeno psicossomático ocorreria frente a um desequilíbrio biológico; os autores apontam que Marty concebeu aos pacientes psicossomáticos características próprias, sendo uma delas, “uma baixa capacidade de mentalização, ou seja, de metabolização de traumas através dos símbolos” (Galdi e Campos, 2017 p. 32).

No final dos anos cinquenta, psicanalistas como Marty, De M'Uzan, Fain e David iniciam uma nova e intensa investigação em Psicossomática. Ao utilizarem a escuta analítica para compreenderem os pacientes, em detrimento do sujeito via órgão, separam-se definitivamente da Escola Psicossomática Americana. Concluem que o paciente formula “uma gigantesca negatividade simbólica, onde o pensamento operatório, a precariedade onírica e a ausência de fantasia se impunham como esfinges aos decifradores do enigma psicossomático” (Dias, 1992 *apud* Vicente, 2005, p. 260).

A Escola de Psicossomática de Paris, se mostra importante em relação a concepção da psicossomática, os membros da escola observaram que pacientes somáticos tinham dificuldades em simbolizações e representações, a partir do apresentado:

Para os analistas do Instituto de Psicossomática de Paris, o que acima de tudo caracteriza esses pacientes é que o inconsciente não tem condições de expressar-se pelas representações, de modo que, no lugar de reprimir as pulsões do id, como acontece nas neuroses, ou de forcluir (grau extremo de negação da penosa realidade externa ou interna), como fazem os psicóticos, os pacientes somatizadores utilizam o pensamento operatório, isto é, eles superinvestem libidinalmente tudo

aquilo que existe de concreto, como, e principalmente, os seus sintomas corporais (Zimmermann, 2008, p.241).

Autores pós-freudianos como Winnicott, Dejours, Joyce McDougall apontam que, a somatização opera como um mecanismo de defesa primário e pode ser identificada desde os primeiros meses de vida do bebê, que recorre a esse recurso em resposta à sua dificuldade de simbolizar e expressar seus sentimentos (Zanuzo e Menegat, 2023); No livro “*Explorações Psicanalíticas: D.W Winnicott*” os autores Clare Winnicott, Shepherd e Davis (1994, p.90) realizam uma conceituação do que o próprio Winnicott acreditava se configurar o Transtorno psicossomático:

Desta maneira, a enfermidade psicossomática implica uma cisão na personalidade do indivíduo, com debilidade da vinculação entre psique e soma, ou uma cisão organizada na mente, em defesa contra a perseguição generalizada por parte do mundo repudiado. Permanece na pessoa enferma individual, contudo, uma tendência a não perder inteiramente a vinculação psicossomática.

Ainda em relação à perspectiva histórica caminhando para as concepções que dialogam com a atual visão da psicossomática na psicanálise, Ferenczi foi um autor no qual propôs novas ideias em relação a psicossomática, ele as apresenta como “neurose de órgão”

Em 1926, Ferenczi propôs uma nova categoria de neurose, que chamou de neurose de órgão. Com ela, teria encontrado a possibilidade de pensar a origem psíquica de certas disfunções orgânicas. Por desenvolverem simultaneamente distúrbios “subjetivos e objetivos”, poderiam ser situadas entre a histeria e outras doenças orgânicas. Nessa categoria intermediária estariam as neuroses atuais, certas doenças como a asma nervosa, as neuroses do estômago, as neuroses cardíacas, a enxaqueca etc. (Casseto, 2006, p. 125).

Sendo assim, a psicossomática transita entre diferentes perspectivas dentro do olhar psicanalítico, mas parece que é de comum acordo que, tanto autores de abordagem freudiana como pós-freudianos percebem esse transtorno como emoções que se escoam no corpo por não conseguirem ser devidamente simbolizados, adiante será exposto como os Transtornos Psicossomáticos se apresentam no século 21.

## PSICOSSOMÁTICA E O IMPACTO NA ATUALIDADE

Podemos observar na atualidade o grande número de pessoas que sofrem com questões relacionadas a somatizações. De acordo com a pesquisa feita na revista *Veja* (2021) já mencionado acima, uma a cada cinco pessoas tendem a somatizar conflitos externos e internos em seu próprio corpo; Santos e Rudge (2014) apontam que essas questões estão sendo debatidas em diversos campos da saúde, diante da dificuldade dos profissionais em diagnosticar e cuidar desses pacientes que chegam aos consultórios médicos com dores corporais sem apresentações orgânicas clínicas, assim “a psicanálise torna-se, então, uma importante estrutura para a compreensão da dimensão simbólica do indivíduo no que tange à geração de doenças” (Barbosa e Avoglia, 2023).

Há uma parcela considerável de sinais e sintomas corporais originados das angústias, como manifestações daquilo que, internamente, se apresenta como algo difícil de suportar. A ciência que contribui para a compreensão dessas manifestações é a Psicossomática, na qual se articulam a Medicina e a Psicologia (Ibid, 2023).

Diante dessa perspectiva, analisando textos que vão desde 2005 a 2024, ou seja,

autores do século XXI, observa-se uma ampliação significativa do conhecimento sobre a visão contemporânea a respeito do aumento dos casos psicossomáticos.

Muito se tem dito que a contemporaneidade reserva aos sujeitos certa imprevisibilidade, como consequência de uma carência de referenciais simbólicos, e esta poderia ser considerada a marca que diferencia a modernidade de Freud da nossa contemporaneidade” (Santos e Rudge, 2014, p. 453).

Nesta perspectiva, considerando o que Santos e Rudge apontaram em relação a carência de referenciais simbólicos, é notável que ela se apresenta no sujeito enquanto forma de alívio de uma tensão psíquica que não se sabe para onde ou como sair, não sendo possível compreender o sujeito e sua doença somente a partir do prisma saúde-doença, ou ainda como um órgão respectivo sendo o único destino para o seu sofrimento, analisando aqui simbolicamente, “se olharmos os ‘sintomas’ de hiperfagia ou anorexia apenas pelo prisma do biológico, isolado da história do paciente e de sua significação psicológica, estaremos menos instrumentalizados para o atendimento clínico e consequente seleção terapêutica” (Rodrigues, 1987 *apud* Campos e Rodrigues, 2005, p. 291).

Entende-se que pacientes psicossomáticos apresentam em seu corpo a história daquilo que foi calado, recalado e que encontram na somatização, a única forma de expressar-se. O corpo torna-se palco para suas tensões e o paciente sofre sem muitas vezes descobrir o real motivo das suas doenças físicas, como dores de cabeças, gastrointestinais, manchas na pele entre outros sintomas, que são resultados das desorganizações do aparelho psíquico, aumentando assim a vulnerabilidade do sujeito para adoecer (Abreu, Godoy, 2023, p.10).

“Esse impulso recalado, não realizado prejudica o ego, resultando na criação de substitutos, se manifestando como conversões, onde as emoções são transferidas para o corpo” (Elael e Fortes, 2016). Por tanto, podemos dizer que o corpo é um palco dos sintomas.

A somatização pode ser descrita de várias maneiras, porém o que mais se observa é a somatização sendo uma resposta ao estresse (Brasil *et al.*, 2012, p.319). A resposta ao estresse parte de emoções não elaboradas que passam em forma de sintomas físicos. Diversas pesquisas recentes indicam que fatores psicológicos e o estresse podem intensificar os sintomas e elevar o risco de recorrência de doenças. Um dos fatores mais críticos na conexão entre o estresse e a evolução da doença é a maneira como os pacientes lidam com sua condição e os processos mentais e comportamentais que utilizam para gerenciar o estresse e satisfazer as necessidades tanto internas quanto externas impostas por uma situação específica (Soares, 2017).

No que diz respeito a algumas patologias específicas encontradas durante a pesquisa, podemos citar a Fibromialgia, que como aponta Lima e Carvalho (2008), apesar de ser uma doença de aspecto biológico também possui aspectos psicológicos a serem encarados. Além disso, podemos mencionar a Doença inflamatória intestinal, que de acordo com Soares (2017), fatores psicológicos como o estresse podem ter ligações com a exacerbação da doença.

Atualmente, pode-se considerar a Fibromialgia (FM) uma doença psicossomática recorrente na sociedade, como apontou a Sociedade Brasileira de Reumatologia (2022), “é bastante comum, afetando 2,5% da população mundial, sem diferenças entre nacionalidade ou condições econômicas”. A fibromialgia, é uma doença com seu diagnóstico totalmente

clínico, não possui uma causa específica conhecida ainda hoje, e nem uma cura (Lima e Carvalho, 2008). Diversos estudos têm documentado o impacto negativo da fibromialgia na qualidade de vida dos pacientes. Knoblich, 2001 (*apud* Lima e Carvalho, 2008), destacam que a fibromialgia deve ser considerada como um sofrimento que abrange tanto o componente biológico quanto o psicológico. Eles enfatizam que o tratamento deve adotar uma abordagem sociopsicossomática, envolvendo especialistas que tratam desses pacientes.

As somatizações acontecem, primordialmente, pelo recalçamento e expressam um discurso para a manutenção psíquica do indivíduo, evitando uma invasão da angústia. Entretanto, tais ocorrências deixam rastros, que, se forem seguidos corretamente pelo analista, possibilitam encontrar sentidos e, à medida que forem expostos ao paciente através da técnica psicanalítica, podem libertá-lo dos sintomas (Filho, 2010 *apud* Barbosa e Avoglia, 2023).

No que diz respeito a Doença Inflamatória Intestinal (DII), de acordo com Soares (2017), ela seria outra doença que apresenta fatores psicológicos importantes. Ela é uma condição inflamatória crônica de causa desconhecida, e, assim, identificar os distúrbios psicológicos decorrentes da DII deve ser essencial aos cuidados clínicos primários e secundários. Por exemplo, no caso da ansiedade e depressão, é necessário considerar os fatores de risco do paciente que podem aumentar sua vulnerabilidade a essas condições, como o estresse, por exemplo.

Ao longo dos anos, nenhuma teoria acerca dos “distúrbios psicossomáticos” sustentou-se à prova do tempo, ou seja, dentro do próprio campo da psicossomática há várias vertentes que divergem em alguns aspectos, pois sua conceptualização segue ainda em desenvolvimento, mas de modo geral podemos afirmar que a “Psicossomática, em síntese, é uma ideologia sobre a saúde, o adoecer e sobre as práticas de Saúde, é um campo de pesquisas sobre estes fatos e, ao mesmo tempo, uma prática - a prática de uma Medicina integral”. Sendo assim, atualmente, o termo psicossomático restringe-se a um movimento ideológico em torno das pesquisas sobre as relações mente-corpo e os processos de adoecimento, em especial aos fenômenos de estresse (Filho, 2010 *apud* Toledo e Souza, 2021).

Segundo Soares (2017), Mecanismos de defesa e hostilidade são elementos significativos na personalidade de pacientes com DII, na maior parte dos quadros de DII, os pacientes tendem a buscar comportamentos mais evasivos, em comparação a normalidade da população, e determinado fato impacta na vida do indivíduo por aumentar a probabilidade de desenvolverem sintomas ansiosos e depressivos, piorando a sua qualidade de vida.

De acordo com Taquette (2006), a abordagem psicossomática coloca o foco no paciente, em vez da doença, e busca compreender o significado do problema, assim, conectar um sintoma físico a um problema emocional requer tempo, paciência e cuidado, sendo raro conseguir isso na primeira consulta, uma vez que “a psicossomática caracteriza-se como uma atitude na promoção de saúde, postulando uma visão integrada, na sua unidade irreduzível corpo-mente, inserido no seu ambiente físico e socioeconômico-cultural” (Campos e Rodrigues, 2005, p. 299).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos a traçar um panorama histórico da psicossomática, com o objetivo de entender como essa área se desenvolveu ao longo dos séculos e como ela se apresenta atualmente. Ao longo da análise, observamos que a história da psicossomática

é marcada por uma evolução significativa no entendimento das relações entre mente e corpo, desde as concepções mais rudimentares da antiguidade até o surgimento das teorias psicanalíticas e psicossomáticas modernas.

A investigação histórica revelou que, no início, os fenômenos psicossomáticos eram tratados de forma fragmentada, ora como uma questão exclusivamente biológica, ora como uma manifestação psicológica desvinculada do corpo. No entanto, ao longo do tempo, e especialmente com o avanço da psicanálise e das abordagens integrativas, foi possível compreender a inseparabilidade entre corpo e mente. As teorias contemporâneas da psicossomática, com base em modelos biopsicossociais, refletem essa visão mais holística, que enxerga o indivíduo em sua totalidade, considerando tanto fatores biológicos quanto emocionais e sociais.

Portanto, concluímos que o percurso histórico da psicossomática não só esclarece como as diferentes abordagens teóricas se complementam, mas também aponta para a importância de uma prática clínica que integre múltiplos saberes. A psicossomática atual se faz com essa visão integradora, que busca compreender as interações complexas entre o psíquico e o somático para promover intervenções mais eficazes e humanizadas no tratamento das doenças psicossomáticas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Anne G. B; GODOY, Lucia M. **Doenças Psicossomáticas no Viés Psicanalítico**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Tecnologia e Ciência do Alto Paranaíba- Vitória (ES). Disponível em: <https://escolafreudiana.vix.br/uploads/arquivos/4-08-02-2023-08-32-39-5384.pdf>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

ÁVILA, Lazslo Antonio. **Corpo e mente em questão**: em busca da gênese dos sintomas psicossomáticos, São José do Rio Preto: SP, p. 51-61, 11 abr. 2016. Disponível em: <https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/2016-sbbsp-ide-v38-n61-5.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BARBOSA, Amanda Ribeiro Alves, AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão. **“Bolinhas na pele”**: somatização na adolescência durante a pandemia de covid-19. Revista de Psicossomática Psicanalítica- TRAMA. N.1. 2023.

CASSETO, Sidnei José. **Sobre a importância de adoecer: uma visão em perspectiva da psicossomática psicanalítica no século XX**. São Paulo. V.10, N.17. jun. 2006. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-11382006000100008](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382006000100008). Acesso em 25 de setembro de 2024.

CAMPOS, Elisa Maria Parahyba, RODRIGUES, Avelino Luiz. **Mecanismos de formação de sintoma em psicossomática**. Mudanças-Psicologia da Saúde. jul-dez. 2005.

COSTA, Gley P.; ALVAREZ, Liliana H. **Abordagem psicanalítica das manifestações psicossomáticas**. Revista da SBPdePA, Porto Alegre, p. 70-96, 2018. Disponível em: [https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Psican%C3%A1lise\\_v20\\_n1\\_2018-6.pdf](https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/Psican%C3%A1lise_v20_n1_2018-6.pdf). Acesso em: 6 ago. 2024.

DALCOL, Deborah Jasmine da Silva. **Não-me-toque: o corpo em-cena nos casos não**

- neuróticos.** Revista de Psicanálise. V. 8. N. 2. Dezembro de 2023. Disponível em: <https://revista.constructo.com.br/index.php/home/article/view/72/46>. Acesso em: 07 de agosto de 2024
- ELAEL, Cristiane.; FORTES, Maria. **Sintoma e Fenômeno Psicossomático.** Psicanálise & Barroco em Revista, [S. l.], v. 14, n. 1, 2018. DOI: 10.9789/1679-9887.2016.v14i1.%p. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/7323>. Acesso em: 27 set. 2024.
- GALDI, Maíra Bittar; CAMPOS, Érico Bruno Viana. **Modelos teóricos em psicologia psicanalítica: uma revisão. Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 25, n. 1, p. 29-40, mar. 2017 .Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 ago. 2024. <https://doi.org/10.9788/TP2017.1-03Pt>.
- GRADISKI, Eliane Aparecida Favarim; BRIERE, Nathalia; BRUNO, Marina Colombo. **O olhar da psicanálise nas dores e doenças psicossomáticas.** Anais do 21 Encontro Científico Cultural Interinstitucional. 2023. Disponível em: <https://www4.fag.edu.br/anais-2023/Anais-2023-133.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2024.
- LAPLANCHE; PONTALIS. **Vocabulário da psicanálise;** sob a direção de Daniel Lagache; tradução Pedro Tamen – 4ª Ed São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LIMA, Pietrângelo Cláudia; CARVALHO, Vilela Cristina. **Fibromialgia: uma abordagem psicológica.** Aletheia. 2008, (28), 146-158.]. ISSN: 1413-0394. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115012542012>. Acesso em: 9 de Agosto de 2024.
- MENDONÇA, José Lorenzato. **Breve história da psicossomática: da pré-história à era romântica.** Revista Médica de Minas Gerais, v. 15, n. 2, p. 119-25, 2005.
- SANTOS, N. A; RUDGE, A. M. **Dor na Psicanálise- física ou psíquica?.** Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. 17(3), 450-468. 2014. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/bDBFKNrDxnvdTPwK4jspdGF/?lang=pt#>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.
- SANTOS, L. N. dos; PEIXOTO, Junior, C. A. **O Adoecimento Somático em Ferenczi, Groddeck e Winnicott: uma Nova Matriz Teórica.** *Psicologia: Ciência E Profissão*, 39, e182306. 2019. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/1982-3703003182306>. Acesso em: 09 de agosto de 2024.
- SANTOS, Lucas Nápoli dos e MARTINS, André. **A originalidade da obra de George Groddeck e algumas de suas contribuições para o campo da saúde.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação (online). 2013, v.17, n.44. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832013000100002>. Acesso em 25 setembro 2024
- SOARES, Joana Filipa de Sousa. **Doença Inflamatória Intestinal - Será também uma doença psicossomática?.** Orientador: Manuel Martins Alves. 2017. Mestrado (Medicina) - Faculdade de Medicina Lisboa, Clínica Universitária de Gastrenterologia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31721/1/JoanaFSSoares.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE REUMATOLOGIA. **Fibromialgia.** 31 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/doencas-reumaticas/fibromialgia-e-doencas-articulares-inflamatorias>. Acesso em: 09 de agosto de 2024.
- SQUEFF, Rosa Beatriz Santoro. **Somatizar é preciso.** Psicanálise - Revista da SBPdePA, Porto Alegre, 2019. Disponível em: [https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/sppa\\_v27\\_n2\\_2020-8.pdf](https://www.bivipsi.org/wp-content/uploads/sppa_v27_n2_2020-8.pdf). Acesso em: 6 ago. 2024.

TAQUETTE, Stella R. **Doenças Psicossomáticas na adolescência**. Adolescência e saúde. V.3. N.1. 2006.

TOLEDO, Mailza Rodrigues, SOUZA. **Reflexões críticas sobre psicossomática e Manejo Clínico, Contemplando a Medicina e a Psicanálise**. Revista de Psicossomática Psicanalítica - TRAMA. N.3. 2021.

VICENTE, Luisa Branco. **Psicanálise e psicossomática- Uma revisão**. Revista Portuguesa de Psicossomática (on-line). 2005, 7(1-2), p.257-267. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28770220>. Acesso em 17 de set. 2024.

WINNICOTT, Clare, SHEPHERD, Rey, DAVIS, Madeleine. **Explorações Psicanalíticas: D.W.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1994.

ZIMERMAN, D. **Manual de Técnicas Psicanalíticas- uma revisão**. Editora Artmed, Porto Alegre. 2008.

ZANUZO, Bianca; MENEGAT, Carla. **A Psicossomática sob o olhar psicanalítico: relato de experiência**. Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/447/326>. Acesso em: 27 de set. 2024.

# Abordagens Práticas para Integrar a Numinosidade na Psicoterapia Junguiana: Estratégias e Implicações Clínicas na Promoção do Bem-Estar Psicológico

## *Practical Approaches to Integrating Numinosity in Jungian Psychotherapy: Strategies and Clinical Implications for Promoting Psychological Well-Being*

Ana Luiza Ripoli

Centro Universitário Ingá – Uningá

Rodrigo Sant'Anna Minasse

Centro Universitário Ingá – Uningá

### RESUMO

Este estudo explora abordagens práticas para integrar a numinosidade na psicoterapia junguiana, analisando estratégias e implicações clínicas na promoção do bem-estar psicológico. A numinosidade, conceito central através da teoria de Carl Gustav Jung, refere-se à experiência de algo sagrado ou espiritual que transcende a compreensão racional e que é fundamental para o processo de individuação e aprofundamento das experiências do indivíduo. Este estudo se aprofunda nas literaturas existentes sobre a numinosidade e psicoterapia junguiana, buscando formas de como terapeutas podem utilizar esta dimensão para enriquecer a prática clínica. As estratégias discutidas incluem técnicas como a imaginação ativa, a interpretação de sonhos e a utilização de símbolos, arquétipos e mitos, que facilitam o acesso ao inconsciente e promovem experiências numinosas. As implicações clínicas destacadas no estudo mostram que a integração da numinosidade pode levar a uma maior conexão do indivíduo com seu *self* profundo, promover a autorreflexão e contribuir para o desenvolvimento emocional e espiritual através do aprofundamento em seus traumas. A pesquisa conclui que, ao incorporar a numinosidade na prática terapêutica, os psicoterapeutas podem se aprofundar no processo psico-





terapêutico junto ao seu paciente, facilitando e oportunizando descobertas, transformações e possibilidades significativas em prol da saúde mental.

**Palavras-chave:** psicologia; jung; numinoso; psicoterapia; bem-estar.

## ABSTRACT

This study explores practical approaches to integrating numinosity into Jungian psychotherapy, analyzing strategies and clinical implications for promoting psychological well-being. Numinosity, a central concept throughout Carl Gustav Jung's theory, refers to the experience of something sacred or spiritual that transcends rational understanding and is fundamental to the process of individuation and deepening of the individual's experiences. This study delves deeper into the existing literature on numinosity and Jungian psychotherapy, seeking ways in which therapists can use this dimension to enrich clinical practice. The strategies discussed include techniques such as active imagination, dream interpretation and the use of symbols, archetypes and myths, which facilitate access to the unconscious and promote numinous experiences. The clinical implications highlighted in the study show that the integration of numinosity can lead to a greater connection of the individual with their deep self, promote self-reflection and contribute to emotional and spiritual development through delving deeper into their traumas. The research concludes that, by incorporating numinosity into therapeutic practice, psychotherapists can delve deeper into the psychotherapeutic process with their patient, facilitating and providing opportunities for significant discoveries, transformations and possibilities in favor of mental health.

**Keywords:** psychology; jung; numinosity; psychotherapy; well-being.

## INTRODUÇÃO

A necessidade e a importância de oferecer um bom atendimento psicológico, bem como o dever do psicólogo de ofertar um serviço digno e ético e o direito dos pacientes a esse atendimento, tornam imperativo que os profissionais de Psicologia explorem diversas abordagens e métodos, para que seja possível para atender à diversidade de demandas e promover o bem-estar para aqueles que necessitam dos serviços da psicologia clínica, buscando não apenas proporcionar o alívio de suas angústias como também, possibilitar que o indivíduo acesse seu íntimo, seu inconsciente, por isso, busca-se aprofundar nos estudos sobre a integração da numinosidade na psicoterapia junguiana, com o objetivo de apresentar uma proposta que permita uma experiência mais profunda nas questões abordadas na prática clínica, como vínculo terapêutico, contato com o *self* e traumas.

A numinosidade foi proposta por Rudolf Otto em 1958, que em primeiro momento declarou numinoso como uma série de efeitos e sentimentos que ocorrem na psique como um elemento irracional do sagrado, sendo na verdade a mantenedora da vivência religiosa, assim destaca Kalsched (2013):

O *numinosum* é uma categoria de experiência descrita por Rudolf Otto que caracteriza o encontro da espécie humana com o *mysterium tremendum* ou o outro comple-

to ou o daimônico (Otto, 1958). Ele é acompanhado pelo sentimento do ego de ser capturado por um misterioso poder maior do que ele próprio ou “além” dele, sobre o qual e contra o qual ele se posta assombrado, fascinado ou apavorado. As constelações positivas do numinosum inspiram humildade, gratidão, devoção religiosa e veneração, ao passo que as experiências negativas inspiram medo, pavor (calafrio, tremor) e horror... Quando o ego cai através do abismo do trauma nas trevas da psique inconsciente, ele cai em um mundo arquetípico que é vivenciado pelo ego como numinoso – escuro ou claro. Lamentavelmente para a vítima do trauma, o numinoso também se constela negativamente (Kalsched, 2013, p.17).

Nesse sentido, Carl Gustav Jung (2008) apropriou-se do termo “numinoso” a partir de seu entendimento sobre os efeitos da numinosidade na psique, defendendo que este não se restringe à manifestação religiosa, mas é fundamental para a compreensão de neuroses e psicoses, além de ser um verdadeiro produtor de manifestações culturais e movimentos sociais. Neste trabalho, utilizaremos a visão de Jung sobre o religioso como uma posição de observação da consciência do eu em relação ao numinoso, integrando elementos racionais, irracionais e transcendentais, envolvendo experiências de natureza sagrada ou espiritual que desempenham um papel central no processo de individuação (Cecon e Holanda, 2012).

Durante a exploração deste estudo sobre a relação entre numinosidade e psicoterapia junguiana, busca-se aplicar métodos que auxiliem o acesso ao inconsciente para encontrar os sentidos da alma, libertando pessoas do patologismo, dos traumas e devolvendo à alma sua originalidade (Kalsched, 2013, p. 5).

Além disso, destaca-se as implicações clínicas dessa integração, evidenciando como a conexão do indivíduo com seu *self* profundo, a promoção da autorreflexão e a contribuição para a busca do bem-estar emocional podem ser potencializadas através da experiência numinosa. Em última análise, esta pesquisa defende que a incorporação da numinosidade na prática terapêutica não apenas enriquece o processo psicoterapêutico, mas também abre caminho para transformações significativas em busca do bem-estar psicológico dos pacientes, delineando assim uma abordagem terapêutica mais holística, profunda, íntima e significativa que permitirá aos seus pacientes o autoconhecimento, noção de traumas e uma conexão íntima com seu eu. Este estudo utilizará a numinosidade contra as defesas psíquicas que não permitem o indivíduo acessar pontos inconscientes e componentes do seu eu, possibilitando o autoconhecimento e oportunidades de solução para o que antes seria o objeto oculto do inconsciente, evitando assim que as experiências que segundo Kalsched (2013) são “insustentáveis” ou “inconcebíveis” do ponto de vista psicológico, se tornem possíveis de serem vivenciadas e solucionadas.

## DESENVOLVIMENTO

Carl Gustav Jung (2008) foi um psiquiatra suíço e fundador da psicologia analítica, uma abordagem que enfatiza a importância do inconsciente na compreensão da psique humana. Nascido em 1875, Jung é conhecido por suas contribuições significativas para a compreensão dos processos psicológicos, especialmente no que diz respeito aos conceitos de inconsciente coletivo, arquétipos e individuação. Ao longo de sua carreira, Jung trabalhou em estreita colaboração com Sigmund Freud, mas posteriormente desenvolveu suas próprias teorias, contrariando algumas das ideias de Freud, principalmente ao que se refere

à importância do inconsciente coletivo e dos arquétipos. Jung também introduziu o conceito de individuação, que envolve a integração de aspectos conscientes e inconscientes da psique, levando a um estado de totalidade e autorrealização (Frazão, 2019).

Jung, além de suas contribuições teóricas, desenvolveu técnicas terapêuticas como a imaginação ativa e a interpretação de sonhos, que visavam explorar e integrar conteúdo do inconsciente para promover o crescimento pessoal e a cura psicológica. Dentre seus estudos buscando a promoção de cura psicológica e crescimento pessoal, Jung identificou a numinosidade como uma nova forma de integração na prática clínica para trazer os resultados desejados quando se trata de cura, bem-estar emocional e autoconhecimento, integrando todas as dimensões de vivência e experiências do ser humano (Frazão, 2019).

O numinoso é um conceito que descreve a experiência de algo sagrado ou espiritual que transcende a compreensão racional. Essa experiência é caracterizada por uma sensação de fascínio, reverência e até mesmo temor diante de algo que é percebido como sendo de uma natureza extraordinária. O numinoso pode se manifestar em diversas formas, como encontros com o sagrado em rituais religiosos, sonhos profundos em significados, consciência de objetos antes inconscientes e encontros com figuras arquetípicas, conforme descrito por Ceccon e Holanda (2012):

A experiência do numinoso engloba também a vida cotidiana e natural, se expressando não apenas no que é comumente chamado de religião, mas também nos movimentos sociais e na experiência individual como, por exemplo, num transtorno mental ou numa inspiração criativa.

Na prática clínica, a integração do numinoso pode desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar psicológico, quando os terapeutas junguianos conseguem facilitar experiências numinosas em seus pacientes, eles estão abrindo espaço para uma conexão mais profunda com o *self*, permitindo que os indivíduos entrem em contato com partes de si que podem ter sido negligenciadas ou reprimidas. O homem está numa busca constante de sentido, em seu mundo interior, onde seu próprio espaço torna-se o seu lugar de experiências (Ceccon e Holanda, 2012).

Neste sentido, o autor Kalsched (2013) defende que estes que buscam sentido, revelam que somente o amor é capaz de gerar a alma, mas também o amor precisa da alma, sendo assim coexistentes. Desta forma, ao invés de buscar explicações patológicas, causas às nossas feridas e sofrimentos, precisamos em primeiro lugar amar e conhecer a nossa alma como ela realmente é, e somente assim, reconhecer que as dores e feridas derivaram de uma falta de amor, o conhecimento e aprofundamento dessas questões, permitem novos caminhos para a promoção de cura. O autor aponta que a alma se orienta para um centro pessoal e transpessoal, para a unidade e realização de sua totalidade, sendo assim, na própria vida se carrega o sentido, sendo o de restaurar a nossa unidade interna.

Essas experiências numinosas podem promover a autorreflexão, levando os pacientes a questionarem suas crenças, valores e comportamentos e a explorar novas perspectivas sobre suas vidas e seus desafios. Além disso, a experiência do numinoso pode trazer um senso de propósito e significado à vida do paciente, ajudando-os a encontrar um sentido mais profundo em suas experiências e a lidar de forma mais adaptativa com as dificuldades da existência (Esquillaro, 2020).

Em resumo, na prática clínica, a integração do numinoso pode ser uma ferramenta poderosa para promover o bem-estar dos pacientes, facilitando a conexão com o *self*, promovendo a autorreflexão e proporcionando um senso renovado de propósito e significado na vida do indivíduo. Jung enxerga a religião de um modo que é possível entrar em conluio com a Psicologia, para Jung, a religião seria importante para nos lembrar o caráter primordial do espírito, sua crítica de nossa desespiritualização e, conseqüentemente, da nossa prática de compreendermos tudo pela materialidade que entendemos evidente, nos levaria a concluir que “hoje não é a força da alma que constrói para si um corpo; ao contrário, é a matéria que, com seu quimismo, engendra uma alma” (Jung, 1984, p.653).

Assim, podemos perceber que, para Jung, corpo e alma estão juntos, as doenças afetam a totalidade do ser humano. Tudo que experimentamos é psíquico, todas as percepções são imagens psíquicas que representam uma única experiência imediata, isto é, a psique pode transformar e até mesmo falsear a realidade, toda a realidade é a realidade do psíquico, única realidade em que o psicólogo pode se apoiar. Nesse sentido, os conteúdos psíquicos se originam tanto na natureza, como no espírito, porém, ainda acreditamos mais no fogo que nos queima, do que no medo de um fantasma, neste sentido aponta Jung (1984, p. 681) “o medo que tenho de fantasmas é uma imagem psíquica de origem espiritual, tão real quanto o fogo, porque o medo que eu sinto é tão real quanto a dor causada pelo fogo”.

Por isso é necessário compreender que os problemas somáticos afetam a alma, tanto quanto a condição desta acaba por afetar o corpo, nesta linha Stein (2020, p. 43) defende:

Empreender buscas espirituais e ter experiências numinosas podem ser momentos importantes para a individuação, mas, por si só, não são suficientes para estabelecer, quanto mais completar, um processo de individuação, embora possam criar uma mudança profunda de atitude e de personalidade (Stein, 2020, p. 43).

Esse processo de busca espiritual e experienciar a numinosidade, não são completadas sem terem um significado real dado pelo próprio indivíduo primeiro, por isso a prática clínica de integração da numinosidade no processo de individuação é necessária, o psicólogo pode auxiliar a “completar” esse processo e traçar estratégias com o paciente a fim de revelar para ele questões de mudanças profundas de atitude e de personalidade, priorizando o bem-estar psicológico (Esquillaro, 2020).

Ao nos dedicarmos ao esforço de compreender os símbolos, deparamo-nos não apenas com o símbolo em si, mas com a complexidade do indivíduo que o produziu, sua história e sua subjetividade. Esse processo nos impele a considerar o universo cultural do indivíduo, aprofundando a análise e promovendo um entendimento mais amplo de contextos sociais e culturais diversos. Ao realizar isso, o Psicólogo acaba também por enriquecer sua própria trajetória e formação, preenchendo as lacunas presentes em sua educação (Jung, 2008).

## MÉTODOS

Em épocas passadas, havia no homem a capacidade de integrar os conceitos instintivos em uma disposição psíquica coerente, utilizando símbolos numinosos,

considerados sagrados por um consenso geral, para essa assimilação. No entanto, o homem “civilizado” perdeu essa habilidade, e a sua consciência moderna se distanciou dos meios de integrar as contribuições do inconsciente e dos instintos, resultando em uma visão fragmentada da psique, que segundo Jung (2008):

Em épocas recuadas, enquanto conceitos instintivos ainda se avolumavam no espírito do homem, a sua consciência podia, certamente, integrá-los numa disposição psíquica coerente. Mas o homem ‘civilizado’ já não consegue fazer isto. Sua ‘avançada’ consciência privou-se dos meios de assimilar as contribuições complementares dos instintos e do inconsciente. Estes meios de assimilação e integração eram, exatamente, os símbolos numinosos tidos como sagrados por um consenso geral. Hoje, por exemplo, fala-se de ‘matéria’. Descrevemos suas propriedades físicas. Procedemos a experiências de laboratório para demonstrar alguns de seus aspectos. Mas a palavra ‘matéria’ permanece um conceito seco, inumano e puramente intelectual, e que para nós não tem qualquer significação psíquica.

Diante do crescente interesse pela dimensão simbólica e espiritual na psicoterapia, surge a necessidade de compreender o papel da numinosidade na prática clínica junguiana, especialmente em sua capacidade de promover o bem-estar psicológico. A numinosidade refere-se a experiências profundas de caráter emocional ou espiritual que ressoam no inconsciente e podem se manifestar de diversas formas durante o processo terapêutico, este estudo visa explorar abordagens práticas e implicações clínicas da integração desses fenômenos, analisando como os terapeutas junguianos utilizam métodos como a imaginação ativa, a amplificação de símbolos e a análise dos sonhos para facilitar a emergência e o trabalho com a numinosidade (Ceccon e Holanda, 2012).

Esses métodos permitem que os pacientes acessem camadas profundas do consciente e inconsciente, do mundo externo e interno, onde experiências transformadoras podem ocorrer, além disso, será investigada a influência dos fenômenos de transferência e contratransferência, que frequentemente possuem uma qualidade numinosa e revelam dinâmicas profundas na relação terapêutica, a pesquisa busca compreender como a numinosidade pode servir como um recurso terapêutico para a integração psíquica e o fortalecimento egóico. As implicações clínicas desse processo serão analisadas, com foco na ampliação da consciência, na promoção da transformação emocional e na facilitação da busca pela cura psicológica e espiritual, nesse contexto, será dada especial atenção ao tratamento de traumas, onde a numinosidade pode atuar como um fator transformador no processo de cura.

O psicólogo Junguiano pode oferecer diversas técnicas através dos estudos desenvolvidos por Jung, para explorar e expandir o significado de símbolos que aparecem nos sonhos, fantasias ou na arte que envolve seus pacientes, os terapeutas ajudam a entender essa simbologia que percorre os mitos, contos de fadas e outras culturas, revelando camadas mais profundas de significado, ou seja, esse processo pode abrir portas para experiências numinosas, conectando o indivíduo a arquétipos universais e ao inconsciente coletivo.

Ao falar do inconsciente, uma das técnicas que é possível realizar é a interpretação de sonhos, que é considerada uma via de acesso privilegiada ao inconsciente. Na interpretação o psicólogo Junguiano trabalha para desvendar os significados simbólicos diante das imagens oníricas, esse processo pode trazer à tona conteúdos numinosos, permitindo que o indivíduo se conecte com aspectos profundos e espirituais de si mesmo. A

interpretação de sonhos é uma técnica que pode revelar conflitos internos, guiar processos de individuação e proporcionar insights transformadores para a individuação do ser, de acordo com Jung a prática da interpretação dos sonhos não pode ser oferecida por nenhum analista sem ter um conhecimento da pessoa que o sonhou e um estudo cuidadoso e profundo sobre as suas associações com o sonho (Jung, 2008, p.55).

Uma técnica amplamente utilizada na clínica terapêutica é a imaginação ativa, que envolve uma forma específica de meditação auxiliada pela imaginação, ela envolve o diálogo consciente com imagens ou personagens que emergem do inconsciente, o paciente é encorajado a interagir com essas imagens em um estado de relaxamento, permitindo que se desenrolam narrativas espontâneas como pensamentos, atitudes e emoções, visando trazer o inconsciente para o consciente, este processo é um método de interação com o inconsciente que pode gerar experiências numinosas ao trazer à luz conteúdos profundos do inconsciente, ou seja, dando forma às imagens e analisando os resultados facilitando a integração desses elementos na consciência. Segundo Jung, a imaginação ativa permite um contato deliberado com o inconsciente, estabelecendo uma relação consciente com seus fenômenos psíquicos e gerando, muitas vezes, experiências numinosas ao iluminar conteúdos profundos e simbólicos (Jung, 2008, p. 206).

A técnica de imaginação ativa pode se parecer com outra técnica também utilizada no contexto clínico Junguiano, que é a visualização, essa por sua vez envolve a criação deliberada de imagens mentais com o propósito de acessar e trabalhar com o conteúdo do inconsciente, é diferente de sonhos ou fantasias espontâneas, a visualização é um processo consciente e intencional, ou seja, é algo guiado e mais específico no qual o indivíduo se engaja ativamente em uma jornada imaginativa guiada. O terapeuta nessa técnica pode sugerir cenários ou imagens em que o paciente deve imaginar, essa visualização pode proporcionar uma compreensão mais profunda dos próprios desejos, medos e aspirações e permitir que emoções reprimidas sejam expressas e trabalhadas, a visualização pode promover a cura emocional e a resolução de traumas, além da potencialidade de facilitar o encontro com experiências numinosas e uma conexão mais profunda com aspectos espirituais da vida, fornecendo novas perspectivas e inspirações, também contribuindo para o desbloqueio da criatividade (Jung, 2008).

A integração da sombra é um processo essencial no trabalho terapêutico, pois permite ao indivíduo trazer à consciência aspectos ocultos de sua psique que, de outra forma, permaneceriam reprimidos. A sombra, como explica Jung, pertence ao inconsciente pessoal, sendo formada por vivências individuais, mas também carrega uma dimensão coletiva, já que representa aspectos compartilhados entre todos os seres humanos. Jung define a sombra como “aquilo que a pessoa não tem desejo de ser,” e trazê-la à luz permite uma conexão mais profunda com a própria totalidade, promovendo um caminho em direção à individuação (Jung, 2008, p.118).

Jung (2008, p. 118) também destaca que:

A sombra projetada pela mente consciente do indivíduo contém os aspectos ocultos, reprimidos e desfavoráveis (ou nefandos) da sua personalidade. Mas esta sombra não é apenas o simples inverso do ego consciente. Assim como o ego contém atitudes desfavoráveis e destrutivas, a sombra possui algumas boas qualidades — instintos normais e impulsos criadores. Na verdade, o ego e a sombra, apesar

de separados, são tão indissoluvelmente ligados um ao outro quanto o sentimento e o pensamento.

Portanto, ao integrar a sombra, o indivíduo não só revela traços reprimidos e sombrios, mas também resgata potenciais criativos e impulsos genuínos, tornando-se mais inteiro e equilibrado.

## A Numinosidade no Tratamento de Traumas

A numinosidade, um conceito central na psicologia junguiana, refere-se a experiências emocionais e espirituais profundas que emergem do inconsciente e têm o poder de evocar um forte senso de conexão com algo maior do que o indivíduo. No tratamento de traumas, a numinosidade pode atuar como um ponto de transformação, trazendo novos significados ao sofrimento e proporcionando uma via de cura para o paciente, a integração desses fenômenos na psicoterapia junguiana oferece um caminho alternativo e complementar para abordar os estados depressivos, partindo para além da análise dos sintomas e trabalhando com a profundidade da psique.

Neste sentido, Moraes (2010), aborda a importância de compreender o paciente através de suas próprias vivências para assim dimensionar suas vivências através dos conceitos de Jung (2008):

Outro aspecto que aproxima o pensamento de Otto e do Jung é a questão irracional. Tanto o sagrado quanto o arquétipo são ideias ou conceitos, que não se aprende racionalmente, é necessário viver a experiência do sagrado ou do arquétipo para compreendê-las. Por exemplo, quem não sentiu o poder sedutor da anima, vai ter dificuldade para compreender a angústia de um cliente fascinado pela anima. Quem não se confrontou com o Mal em si próprio, vai ter dificuldade para compreender o Mal ou a Sombra, no cliente. Por isso que para compreender a psicologia analítica, é necessário viver os conceitos.

A integração da numinosidade no tratamento de traumas pode apresentar diversas implicações clínicas como o aprofundamento do processo terapêutico, levando o paciente a explorar níveis mais profundos da psique e favorecendo transformações que vão além da resolução dos sintomas. Além disso, a dimensão espiritual ou existencial que a numinosidade desperta pode oferecer ao paciente um novo sentido de vida, ajudando-o a reencontrar sua vitalidade psíquica e emocional, ao reconhecer e integrar as experiências numinosas, o paciente pode vivenciar uma aproximação da cura completa e duradoura, promovendo o bem-estar psicológico.

## Reconexão com o Self Através da Numinosidade

Frente aos traumas, o paciente frequentemente se desconecta do *self*, o centro de equilíbrio da psique, segundo Jung. A experiência numinosa pode atuar como um canal para restabelecer essa conexão perdida, trazendo uma percepção mais profunda e espiritual da própria existência, Jung afirmava que o *self* é o ponto de convergência de todas as partes da psique, e quando o paciente perde contato com ele, o resultado é uma sensação de vazio e alienação.

Na psicoterapia Junguiana é levado em consideração as diversas características que aparecem em muitas sessões, imagens e símbolos relacionados à luz, à transcendência ou a figuras arquetípicas emergem nos sonhos ou durante a imaginação ativa. Essas

características são um caminho para o paciente encontrar um propósito maior no meio do sofrimento, ao trabalhar com essas imagens, o terapeuta guia o paciente a reconhecer o significado implícito por trás dos traumas, muitas vezes possibilitando uma reorientação existencial e espiritual. Além disso, a técnica da imaginação ativa à medida em que o inconsciente se apropria dos espaços de expressão que lhes são concedidos, a consciência passa a perder a dominância, trazendo a possibilidade de integração dos conteúdos de ambos, em contrapartida uma diminuição gradativa da influência do inconsciente, tornando este, um processo equilibrado, processo esse que permite ao paciente interagir diretamente com essas imagens numinosas, acessando níveis profundos para além do consciente, mas também do inconsciente, isso pode ajudar a trazer à superfície novos entendimentos sobre o sofrimento e promover uma integração de aspectos inconscientes da psique, favorecendo uma transformação (Coelho, 2020).

## Numinosidade como Potencial de Transformação

Os traumas são caracterizados por um nível de dor psicológica e/ou emocional quase que insuportável. A numinosidade, no entanto, pode introduzir uma energia transformadora, criando uma ruptura com o estado de estagnação e impossibilidade de vivência das dores traumáticas para acessar a cura.

Em estados traumático profundo, o paciente frequentemente perde o sentido de vida sentindo-se perdido, vindo a desenvolver outros sintomas, a numinosidade, ao ser evocada durante o tratamento, pode atuar como um meio de reconectar o indivíduo com o seu *self*, o sagrado e o espiritual, por exemplo, um sonho que contenha uma imagem numinosa poderosa pode despertar uma nova percepção de si mesmo e do mundo, ajudando o paciente a superar a sensação de desespero e desconexão, Moraes (2010) trata a reconexão com o Eu através da numinosidade como um processo terrível e fascinante, “o Numinoso na psicologia analítica aponta justamente para isto: o *mistério terrível e fascinante* que nos organiza e nos constitui, que nos confronta com quem somos, e assim, nos conduz a nós mesmos”.

Segundo Jung (2008) a função transcendente é o processo pelo qual opostos psíquicos são reconciliados, como a luz e a escuridão, a esperança e o desespero, a numinosidade pode catalisar esse processo, permitindo que o paciente veja o trauma não apenas como um estado terminal, mas como parte de um ciclo de transformação psíquica.

## Numinosidade na Relação Terapêutica

Abordando a numinosidade no contexto psicoterapêutico junguiano, esta não se limita somente às experiências internas do paciente, como sonhos ou visões, ela também emerge no contexto da relação terapêutica, um espaço sagrado e seguro onde fenômenos arquetípicos podem se manifestar através da interação entre paciente e terapeuta. Essa dimensão simbólica da terapia reflete uma conexão profunda com o inconsciente coletivo, permitindo que o processo terapêutico se torne uma jornada de transformação tanto para o paciente quanto para o terapeuta.

O ambiente terapêutico conhecido como o *setting*, abrange as condições e elementos que delineiam o ambiente terapêutico no qual a análise se desenrola. Esses componentes



são minuciosamente estabelecidos para promover a eficácia tanto para o paciente quanto para o analista dentro do contexto do processo terapêutico. Este ambiente é construído a dois, é intrínseco a uma atmosfera especial, que paira no ambiente terapêutico entre o analista e o analisando, é caracterizada por conforto físico e emocional. Trata-se de um conjunto de elementos que viabilizam o progresso do processo psicanalítico, estabelecendo um contrato analítico claro e um conjunto de regras mutuamente aceitas pelo paciente e pelo terapeuta. O *setting*, portanto, representa um acordo benéfico para ambas as partes, facilitando uma entrega mútua ao trabalho terapêutico e ao desenvolvimento do vínculo transferencial, que impulsiona o processo terapêutico (Zimerman, 2008).

A transferência, segundo Jung, é uma atividade primária do psiquismo, que ocorre entre duas pessoas, em caso de exceções quando ocorre com o objeto físico. Ainda neste sentido, Jung (2008) aborda a intensidade da transferência como algo equivalente à importância do conteúdo para o sujeito que transfere, carregando em si conteúdos que quando extraídos e apresentados à consciência, podem ser utilizados a favor da regulação emocional e psíquica do indivíduo. Através da transferência torna-se possível adquirir uma qualidade numinosa quando a paciente projeta no terapeuta uma imagem arquetípica, como a de um curador, guia espiritual ou figura parental idealizada. Esse fenômeno pode ocorrer especialmente em momentos de profunda vulnerabilidade ou mudança psíquica, o terapeuta, neste cenário, torna-se um canal para o surgimento de imagens numinosas que representam forças psíquicas poderosas e potencialmente curativas (Rodrigues, 2020).

Neste sentido, Zimerman (2008) aprofunda os estudos sobre a transferência através dos conceitos de Freud com uma abordagem mais contemporânea, oferecendo novas perspectivas para a psicoterapia moderna. Para Zimerman (2008), a transferência é um fenômeno em que o paciente projeta no analista sentimentos, desejos e expectativas de relacionamentos significativos que teve no passado, como com pais, parceiros, amigos ou figuras de autoridade. Esses sentimentos, que podem ser tanto positivos quanto negativos, dependentes ou autoritários, são direcionados ao analista, o papel do analista é manejar essas transferências de maneira a mantê-las dentro de limites saudáveis para ambos, tornando-a um método de suma importância para a psicoterapia (Ibid, 2008).

Essa projeção arquetípica, contudo, não deve ser vista apenas como algo a ser “corrigido” ou “interpretado” de forma literal, em vez disso, o terapeuta trabalha simbolicamente com essas transferências, reconhecendo que elas são reflexos de um processo interno do paciente. O papel do terapeuta é ajudar o paciente a compreender que a imagem idealizada ou numinosa que ele projeta é, na verdade, uma expressão do seu próprio processo de individuação, ao integrar essa consciência, o paciente pode reconhecer em si mesmo as qualidades de cura e autoconhecimento que ele atribui ao terapeuta, fortalecendo seu crescimento psíquico e espiritual.

Além disso, a presença do numinoso na relação terapêutica pode criar um ambiente de confiança e abertura, onde o paciente sente que está diante de algo maior do que o cotidiano das interações humanas comuns, essa sensação pode despertar uma reverência pela própria jornada terapêutica, dando um significado mais profundo ao processo de cura, desse modo, a aliança terapêutica se fortalece, não apenas no nível racional e consciente, mas também em um nível simbólico e espiritual, facilitando o progresso do tratamento, seguindo esta linha de pensamento, Ferreira e Silveira (2015), discorrem:

Jung discorre sobre a psique humana, identificando, nos diversos mitos, culturas e religiões que também apresentam esse confronto de opostos, o mesmo que permite criar símbolos como forma de expressão e equilíbrio. Percebe-se, pois, que o entendimento de Jung, que se refere ao funcionamento psíquico do ser humano, ele o estende a todas as experiências humanas vividas, as quais constituem as diversas religiões e mitos.

A experiência numinosa, ao ser vivida dentro da relação terapêutica, pode restaurar um sentido de sacralidade e propósito, aliviando a desesperança que é característica desse quadro, o paciente começa a ver o terapeuta não apenas como alguém que alivia os sintomas, mas como um facilitador de uma profunda reconexão com o *self* e com as forças arquetípicas que promovem a cura e a transformação interior, dessa forma, a numinosidade na relação terapêutica não só promove a cura dos sintomas derivados de traumas, mas também abre espaço para um processo de individuação e reconexão espiritual, fundamentais para uma recuperação duradoura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a psicoterapia Junguiana é uma ferramenta eficaz para fomentar o autoconhecimento e o bem-estar psicológico dos pacientes, o presente estudo reafirma a relevância e a importância de integrar a numinosidade na prática clínica. A abordagem proposta não apenas enriquece a prática clínica, mas também enfatiza a importância de uma terapia que reconheça a complexidade da psique humana, levando em consideração aspectos relacionais, irracionais e espirituais.

A vivência numinosa, que possibilita a conexão com a sua essência mais profunda, é um recurso crucial na jornada de individuação, permitindo que os pacientes reconheçam e integrem suas experiências mais íntimas e muitas vezes ocultas, resultando em uma relação terapêutica mais significativa e profunda com seus pacientes, os psicólogos são levados a expandir suas ferramentas e abordagens para integrar esses conceitos na prática terapêutica. Esta visão respeitante não somente aos pacientes e ao seu direito e um atendimento psicológico que visa não somente o alívio de sintomas, mas também a verdadeira transformação e vinculação com sua essência.

Assim, a numinosidade se revela não apenas uma teoria, mas uma experiência prática que ao ser incorporada, pode gerar mudanças significativas na vida dos pacientes, criando um espaço sagrado de auto descoberta e cura através da terapia. O numinoso na prática clínica possibilita ao homem o confronto com o Eu e também o reencontro, sendo o fim dessa caminhada o autoconhecimento e a independência para compreender onde está o seu bem estar.

## REFERÊNCIAS

CECCON, R. P.; HOLANDA, A. F. **Interlocução entre Rudolf Otto, Carl Gustav Jung e Victor White**. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro. 2012.

COELHO, M. M. **Identidade, duplo e imaginação ativa – leitura do conto Distante de Cortázar**. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. São Paulo. 2020

ESQUILLARO, M. A. **Experiência com o Numinoso**. Instituto Freedom. 2020.

FERREIRA, A. SILVEIRA, L. **Do Círculo de Eranos à construção do simbólico, em Carl Gustav Jung**. Psicologia USP. 2015

FRAZÃO, D. **Carl Gustav Jung**. Biografia. 2019.

JUNG, C. G. **O Homem e Seus Símbolos**. Tradução de Maia Lúcia Pinho. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.

KALSCHED, D. **O Mundo Interior do Trauma: Defesas arquetípicas do espírito pessoal**. Paulus. São Paulo. 2013.

MORAES, F. F. NUMINOSO: **Do sagrado de Otto ao Arquétipo de Jung**. Jung no Espírito Santo. Espírito Santo. 2010.

ROCHA, D. M. R. **Obras Completas de C. G. Jung, vol. VIII/2 - A Natureza da psique – Carl Gustav Jung**. Vozes. Petrópolis. 1984.

RODRIGUES. Z. H. **Transferência**. Psicologia Analítica. São Paulo.

STEIN, M. **Jung e o caminho da individuação: uma introdução concisa**. Trad. Euclides Luiz Calloni – Cultrix. São Paulo. 2020.

ZIMERMAN, D. E. **Manual de técnica psicanalítica**. ArtMed. Porto Alegre. 2008.

# Contribuições da Teoria da Reprodução Social para Estudos da Velhice e as Opressões de Gênero, Raça, Sexualidade e Classe

## *Contributions of Social Reproduction Theory to Studies on Aging and the Oppressions of Gender, Race, Sexuality, and Class*

Rosemeire Scatena

### RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de pós-doutoramento, centrada no tema da velhice e as opressões de gênero, raça, sexualidade e classe social. Os procedimentos metodológicos adotados para a pesquisa são aproximações sucessivas com referências bibliográficas que tratam sobre o tema do envelhecimento e da velhice, as opressões de gênero, raça e sexualidade a partir da experiência da classe trabalhadora na sociedade capitalista, utilizando-se da pesquisa da história oral de oito participantes com 60 anos ou mais que viveram do trabalho, distribuídos entre dois homens brancos e dois negros, duas mulheres brancas e duas mulheres negras. A análise dos resultados da pesquisa será orientada pela perspectiva analítica da Teoria da Reprodução Social –TRS. Os resultados iniciais já confirmam os pressupostos centrais da pesquisa, indicando que os avanços da tecnologia da saúde na direção de maior longevidade não tem sido garantia de qualidade de vida a pessoa idosa, o mito da velhice assexuada, as opressões de raça, gênero e classe estão entrelaçadas com a experiência de vida das pessoas idosas e se acentuam nessa etapa de vida e não podem ser desconsideradas em estudos da velhice na sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** velhice; gênero; raça; sexualidade; classe social.



## ABSTRACT

This is post-doctoral research, focused on the theme of old age and oppression of gender, race, sexuality and social class. The methodological procedures adopted for the research are successive approximations with bibliographical references that deal with the topic of aging and old age, the oppressions of gender, race and sexuality based on the experience of the working class in capitalist society, using history research oral speech of eight participants aged 60 or over who made a living from work, distributed between two white men and two black men, two white women and two black women. The analysis of the research results will be guided by the analytical perspective of the Theory of Social Reproduction – TRS. The initial results already confirm the central assumptions of the research, indicating that advances in health technology towards greater longevity have not been a guarantee of quality of life for the elderly, the myth of asexual old age, the oppression of race, gender and class they are intertwined with the life experience of elderly people and are accentuated at this stage of life and cannot be ignored in studies of old age in capitalist society.

**Keywords:** old age; gender; race; sexuality; social class.

## INTRODUÇÃO

Não se trata de tarefa fácil iniciar a produção de um texto cujo tema central atravessa nossa experiência de vida pessoal, profissional e acadêmica como é o caso do tema aqui proposto: processo de envelhecimento e velhice. Como costumo relatar quando ministro palestras e/ou disciplinas que tratam do tema da velhice, introduzo afirmando que o processo de envelhecimento e a pessoa idosa sempre estiveram presentes na minha trajetória de vida, desde a infância até os dias atuais, quando experimento o processo de envelhecimento na minha própria vida, aos 62 anos de idade.

Assim, são práticas vividas e reflexões teóricas que se entrecruzam, num esforço de buscar respostas e provocar reflexões na direção de garantir ao aumento da longevidade da vida humana também satisfação de viver mais anos com qualidade de vida.

Ainda na infância, a velhice e a pessoa idosa traziam inquietações, vez que convivía diariamente com pessoas idosas, tanto meus pais biológicos que tinham idade superior à média dos pais das minhas amigas e amigos, bem como morávamos com meus tios solteiros com idade avançada e avós maternos para que minha mãe prestasse os cuidados a estes. No decorrer dos anos, entre minha infância e pré-adolescência, minha avó paterna também veio morar conosco para receber cuidados da minha mãe. Durante toda minha infância, adolescência até fase adulta, convivi cotidianamente com pessoas idosas, tanto do lado paterno quanto materno, sendo a única criança em meio a tantas pessoas idosas.

No decorrer dessa trajetória de vida pessoal, marcada pela forte presença da velhice e do convívio com pessoas idosas, presenciei as distintas formas de experimentar o processo de envelhecimento e a própria velhice até a morte dessas pessoas próximas por laços de parentesco.

Convivi com pessoas que envelheceram de forma saudável, alcançaram seus 90 anos ou mais, lucidas, com limitações físicas próprias de um processo natural de

envelhecimento das células e de seu corpo biológico até chegarem a morte, mas também convivi com pessoas idosas que foram acometidas por doenças crônicas como o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e tiveram sequelas, incluindo processos demenciais, definindo anos após anos, até a morte.

Presenciei pessoas idosas que até o fim de suas vidas foram cuidadas e amparadas nas suas necessidades físicas e afetivas, mas também aquelas pessoas idosas do meu convívio que experimentaram a pobreza e o desamparo afetivo, sendo cuidados exclusivamente por minha mãe. Assisti, vivi, convivi e ajudei cuidar dessas pessoas idosas, ao lado da minha mãe, também idosa.

Ironicamente, ou cilada do destino, ao concluir a primeira graduação em Educação Física, motivada pelo interesse em tornar-me técnica esportiva, ao finalizar a graduação, contrariamente, meu primeiro emprego foi para atuar com ginástica para Terceira Idade, nos idos dos anos 80, quando essa atividade ainda era uma novidade.

Abandonei as minhas intenções de atuar na área de esportes coletivos e passei a me dedicar as atividades físicas voltadas para pessoas idosas. Com o passar dos anos, tais atividades foram se disseminando, os grupos e programas de Terceira Idade se expandido e assim também ampliando estudos e atividades voltadas para o processo de envelhecimento e velhice.

Alterei os rumos da minha trajetória acadêmica e profissional, cursando Serviço Social e incontáveis cursos na área da Gerontologia e das ciências sociais. Adentrei fortemente uma busca de conhecimento nesse campo temático da velhice e seu processo. Em alguns momentos me afastei, mas sempre retornando ao tema.

E hoje, vivenciando o ingresso no processo do envelhecimento, retorno a esta temática, com maior acúmulo teórico, conceitual, acadêmico e prático, porém, com muito mais inquietações sobre este processo da vida humana, inclusive, de certa forma, colocando-me como partícipe da pesquisa, quando ampliam-se os questionamentos, sendo estes quase diários, sobretudo por enquadrar-me no perfil dos participantes da pesquisa que pretendo investigar, excetuando-se a questão racial, vivenciei e vivencio a exploração de classe, opressão de gênero, os preconceitos relativos a sexualidades e o etarismo manifestado fortemente em nossa sociedade.

Assim, retomo as preocupações em torno do processo do envelhecimento e da velhice noutra perspectiva analítica: agora não mais analisada como um fenômeno isolado, mas sim como processo inserido no contexto das relações de produção e reprodução social que são determinantes nas condições de vida humana em quaisquer ciclos etários.

Dessa forma, em primeiro lugar, registro a fundamental importância dos avanços das tecnologias da saúde na direção de alcançar o prolongamento da vida humana em nossa sociedade. Não há dúvidas que a racionalidade técnica e científica da sociedade moderna nos presenteou com o aumento da longevidade, mas aqui já se registra também, a primeira inquietação: Em que condições concretas experimentamos a velhice nessa mesma sociedade que nos garantiu o prolongamento de nossa longevidade do ponto de vista biológico, negligenciando os preparos e cuidados requeridos neste ciclo etário? Como as áreas de conhecimento das ciências humanas vêm concebendo esses avanços das

áreas das ciências naturais, resultando no prolongamento da nossa existência? É possível comemorar o aumento da longevidade sem aprofundar os debates sobre as condições de vida numa forma específica de sociedade, fundada numa relação de classes sociais, onde construímos toda nossa trajetória de vida?

Este estudo não tem a pretensão de discutir a qualidade de vida na velhice, sobretudo como um atributo individual, nem tampouco adentro na seara de “sacralizar” e/ou “satanizar” a velhice, tendo em vista que tem sido crescente os estudos de como envelhecer bem, termos como “Vida ativa”, “Melhor Idade”, “Terceira Idade”, dentre outros se disseminam em nossa sociedade, desde o *boom* do envelhecimento – não é essa nossa intenção.

Entretanto, é inegável a intenção subjacente a esses significados atribuídos a velhice, enquanto tentativas de amenizar o peso e os desafios colocados ao processo do envelhecimento e a velhice, impulsionado pelo incessante disseminação e consolidação de um ideário liberal que naturaliza as relações de desigualdade social.

Basta um olhar atento ao mercado sempre voltado para alcançar a maximização lucrativa, passando a investir fortemente em cosméticos rejuvenescedores, em turismo e lazer para a dita “Terceira Idade”, a oferta de planos de previdência privada, as redes sociais empenhadas em disseminar “receitas” do bom envelhecer, e assim por diante, tornando-se um mercado “milagroso” e fértil de consumo ao mesmo tempo que desloca a responsabilidade das condições do viver bem a velhice ao indivíduo.

Não pretendo aqui, enfrentar todas as dimensões que envolvem e atravessam esse processo, mas provocar reflexões sobre a velhice inserido num contexto mais amplo, no das relações sociais na sociedade capitalista ampliada: na relação direta com os modos de produção e reprodução social. Organização de sociedade esta que, a ética não é humana, mas sim o lucro incessante através da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, estruturada por relações generificadas racializadas e de controle da sexualidade.

Nessa direção, reconheço de imediato que as pessoas envelhecem numa sociedade salarial, cuja sobrevivência e vivência se articula diretamente a uma renda advinda da venda da força de trabalho humano e útil para o capital, no caso daqueles que não são proprietários dos meios de produção, ou seja, pessoas idosas da classe trabalhadora<sup>1</sup> experimentam uma relação distinta daqueles que são os proprietários dos meios de produção.

Aqui está um primeiro aspecto que pretendemos retomar, visto que tem sido muito recorrente na literatura a compreensão da velhice, no tocante a dimensão do trabalho, pelo viés utilitário – útil ou não útil para o capital, numa análise limitada aos aspectos econômicos do modo de produção capitalista, mediante suas limitações físicas e até mentais ocasionadas pelo envelhecimento biológico, a pessoa idosa trabalhadora torna-se “descartável”.

Não se trata de objeto deste estudo, mas precisamos olhar por outros ângulos as discussões relacionadas a aposentadoria e a previdência, para além da perspectiva da economia política, sobretudo numa sociedade capitalista no seu modelo financeirizado, onde os planos de previdência privada tem alcançado patamares absurdamente lucrativos

<sup>1</sup> “Classe trabalhadora”: conceito concebido nesse estudo a partir do aporte da Teoria da Reprodução Social (TRS), o qual reside num esforço de recentrar nossa compreensão das relações de classe, reelaborando a conceitualização sobre quem é a classe trabalhadora que será tratado mais adiante.

para o setor privado e enfraquecendo cada vez mais o debate dos direitos sociais, sobretudo com o expressivo aumento da longevidade.

É sabido também que, o prolongamento da vida humana, resultante dos avanços das tecnologias da saúde, não garantiu o fim dos processos inexoráveis do envelhecimento biológico e nem tampouco a irradiação de doenças crônicas que acometem as pessoas idosas, impactando decisivamente num aumento dos gastos com medicamentos, incluindo tratamentos de saúde e hospitalização de maior tempo, além de muitas pessoas envelhecerem necessitando de cuidados domiciliares.

Neste contexto é que as pessoas idosas e a velhice exigem maiores investimentos e recursos, inversamente do que presenciamos em nossa sociedade sob a égide do capitalismo neoliberal que tem cada vez mais terceirizado sua responsabilidade para garantir segurança socioassistenciais e financeiras a velhice, implementando reformas previdenciárias que resultam em parcos rendimentos na aposentadoria, impactando decisivamente na qualidade de vida a pessoa idosa em várias dimensões, negligenciando o cuidado a estes cidadãos. E o que isso tem a ver com a produção e reprodução social nessa forma específica de sociedade?

Assim, temos aqui um primeiro recorte fundamental de nossa pesquisa, processo de envelhecimento e velhice, experimentado a partir de um recorte de classe. A experiência da velhice da classe trabalhadora é completamente distinta da burguesia.

Em segundo lugar, não hierarquicamente, mas também fundamental para pensarmos a velhice e o processo do envelhecimento é o reconhecimento de situarmo-nos numa sociedade capitalista generificada e racializada. Essas várias dimensões fundamentais, estruturais e estruturante das relações sociais na sociedade capitalista – classe, raça e gênero – são dimensões da diferença e que não são comparáveis, pois elas são iguais em peso causal que são determinantes nas práticas vividas pelas pessoas idosas. O grande desafio teórico que se coloca aqui é focar as especificidades de cada dimensão e buscar um entendimento de como tudo se encaixa ou não nas práticas sociais desses sujeitos.

E, em terceiro lugar, não menos importante, porém pouco desenvolvido teoricamente, sobretudo no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social, iniciamos uma provocação relativa a questão da sexualidade na velhice.

Dá-se a impressão que a velhice é assexuada. Nas instituições de longa permanência, com muita frequência, separam “alas de homens de alas de mulheres”, as vezes separam até casais. O namoro, o flerte, muitas vezes é proibido. O beijo, o abraço, o namoro entre pessoas idosas são “feio”, “coisa de velha/o assanhado”. Desejo, sedução, culturalmente tem sido cultuado apenas pelos jovens, ademais, esse aspecto tem sido silenciado na velhice, quiçá uma pessoa idosa que não seja heteronormativa.

Aqui, revisitemos uma pouco o que Michell Foucault, em seus escritos na *“História da Sexualidade”* (1973) onde afirma que, os sujeitos só podem ser compreendidos nas suas relações, nas práticas em que estão envolvidos: os saberes que estão envolvidos e as relações de poder que também os atravessam.

Foucault ao mostrar que no século IX na Europa, o século Vitoriano, entendia a sexualidade como reprimida, como se sobre a sexualidade pouco pudesse ser dito, assim



como acontece com a pessoa idosa. Como ele descreve sobre esse século em relação a sexualidade, apenas podia falar sobre o casamento e a finalidade do sexo para a reprodução, o que também é permitido a pessoa idosa até os dias atuais. Muito pouco além disso, caso contrário será visto como um “velho/a pervertido e assanhado”.

Ainda Foucault, descreve que na prática, o que aconteceu no século 19, mediante esta narrativa, foi uma multiplicação e uma variação de discursos sobre o sexo e a sexualidade. Essa situação também não poderia estar ocorrendo com as pessoas idosas ou aquelas que se encontram em processo de envelhecimento?

E aqui é importante fazermos a diferenciação entre sexo ou ato sexual e a sexualidade. Sexo é apenas o ato sexual e a modalidade dominante de se falar sobre a sexualidade. E quando falamos em sexualidade estamos falando muito mais amplamente, de práticas, linguagens, modos de pensar, sentir, agir que não se reduzem necessariamente ao ato sexual somente. Um grande desafio para o debate de sexualidades, como afirma Cisne (2014), reside em desvendar também as distinções entre relações sociais mais amplas e relações pessoais.

Sexualidade tem relação com a história e com a cultura e muda, conforme essas mudam. Foucault mostra que a história dessa sexualidade não é a progressão do que seria o universal na história, mas temos práticas e saberes tão diferentes sobre a sexualidade e não podemos concebê-la, reduzi-las todas a uma história unívoca sem com isso produzir violências terríveis quando infringimos o “proibido”. É “proibido” a pessoa idosa manifestar-se sobre a sexualidade.

Como afirma Foucault ao escutar sobre o proibido e também ao falar do proibido, escreveu:

Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo. (...) É porque se afirmar essa repressão que se pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou o amargor da história impedem a maioria dentre nós de vincular: revolução e felicidade; ou, então, revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou, ainda, revolução e prazer. Falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; vincular a iluminação, a liberação e a multiplicação de volúpias; empregar um discurso onde confluem o ardor (Foucault, 1988, p. 12).

Falar do sexo como liberdade, carrega essa possibilidade de libertação. Como um espaço de contestação e de possibilidade de uma nova lei. A promessa de um novo modo de vida. Há uma super significação do sexo. Foucault escreve a todo momento que a sociedade como a nossa, criou saberes sobre o sexo. Saberes racionais, saberes de um certo tipo, saberes que ligam a verdade do ser individual de uma maneira jamais vista, de modo tal que, alguns chegam a colocar suas orelhas em locação, se referindo aqui, a psiquiatria, a psicanálise. Alugam suas orelhas para falar de suas verdades mais verdadeiras. Nessa medida dizer que se pretende a dizer que deixar o sexo livre já faz parte da ordem dos discursos, já esperado que os sujeitos busquem libertar sua sexualidade justamente porque a economia dos discursos já trabalha com o duplo: opressão x liberação do sexo.

Dessa forma, entende-se que na velhice, resguardando suas alterações morfológicas, a idade não dessexualiza ninguém, mas sim o preconceito, a opressão sobre os corpos, especialmente sobre os corpos das mulheres.

Nesse contexto teórico e reflexivo, brevemente explicitado até aqui é que, afirmamos nossa inquietude relativa a velhice e ao processo de envelhecimento, as práticas vividas nas relações sociais de pessoas idosas, entrelaçadas com as dimensões de opressão raça, gênero e sexualidades, assentada numa perspectiva classista.

A questão geracional é uma dimensão fundamental da vida social, impondo a análise articulada a outras dimensões fundamentais das relações sociais.

Neste sentido, assento minhas lentes de análise, na ideia fundamental de que o trabalho humano, atividade que nos diferencia dos outros animais e funda nossas relações sociais, está no centro da criação ou na reprodução da sociedade como um todo. Noção de trabalho aqui apreendida no seu sentido original proposto por Karl Marx, ou seja, como “a primeira premissa de toda a história humana”. Atividade humana esta, cuja noção foi corrompida pelo capitalismo que se limita a reconhecer apenas o trabalho produtivo para o mercado, considerado a única forma legítima de “trabalho”, classificando os “úteis” e os “incapazes” para o trabalho, aqui no segundo grupo estão as pessoas idosas.

Contrária a essa interpretação do capitalismo é que me filio aos teóricos da reprodução social, compreendendo a relação entre o trabalho que produz mercadorias e o que produz pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo.

Assim, ao me debruçar sobre esta pesquisa, onde busco compreender o processo do envelhecimento e a velhice ao largo das óticas da economia clássica e dos formuladores de políticas públicas assentados exclusivamente num sistema econômico de produção que envolve trabalhadores e proprietários, conclamo a análise do trabalho reprodutivo diário e geracional que ocorre nas famílias, nas escolas, nas instituições e assim por diante, e se constituem o espaço da reprodução social do capitalismo e das relações sociais.

Articulada ao propósito estabelecido nesta pesquisa, busco na Teoria da Reprodução Social (TRS) a perspectiva analítica e a orientação para minha análise, teoria esta que:

(...) diz respeito às questões de opressão (gênero, raça, sexualidade) de forma não funcionalista, já que a opressão é teorizada como estruturalmente relacionada e, portanto, moldada pela produção capitalista, e não às margens da análise ou como complemento de um processo econômico mais profundo e vital (Vogel, 2023, p.20).

A luz da TRS buscamos um esforço para compreender as práticas sociais de pessoas idosas nas relações sociais capitalistas, estruturadas por relações de exploração e opressão de gênero, raça e sexualidades, enquanto unidade da vida em sociedade, pois gênero, raça, sexualidades e classe se entrelaçam nas relações de produção capitalista e são constitutivas numa unidade da experiência vivida pelas pessoas idosas que serão participantes de nossa pesquisa.

## **Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o Debate**

A Teoria da Reprodução Social (TRS), a qual pretendemos adotar como nossa ferramenta teórica-analítica, apresenta-se como uma proposta de renovação da própria teoria marxista no Brasil desde meados de 2018, quando também é lançada mundialmente, por vários intelectuais, enquanto campo de convergência político-teórico.

Trata-se de uma proposta teórica-analítica que está sendo construída cotidianamente, com muita pesquisa, com muito trabalho de reflexão teórica, mas também de reflexão prática empírica. Reúne um potencial de reorientar o debate marxista, desde um ponto de vista unitário sobre a reprodução da força de trabalho. Não é só a partir da reprodução da força social de trabalho, mas é a partir de uma perspectiva integrativa, uma perspectiva unitária das relações de opressão, exploração, expropriação, dominação e alienação.

A perspectiva unitária da reprodução social, resulta de debates, construções e acúmulo histórico feministas-socialistas, especialmente aqueles que debruçaram suas preocupações em torno do que ficou conhecido como “Debate sobre o trabalho doméstico” na década de 70, as quais se ocuparam de duas questões centrais e interligadas sobre a natureza do trabalho doméstico e se ele produzia mais-valia ou valor; e se ele se constituía um modo de produção distinto, análogo, ou se era parte do modo de produção capitalista (Fonseca, 2020).

É uma proposta teórica que surge e ressurgue como campo de convergência entre diferentes intelectuais e militantes que estão pesquisando desde a história e o dia a dia da classe trabalhadora racializada, generificada, vista de sua maneira múltipla diversa, essa imbricação teórica entre lógica do capital e a história da classe trabalhadora. História cotidiana da força de trabalho. A história da produção da vida.

Ao reconhecer que esta teoria tem em seu centro o objetivo de desenvolver uma compreensão unitária das relações de opressão, exploração e alienação que compõem a realidade social na sociedade atual, resgatando a noção de totalidade social tal como foi desenvolvida por Karl Marx nos *Grundrisse*, consideramos como reflexão necessária e imprescindível para o recorte temático pretendido nesta pesquisa.

Um primeiro aspecto que essa teoria coloca para nossa reflexão é o de pensar que o capitalismo em si, em seu movimento concreto de centralização, concentração e expansão, ele depende necessariamente de formas de opressão social, tanto econômicas que viabiliza a exploração da força de trabalho quanto extraeconômicas que viabiliza a expropriação.

Então pensar a exploração capitalista, com um entrelaçamento da exploração e da expropriação é algo importante, que a TRS vai trazer, embora nem sempre de uma forma muito explícita, direta, mas traz consigo na sua reflexão.

A exploração no capitalismo não é uma exploração neutra. É uma exploração que ela necessariamente é diferencial. A força de trabalho é explorada de uma forma desigual entre os diferentes corpos, nos quais a força de trabalho está materializada. Assim, a TRS chama a atenção para os corpos das pessoas trabalhadoras e para as condições de produção da vida material.

Sendo assim, tem essa insistência, muito grande por parte da TRS, inclusive de que os processos de reprodução da vida, eles podem atuar como freio no impulso na acumulação e da posse, porque eles são uma condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo, para a acumulação do capital acontecer, mas também funciona numa dinâmica que é necessária porém contraditória, ao mesmo tempo que o capital precisa reproduzir força de trabalho como pressuposto de sua própria lógica, ele mesmo coloca empecilhos

para reprodução dessa força de trabalho, na medida em que o modo de produção capitalista, cuja lógica subordina a produção da vida material e a produção de lucro. Então isso é algo fundamental para a TRS (Fonseca, 2019).

Eis a importância de se revisitar o método em Marx e colocar a ideia do entrelaçamento entre produção capitalista, produção de valor e reprodução da vida, focado na dinâmica necessária, porém contraditória desse entrelaçamento.

Aqui estamos operando em diferentes níveis de abstração conceitual no sentido marxiano. Quando falamos em reprodução da força de trabalho, referimo-nos a uma série de dinâmicas concretas que não são só a reprodução dentro da família, e também a reprodução diária, cotidiana, geracional da força de trabalho dentro da família, mas pode ser também essa reprodução tomando espaço em outros lugares, e o que importa para a TRS é girar o olhar para essa dinâmica da produção da força de trabalho e tentar entender como essa dinâmica sustenta do ponto de vista lógico também a produção de valor, não só do ponto de vista histórico.

É isso que a faz uma teoria unitária das relações de opressão, partindo de uma proposta de que essas relações de opressão: classe, raça, gênero e sexualidades tem uma ontologia comum no capitalismo especificamente. Esse modo de produção é forjado no imbricamento total dessas formas sociais, que são inclusive, ao mesmo tempo resultado e pressuposto desse modo de produção. São relações sociais que se constituem, são integrativas, mas mais do que isso, são uma só relação social.

Partimos do pressuposto de como o próprio capitalismo, a própria classe é forjada de maneira racializada, generificada, sexista numa lógica heteronormativa. Como o próprio processo de acumulação primitiva do capital, e aí se incluindo o coronelismo etc., enfim, todo o processo que deu origem ao capitalismo é um processo que em si forja essas relações enquanto uma unidade. Enquanto uma totalidade.

Assim, retomo aqui, alguns elementos que considero as principais contribuições da Teoria da Reprodução Social (TRS) para o debate do tema proposto neste estudo, inserido nas múltiplas relações de opressão que integram o processo de envelhecimento e a velhice: gênero, raça, sexualidades e classe social, no capitalismo, agravada e consolidada em sua fase financeirizada.

Como uma tentativa de superação das representações reducionistas ou deterministas do marxismo tradicional, o desenvolvimento de uma teoria unitária possibilita uma maior aproximação da realidade social é que se coloca a Teoria da Reprodução Social – TRS, trazendo um reposicionamento do campo marxista em relação aos debates sobre classe, opressão e exploração, e ainda, traduz o esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais e econômicas e extraeconômicas.

Dentre os vários aspectos que considero fundamentais dessa teoria, para este estudo, destaco em primeiro lugar como marco decisivo dessa teoria o esforço de resgatar a noção marxiana de totalidade social.

É nos *Grundrisse* que Marx (1857-1858) define de forma explícita a categoria de totalidade social e articula as noções de aparência (identidade) e essência (diferença). A

categoria de totalidade social aponta a complexidade da realidade material e dos processos de apreensão desta realidade através do conhecimento científico, estabelecendo os pressupostos do método materialista histórico dialético (Fonseca, 2019, p. 283).

A produção é sempre um ramo particular da produção, isto é, um momento da totalidade e sendo um momento, é em si também uma totalidade na medida em que não é somente uma produção particular, “é sempre um certo corpo social, um sujeito social em atividade em uma totalidade maior ou menor de ramos de produção” (Marx, 1857-1858, p. 41).

Assim, toda produção é a apropriação da natureza pelos indivíduos no interior de e mediada por uma *determinada forma* de sociedade (*ibidem*, p. 43). Marx demonstra que produção e consumo se produzem mutuamente, e que tal produção é também mediada por ambos, e neste movimento um produz a finalidade do outro (*ibidem*, p. 46-47), mas nem por isso estes dois momentos são a mesma coisa, pois conservam suas particularidades e se inscrevem em movimentos opostos.

Fonseca (2019, p. 284), ao analisar a totalidade em Marx, nos presenteia com a seguinte afirmação:

Na tentativa de uma maior apreensão da complexa e contraditória totalidade social, a abordagem teórica marxiana é um movimento que parte das determinações mais simples, gerais, abstratas para recompor, no pensamento, o real como materialidade complexa, “não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (...) síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 1857-1858, p. 54).

Demonstrando assim, que é neste complexo de relações sociais concretas que cada categoria ganha sentido sistemático por meio de seu posicionamento com respeito às outras categorias e ao todo, permitindo afirmar a distinção de cada relação social específica que constituiu o capitalismo, como a produção e o consumo o racismo e o sexismo, sem suprimir a sua unidade e determinação, e nem as homogeneizar (Fonseca, 2019).

A totalidade para Marx (1857-1858) não é o real- imediato, mas a sua unidade como concreto concebido pelo pensamento e, por isso, vivo e determinado. *Ibidem*, sendo um processo de apreensão dialética da realidade aparente sensível como concreto no pensamento. Trata-se de um processo de questionamento do sentido que “aparece para nós; não sendo apenas o que está exposto, mas também o que está pressuposto nas relações sociais”.

Dessa forma, orientada pela Teoria da Reprodução Social é que propomos uma reflexão sobre a complexa relação entre a essência e a aparência do processo do envelhecimento e da velhice na sociedade capitalista, cuja aparência ganha contornos de um processo homogêneo sugerindo a superação das múltiplas opressões de raça, gênero, sexualidades e exploração de classe que são estruturantes e estruturadas na sociedade capitalista.

No capitalismo, reduzir a condição de vida da pessoa idosa a estudos que tem por pressuposto a questão de renda, a ocupação do tempo livre com práticas saudáveis, investimentos em tecnologias da saúde, dentre outros aspectos, como um receituário para o “bem envelhecer” com base em um conhecimento empírico imediato ou factual

da realidade, ignorando as distintas e diversas mediações que estão pressupostas nesta percepção incorre num equívoco com consequências práticas.

A condição social de exploração e expropriação da pessoa idosa da classe trabalhadora está diretamente ligada à uma condição social de subordinação e desumanização da pessoa idosa mulher e negra e esta mesma lógica pode ser aplicada as opressões de sexualidades, portanto, a “romantização” da velhice não supera e muito menos resolvem essas opressões vivenciadas pela condição de classe na sociedade capitalista.

Ao recuperar a noção marxiana de totalidade social também nos possibilita a compreensão de que a multidimensionalidade da vida social da pessoa idosa não pode ser compreendida pressupondo-se que suas partes, as relações de classe, gênero, sexualidade e raça, sejam “ontologicamente autônomas” e deslocadas do interior da totalidade social capitalista (Fonseca, 2019).

Ao analisar a questão do processo de envelhecimento e da velhice por esse prisma já nos abre outras possibilidades de análise teórica e pensar estratégias de luta política para que de fato valha a pena o prolongamento da longevidade.

Dessa forma, a TRS nos impulsiona a conceituar relações como o racismo e o sexismo como uma totalidade parcial com características únicas, pertencentes a um todo social, elevando a compreensão das conexões entre as relações de opressão e o modo de produção capitalista a uma concepção mais próxima da complexa realidade social na sua totalidade, onde as partes contém o todo e o todo contém as partes.

De acordo com Fonseca (2019, p. 43):

(...) ao mesmo tempo em que constituídas e mediadas mutuamente – ou seja, unidas em um único processo vital – as relações de opressão guardam características específicas, particulares, ontologicamente interligadas, na qual as partes e o todo estão unidos em um único processo: (...)

As totalidades são constituídas na e pela diversidade e dinamismo dos processos da vida real, onde uma relação social apenas pode ser apreendida em relação às outras relações sociais que constituem o todo social.

Assim, para a TRS, ainda que se considere que as origens do patriarcado e da supremacia branca possam remontar a períodos históricos nos quais o capitalismo não estivesse ainda consolidado, fato é que esse sistema, em sua gênese e universalização, reestrutura hierarquias sociais anteriores e se beneficia delas na mesma medida em que elas o constituem enquanto sistema, e, nesse movimento, adquirem novo significado. Isto é:

Através de processos históricos complexos e às vezes contraditórios, formas sociais compatíveis com a reprodução privada da força de trabalho foram tanto preservadas quanto adaptadas, formando a ordem burguesa branca e heterocispatriarcal moderna (*Ibidem*, p. 404).

Esse aspecto considera inclusive o papel fundamental da própria classe trabalhadora na manutenção dessas formas, explicitando a permanência e a reestruturação de hierarquias sociais e o caráter específico dessas relações no capitalismo, incluindo aqui a velhice e o envelhecimento da classe trabalhadora. Em síntese, a TRS apresenta-se como uma proposta de renovação teórica que está sendo construída cotidianamente.

Quando anunciamos que a opção para nossa análise da velhice e do processo do envelhecimento se assenta na contribuição do marxismo, de imediato somos aplaudidas por alguns e criticada severamente por outras/os. Os críticos do método marxista alegam que o marxismo só se preocupa com classe social e se sustenta por explicações meramente econômicas – discordamos totalmente dessa visão reduzida e vulgar do marxismo. No entanto, também questionamos análises marxistas que se limitam a crítica direta do modo de exploração em detrimento das opressões, ou deixando estas em segundo plano, como muitas vezes identificamos em movimentos sociais de bases marxistas, assim, frustramos ambas as críticas.

Tem sido recorrente estudos marxistas do processo do envelhecimento e da velhice que conduzem a um viés “utilitarista” da pessoa idosa, como sendo não útil ao capital, visto que neste ciclo etário a aposentadoria se coloca, trazendo a noção de “descartável”, análise este que nos contrapomos, considerando-o reduzido a um viés econômico e hierarquizado do modo de produção, negligenciado o espaço da reprodução social, tão quanto fundamental para a manutenção desse modo de produção capitalista.

Se no capitalismo a criança sempre será uma figura do que poderia ser, então o trabalhador aposentado talvez seja, em termos capitalista, o fim de todas as possibilidades. Mas um quadro analítico de reprodução social que vai além do trabalho assalariado e dos espaços de produção sugere uma compreensão mais robusta do trabalho humano (Bhattacharya, 2013, p. 27).

Como afirma Bhattacharya (2013): “(...) a história das organizações que se dizem “marxistas” não foi sempre gloriosa quando se trata de categorias de opressão como gênero e raça.” e, continua “(...) marxistas revolucionários deveriam ser as pessoas mais intolerantes com a opressão de gênero.”, aqui acrescento a intolerância ao racismo, aos preconceitos de sexualidades e ao etarismo.

Dessa forma, reitero a importância dos escritos marxistas como sendo a melhor forma de compreender e provocar reflexões em torno da velhice e do processo de envelhecimento e sua construção marcada fortemente pelas opressões sob o contexto da sociedade capitalista e, ainda permite sugerir provocações e pistas para a superação de um processo de envelhecimento e de uma velhice marcada por tantas opressões e explorações que estruturam a sociedade moderna.

Num esforço sucessivo para apreender essa Teoria da Reprodução Social (TRS), revisitar os escritos de Marx, no Livro 1, do *Capital*, tornou-se imperativo. Neste livro, Marx identifica a “força de trabalho” como a “mercadoria especial” e “única” que o capitalista necessita para colocar o sistema em funcionamento e preservá-lo, ou seja, para produzir e reproduzir.

Marx (s.d.) nos diz que a nossa força de trabalho tem a “peculiar propriedade de ser uma fonte de valor” porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação de nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte da sua dominação. Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? (Bhattacharya, 2013).

Pesquisadoras marxistas como Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, Susan Ferguson e David McNally, revisitaram *O Capital* de Marx de

perto, e argumentam que a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco” chamado família (*Ibidem*, p. 4). E é nesta argumentação que se insere uma das dimensões da questão geracional.

Vogel ao explicar claramente a conexão entre a luta de classes e a opressão às mulheres, nos presenteia com possibilidades de provocar reflexões em torno do processo do envelhecimento e da velhice e as opressões de gênero que se perpetuam:

A luta de classes pelas condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a (...) renovação de uma classe subordinada de produtores diretos empenhados no processo de trabalho. De modo geral, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha um papel crucial na sociedade de classes (...) Nas classes proprietárias (...) a opressão às mulheres advém de seu papel na manutenção e herança da propriedade (...) Nas classes subordinadas (...) a opressão feminina (...) deriva *do envolvimento das mulheres nos processos que renovam os produtores diretos, assim como seu envolvimento na produção* (Vogel, *apud* Bhattacharya: 2013, p.103).

No tocante a velhice muitas/os pessoas idosas dependem de cuidados no domicílio. E quem cuida dessas pessoas idosas? Nas classes subordinadas, em sua maioria, são as mulheres também idosas, esposas, noras, filha mais velha, as quais prestam um serviço não remunerado, enquanto nas classes proprietárias, quando a pessoa idosa necessita de cuidados, os serviços são prestados por cuidadores profissionais, frequentemente mulheres, embora os homens comecem a fazer parte desse serviço. Na classe trabalhadora, a pessoa idosa cuida de seus idosos, prestando um serviço não remunerado, de caráter vocacional, fora do mercado de trabalho.

O mesmo pode ser observado em relação aos cuidados com netas/os, quando os pais trabalham fora e não tem vagas em creches, ou até mesmo quando estas existem, os avós são os responsáveis por levar e buscar as crianças. O mesmo não ocorre em famílias nas classes de proprietários, quando é possível a contratação de “babás” e as crianças frequentam escolas particulares em tempo integral.

Destaco a forma como a sociedade capitalista tem uma tendência profundamente arraigada à crise ou à contradição socio reprodutiva, se por um lado possibilitou o aumento da longevidade, mediante o implemento de racionalidade técnica-científica das tecnologias da saúde, por outro lado, ignorou as seguranças e proteções necessárias para garantir condições de vida a esta população de acordo com as necessidades requeridas na velhice, as quais recaem prioritariamente sobre as mulheres idosas:

Os déficits de cuidado que experimentamos hoje são a forma que essa contradição assume na terceira e mais recente fase do desenvolvimento capitalista. (...) Por um lado, a reprodução social é uma condição imprescindível para a acumulação sustentada do capital; por outro, a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar os próprios processos de reprodução em que se baseia (Fraser, 2013, p.47).

A velhice de mulheres idosas, da classe trabalhadora, tem sido requerida para prestação de cuidados, seja de outras pessoas idosas ou de netos e netas, imposta como um ato vocacional e voluntário, e até mesmo uma obrigação moral, como afirma Fraser



(2013): “(...) desde a era industrial, as sociedades capitalistas separam os trabalhos de reprodução social e de produção econômica.”, atribuindo as mulheres os primeiros e aos homens o segundo.

Os estudos relativos ao perfil de cuidadores de idosos no domicílio demonstram que essa atividade recai sobre um único familiar, cuja designação, embora seja informal, geralmente, obedece a quatro fatores, relacionados ao parentesco: ser cônjuge, ser do gênero feminino, já viver com a pessoa idosa e ter relação afetiva, principalmente conjugal e de filhos.

Pesquisa intitulada “*Perfil do cuidador familiar de idosos dependentes em convívio domiciliar*”, realizada por Lara de Sá Neves Loureiro e Maria das Graças Melo Fernandes, para a dissertação de mestrado “*Sobrecarga em cuidadores familiares de idosos dependentes do município de João Pessoa, Paraíba, Brasil*”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba e publicada na Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aponta que, “em relação ao sexo, a maioria destes cuidadores (92,3%) é do sexo feminino, sendo a maioria (75%) residente na casa do idoso”, e ainda demonstra que é significativo o número de cuidadores acima de 51 anos de idade, ou seja, pessoas em processo de envelhecimento que se encontram independentes, cuidando de pessoas idosas dependentes.

A predominância das mulheres de maior idade no cuidado (92,3%) corrobora com estudos que destacam o papel da mulher idosa como cuidadora, confirmando os dados apresentados por outros autores e pesquisadores desse tema, tais como Diogo MJDE e Duarte YAO; Silveira TM e ou; e, Fernandes MGM, Garcia TR.

Esse aspecto, ainda, está presente não só na sociedade brasileira, pois a mulher ainda é a principal responsável pelo cuidado, inclusive e principalmente na velhice, compreendido, muitas vezes, como uma extensão das atividades domésticas. A atribuição desse papel do cuidador as mulheres, não são arbitrárias, mas obedecem às normas sociais que envolvem o grau de parentesco com o idoso (com prioridade para cônjuge e filhos), gênero (com predominância de mulheres), proximidade física (principalmente aqueles que vivem com o idoso) e proximidade afetiva.

Mesmo quando o trabalho de cuidador é formal há predominância de mulheres, em sua maioria negras e imigrantes, contratadas a baixos salários, algumas vezes, residindo no próprio domicílio da pessoa idosa, ficando a disposição para cuidados em tempo integral.

A questão do cuidado de pessoas idosas confirma a relação entre exploração, geralmente ligada à classe e *opressão*, geralmente compreendida por gênero e raça, refletindo se essa divisão expressam um nível concreto para análise.

Relativo as atividades informais, exercida por mulheres idosas, de cuidados com os netos e netas, a literatura tem associado o fenômeno ao aumento da expectativa de vida no Brasil que impactou na convivência, conectando gerações e transformando os arranjos familiares. Evidencia-se que as famílias brasileiras, atualmente, apresentam mais avós do que no século passado e ao examinar essas transformações os avós assumem novos papéis e responsabilidades nesses contextos familiares reformulados (Zanatta, 2017).

A pessoa idosa vem assumindo um papel sociofamiliar, apontando novas características na microestrutura familiar, pois não é raro que, além de contribuir financeiramente na sustentação de suas famílias, com frequência assumem cuidados junto aos netos, tanto para o cuidado na infância quanto para formação de crianças e/ou pré-adolescentes.

Cuidar dos netos, em tempo integral ou em parte e/ou coabitarem, é uma ocorrência em vários países e principalmente na sociedade contemporânea. Tais cuidados podem estar relacionados às situações dos pais, como trabalho em período integral, divórcio, consumo de substâncias psicoativas, prisão e morte, levando os avós a assumirem a responsabilidade de cuidados dos(as) netos/as e com isto, colocando-os em dilemas individuais, intrafamiliares e extrafamiliares (Bragato, Internet, 2023, p. 2).

Estudo, descritivo, de corte transversal e abordagem quantitativa, realizado com idosos cuidadores de crianças e/ou pré-adolescentes do município de Uberaba-MG, utilizando a amostra calculada a partir dos 1.627 idosos cuidadores de crianças e/ou pré-adolescentes, referente a cada ESF do município, obtendo amostra de 400 avós, onde os resultados da pesquisa identificaram avós de 60 a 93 anos de idade, de modo que a maioria estava entre 60 e 69 anos, (66,6%), e média de 67 anos. Com relação ao sexo, 343 (87,5%) eram mulheres idosas (Bragato, Internet, 2023).

Segundo os pesquisadores, os dados levantados nesta pesquisa, corroboram com “o relatório de dados British Social Attitudes Survey (BSA) de 1998 e 2009, conduzido pelo NatCen para analisar avós na Grã-Bretanha, encontrou que a maioria dos avós fornecem cerca de 10 horas semanais de cuidados aos netos. Na Europa, outra pesquisa encontrou carga horária de 15 horas semanais de cuidados” (*Ibidem*).

A relação de cuidado entre avós e netos é um aspecto invisível à produção científica, mas também se trata de uma atividade exercida por mulheres idosas fora do mercado formal de trabalho, portanto não remuneradas.

Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social, afirma-se que: “A produção capitalista não é autossustentável e depende da reprodução social”, para que os pais possam vender sua força de trabalho, alguém precisa cuidar dos seus filhos e filhas. Nesse sentido, novamente o trabalho exercido por mulheres idosas no domicílio, o qual garante a venda da força de trabalho no mercado pelos pais adultos, não tem visibilidade para o capitalismo. É na esfera da reprodução social que a pessoa idosa, majoritariamente mulheres, contribui para a produção e reprodução do capital. Assim, descartamos quaisquer análises que inserem a pessoa idosa como improdutiva para o capital e reafirmamos a opressão de gênero e raça que recai sobre as mulheres na velhice.

A mulher negra é cercada de estereótipos e insere-se num contingente invisibilizado que a segregava numa sociedade marcada por modos de ser e de viver que tendem a inferiorizá-la ou desqualificá-la no processo de produção e reprodução do capital estruturado no racismo. Estudos demonstram que, mulheres negras idosas, sobretudo pobres tem esses estereótipos reforçados por sua condição de pobreza, acirrando as desigualdades e opressões de uma sociedade generificada e racializada, adensado pelas reduzidas políticas sociais.

Os resquícios desse processo generificado e racializado que se organiza na dinâmica do modo de produção e reprodução social do capitalismo, tem fortes impactos na mulher negra “velha”<sup>2</sup>, cuja exploração e opressão de seus corpos envelhecidos por um “sistema” de “trabalho” degradante e humilhante.

Quando pensamos em velhice, gênero, raça e classe, as sexualidades se integram as opressões centradas num corpo biológico envelhecido que se sustentam em narrativas do “proibido”, da “moral”, do “religioso” e da “negação” e do “já foi o tempo”, em oposição ao sexualmente atraente como o corpo da juventude – não sexualmente desejável, não sexualmente desejante e muito menos sexualmente aceitável essas relações na velhice. Trata-se da reafirmação do controle dos corpos das mulheres idosas.

Perpetua-se e acirra as opressões sobre os corpos de mulheres, negras, hoje na velhice, localizado numa determinação hétero e cisnormativa, que foi estruturada para a procriação. Nessa direção é que a Teoria da Reprodução Social apresenta seu argumento principal, e assim nos ilumina para pensar o processo do envelhecimento e a velhice de mulheres negras,

A teoria da reprodução social mostra como a “produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado”, como Meg Luxton coloca. Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital (Bhattacharya, 2013, p. 113, grifo nosso).

O aumento da longevidade carrega contradições e parte da solução foi criar novos significados para a velhice, intensificados de diferenças de gênero e modernização ou renovação da dominação masculina, inclusive na velhice, ou seja, o envelhecimento e a velhice de mulheres carregam o fardo das opressões de gênero que perpassam toda a sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Educ: Fundação Editora da Unesp. 1988.

BHATTACHARYA, Tith (org.). **Teoria da Reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão**. Ed. Elefante/SP, 2019.

\_\_\_\_\_. **“O que é a teoria da reprodução social?”** Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico Socialist Worker. Tradução para o português publicada na Revista Outubro, n.32, 1º semestre, 2019.

BRAGATO AG da C, GARCIA LAA, CAMARGO FC, Paula FFS de, MALAQUIAS BSS, ELIAS

<sup>2</sup> O termo *velha* utilizado não é de forma pejorativa. Santos (2016) afirma que os não negros poderão associar esta expressão conforme sua classe social e relacioná-la a *babá*, empregadas domésticas, como exemplo, em razão da hierarquização racial e posição social existente no Brasil que impõem às mulheres negras (pretas e pardas) uma condição de subalternidade. Coaduna-se com a visão da autora ao afirmar que o termo “*velha*” diz respeito a força das mulheres negras como ancestrais, as que vieram antes e contribuíram para ressignificar o antes e o depois das mulheres na sociedade (SANTOS, 2016, p. 44 e 45).

HC, *et al.* **Grandparents that take care of grandchildren: analysis of the care profile and intensity.** *Cogitare Enferm.* [Internet]. 2023 [cited “insert year, month and day”]; 28. Available from: <https://dx.doi.org/10.1590/ce.v28i0.88190>.

CISNE, Mirla. **Relações sociais de sexo, “Raça”/Etnia e classe: uma análise feminista-materialista.** In: *Revista Temporalis*, Brasília(DF), ano 14, n.28, p. 133-149, jul./dez.2014. disponível In: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p133-149>, acesso em 15 de set/2023.

DAVID, McNally. **Intersecções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social.** In: BHATTACHARYA, Tith (org.). *Teoria da Reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão.* Ed. Elefante/SP, 2019. p. 155-180

Diogo MJDE, Duarte YAO. **Cuidados em domicílio: conceitos e práticas.** IN: Freitas EV (org). *Tratado de Geriatria e Gerontologia.* Rio de Janeiro: Guanabara, 2002. Cap. 92, p.762-67

FERNANDES MGM, GARCIA TR. **Atributos da tensão do cuidador familiar de idosos dependentes.** *Rev Esc Enferm USP.* 2009b; 43(4): 818-24.

FRAZER, Nancy. **Crise do cuidado? Sobre as contradições socioprodutivas do capitalismo contemporâneo.** In: BHATTACHARYA, Tith (org.). *Teoria da Reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão.* Ed. Elefante/SP, 2019. p. 45-70

FONSECA, Rhaysa Ruas. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes.** 2019. 225 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas.** In: *Revista Direito e Prax.*, Rio de Janeiro, Vol. 12, n. 1, 2020, p. 379-415.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª. Ed. Edições Graal Ltda. Rio de Janeiro – RJ, 1988.

LOUREIRO, Lara de Sá Neves, FERNANDES, Maria das Graças Melo. In: *Journal of Research Fundamental Care Online*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Perfil do cuidador familiar de idosos dependentes em convívio domiciliar.** Trabalho extraído da dissertação de mestrado “Sobrecarga em cuidadores familiares de idosos dependentes do município de João Pessoa, Paraíba, Brasil”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Paraíba. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online E-ISSN: 2175-5361 rev.fundamental@gmail.com Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (J. res.: fundam. care. online 2015. dez. 7(supl.):145-154)*

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 [1857-1858].

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

SANTOS, N. M. C. **Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade.** 2016. Projeto de Dissertação

(Mestrado) – Curso de Educação, Programa de Pós- graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016

SILVEIRA TM, Caldas CP, CARNEIRO ZCT. **Cuidando de idosos altamente dependentes na comunidade: um estudo sobre cuidadores familiares principais.** Cad. Saude Publica. 2006; 22(8): 1629-38.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária.** Tradução: Equipe de Trad. do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha, Carla Benitez, Clara Saraiva, Gabriela Azevedo, Lívia de Cássia Godoi Moraes, Mariana Shinohara Roncato, Patrícia Cotta, Patrícia Rocha Lemos, Rhaysa Ruas. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2022. Disponível in: <https://lgbtcomunista.org/2022/07/27/texto-3-marxismo-e-a-opressao-as-mulheres-por-uma-teoria-unitaria-por-lise-vogel/> acesso em 10 de set2023.

ZANATTA E, ARPINI DM. **Conhecendo a imagem, o papel e a relação avó-neto: a perspectiva de avós maternas.** Estud. Pesqui. Psicol. [Internet]. 2017 [cited 2021 mar. 13]; 17(1):343-363. Available from: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/35164/24865>.

# Corpos Vestidos no Território de Culturas da Avenida Paulista<sup>1</sup>

## *Dressed Bodies in the Cultural Quarter of Avenida Paulista*

Sintya de Paula Jorge Motta  
Ana Claudia Mei Alves de Oliveira

### RESUMO

Perante as múltiplas interações sociais na cidade de São Paulo, em especial em seus territórios de culturas, este estudo propôs uma análise semiótica de um corpus formado por fotografias registradas em visitas a cinco equipamentos culturais da Avenida Paulista: Casa das Rosas, Japan House, SESC Avenida Paulista, Itaú Cultural e Centro Cultural Coreano no Brasil. Com o objetivo de compreender como as identidades dos sujeitos que frequentam o local analisado são expressas por meio da participação dos corpos vestidos, o recorte analisou, à luz da Semiótica Estrutural e da Sociosemiótica, as fotos de duas mulheres nesse território de culturas. Diante da análise, que verificou que as mulheres fotografadas demonstravam percursos distintos no vestuário e na forma de interagir, buscou-se ampliar a compreensão de como a Semiótica pode auxiliar o entendimento de que frequentadores de equipamentos culturais são agentes ativos e protagonistas da vitalidade presente em territórios de culturas.

**Palavras-chave:** semiótica; corpos vestidos; territórios de culturas da Avenida Paulista.

### ABSTRACT

Considering the multiple and complex social interactions that can be witnessed in the city of Sao Paulo, especially in its cultural districts, this study carried out a semiotic analysis of a corpus composed of photographs taken when visiting five cultural equipment on Avenida Paulista: Casa das Rosas, Japan House, SESC Avenida Paulista, Itaú Cultural and Korean Center in Brazil. In order to understand how its visitors' identities are expressed through the participation of dressed bodies, this study analyzed, through Structural Semiotics and Socio-semiotics, pictures of two women who were visiting this cultural quarter. Given the progress of the analysis, which ascertained that the photographed women showed

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi publicada em uma revista científica e revisada para nova publicação. Referência: OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves de; MOTTA, Sintya de Paula Jorge. Corpos vestidos no território de culturas da Avenida Paulista. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, v. 12, n. 25, p. e024003, 2024.



distinct journeys both in their clothing and interaction, we hope to have expanded the comprehension on how Semiotics can help understand how visitors of cultural equipment are active agents and protagonists of the vitality seen in different cultural quarters.

**Keywords:** semiotics; dressed bodies; Avenida Paulista cultural quarter.

## INTRODUÇÃO

Diante das interações sociais múltiplas e complexas que ocorrem na megalópole de São Paulo, em especial nos seus territórios de culturas e, particularmente neste artigo, na Avenida Paulista, o objetivo deste estudo é compreender como as identidades dos sujeitos que frequentam o local analisado são expressas por meio da participação dos corpos vestidos, estudando-os em articulação com as suas poses, as suas posições e as suas gesticulações, que organizam os modos de estar e a sua interação com os outros em circulação.

Perante o problema a que esta pesquisa se volta — que é: existe relação entre o vestuário e as maneiras de agir que o sujeito adota no equipamento cultural visitado? —, este estudo é um recorte de uma dissertação de mestrado ainda em andamento, cujo *corpus* compreende um conjunto de fotografias de determinado “território de culturas” (Buoro *et al.*, 2014), que neste estudo diz respeito a um trecho da Avenida Paulista composto pelos seguintes equipamentos culturais: Casa das Rosas, Japan House, SESC Avenida Paulista, Itaú Cultural e Centro Cultural Coreano no Brasil. A partir de visitas técnicas realizadas aos locais, esta pesquisa se propõe a analisar mulheres que frequentam os distintos equipamentos culturais do território de culturas estudado, detendo-se sobre um recorte de duas fotografias de mulheres seniores (tal qual será denominado o público com mais de 60 anos de idade neste artigo), em vista de empreender uma análise semiótica desses corpos vestidos.

Sendo esta uma pesquisa semiótica, para o desenvolvimento da análise, o principal aporte teórico-metodológico advém das contribuições da Semiótica Estrutural de Greimas (1976), enfocando-se o conceito de percurso gerativo de sentido, e dos desdobramentos de Landowski (1992, 2002, 2014) quanto aos regimes de interação e de sentido e aos estilos de vida, assim como do estudo da plasticidade do plano de expressão de Floch (2022) e dos desenvolvimentos de Oliveira (2004, 2009, 2014, 2021a, 2021b). Espera-se, assim, ampliar a compreensão dos efeitos de sentido expressos pelos corpos vestidos de acordo com o equipamento cultural que frequentam.

O artigo se encontra estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. A seção seguinte traz os conceitos que fundamentam esta investigação e desdobra-se em duas subseções de modo a pormenorizar, num primeiro momento, os princípios da Semiótica e, num segundo, o território de culturas estudado e seus equipamentos. A seguir, são explicados os procedimentos metodológicos tomados para a efetivação da pesquisa e, em seguida, constam os resultados da primeira análise efetivada até o momento para que, por fim, sejam apresentadas as conclusões.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De forma a nortear esta pesquisa à compreensão da maneira com que as identidades dos sujeitos que frequentam o território de culturas da Avenida Paulista investigado são expressas pela participação de seus corpos vestidos, o arcabouço teórico deste artigo está organizado essencialmente em dois momentos. A fim de consubstanciar os princípios da Semiótica, a primeira subseção se volta a conceituar a Semiótica Estrutural, ou Semiótica Greimasiana, para percorrer a seguir a definição dos regimes de interação e sentido e o plano de expressão, além de brevemente trilhar o entendimento do vestuário como forma de expressão individual. Uma vez construído o arcabouço semiótico, a segunda subseção contextualiza cada um dos equipamentos que compõem o território de culturas aqui estudado, isto é, a Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, a Japan House, o SESC Avenida Paulista, o Itaú Cultural e, por fim, o Centro Cultural Coreano no Brasil.

### Princípios da Semiótica

Tendo em vista o crescimento da diversidade socioeconômica e étnico-cultural no século XXI, cuja complexidade discursiva é razão de pesquisas em desenvolvimento, o arcabouço teórico a embasar este artigo é centrado nas conceituações e nos princípios da Semiótica de Algirdas J. Greimas (1976), que, de 1966 a 1992, construiu a Semiótica Estrutural, ou Semiótica Discursiva.

Segundo os estudos da Semiótica Discursiva do modelo de Greimas, a construção de sentido de um texto se dá pelo chamado “percurso gerativo de sentido”, que viabiliza a investigação dos mecanismos e dos procedimentos de um plano de conteúdo. Esse percurso gerativo de sentido se constitui em três etapas: o nível fundamental, o nível narrativo e o nível discursivo (Greimas, 1976). O fundamental, que remete à simplificação do texto e consiste no mínimo de significado para a geração dele, é a instância inicial do percurso, de forma a explicar os níveis mais abstratos da produção. Já o narrativo alude aos sujeitos, ao seu ponto de vista, sendo eles próprios construtores de sentido. Por fim, o discursivo representa a instância da enunciação e diz respeito ao nível do discurso propriamente dito e à narrativa assumida.

Retomando-se, então, a Semiótica enquanto teoria da ação humana aprofundada por Greimas, esta passou por desdobramentos, sendo desenvolvida como teoria geral do sentido nos termos que lhe deu Eric Landowski (1992, 2002, 2014), chegando aos regimes de interação e sentido. Além de Landowski ter teorizado uma semiótica do social de vertente existencialista, esse arcabouço permite descrever, analisar e interpretar as construções de sentido dos corpos vestidos que fazem ser a si mesmos e ao social. Já os estilos de vida reúnem modos de articulação a abranger a relação entre alteridade e identidade, consistindo nas seguintes formas de relacionamento: a assimilação, a exclusão, a admissão e a segregação (Landowski, 2002; Oliveira, 2014).

No que concerne à plasticidade do plano de expressão conceituado por Jean-Marie Floch (2022) e também desenvolvido por Ana Claudia de Oliveira (2009, 2021a, 2021b), há seis formantes que o constituem, matérico, cromático, topológico, eidético, rítmico e



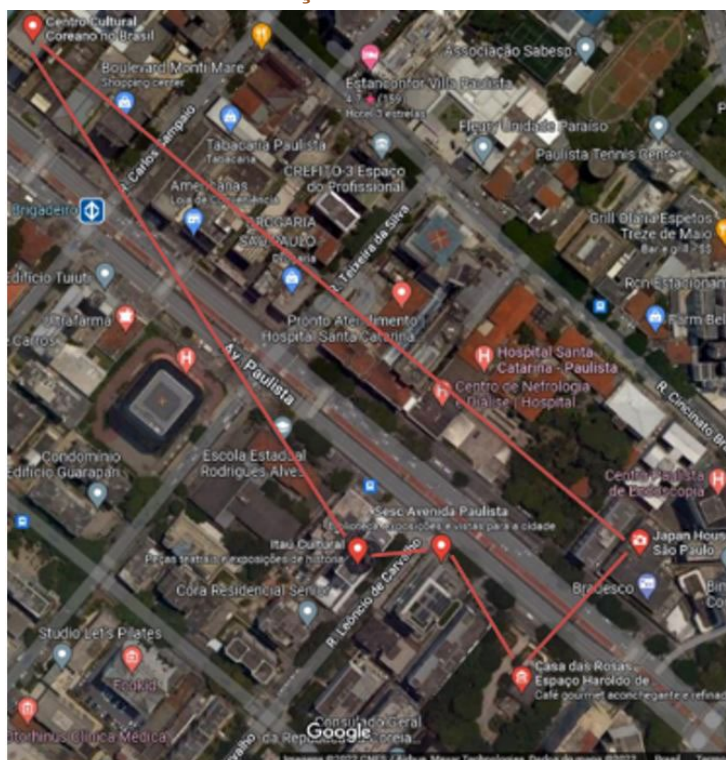
estésico, os quais serão propriamente analisados no *corpus* investigado neste artigo. Já em relação ao *corpus* de manifestações da diversidade de corpos vestidos, que permitirá tratar de sua homogeneidade *versus* heterogeneidade no social, os estudos de Oliveira (2004, 2009, 2014, 2021a, 2021b) elucidam o arranjo expressivo que envolve valores e modos de estar no social a partir do arranjo da plasticidade, da rítmica e da estesia que configura o corpo vestido.

Por fim, situando a pertinência do tema para o avanço da Semiótica, os estudos de Sintya Motta e Leila Rabello (2021) trazem a história do vestuário e a construção da sua relevância como forma de expressão do indivíduo. Constatando ainda o impacto que o vestir-se tem para a própria vida da pessoa e para as daqueles com as quais ela se relaciona e com quem convive, o vestir relaciona-se a fatores da subjetividade e seu impacto na autoimagem, tal qual estabelecem Hajo Adam e Adam Galinsky (2012), que denominaram esse fenômeno *encloded cognition* (cognição do vestuário, em tradução livre) e demonstraram que, apesar de as roupas não representarem a integralidade do homem, elas têm poder sobre quem as veste.

### Território de Culturas da Avenida Paulista

A Avenida Paulista, no bairro de Bela Vista, é um dos logradouros mais importantes da cidade de São Paulo, sendo um centro não só financeiro, mas também turístico e cultural — estima-se que 1,5 milhão de pessoas passem pela avenida todos os dias (Moreira, 2011). Na Avenida Paulista, segundo Buoro *et al.* (2014, p. 139), “o mecanismo da segregação separa a totalidade dos sujeitos em vários grupos distintos”, havendo “pequenas rupturas na totalidade dos espaços que indicam o que e onde pode ser feito, separando assim os sujeitos de acordo com cada função”. Diante disso, de forma a garantir representatividade e economia na seleção do *corpus*, foram determinados cinco equipamentos culturais nesse logradouro por sua diversidade e pelo modo com que a sua proximidade forma um complexo de território de culturas que motiva a circulação de distintos interesses culturais, o que permite identificar e individualizar esses espaços.

Os equipamentos que compõem o território de culturas ora estudado são: a Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura (Av. Paulista, 37), a Japan House (Av. Paulista, 52), o SESC Avenida Paulista (Av. Paulista, 119), o Itaú Cultural (Av. Paulista, 149) e o Centro Cultural Coreano no Brasil (Av. Paulista, 460); a Figura 1 identifica a localização de cada estabelecimento ao longo da Avenida Paulista.

**Figura 1 - Vista de satélite da localização do território de culturas da Avenida Paulista.**

**Fonte: Elaboração própria a partir da plataforma on-line Google Maps, 2022.**

A fim de melhor identificar os equipamentos culturais que compõem o território de culturas estudado, serão apresentados brevemente cada um dos espaços. A Casa das Rosas, Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, localizada num casarão de estilo clássico francês (Willer, 2015), contrastando com o cenário urbano de edifícios em seu entorno, volta-se principalmente à promoção e à democratização da poesia e da literatura. Como o nome indica, é um espaço dedicado ao expoente do concretismo paulista, no qual a biblioteca com 40 mil obras do poeta Haroldo de Campos está alocada. O estabelecimento tem entrada gratuita e dispõe de cursos, oficinas e apresentações literárias, palestras, saraus e exposições no museu (Casa das Rosas, 2019).

A Japan House é um centro cultural que visa a manifestar a contemporaneidade da cultura japonesa — a arquitetura do estabelecimento por si só se destaca na Avenida Paulista pela fachada com peças de madeira. Com entrada gratuita, o local oferece exposições de obras de arte, incentiva um diálogo entre o Brasil e o Japão, além de contar com um café, um restaurante de gastronomia japonesa e uma biblioteca com acervo em português, inglês e japonês (G1 São Paulo, 2017).

Já o SESC Avenida Paulista reabriu totalmente repaginado em 2018 após uma longa (e aguardada) reforma de sete anos (Assis, 2018). Parte do chamado Sistema S<sup>2</sup>, o centro cultural tem uma agitada agenda — de acesso gratuito ou, a depender do evento, com preços acessíveis —, que oferece experiências de teatro, música, arte e shows. Um forte e movimentado atrativo é o mirante com vista de 360 graus da avenida.

<sup>2</sup> O “Sistema S” é um conjunto de instituições a que empresas do comércio (SESC/SENAC), da indústria (SESI/SENAI) e do transporte (SEST/SENAT), por exemplo, pagam contribuições a fim de que seus colaboradores desfrutem das prestações de serviços disponibilizadas por tais organizações, como cursos profissionalizantes, assistência social e médica etc. “SESC” corresponde a “Serviço Social do Comércio”.

O Itaú Cultural se volta à difusão da história e da arte brasileiras. O espaço recebe espetáculos musicais e disponibiliza teatro e cinema, além de exposições de arte de acesso gratuito (Itaú Cultural, [2019]). Particularmente sobre este espaço, trata-se de um órgão específico criado pelo Banco Itaú para a promoção à cultura, viabilizado pela verba proveniente da parcela dos impostos sobre renda da organização sob apoio da Lei Rouanet (uma política de incentivo fiscal às empresas para que apliquem parte desses impostos em ações culturais) (Buoro *et al.*, 2014).

Por fim, o Centro Cultural Coreano no Brasil é um espaço cultural fundado pelo governo sul-coreano em vista de apoiar e difundir o intercâmbio de culturas entre a Coreia do Sul e o Brasil. O local abriga instalações, exposições artísticas e peças de arte — entre as quais esculturas —, oferece cursos (de coreano, taekwondo e coreografias da música k-pop) e dispõe de uma biblioteca cujo acervo é composto por diversos livros e revistas na língua coreana (Centro Cultural Coreano no Brasil, 2021; Durval, 2022).

## METODOLOGIA

Com base na Semiótica Discursiva e uma vez definido o objetivo deste estudo que é compreender como as identidades dos sujeitos que frequentam o local analisado são expressas por meio da participação dos corpos vestidos, foram realizadas visitas a cada equipamento cultural que compõe o território de culturas da Avenida Paulista aqui determinado (Casa das Rosas, Japan House, SESC Avenida Paulista, Itaú Cultural e Centro Cultural Coreano no Brasil) ao longo do primeiro semestre de 2022.

Durante essas visitas, enquanto se fotografava os visitantes com um aparelho celular e se tomava notas num caderno, foi observada a diversidade dos corpos vestidos que se encontravam naqueles estabelecimentos, além de os gestos, os movimentos e as interações daquelas pessoas com o ambiente e entre elas. Nisso, determinou-se, tal qual parte constituinte da análise do *corpus*, o percurso gerativo de sentido, segundo a Semiótica Greimasiana, os estudos da plasticidade do plano de expressão, os regimes de interação e sentido, assim como os estilos de vida que dizem respeito aos mecanismos de assimilação, exclusão, admissão e segregação.

Para este recorte de amostra intencional, cuja pesquisa mais abrangente se desdobrará numa dissertação de mestrado, propôs-se a análise semiótica de duas pessoas frequentadoras de dois equipamentos distintos do território de culturas da Avenida Paulista, ambas do sexo feminino, com idade próxima e acima de 60 anos, que foram identificadas em 28 de maio de 2022 durante uma das visitas técnicas realizadas aos locais. Uma visitante se encontrava no SESC Avenida Paulista, e a outra, no Itaú Cultural.

A partir dos registros fotográficos resultantes dessas visitas tomando-se os cuidados necessários para preservar a identidade tanto das visitantes analisadas quanto das demais pessoas nas fotografias, os níveis de análise se organizaram conforme o percurso gerativo de sentido desde o nível fundamental (quanto ao ponto de partida da geração do texto) até os níveis narrativo (quanto à reconstrução formal das relações entre os actantes) e discursivo (quanto aos níveis imanentes de sentido que podem ser considerados abrangentes da qualidade discursiva), apoiando-se ainda na homologação do plano de conteúdo ao plano

de expressão e incorporando as contribuições dos regimes de interação e sentido e dos estilos de vida à análise semiótica.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em cada espaço público visitado, observou-se a diversidade em relação aos corpos vestidos que se encontravam naqueles estabelecimentos. A composição da análise semiótica a ser empreendida se deu diante da compreensão dos papéis dos sujeitos sociais e de sua aparência verificados nas visitas. Entre a multiplicidade de corpos vestidos que frequentam o território de culturas estudado, elegeu-se como objeto de análise, num primeiro momento, duas fotografias registradas durante uma visita técnica em 28 de maio de 2022, conforme antecipado na seção voltada aos procedimentos metodológicos.

Para um recorte desta amostra inicial, foram identificadas nas fotografias duas frequentadoras do sexo feminino, com idade próxima e acima de 60 anos: na Figura 2, vê-se uma frequentadora sênior do Itaú Cultural, enquanto, na Figura 3, observa-se uma frequentadora sênior do SESC Avenida Paulista.

**Figura 2 - Frequentadora sênior do Itaú Cultural.**

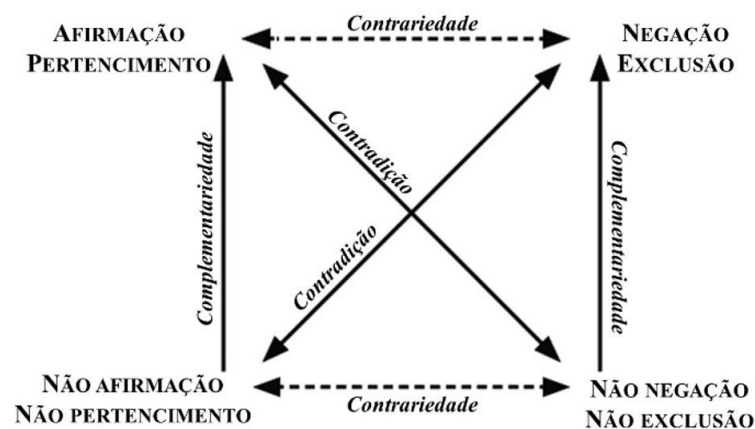


Fonte: Acervo das autoras, 2022.

**Figura 3 - Frequentadora sênior do SESC Avenida Paulista.**

Fonte: Acervo das autoras, 2022.

Inicialmente, para a análise a nível fundamental do percurso gerativo de sentido, utilizou-se o quadrado semiótico de forma a demonstrar as relações elementares, que são, segundo Greimas (1976), relações de oposição, conforme apresentado na figura 4.

**Figura 4 - Quadrado semiótico.**

Fonte: Adaptado de Greimas, 1976.

Identifica-se, portanto, no nível fundamental das duas figuras das senhoras, a oposição entre pertencimento e não pertencimento: o pertencimento a um equipamento cultural motiva um determinado vestuário (figuras 2 e 3); o não pertencimento implica pessoas cujo código de vestuário sugere a sua não identificação com determinados equipamentos culturais (assim, a pessoa da figura 2 não se identificaria com a exposição da figura 3).

Partindo-se ao nível narrativo, mais especificamente ao esquema narrativo canônico, há quatro fases para o seu desenvolvimento: manipulação, competência, performance e sanção (Greimas, 1976). Relativamente à manipulação, as senhoras se vestem de acordo com o local e a exposição visitados, sendo essa uma manipulação por sedução, na qual buscam comunicar uma imagem positiva em congruência ao estabelecimento visitado. Já a competência que a observação permite supor é a de relacionar-se e interagir com o

público frequentador dos equipamentos. Sobre a performance, durante a análise, ambas as senhoras se comportaram com naturalidade, em acordo ao ambiente que estavam visitando, notando-se ainda diferenças entre a performance da senhora em visita ao SESC (mais informal e descontraída) e a da senhora visitando o Itaú Cultural (mais formal em seu vestuário e modo de agir). Finalmente, quanto à sanção, destaca-se a forma de interação com o equipamento cultural alinhada àquela de pessoas cultas, sensíveis e com boa formação, tal qual se espera que os visitantes no território de culturas da Avenida Paulista deveriam demonstrar. A recompensa obtida por essa sanção é sentir-se parte integrante do grupo frequentador.

Quanto ao nível discursivo do percurso gerativo de sentido, observa-se a tematização por meio de equipamentos culturais pertencentes ao território de culturas estudado, dos usos do vestuário no espaço, da sua exposição na data de análise e do local de encontro de pessoas de variado poder aquisitivo e interessadas em temas culturais. Ao longo da análise, esses microtemas são figurativizados.

A primeira tematização é a de os visitantes serem pessoas interessadas em aquisição de conhecimento e experiência a partir de visita ao território de culturas, sendo a figurativização correspondente à observação dos frequentadores em frente ao SESC Avenida Paulista e ao Itaú Cultural neste recorte de pesquisa. Em uma segunda tematização, há duas senhoras em trajes distintos, uma mais formal em visita ao Itaú Cultural, outra mais informal em visita ao SESC, enquanto a figurativização concerne às senhoras trajando vestuários condizentes com o equipamento visitado e as exposições lá apresentadas. Por fim, a terceira tematização envolve as exposições em cartaz o Itaú Cultural expunha as mostras “Ocupação Lia de Itamaracá”, “Bispo do Rosário” e “Império”; o SESC Avenida Paulista exhibia “Cartas ao mundo – uma exposição-manifesto de Bia Lessa”, e a figurativização constatada remete ao território de culturas como um local de encontro de pessoas com poder aquisitivo e interessadas em temas culturais.

Tomando, portanto, o percurso gerativo de sentido das duas fotografias, observou-se que um local cultural pode motivar um determinado vestuário. Em seu estudo, Lovato e Penteado (2010) observam que o Itaú Cultural demonstra um direcionamento a grupos e classes sociais em particular, apesar de oferecer acesso livre, devido às exposições lá organizadas manterem um padrão cultural mais “convitativo” a determinados grupos, fomentando uma “elevação do padrão” de cultura que não dialoga com diversidades. Com isso, pode-se estabelecer que o espaço influencia não apenas qual público vai visitá-lo, mas também o vestuário escolhido por ele, justificando-se aí a vestimenta mais formal da frequentadora analisada na figura 2. Entendimento similar se aplica à figura 3, pois, por outro lado, no mesmo artigo, Lovato e Penteado (2010) constatam que os SESC paulistas proporcionam maior democratização e diversidade culturais, o que promove a participação de um público mais heterogêneo, daí a escolha de roupas mais descontraídas e informais por parte da frequentadora do SESC Avenida Paulista.

Passando-se, portanto, à análise do plano de expressão conforme definido por Floch (2022) e de acordo com os desdobramentos de Oliveira (2004, 2009, 2014, 2021a, 2021b), quanto ao formante matérico, verifica-se que a figura 2 consiste em uma fotografia colorida, JPG, e foi registrada às 14:05 do dia 28 de maio de 2022 (sábado), sendo uma

imagem retangular em sentido vertical com dimensões de 3472 × 4660 pixels. Já a figura 3 é também uma fotografia colorida e JPG, registrada no mesmo dia e alguns minutos após a anterior, às 14:11, e consiste em uma imagem retangular em sentido vertical com dimensões de 3472 × 4640 pixels.

Quanto ao formante cromático, nota-se na figura 2 que a frequentadora do Itaú Cultural se encontra em frente ao local, vestindo roupas sóbrias escuras, tem echarpe, bolsa e óculos (em sua mão esquerda) da mesma cor (vermelha) e usa maquiagem, enquanto seu cabelo é tingido (grisalho) e em harmonia com a pele. Na figura 3, vê-se a visitante do SESC Avenida Paulista trajando calça *blue jeans* e suéter de tricô vermelho, amarra um casaco cinza na cintura, tem cabelos brancos e calça coturnos pretos.

Sobre o formante topológico, vê-se a frequentadora do Itaú Cultural em primeiro plano, em destaque na figura 2, com o equipamento cultural ao fundo; ao lado dela está outra pessoa com quem interage no momento da fotografia. A respeito da frequentadora analisada na Figura 3, ela está em destaque em segundo plano, em frente ao SESC; em primeiro plano está uma criança, que também se dirige ao equipamento cultural, e ao fundo, na porta da entrada, estão outras pessoas.

Avaliando-se o formante eidético, observa-se que ambas as visitantes estão em frente a um dos equipamentos culturais em destaque. Aquela com mais formalidade no vestir e no agir está em frente ao Itaú Cultural (figura 2), enquanto aquela mais informal se situa em frente ao SESC Avenida Paulista (figura 3): a primeira tem roupas de linhas mais retas, carrega uma bolsa estruturada; já a segunda se veste com linhas mais orgânicas, *jeans* dobrado até a altura do coturno (que é “pesado”), exibe um suéter maleável e um moletom de forma retangular amarrado na cintura e que vai até o joelho.

Considerando o formante rítmico, ambas as frequentadoras do território de culturas estão em frente ao equipamento cultural de sua visita, aproveitando um momento de folga. Os momentos analisados foram registrados num sábado, dia da semana de ritmo cadenciado e tranquilo, em contraste com o ritmo frenético e alucinante mais comumente associado a São Paulo e à própria Avenida Paulista. Nas Figuras 2 e 3, nota-se ambas as visitantes aproveitando o momento de lazer, sem pressa.

Finalmente, no que diz respeito ao formante estésico, a visitante da figura 2 passa uma imagem de formalidade e distanciamento devido aos trajes escuros e à composição formal do seu modo de se vestir. Por sua vez, a visitante da figura 3 apresenta informalidade e acessibilidade o tricô de seu traje, por exemplo, remete a algo feito à mão, que configura acolhimento ao outro, e sua postura relaxada também passa uma imagem de descontração.

Homologando, então, o plano de conteúdo ao plano de expressão, por meio dos sentidos inteligíveis e sensíveis, comunicados e reiterados por uma coerência isotópica, observa-se que ambas as frequentadoras analisadas nas figuras 2 e 3 possuem idades semelhantes, visitam equipamentos culturais do território de culturas da Avenida Paulista e estão vestidas em harmonia ao local visitado e a suas respectivas exposições.

Diante dos conceitos dos regimes de interação e sentido definidos por Landowski (2014), notou-se que o regime que se aproxima das frequentadoras dos equipamentos culturais do território de culturas analisado é o de ajustamento, visto que as visitantes

demonstram conhecimento da maneira de agir e de se portar do outro isto é, aquele que também está frequentando o mesmo espaço e, de tal modo, vão construindo a sua forma de portar-se e de interagir no local.

Finalmente, quanto aos estilos de vida (Landowski, 2002; Oliveira, 2014), o mecanismo identificado nos corpos vestidos analisados é o de assimilação, segundo as definições da Sociossemiótica. Isso porque os frequentadores se vestem e se comportam conforme o esperado que ocorra por parte de quem visita os referidos equipamentos e, assim, eles constroem um sentimento de identidade junto àquele público ideal frequentador do local. Todavia, é importante ressaltar que, conquanto as análises efetuadas até o momento apontem nessa direção, a pesquisa será expandida, incorporando outros frequentadores do território de culturas da Avenida Paulista, de diferentes faixas etárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a compreender como as identidades dos sujeitos que frequentam determinado equipamento cultural são expressas por meio da participação dos corpos vestidos, este artigo propôs uma análise semiótica fundamentada no percurso gerativo de sentido elaborado por Greimas, na plasticidade do plano de expressão de Floch e conforme desdobramentos de Oliveira, nos estilos de vida e nos regimes de interação e sentido de Landowski, cujo *corpus* abrange um conjunto de fotografias do território de culturas da Avenida Paulista.

Em vista de um recorte de uma amostra inicial, foram identificadas nas fotografias registradas durante visitas técnicas ao território de culturas da Avenida Paulista duas frequentadoras do sexo feminino, com idade próxima e acima de 60 anos, que no momento visitavam dois equipamentos culturais distintos uma era frequentadora do SESC Avenida Paulista, e outra, do Itaú Cultural. Analisando-se o plano de conteúdo a níveis discursivo, narrativo e fundamental e homologando-o aos formantes do plano de expressão, verificaram-se percursos distintos no vestuário e na forma de interagir de cada uma delas, em conformidade às características de cada equipamento cultural que frequentavam, além de que se constatou que um local cultural pode motivar um determinado vestuário.

Embora as análises iniciais empreendidas apontem nessa direção, o estudo será ampliado, abarcando também demais visitantes do território de culturas da Avenida Paulista. Espera-se, portanto, expandir esta pesquisa com a análise de mais frequentadores e frequentadoras, de diferentes faixas etárias, de cada um dos equipamentos do território de culturas e de suas respectivas exposições, de forma a ampliar o entendimento da maneira que a Semiótica pode auxiliar a compreensão de como eles são agentes ativos e protagonistas da vitalidade presente neste espaço cultural tão importante de São Paulo.

## REFERÊNCIAS

ADAM, H.; GALINSKY, A. **En clothed cognition**. *Journal of Experimental Social Psychology*, Amsterdam, v. 48, n. 4, p. 918-925, 2012.

ASSIS, T. **Após reforma de quase sete anos, SESC Paulista reabre no próximo dia 29**. Veja de São Paulo, São Paulo, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/sesc-paulista-reabertura/>. Acesso em: 30 jan. 2024.



BUORO, A. B. *et al.* **Relações contratuais e relações polêmicas nos territórios de cultura.** In: OLIVEIRA, A. C. de. (Org.). São Paulo público & privado: abordagem sociosemiótica. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014. p. 133-150.

CASA DAS ROSAS. **Institucional.** Casa das Rosas, São Paulo, [2019]. Disponível em: <http://www.casadasrosas.org.br/institucional/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

CENTRO CULTURAL COREANO NO BRASIL. **Informações sobre instalações.** Centro Cultural Coreano no Brasil, São Paulo, [2021]. Disponível em: <https://brazil.korean-culture.org/pt/8/contents/290>. Acesso em: 30 jan. 2024.

DURVAL, N. **Descubra 10 lugares em SP para mergulhar no mundo do k-pop e da cultura coreana.** Guia Folha, São Paulo, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://guia.folha.uol.com.br/passeios/2022/06/descubra-10-lugares-em-sp-para-mergulhar-no-mundo-do-k-pop-e-da-cultura-coreana.shtml>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FLOCH, J.-M. **Um tipo notável de semiose: os sistemas semissimbólicos.** Revista Acta Semiotica, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 223-229, 2022. DOI: <https://doi.org/10.23925/2763-700X.2022n3.58414>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/actasemiotica/article/view/58414/39870>. Acesso em: 30 jan. 2024. [Original: Un type remarquable de sémiosis: les systèmes semi-symboliques. In: Semiotic Theory and Practice (Proceedings of the Third International Congress of the IASS, 1984). Berlin: De Gruyter, 1988. v. 1.]

G1 SÃO PAULO. **Japan House, centro cultural japonês, é inaugurado na Av. Paulista neste sábado.** G1, São Paulo, 6 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/japan-house-centro-cultural-japones-e-inaugurado-na-av-paulista-neste-sabado.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural.** São Paulo: Editora Cultrix LTDA., 1976.

ITAÚ CULTURAL. Quem somos. **Itaú Cultural**, São Paulo, [2019]. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/quem-somos>. Acesso em: 30 jan. 2024.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida:** ensaios de sociosemiótica. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, E. **Presenças do outro.** Ensaios sociosemióticos II. Tradução: Mary Amazonas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

LANDOWSKI, E. **Interações arriscadas.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

LOVATO, A. S.; PENTEADO, C. L. C. As instituições culturais e a democratização cultural. In: **Encontro De Estudos Multidisciplinares Em Cultura (ENECULT)**, 6., 2010, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <http://www.vienecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/24371.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MOREIRA, D. **Quem frequenta a Avenida Paulista?** Exame, São Paulo, 7 dez. 2011. Disponível em: <https://exame.com/brasil/quem-frequenta-a-avenida-paulista/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MOTTA, S.; RABELLO, L. **Quarentena sem Pijama:** o poder das roupas sobre a autoimagem e a produtividade. São Paulo: Editora Labrador, 2021.

OLIVEIRA, A. C. de. (Org.). **Semiótica plástica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

OLIVEIRA, A. C. de. A plástica sensível da expressão sincrética e enunciação global. *In*: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. (Orgs.). **Linguagens na comunicação**: desenvolvimentos de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores: Editora do CPS, 2009. p. 66-136.

OLIVEIRA, A. C. de. (Org.). **São Paulo público & privado**: abordagem sociosemiótica. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.

OLIVEIRA, A. C. de. **Corpo vestido no social: contribuições da semiótica para estudo da aparência e da identidade**. dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [s. l.], n. 31, p. 13-40, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.i31.1282>. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1282/668>. Acesso em: 30 jan. 2024.

OLIVEIRA, A. C. de. Sentido(s) da moda. dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [s. l.], n. 31, p. 8-12, jan./abr. 2021b. DOI: <https://doi.org/10.26563/dobras.i31.1281>. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1281>. Acesso em: 30 jan. 2024.

WILLER, C. Casa das Rosas: uma década. **Casa das Rosas**, São Paulo, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.casadasrosas.org.br/noticias/casa-das-rosas-uma-dcada>. Acesso em: 30 jan. 2024.



# Quando a Fé Cega: A Banalidade do Mal e a Dominação Carismática no Caso de João de “Deus”

## *When Faith Blinds: the Banality of Evil and Charismatic Domination in the Case of John of “God”*

Lucas Matheus Araujo Bicalho  
Luís Fernando de Souza Alves  
Ana Paula Oliveira Lopes  
Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha  
Derliane de Oliveira Medeiros

### RESUMO

O caso de João de Deus, médium brasileiro conhecido mundialmente por suas práticas de “curas espirituais”, ilustra como figuras de autoridade religiosa podem abusar do poder em contextos de fé e fragilidade emocional. Ele foi fundador da Casa de Dom Inácio de Loyola, em Goiás, e era venerado como um ser divino. Contudo, em 2018, denúncias de abusos sexuais começaram a eclodir, com mais de 300 mulheres se apresentando como vítimas. Nesse sentido, o estudo busca analisar esse fenômeno à luz da *banalidade do mal* de Hannah Arendt e da *dominação carismática* de Max Weber, com o objetivo de compreender como o poder e a religiosidade foram manipulados para explorar as vítimas. Desse modo, a pesquisa mostra que a liderança carismática de João de “Deus” foi sustentada pela confiança e devoção de seus seguidores, enquanto a falta de fiscalização e questionamento contribuiu para a perpetuação dos abusos.

**Palavras-chave:** banalidade do mal; fé; religiosidade.

### ABSTRACT

The case of João de Deus, a Brazilian medium known worldwide for his “spiritual healing” practices, illustrates how figures of religious authority can abuse power in contexts of faith and emotional fragility. He was the founder of the House of Dom Inácio de Loyola, in Goiás, and was revered



as a divine being. However, in 2018, allegations of sexual abuse began to emerge, with more than 300 women coming forward as victims. In this sense, the study seeks to analyze this phenomenon in the light of Hannah Arendt's banality of evil and Max Weber's charismatic domination, with the aim of understanding how power and religiosity were manipulated to exploit the victims. In this way, the research shows that João de "Deus" charismatic leadership was sustained by the trust and devotion of his followers, while the lack of supervision and questioning contributed to the perpetuation of the abuses.

**Keywords:** banality of evil;; faith; religiosity.

## INTRODUÇÃO

[...] as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa (Saffioti, 2015, p. 24).

A trajetória de João Teixeira de Farias, amplamente conhecido como João de "Deus", teve início em Cachoeira da Fumaça, Goiás, onde nasceu em 1942. Proveniente de uma família humilde e com acesso limitado à educação formal, João abandonou os estudos ainda no ensino fundamental. Desde a juventude, alegava possuir dons espirituais, característica que se tornaria central em sua vida e o projetaria como um dos médiuns mais renomados em âmbito mundial.

Na década de 1970, João de "Deus" fundou a Casa de Dom Inácio de Loyola, situada em Abadiânia, Goiás. Esse centro espiritual rapidamente adquiriu notoriedade como um espaço de "supostas" curas e milagres espirituais, atraindo multidões de pessoas de diversas partes do mundo. João de "Deus" frequentemente afirmava ser apenas um intermediário para espíritos que realizavam cirurgias espirituais, muitas vezes sem o uso de anestesia e com instrumentos rudimentares, como facas e tesouras, geralmente em precário estado de conservação. Apesar das controvérsias que cercavam essas práticas, o local continuava a atrair indivíduos em busca de tratamento para doenças consideradas "incuráveis" pela medicina convencional, bem como para condições emocionais.

A Casa de Dom Inácio tornou-se um destino de peregrinação internacional, atraindo pessoas de diversas partes do Brasil e do mundo, que buscavam a cura através das mãos do médium João de "Deus". Sua crescente fama despertou a atenção de várias celebridades e figuras públicas, como a apresentadora Oprah Winfrey<sup>1</sup> e a Xuxa Meneghel, que visitaram o local e, com isso, contribuíram para consolidar a popularidade e a influência de João de "Deus", sendo amplamente visto como um homem de fé inabalável, capaz de realizar milagres (Netflix, 2021). No entanto, sua ascensão foi acompanhada de intensas críticas por parte da comunidade médica, que considerava suas práticas perigosas e desprovidas de qualquer fundamento científico.

Apesar das diversas críticas, o médium manteve-se firme em sua posição, e a demanda por seus serviços miraculosos continuava a crescer. Frotas de ônibus chegavam diariamente à Casa de Dom Inácio, trazendo pessoas de todo o Brasil e de outros países em

<sup>1</sup> Oprah Winfrey é uma apresentadora de televisão, empresária e filantropa americana, considerada uma das mulheres mais influentes do mundo.

busca de cura. Dessa forma, João de “Deus” conquistava a confiança de seus seguidores, que acreditavam profundamente em suas curas milagrosas. No entanto, ao longo dos anos, começaram a surgir relatos isolados de mulheres que alegavam ter sido vítimas de abuso durante as consultas com o médium (Rodrigues, 2021).

Em decorrência disso, as denúncias de abuso sexual contra João de “Deus” ganharam notoriedade em dezembro de 2018, após a exibição de uma matéria no programa *Conversa com Bial*, da TV Globo, que trouxe à tona os relatos de diversas mulheres que foram vítimas de abuso por parte do médium. A ativista Sabrina Bittencourt desempenhou um papel crucial ao reunir os testemunhos das vítimas, que afirmaram ter sido abusadas por João de “Deus” durante os atendimentos espirituais. Muitas dessas mulheres relataram que, sob o pretexto de realizar “curas”, o médium se aproveitava de sua posição de autoridade e poder para cometer os abusos sexuais em salas privadas (Sudré, 2018).

A partir da ampla divulgação dessas denúncias, mais de 300 mulheres se apresentaram para denunciar João de “Deus” por abuso sexual, sendo muitas delas vítimas vulneráveis que buscavam sua ajuda para tratar doenças (Caetano; Mota; De Lima, 2021). A cobertura do caso se intensificou tanto no Brasil quanto no exterior, expondo o lado obscuro da figura de João de “Deus”, até então venerado por mulheres e seguidores por meio da fé. As acusações foram devidamente investigadas pelas autoridades, e, em 16 de dezembro de 2019, João de “Deus” foi preso. Contudo, além das denúncias por crimes sexuais, surgiram outras acusações, como porte e posse ilegal de armas, incluindo armamento de uso restrito (Caetano; Mota; De Lima, 2021).

Além disso, as investigações revelaram que João de “Deus” possuía uma grande quantia em suas propriedades, o que o levou a ser acusado também pelo crime de lavagem de dinheiro. Ao longo dos processos judiciais, ele foi condenado por crimes como estupro, estupro de vulnerável, entre outros, recebendo uma pena de 60 anos de prisão. Sua prisão representou um marco importante na luta contra o abuso sexual no Brasil, especialmente no contexto das figuras públicas com grande poder e influência.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar como o fenômeno da banalidade do mal se manifesta em situações de abuso de poder religioso, tomando como exemplo o caso de João de “Deus”. Nesse cenário, muitos colaboradores da Casa de Dom Inácio e moradores da cidade de Abadiânia tinham conhecimento dos abusos que estavam ocorrendo, mas permaneceram inertes, negligenciando a proteção das mulheres que foram vítimas dessas práticas.

Portanto, este capítulo busca contribuir com novas reflexões ao debate teórico, aplicando o conceito de banalidade do mal, de Hannah Arendt (1999), a um contexto contemporâneo. Isso ao demonstrar como estruturas de poder podem naturalizar e tornar a violência algo aparentemente rotineiro e “aceitável”. Ademais, a pesquisa procura compreender de que maneira a fé e a autoridade espiritual podem ser manipuladas para fins abusivos, reforçando a importância de discutir a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa nas instituições religiosas.

## METODOLOGIA

Durante as pesquisas científicas, diversos caminhos podem surgir para alcançar a “resposta” ao problema de pesquisa. Esse caminho refere-se ao percurso metodológico que o pesquisador escolhe para trilhar na busca de atingir seus objetivos. Nesse sentido, este capítulo configura-se como uma pesquisa básica, uma vez que busca “[...] gerar novos conhecimentos para o avanço da ciência” sem, necessariamente, visar uma aplicação prática (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

Nesse sentido, o procedimento metodológico adotado para a elaboração desta pesquisa consistiu em uma revisão de livros, artigos publicados em diversos periódicos e outros documentos pertinentes à temática, os quais possibilitaram o estabelecimento de uma interlocução entre as diferentes fontes. Esse percurso metodológico foi essencial para promover reflexões acerca dos questionamentos levantados ao longo do estudo. Ao conceituar cada elemento e estabelecer conexões entre eles, foi possível construir uma compreensão mais ampla e coerente sobre o tema abordado nesta pesquisa.

À vista disso, a técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica, definida como “[...] aquela baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa escrita e até eletronicamente, disponibilizada na Internet” (Silva; Menezes, 2005, p. 38).

Conforme Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa adota uma abordagem interpretativa, permitindo que os pesquisadores analisem os fenômenos em seus contextos naturais, buscando compreender a realidade tal como ela se apresenta. Essa perspectiva também destaca a relevância das questões de pesquisa em relação aos estudos já realizados. Nesse sentido, a presente investigação caracteriza-se como qualitativa, uma vez que utiliza matérias e informações publicadas em sites de jornais sobre o caso de João de “Deus”, além de empregar o conceito de banalidade do mal, proposto por Hannah Arendt (1999), como base teórica para fundamentar as discussões.

## A BANALIDADE DO MAL: CONCEITO E RELEVÂNCIA

O conceito sobre a banalidade do mal, criado e desenvolvido por Hannah Arendt em seu livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (1999), emerge a partir de sua análise do julgamento de Adolf Eichmann, um oficial nazista responsável por organizar as práticas do Holocausto. Assim, Arendt (1999) argumenta que o mal não necessariamente é cometido por indivíduos intrinsecamente perversos, porém pode acarretar de ações de sujeitos comuns que, colocados em sistemas de poder opressivos, atuam de maneira acrítica, seguindo ordens ou normas já estabelecidas.

Nesse contexto, Arendt (1999) reflete sobre Eichmann como um indivíduo que não demonstrava sinais evidentes de ódio extremo ou traços de psicopatia. No entanto, ele agia de maneira mecânica e burocrática, cumprindo seu papel como soldado do regime nazista sem considerar as implicações éticas de suas ações. Para a autora, esse fato evidencia como a capacidade de pensar e julgar moralmente pode ser suprimida em contextos que desumanizam as vítimas e normalizam as diversas formas de violência.

Aplicando o conceito de banalidade do mal ao caso de João de “Deus”, observa-se como ele praticou abusos sexuais ao longo de anos sem ser confrontado, tanto pelas vítimas quanto pelos moradores da região. Esse comportamento reflete a forma como indivíduos, em contextos de poder e autoridade, podem cometer atrocidades sem questionamento, de maneira sistemática e rotineira. Em casos semelhantes, as vítimas frequentemente relatam uma narrativa comum: os abusos ocorriam sob a falsa promessa de cura espiritual, com o médium se apresentando como uma figura carismática e respeitada por todos ao seu redor. Assim, essa dinâmica revela como a desumanização das vítimas e a naturalização do abuso podem operar em ambientes de confiança e veneração, permitindo a perpetuação de crimes durante longos períodos.

Dessa forma, esse tipo de abuso ocorre dentro de um contexto em que o “mal” se manifesta de maneira sistêmica e metódica, frequentemente disfarçado por uma aura de autoridade, carisma e, sobretudo, confiança (Arendt, 1999). No caso de João de “Deus”, suas ações refletem a banalidade do mal, pois ele estava imerso em sua posição de poder e prestígio, sendo visto por milhares de pessoas como um ser do bem. Seus comportamentos cotidianos, aparentemente comuns e respeitados, não geravam qualquer suspeita entre seus fiéis ou colaboradores, o que facilita a perpetuação de tais abusos sem serem desafiados ou questionados.

Além disso, diversos abusos relatados pelas vítimas ocorreram em momentos de desamparo psicológico e emocional, quando as mulheres estavam vulneráveis e confiavam plenamente na figura de João de “Deus”. Nesse contexto, elas não percebiam maldade nas ações do sujeito, sendo manipuladas pela autoridade e confiança que ele cultivava.

O julgamento do nazista Eichmann transcendeu os constrangimentos no âmbito jurídico; o verdadeiro desafio estava na análise da capacidade humana de julgar, ou seja, na faculdade mental que permite ao ser humano discernir o que é considerado certo e errado (Andrade, 2010). De forma semelhante a Eichmann, João de “Deus” pode ser visto como um sujeito que, em sua visão, não estava praticando a “maldade” de forma consciente, mas sim exercendo um poder corrompido, envolvido em uma prática que ele considerava parte de seu *modus operandi* (modo de agir). O médium não refletiu sobre as consequências de seus atos, o que reflete a banalidade do mal: práticas repetitivas, disfarçadas de benevolência, mas com efeitos devastadores para as vítimas.

É importante ressaltar que, durante a cobertura midiática, o caso de João de “Deus” emergiu como um exemplo contundente de como líderes religiosos podem explorar sua autoridade para cometer crimes, evidenciando a relação entre a credulidade dos indivíduos e a ausência de vigilância sobre o comportamento de figuras carismáticas. Além disso, esse caso ilustra como, em momentos de grande vulnerabilidade, os abusos sexuais e/ou psicológicos podem ser minimizados ou ignorados, devido à falta de uma análise crítica por parte da sociedade ou até mesmo das próprias vítimas.

## A CONSTRUÇÃO CARISMÁTICA DO PODER DE JOÃO DE “DEUS”

Com base nos conceitos teóricos weberianos sobre o carisma, Charles Lindholm (1993), em sua obra *Carisma: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder*, desenvolve



uma pesquisa relevante sobre o que é denominado liderança carismática. Através da análise de figuras do século XX, como Adolf Hitler, Charles Manson e Jim Jones, Lindholm (1993) enfatiza os efeitos e consequências do carisma tanto para os líderes quanto para seus seguidores (Da Silva, 2010). De maneira análoga a Max Weber (1982), ele defende a ideia de que o carisma consiste em um conjunto de qualidades extraordinárias, conferindo a uma pessoa poderes excepcionais. No entanto, em sua análise final, Lindholm (1993) argumenta que o carisma é vivido por meio de sensações de êxtase e perda de identidade dentro de um grupo organizado em torno de uma figura carismática, muitas vezes vista como um deus vivo ou uma entidade divina (Da Silva, 2010).

Nesse sentido, o poder de João de “Deus” foi construído ao longo dos anos, sustentado por uma combinação de fatores sociais, espirituais e culturais que favoreciam a criação de uma imagem de autoridade e confiança. Inicialmente, ele se apresentou como um médium, um indivíduo capaz de realizar curas espirituais e físicas, o que lhe conferiu um status de autoridade dentro da comunidade religiosa. Ao se posicionar como intermediário entre o mundo espiritual e seus seguidores, João de “Deus” rapidamente se tornou, por meio de seu carisma, uma figura central em um contexto em que a fé e a busca pela cura estavam umbilicalmente conectadas.

No pensamento de Weber (1999), ao contrário de outros estudiosos sobre o fenômeno do carisma, a ênfase não recai sobre a natureza do carisma em sua totalidade, mas sim sobre sua dominação e os efeitos e consequências que gera no tecido social. Para o sociólogo alemão, a *dominação carismática* deve ser compreendida como um mecanismo para analisar os fenômenos sociais, sem se concentrar na substância que torna uma pessoa líder, em contraste com seus seguidores (Gomes, 2014). Dessa forma, o foco da análise não está na essência do carisma, mas em sua manifestação enquanto uma relação entre dominante e dominado.

Ainda em consonância com Weber (1999), argumenta-se que a construção de um líder carismático só é possível por meio de um relacionamento de dominação. No caso de João de “Deus”, o líder carismático se consolidou como uma figura central, não apenas pela sua capacidade de atrair seguidores, mas pela relação recíproca de confiança e devoção religiosa que estabeleceu com eles. Assim, percebe-se que o carisma, conforme apontado por Weber (1999), não se origina apenas das características do líder, mas da maneira como ele é reconhecido e, sobretudo, aceito pelos seguidores, criando uma rede de dominação simbólica sustentada pela fé.

Essa relação de dominação é evidenciada à medida que João de “Deus” manipulava a fé e a crença de seus fiéis, que o idolatravam como um ser divino capaz de salvar a todos. A comunidade ao seu redor, composta por seguidores e pacientes, contribuiu para a perpetuação de seu poder como líder carismático, colocando-o em um pedestal de autoridade. Contudo, a transgressão desse poder de dominação começou a se desintegrar com o surgimento dos relatos de abusos sexuais cometidos por João de “Deus”, revelando os efeitos nefastos dessa relação assimétrica de poder. O carisma, a religião e a confiança depositada no líder foram, então, empregados para explorar e controlar os seguidores, evidenciando a perversão do poder carismático e religioso.

Portanto, a partir do caso de João de “Deus”, é possível perceber a teoria formulada por Weber (1999), que demonstra como a *dominação carismática* depende não apenas do líder, mas também da dinâmica de reconhecimento e subordinação dos seguidores. Além disso, evidencia-se como essa relação pode se transformar em desdobramentos de abuso de poder.

## FÉ E SILENCIAMENTO DAS VÍTIMAS

O caso de João de “Deus”, além de exemplificar a dinâmica de *dominação carismática* proposta por Weber (1999), permite um diálogo com a análise da banalidade do mal de Hannah Arendt (1999) e com a crítica de Heleith Saffioti (2015) às estruturas e sistemas patriarcais de poder. Nesse contexto, a instrumentalização da fé como ferramenta de poder e silenciamento das vítimas pode ser interpretada à luz da concepção de Arendt (1999), que aponta que o mal não necessariamente decorre de motivações individuais, mas frequentemente emerge de ações sistemáticas fortalecidas por estruturas sociais, políticas e culturais.

O médium João de “Deus” inseriu-se em uma estrutura sustentada pela obediência à autoridade religiosa e pelo papel do líder carismático, legitimado e amplificado pela fé incondicional de seus seguidores. Nesse contexto, o abuso de poder foi gradativamente normalizado e garantido por uma comunidade que, de forma consciente ou inconsciente, contribuiu para o silenciamento das vítimas. Assim, o conceito de Hannah Arendt (1999) sobre a banalidade do mal revela como práticas individuais abusivas podem ser respaldadas por um aparato coletivo que perpetua e legitima tais condutas.

De maneira similar, Heleith Saffioti (2015) apresenta uma crítica contundente ao demonstrar como as estruturas que sustentam o patriarcado se entrelaçam com diversas formas de opressão, incluindo o abuso de poder por figuras masculinas em contextos religiosos. O silenciamento das mulheres vítimas do médium evidencia não apenas a submissão alimentada pela fé, mas também as desigualdades de gênero profundamente enraizadas no tecido social. Nesse sentido, as mulheres que encontraram força para denunciar os abusos enfrentaram, além do descrédito, o peso de uma cultura que historicamente deslegitima as vozes femininas, especialmente quando está se voltar contra figuras de autoridade masculina. Tal cenário é elucidado por Saffioti (2015, p. 24) ao afirmar: “as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizar, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa [...]”.

Nesse viés, esse poder da religião, que estava nas mãos de João de “Deus”, pode ser definido como um poder simbólico, atravessado por outras formas de domínio. Nesse sentido, conforme Pierre Bourdieu (1988, p. 15), o poder simbólico é um poder subordinado, ou seja, uma manifestação transformada de autoridade que, em muitos casos, é imperceptível, configurando-se como uma forma diferenciada de poder. No entanto, ainda que modificado, não deixa de ser um modo transfigurado e legitimado de outras estruturas de poder. Assim, tal domínio existe: “(...) porque aquele que lhe está sujeito acredita que ele existe” (Bourdieu, 1998, p. 188). Essa crença legitima a autoridade, sustentada por elementos simbólicos, como a fé e a confiança na cura espiritual. Dessa forma, é por meio

de seus representantes que a religião utiliza símbolos em estruturas que detêm capitais simbólicos objetivados (Bourdieu, 1998, p. 15), estabelecendo uma ordem na qual aqueles que estão sob uma forte crença se encontram subordinados às suas condições.

As religiões podem ser entendidas como sistemas simbólicos que também funcionam como canais de poder e influência política, uma vez que sua essência está intrinsecamente ligada à ordenação das coisas. Nesse sentido, a organização dessa estrutura simbólica, na qual a religião se insere, ocorre da seguinte forma, conforme Bourdieu (1992, p. 30):

Tanto pelo fato de que os sistemas simbólicos derivam sua estrutura, o que é tão evidente no caso da religião, da aplicação sistemática de um único e mesmo princípio de divisão e, assim, só podem organizar o mundo natural e social recortando nele classes antagônicas, como pelo fato de que engendram o sentido e o consenso em torno do sentido por meio da lógica da inclusão e da exclusão, estão propensos por sua própria estrutura a servirem simultaneamente a funções de inclusão e exclusão, de associação e dissociação, de integração e distinção.

Com isso, percebemos que a prática religiosa de João de “Deus”, ao exercer sua capacidade de incluir e excluir pessoas dentro de uma ordem simbólica, revela como as dinâmicas de integração e distinção são efetivamente aplicadas. João de “Deus”, em sua posição de poder religioso, promovia um senso de pertencimento entre seus seguidores, ao mesmo tempo em que excluía aqueles que não estavam sob seu domínio. A partir dessa prática, ele criou uma estrutura de dominação e controle dentro de sua comunidade. Assim, a abordagem de inclusão e exclusão, conforme ensinada por Bourdieu (1992, 1998), refletiu-se no funcionamento do poder simbólico da religião e na manipulação desse poder dentro dessa estrutura de dominação.

Dessa forma, ao estabelecer um diálogo com Arendt (1999), Saffioti (2015) e Bourdieu (1991, 1998), torna-se evidente como o carisma associado à religiosidade do poder simbólico pode transformar-se em um instrumento de opressão, sustentado por estruturas sociais que naturalizam o mal e por um sistema patriarcal que legitima o silenciamento das vítimas. Essa interseção entre fé, carisma e dominação evidencia a necessidade urgente de desconstruir tais estruturas, promovendo um contexto em que o abuso seja reconhecido e enfrentado, e não mais normalizado ou tolerado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada neste capítulo sobre o caso do renomado médium brasileiro revela a complexidade das relações intrínsecas entre poder, carisma e religiosidade, demonstrando como líderes carismáticos podem explorar a fé e a vulnerabilidade de seus seguidores para engendrar práticas abusivas. A trajetória do João de “Deus” foi caracterizada pela construção de uma imagem de autoridade espiritual, que lhe conferiu a promessa de cura para doenças tanto físicas quanto espirituais, consolidando seu controle sobre os fiéis. E, com o tempo, essa promessa de cura transformou-se no cerne de seu crime.

Diante disso, ao aplicarmos o conceito da *banalidade do mal* de Hannah Arendt (1999), podemos entender como o poder religioso atribuído a João de “Deus” foi naturalizado

e sustentado por estruturas sociais e culturais que silenciaram as mulheres, vítimas dessas práticas abusivas. Nesse contexto, tanto a sociedade quanto os colaboradores e servidores do médium contribuíram, ainda que de forma passiva, para a perpetuação desses crimes. Tal dinâmica reflete uma ausência de pensamento crítico e moral frente à autoridade religiosa exercida por uma figura amplamente venerada.

Além disso, a teoria weberiana sobre a *dominação carismática* evidenciou como a liderança de João de “Deus” se sustentou por meio da devoção e da crença coletiva, criando uma relação simbólica de dependência que blindava sua imagem contra questionamentos e suspeitas. Dessa forma, sua autoridade era legitimada pelos seguidores, que, ao reconhecerem no médium uma aura de divindade, reforçavam não apenas sua dominação, mas também as práticas abusivas associadas a ela.

À vista disso, este estudo teve como objetivo contribuir para o debate sobre o uso do poder religioso como um mecanismo de manipulação e exploração, reforçando a urgência de questionar e fiscalizar figuras de autoridade, especialmente em contextos em que a fé e a vulnerabilidade emocional desempenham um papel central. Logo, a tragédia das vítimas de João de “Deus” não apenas revela as falhas dos sistemas sociais que permitiram tais crimes, mas também evidencia a necessidade de instrumentos de controle para prevenir a repetição de episódios semelhantes. Portanto, ao analisar o caso sob a ótica da *banalidade do mal* e da *dominação carismática*, ampliamos a reflexão sobre os limites do poder e da fé, promovendo subsídios para discussões futuras sobre a interseção entre religiosidade e abuso de autoridade no contexto contemporâneo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, p. 109-125, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3a ed. São Paulo, Perspectiva, 1992
- CAETANO, Daisy Luzia do Nascimento Silva; MOTA, Laissa Conceição; DE LIMA, Angelita Pereira. **Pela Vida Das Mulheres, Contra João “De Deus”**. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais (2238-3565), v. 10, n. 3, p. 1-16, 2021.
- DA SILVA, Janine Targino. **A liderança carismática exercida pelas novas líderes pentecostais femininas de Nova Iguaçu: um diálogo com Charles Lindholm**. Revista Intratextos, v. 1, p. 151-168, 2010.
- DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Carisma E Dominação Carismática: Perspectivas Teórico- Metodológicas Do Conceito Weberiano De Carisma E Sua Efetivação Histórica Nos Estudos De Religião**. Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 5, n. 1, p. 120-140, 2014.

HANNAH, Arendt. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

NETFLIX. **João De Deus: Cura E Crime**. Direção: Candice Carvalho; Maurício Monteiro Filho. 2021. Disponível em: <<https://www.netflix.com>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LINDHOLM, Charles. **Carisma**: êxtase e perda de identidade na veneração ao líder. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

RODRIGUES, Guilherme. João de Deus: entenda as denúncias, condenações e prisões. **G1 GO**, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/08/26/joao-de-deus-entenda-as-denuncias-condenacoes-e-prisoas.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia de pesquisa e elaboração de teses e dissertações 4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20de%20pesquisa%20e%20elaboracao%20de%20teses%20e%20dissertacoes%204ed.pdf). Acesso em: 18 out. 2019.

SUDRÉ, Lu. Ativista que denunciou João de Deus fala em acusações contra 13 líderes espirituais. **Brasil de Fato**, São Paulo (SP), 26 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/26/ativista-que-denunciou-joao-de-deus-fala-em-acusacoes-contra-13-lideres-espirituais>> . Acesso em: 15 nov. 2024.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial. 1999.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima (trad. Gabriel Cohn). In: **Max Weber: Sociologia**. Gabriel Cohn (organizador). São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais; 13) p.128-141.

# Aspectos Informais e Relacionais no Supremo Tribunal Federal: o Julgamento da Reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre<sup>1</sup>

## *Informal and Relational Aspects in the Supreme Federal Court: The Judgment on the Re- election of Rodrigo Maia and Davi Alcolumbre*

Pedro Henrique Nogueira Giordano

### RESUMO

Pesquisas na área das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, há muito abordam os mecanismos informais de agressão, solidariedade e prestígio que surgem em relações institucionais. No entanto, mesmo com dinâmicas semelhantes ocorrendo no judiciário, estudos focados nessas relações informais são raros. Operadores do Direito estão inseridos em círculos de interação social – desde a hierarquia judicial e atores políticos até amigos e família – e essas relações moldam crucialmente o comportamento judicial e a legitimidade das instituições democráticas. Ao tomar como base esse pressuposto, levanta-se questões sobre o quanto do comportamento judicial é influenciado por vínculos informais, complementando abordagens estabelecidas ao deslocar a atenção dos indivíduos para os vínculos entre eles. Nesse sentido, o presente artigo visa tratar sobre a abordagem informal e relacional ao investigar as instituições do Judiciário, tomando como ponto de partida o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6524/DF no Supremo Tribunal Federal, que decidiu sobre a possibilidade da reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre para presidência da Câmara dos Deputados e Senado, respectivamente.

**Palavras-chave:** Supremo Tribunal Federal; judicialização da política; antropologia do direito; teoria ator-rede.

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado à disciplina de Trabalho de Curso sob a orientação do Professor Dr. Bruno Meneses Lorenzetto.



## ABSTRACT

Research in the field of Social Sciences, particularly Anthropology, has long addressed the informal mechanisms of aggression, solidarity, and prestige that emerge in institutional relations. However, even with similar dynamics occurring in the judiciary, studies focused on these informal relationships are rare. Legal practitioners are embedded in circles of social interaction—from the judicial hierarchy and political actors to friends and family—and these relationships crucially shape judicial behavior and the legitimacy of democratic institutions. Based on this premise, questions arise about how much judicial behavior is influenced by informal ties, complementing established approaches by shifting attention from individuals to the links between them. In this sense, the present article aims to address the informal and relational approach when investigating judicial institutions, taking as a starting point the judgment of the Direct Action of Unconstitutionality (ADI) 6524/DF in the Supreme Federal Court, which decided on the possibility of the reelection of Rodrigo Maia and Davi Alcolumbre for the presidency of the Chamber of Deputies and the Senate, respectively.

**Keywords:** Supreme Federal Court; judicialization of politics; anthropology of law; actor-network theory.

## INTRODUÇÃO

No fim de 2020, ambas as casas legislativas brasileiras preparavam as eleições para as suas respectivas mesas diretoras. Seus regimentos internos, com base no texto constitucional do §4º, art. 54 da Constituição Federal, recentemente alterada pela Emenda Constitucional n. 50/2006, determinam que deve haver uma eleição no começo da legislatura e que os eleitos tenham mandato de dois anos, vedada a recondução ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. A eleição ao início da 56ª legislatura<sup>2</sup> elegeu Rodrigo Maia (DEM) para Presidência da Câmara dos Deputados e Davi Alcolumbre (União Brasil, na época DEM) para Presidência do Senado Federal. Aventava-se a possibilidade de uma interpretação diferente para os dispositivos internos e constitucionais, possibilitando a reeleição de Maia e Alcolumbre. Nesse sentido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6524/DF, a fim de o Supremo Tribunal Federal declarar inconstitucionais o art. 5º, *caput* e §1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e o art. 59 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Automaticamente, o debate essencialmente “*técnico*”<sup>3</sup> sobre o texto constitucional se propagou para um debate político de proporções nacionais. Em 2020, o Congresso Nacional e o governo do então Presidente Jair Bolsonaro (PL, na época PSL) figuravam um cabo de guerra. Desde o início do mandato de Bolsonaro, Maia se posicionou como uma figura política antagônica às ambições políticas do presidente na Câmara. Isso se mostrou evidente em dois momentos: ao articular a aprovação da “reforma da previdência”, que descartou o texto enviado pelo atual Ministro da Economia e optou pelo texto que havia sido elaborada na gestão anterior, sem que o atual governo pudesse adicionar novas previsões; e a aprovação do “pacote anticrime” com diversas supressões relevantes e com previsões

<sup>2</sup> As legislaturas são períodos de quatro anos que coincidem com um mandato de Deputado Federal. Os senadores exercem seus mandatos em duas legislaturas, já que possuem mandato de oito anos. A 56ª Legislatura durou de 2019 à 2023.

<sup>3</sup> Conforme se convém em trabalhos antropológicos, destacamos os termos frequentemente utilizados por interlocutores para se referir a um conceito ou fenômeno, mas que não necessariamente possuem uma conceituação universal ou há diferentes interpretações possíveis. Neste artigo, utilizaremos aspas com *itálico*.

sugeridas pelo Ministro do STF Alexandre de Moraes, que havia elaborado um projeto similar quando era Ministro da Segurança Pública da gestão anterior, sem que o governo tivesse a possibilidade de avaliá-las. A situação se intensificou com a pandemia de Covid-19, na qual o Congresso passou diversas medidas sanitárias para conter o avanço da pandemia e manutenção da economia, como o primeiro auxílio emergencial, justificando que o Governo Federal estaria inerte. Em meio a essa disputa, o STF também vinha ganhando destaque nacional em razão das medidas de enfrentamento à pandemia, sendo acusado de “*legislar*” contra o Governo Federal.

Dado esse contexto, a possibilidade de reeleição de ambos os Presidentes das casas legislativas representava a continuidade de uma batalha política entre Legislativo e Executivo. Dado a literalidade<sup>4</sup> com a qual a constituição vedava a reeleição na mesma legislatura<sup>5</sup>, grande parte da mídia sugeria que o STF estaria criando uma brecha para que o Congresso continuasse a fazer oposição ao Governo Federal, exclusivamente por “*motivações políticas*”. Tal repercussão perdurou por todo o julgamento que, apesar de estar pautado no plenário virtual<sup>6</sup>, foi acompanhado pelos veículos de mídia e, conseqüentemente, por grande parte da população.

Durante o julgamento, especialmente após o lançamento do voto do relator Ministro Gilmar Mendes, que foi a favor da possibilidade de recondução, grande parte dos veículos midiáticos começaram a noticiar a “certeza” no julgamento favorável à reeleição. A caracterização se dava por opiniões passadas de alguns Ministros e de movimentações nos bastidores do STF, especialmente dos Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Contudo, as “previsões” da mídia não se concretizaram, e o STF decidiu por 7x4 e 6x5 contra a possibilidade de reeleição de Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, respectivamente.

O caso aqui retratado não é um acontecimento isolado na história do STF. Além da menção de que já haveria tensões entre STF e Governo Federal a respeito das medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, o Supremo tem extensa lista de casos que ficou taxado de “*legislar*” ou de agir fora de seu escopo. Ellwanger, Mensalão, Ficha Limpa, Lava Jato e prisão em segunda instância são alguns dos mais emblemáticos casos nos quais o STF esteve sujeito ao intenso debate da sociedade sobre os respectivos temas sendo pautados. Em alguma medida, todas as cortes constitucionais têm seu aspecto de relevância política e midiática. Contudo, o Supremo Tribunal Federal tem diversas peculiaridades que o tornam um tribunal constitucional *sui generis* entre seus similares. Essas são, principalmente: (i) o proferimento de votos e debates entre os Ministros ocorrem em plenário, isto é, publicamente<sup>7</sup>; e (ii) o televisionamento desses debates de maneira

<sup>4</sup> Apesar de interessante, o objeto da presente pesquisa não é debater os méritos da argumentação pró ou contra a reeleição para cargo na mesa diretora na mesma legislatura. Porém, a quase unanimidade da comunidade jurídica ressaltava a literalidade do §4º do art. 54 da CF como um componente importante na discussão. Como a mídia utilizou esse argumento fortemente ao retratar o caso e a controversa suscitada na ADI e pelo voto dos Ministros não gira em torno da literalidade do texto, trataremos como literal a interpretação da vedação da reeleição.

<sup>5</sup> Para simplificação, utilizaremos reeleição “na mesma legislatura”, uma vez que o objeto da ADI era sobre recondução na mesma legislatura e, apesar de manifestações contra e a favor dos Ministros a respeito de recondução entre legislaturas, esta discussão não contou expressa no acórdão.

<sup>6</sup> O plenário virtual é a modalidade de julgamento na qual os Ministros não expõem ou debatem publicamente seus votos, mas divulgam eles no sistema processual interno do STF. Adentraremos melhor a problemática e estratégia dos Ministros com o plenário virtual na seção de Justificativa.

<sup>7</sup> Há duas exceções para os debates públicos: (i) casos de segredo de justiça, quando a matéria possui alguma sensibilidade que há necessidade de resguardar as partes envolvidas ou as informações do processo (ex. casos envolvendo menores, alguns casos criminais, casos de segurança nacional, etc.); e (ii) quando o julgamento é submetido para o plenário virtual. Esta foi a modalidade utilizada para o julgamento da ADI objeto da pesquisa, portanto, adentraremos em seus específicos mais adiante.



aberta, por meio da TV Justiça. Logo, quando um Ministro lê um voto, faz uma intervenção ou discute com outro Ministro, sua fala será recortada e reproduzida nos principais noticiários, sendo vista por milhões de pessoas.

A soma desses fatores propulsiona discussões que, em um primeiro momento, seriam tidas como “*técnicas*” ou de difícil compreensão por grande parte da sociedade não versada no mundo jurídico para o debate cotidiano dos brasileiros. Na literatura, é possível encontrar avaliações negativas e positivas sobre esse fenômeno, não havendo consenso sobre o juízo de valor do impacto causado no STF e nas instituições democráticas como um todo. Por um lado, há defensores de que a popularização dos debates entre os Ministros assegura a transparência e uma efetiva aceitação do Judiciário pela sociedade, uma vez que, ao levar em consideração a “*opinião pública*”, estaria refletindo sobre o impacto social de sua decisão (Falcão, 2015). Contudo, há de se notar que o STF não tem uma popularidade constante e é constantemente rechaçado por posições “*contra majoritárias*”, na qual busca proteger um grupo ou um direito específico em detrimento da “*opinião pública*”.

## INFORMALIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO

Dado esse cenário, um questionamento emerge a respeito da relação entre os fatores destacados. Qual o grau de incidência dos aspectos informais sobre as decisões dos Ministros do STF? Essa problemática representa um desafio empírico. O próprio ambiente institucional onde os Ministros operam, seja ele composto por regras formais ou informais, cumpre um papel na tomada de decisão (Drobak; North, 2004). Conscientes da organização institucional dos poderes e de seu local nessa organização, os Ministros podem então agir de maneira estratégica em suas decisões com um fim específico, sejam elas em sentido estrito (decisões de mérito, nos processos) ou em sentido amplo (manifestações públicas e informais).

Como exemplo desse fenômeno, Marks (1988) argumenta que, como os Magistrados dos Estados Unidos, em teoria, podem ter suas decisões revertidas pelo Congresso, eles julgam de uma forma que suas decisões refletem o contexto jurídico e a possibilidade de reforma da decisão pelo Congresso. Nesse sentido, os juízes estadunidenses, além de terem suas próprias concepções e vieses cognitivos, agem estrategicamente em relação a outros juízes e ambiente institucional, de modo a reafirmarem suas preferências (Epstein; Knight, 1998).

Pesquisas em outras áreas, como Sociologia e Antropologia, têm um histórico de abordar os mecanismos informais de agressão, solidariedade e prestígio que relações interpessoais provocam em relações institucionais (Selznick, 1943). Mesmo em dinâmicas similares ocorrendo dentro do judiciário e das instituições com as quais esse se relaciona, estudos que evidenciem essas relações e seus aspectos informais são raramente propostos e executados.

Análises comparativas de instituições judiciais e comportamentos judiciais surgiram principalmente no contexto de sistemas programáticos, em que políticos competem pelo poder ao endossar determinados valores e plataformas políticas, como tende a ocorrer em democracias ocidentais estáveis. Assim, modelos dominantes de comportamento

judicial assumem que os sistemas políticos e legais são solidariamente institucionalizados, restringindo os juízes por meio de mecanismos e doutrinas aceitas (modelos legais), refletindo preferências ideológicas (modelos atitudinais) ou concebendo os juízes como atores que respondem às preferências de outros atores e ao ambiente institucional circundante (modelos estratégicos). O que esses modelos têm em comum é que presumem um processo racional no qual os juízes seguem preferências políticas pessoais (cf. Baum, 1998, 2006).

A abordagem construtivista considera essas interpretações como uma realidade encenada que trata mais do exercício do poder e da manutenção da ordem social por meio de processos que criam legitimidade do que da tomada de decisão racional e funcional (Peters, 2008; Shapiro, 1981). De fato, é difícil negar que os procedimentos judiciais consideram os juízes apenas como tomadores de decisões profissionais e racionais; o processo judicial ignora que o juiz é “uma entidade com uma biografia<sup>8</sup>” e os laços pessoais desaparecem (Feldman, 2016, p. 66, tradução nossa). A oposição normativa às suposições racionais de que apenas pensamentos e convicções pessoais dos juízes podem importar é um exemplo disso (Epstein; Segal, 2005). Entretanto, por que os atributos pessoais da biografia e da personalidade de um juiz deveriam ser deixados de lado? Isso é ainda mais relevante se levarmos em conta que os modelos dominantes de comportamento judicial se transferem com dificuldade para países fora das democracias ocidentais, às vezes falhando em captar as realidades do comportamento judicial em outros ambientes sociopolíticos (Dyevre, 2010).

Questionamentos sobre o alcance teórico e empírico das abordagens estratégicas e legais dominantes no estudo da política judicial explicam a necessidade de uma abordagem relacional. Por exemplo, o foco nas preferências de políticas legais dos juízes tem sido criticado até mesmo em contextos ocidentais, nos quais estudos sugerem que os juízes podem perseguir diversos objetivos além das políticas legais, como a reputação pessoal com o público (Baum, 2006), progressão de carreira e aspectos pessoais da carga de trabalho e tempo livre (Posner, 2008) ou a manutenção de relações interpessoais com os seus colegas no tribunal (Friedman, 2006). Além disso, muitas suposições, especialmente em relação a como variáveis institucionais e ideológicas influenciam a tomada de decisão judicial, aplicam-se com dificuldade fora do mundo ocidental: estudos comparativos abordam uma série de outros fatores (Kapiszewski *et al.*, 2013), e estudos empíricos frequentemente lutam para reproduzir modelos tradicionais em contextos não ocidentais (Escresa; Garoupa, 2012, Pruksacholavit; Garoupa, 2016). Antropólogos enfatizam a “significância de contextos paralelos [informais]”<sup>9</sup>, moldados por relações informais, mas a comunidade de direito e ciências sociais ainda precisa reconhecer e incorporar o contexto social como parte integrante “do próprio estudo do direito”<sup>10</sup> (Moore, 2015, p. 13, tradução nossa).

Assim, a literatura está destacando a importância de compreender como a informalidade, em particular os fatores relacionais, afeta os sistemas judiciais. Esses estudos reconhecem que práticas formais e informais estão são concomitantes e que as interações pessoais são centrais para a atuação cotidiana do judiciário. O comportamento judicial pode, portanto, ser visto como uma função de como os juízes se relacionam entre si e com indivíduos e grupos no contexto sociocultural ao seu redor.

<sup>8</sup> No inglês original: “an entity with a biography.”

<sup>9</sup> No inglês original: “significance of parallel contexts.”

<sup>10</sup> No inglês original: “the very study of law itself.”

A forma como as dinâmicas relacionais operam dentro, fora e entre os tribunais está se tornando central para a pesquisa sobre o judiciário. Partindo do pressuposto de que os juízes estão inseridos em círculos de interação social – desde a hierarquia judicial e atores políticos até amigos e família –, essa perspectiva sugere que o comportamento judicial e a legitimidade dos tribunais são moldados de maneira crucial pelos fluxos relacionais nas redes sociais e profissionais às quais os juízes pertencem. Ao fazer isso, levanta-se questões sobre o quanto do comportamento judicial é uma questão de características individuais apenas; também complementa as abordagens estabelecidas ao deslocar explicitamente a atenção dos indivíduos para os vínculos entre eles.

## POR UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA: TEORIA ATOR-REDE E O ESTADO

Ao encarar a problemática das relações informais no Poder Judiciário, é necessário debater uma abordagem que tenha condições de evidenciar as dinâmicas das relações sociais retratadas dentro das instituições estatais. A Teoria Ator-Rede (TAR) proporciona uma forma de produção de conhecimento na qual é possível evidenciar “associações” (Latour, 2012) que constituem a lógica interna de funcionamento de diferentes instituições. Além disso, ela também permite uma pesquisa na qual o próprio pesquisador e suas experiências são fundamentais para firmar uma relação de troca com seus interlocutores para “comparar suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento” (Magnani, 2003).

Nesse sentido, há um comprometimento com a descrição e elucidação da complexidade: “toda organização social pode ser pensada como um sistema complexo em evolução, na medida em que gera comportamentos imprevisíveis, não lineares e capazes de produzir resultados múltiplos” (Strathern, 2017, p. 315). Assim, a pesquisa antropológica está comprometida em lidar com a complexidade do seu objeto, tal como a organização estatal.

Bernstein e Mertz (2011) chamam atenção para o fato de que, até recentemente, a pesquisa antropológica sobre o Direito e o Estado esteve voltada sobretudo para seus impactos no cotidiano das pessoas, mas ainda não havia se dedicado ao estudo de seus processos. Uma década depois, podemos afirmar que o campo de pesquisa da Antropologia do Direito já é estabelecido como campo teórico dentro da Antropologia, mas pouco aprofundado e utilizado por operadores do Direito. Bevilaqua (2020) explica que, a partir da década de 1990, com as críticas feitas à noção de um Estado coeso e unitário, as pesquisas antropológicas em instituições estatais ganharam um estímulo importante. Nesse mesmo sentido, Hoag e Hull (2017) debatem como a pesquisa se deslocou de um interesse sobre a natureza do ou sobre o Estado para uma pesquisa das práticas diárias de agentes públicos:

O interesse inicial e contínuo da Antropologia no exótico e não-Occidental significou que, relativamente, os antropólogos não exploraram o tema da burocracia, se comparados com os sociólogos e cientistas políticos. Uma série de trabalhos nessa área continua crescendo, mesmo que tardiamente, e a antropologia da burocracia se encontra em um período de expansão e maturação. [...] **debates sobre a natureza do estado têm levado antropólogos a chamar atenção para as práticas diárias**

**de funcionários do estado em detrimento de narrativas sobre o estado por pessoas usuais ou produzidas pelo próprio estado**<sup>11</sup> (Hoag; Hull, 2017, p. 3-4, tradução nossa, grifos nossos).

O tipo de abordagem comentado por Hoag e Hull, Bevilaqua e outros autores permite não tomar o Direito e o Estado como um ente coeso e unitário, mas observar as formas “cotidianas” de fazer Direito/Estado. A proposta aqui é, por exemplo, pensar como uma política é elaborada, não por meio de sua análise cíclica, canônica na literatura, mas pelas “operações” (Bevilaqua, 2010) que a constituíram: reuniões, apresentações, emoções e outras mais que constituem seu processo de elaboração. Para isso, Teixeira *et al.* (2010) anunciam um cuidado importante ao tratar das instituições estatais, principalmente envolvendo suas narrativas:

Tentar pensar e pesquisar as instituições [do Estado] exige de todos nós o cuidado de não as tomar como um dado da realidade, como um organismo identificável por suas normas, organogramas, edificações, equipes e, numa linguagem mais contemporânea, suas “missões institucionais” (Teixeira *et al.*, 2010, p. 9).

A análise das instituições precisa ser uma que leve em conta suas produções sobre si, mas que não seja pautada nelas. A pesquisa etnográfica, portanto, presta atenção às atividades diárias, documentos oficiais e não oficiais, conversas de corredor, entre outros elementos, para evidenciar as diversas operações que constituem concretamente a existência do Direito e do Estado. Em síntese, a proposta metodológica é tomar como centro da pesquisa as ações e omissões dos operadores do Direito, não seu conteúdo jurídico.

## “JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA” NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Como já mencionado, o STF tem diversas características que justificam uma análise como a proposta aqui. A Constituição Federal de 1988 emergiu de um processo de abertura do regime político após décadas de repressão. Como resultado, o texto constitucional se preocupou em fortalecer as instituições democráticas e fortalecer a independência entre os poderes. Nesse sentido, a Constituição garantiu ao Supremo vias que potencializam a judicialização de temas centrais da política e das relações sociais. Ainda, em razão do agravamento da crise econômica e social, concomitantemente com a existência de grupos sociais que historicamente tiveram seus direitos formalmente garantidos pela Constituição, mas que foram negligenciados pela institucionalidade tradicional, o judiciário performa o papel de garantidor de direitos fundamentais:

A hipertrofia legislativa e a incapacidade do sistema político-decisório de atender às expectativas sociais, foram um dos fatores fundamentais ao florescimento não só da judicialização da política, como da consagração nacional de muitos magistrados (Verbicaro *et al.*, 2018, p. 195).

Quando tratamos da efetivação de direitos fundamentais ou do regramento político, o STF ocupa o papel de tomador da decisão final, uma vez que seu histórico demonstra uma abertura para debater esses temas e o acesso a este é simples e praticamente irrestrito.

<sup>11</sup> No inglês original: “Anthropology’s early and enduring interest in the exotic and non-Western has meant that anthropologists have been relatively quiet on the topic of bureaucracy when compared with sociologists and political scientists. A number of developments in the field are changing this of late, and the anthropology of bureaucracy is in a period of expansion and maturation. On the one hand, debates over the nature of the state have led anthropologists to call for an examination of the everyday practices of state functionaries, rather than focus on narratives about the state from ordinary people and those produced by the state.”

Logo, um fenômeno se desenha, no qual o Poder Judiciário tem uma relação muito mais estreita com seus cidadãos do que estes deveriam ter com o Poder Judiciário e Executivo, que são eleitos diretamente para representar seus jurisdicionados (Verbicaro *et al.*, 2018). Esse fenômeno ficou conhecido, tanto na literatura quanto no vocabulário popular, como a “*judicialização da política*”, na qual o poder judiciário, a partir de meados do século XX, mas mais intensamente a partir dos anos 1990, passou a protagonizar uma posição decisiva na vida política e social das nações democráticas. Apesar de o termo englobar uma série de condutas e eventos distintos do poder judiciário, ele é utilizado para críticas, elogios ou simplesmente como forma de qualificar a atuação do Supremo em casos como os narrados.

Essa relação é explorada por Boa Ventura de Souza Santos *et al.* (1995) como um fenômeno crescente, mas que só acontece por conta de uma relação que os tribunais têm com a população de distanciamento do poder político-econômico que impregna os Poderes Executivo e Legislativo:

Nos países periféricos e semiperiféricos o garantismo esteve, por assim dizer, em crise desde o início. Neste sentido, as responsabilidades políticas do judiciário são menores apenas porque é menor a legitimidade do sistema político no seu conjunto. A relativa irrelevância social dos tribunais é assim o outro lado da distância do sistema político em relação aos cidadãos. **A transferência compensatória da legitimidade está hoje a assumir outra forma**, tanto nos países centrais, como nos semiperiféricos, e com ela desenha-se uma outra função política dos tribunais. Trata-se, como já referimos atrás, da promiscuidade entre o poder econômico e o poder político e do conseqüente caráter criminogênico (sic) da política. Enquanto a transferência compensatória no domínio da corrupção política assina no questionamento do sistema de representação política. **A função de representação substitutiva pode assim vir a sobrecarregar demasiado a capacidade funcional dos tribunais.** (Santos *et al.*, 1995, p. 60-61, grifos nossos).

O Supremo e o Judiciário como um todo assumem, então, esse papel de destaque na política devido ao seu crescente protagonismo ao decidir sobre casos de relevância social e política, passando à frequentar o cotidiano de seus jurisdicionados.

## “SAIA JUSTA PARA O SUPREMO”

A discussão do julgamento de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre (ADI 6524/DF), em termos simples, versava sobre se a reeleição era uma questão *interna corporis* (podendo ser objeto de interpretação pelas próprias casas legislativas) ou se o artigo da Constituição vedava a reeleição. Questões com essa mesma problemática já haviam sido apreciadas pelo Supremo em outros momentos, como a permissão para que Renan Calheiros continuasse no cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, mesmo sendo indiciado pela prática de peculato (2016), e as eleições para as mesas diretoras da Câmara e do Senado serem realizadas por meio de voto secreto (2019).

Além de retratar o tema como um assunto relevante no cenário político nacional, os principais veículos de informações já divulgavam que o STF iria decidir no sentido de “*liberar*” a reeleição. A exemplo disso, em notícia vinculada na Gazeta do Povo em 03/12/2020:

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta sexta-feira (4) se a reeleição dos atuais presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Davi Alcolumbre (DEM-AP), é constitucional ou não. Nos bastidores, **a expectativa é que o STF autorize a reeleição de ambos**, apesar da vedação expressa que

consta da Constituição para a recondução ao cargo numa mesma legislatura. [...] **A expectativa é de que pelo menos seis dos 11 ministros votem a favor** da possibilidade de Alcolumbre e Maia concorrerem à reeleição para seus respectivos cargos (Lima, 2020, grifos nossos).

A fonte do resultado antecipado da ADI era retratada como um espectro que ia desde fontes de “*bastidores*” até uma impressão com base nas decisões passadas dos Ministros em temas similares e o comportamento da corte naquele momento específico. A corte vinha com um cenário de constantes crises internas, parte pela crescente judicialização de tópicos sensíveis (sejam relacionados à efetivação de direitos fundamentais, seja pela “*judicialização da política*”), parte por crises internas. Ambos os fatores foram e continuam sendo potencializados pelos veículos de comunicação em uma relação simbiótica: um caso polêmico é trazido ao STF; esse caso ganha tração na mídia, geralmente porque esta lida com um tema sensível à parte da sociedade; os Ministros internalizam esse debate midiático nos “*autos*”, gerando debates dentro da instituição; a mídia continua a veicular os debates, dessa vez com cada Ministro defendendo um “campo” diferente (Recondo; Weber, 2019).

Contudo, em 2020 o cenário que se desenhava era distinto desse que acompanhou a instituição na década de 2010. Desde o início do governo Bolsonaro, o STF precisou enfrentar uma série de desafios que não havia enfrentado antes: ataques às instituições democráticas, incluindo o próprio tribunal; omissão do governo federal frente à pandemia de covid-19, tensionamento entre os poderes Executivo e Legislativo; entre outros. Por conta da peculiaridade de fácil acesso ao STF, o tribunal foi acionado em diversas vezes a apreciar assuntos que antes nunca haviam sido pautados, posicionando-se, mesmo que de maneira indireta e não intencional, como mediador dos conflitos entre o governo Bolsonaro e o Legislativo. Essa situação conjuntural *sui generis* também provocou mudanças nas formas de operação informais e internas do Tribunal, especialmente no tratamento e nas conversas entre Ministros e no posicionamento da imagem pública do tribunal em redes sociais e veículos de informação. Felipe Recondo e Luiz Weber (2023) descrevem que o período de 4 anos de governo Bolsonaro foi marcado pela unidade do tribunal para poder enfrentar todos esses tópicos sensíveis:

O ciclo iniciado com a eleição de Bolsonaro passou por uma fase de hesitação, seguida de tentativas de acomodamento, e se encerrou com a forte resistência do tribunal unido diante de um presidente com uma agenda autoritária e um projeto de destruição institucional da Corte. O Supremo reagiu a ataques a seus ministros, às vezes pessoais; ao legalismo autocrático (a edição de normas pelo então presidente da República em confronto com a Constituição); ao negacionismo durante a pandemia de covid-19; à organização de tropas golpistas com o propósito de abolir o Estado democrático de direito; ao maquinário do ódio das redes sociais. Foi a voz da instituição, a coesão, as decisões rapidamente chanceladas pela maioria que garantiram a resistência ante a ameaça autoritária. **Forjou-se nesse período uma inédita unidade no tribunal — e foi isso que assegurou sua sobrevivência** (Recondo; Weber, 2023, p. 11-12, grifos nossos).

Contudo, o período do final de 2020 era ainda de transição entre a antiga lógica de operar (das crises internas e divisões internas) para o período de unidade. Isso trouxe tanto aspectos que a mídia e o público esperavam da atuação individual dos Ministros do STF quanto elementos que foram a base para a construção de uma nova lógica de operação do Tribunal. Por conta disso, os veículos de comunicação, além de divulgar o resultado antecipado, também teciam críticas a ele. Das mais variadas críticas, cabe destacar aqui algumas que refletem a distinção entre os campos “*político*” e “*técnico*”:

Na avaliação do cientista político Eduardo Grin, da FGV-SP, a possibilidade de reeleição dos atuais presidentes do Senado e da Câmara “é **mais um capítulo do teatro das sombras que tem rondado Brasília nos últimos anos**”. “Não é apenas uma mudança da regra constitucional o que está em discussão, mas sim a forma como atores políticos se comportam perante as normas jurídicas vigentes. [...] Democracias funcionam não apenas porque limites legais impõe limites aos representantes políticos, mas também porque o respeito a elas importa”. (Soares; Moura, 2020, grifos nossos).

SAIA-JUSTA PARA O SUPREMO [...] Alguns ministros têm classificado o julgamento como uma “saia justa desnecessária”. De um lado, reconhecem que a Constituição é clara em seu artigo 57. Do outro, também admitem que o STF não pode interferir em ações do Poder Legislativo ou mesmo do Executivo. E que, no caso de uma eleição interna entre deputados e senadores, não deveria haver a necessidade de controle de constitucionalidade. Os ministros, em geral, têm defendido que esse tipo de intervenção em outros poderes ocorra apenas diante da possibilidade de dano coletivo irreparável o que, na visão deles, não é o caso das eleições no Congresso. (Lima, 2020).

Temores. Um dos temores no STF é o de que nomes mais imprevisíveis e mais alinhados ao presidente Jair Bolsonaro assumam o comando da Câmara e do Senado, o que poderia resultar em retaliações contra o Judiciário. (Moura, 2020)

Na conversa com o Estadão, Jobim afirmou que a possibilidade de reeleição no Congresso **não deveria nem ser considerada pelo Supremo. “Tem regra expressa na Constituição (contra reeleição)”** (Monteiro, 2020, grifos nossos).

Conforme exemplificado, o caso de Maia e Alcolumbre tiveram essa argumentação atravessada pela literalidade do texto constitucional, que vedaria qualquer possibilidade de reeleição para o mesmo cargo em suas respectivas mesas. Essa distinção é frequentemente mobilizada na mídia e por comentaristas, principalmente nos casos de efetivação de Direitos Fundamentais, nos quais há uma preocupação que o Supremo estaria editando normativas e, portanto, evadindo sua jurisdição. Nessas condições se iniciava o julgamento da Reeleição de Maia e Alcolumbre.

## MAIA E ALCOLUMBRE

O julgamento da ADI não foi julgado no Plenário Físico do STF, mas foi enviado ao Plenário Virtual em 04/12/2020. O Plenário Virtual funciona como uma sessão de julgamento assíncrona: o Ministro relator do caso envia seu voto para o sistema do STF e os outros Ministros “respondem” com seus próprios votos, concordando ou divergindo do voto do relator. O Plenário Virtual é conhecido por ser mais rápido e “*eficiente*”, uma vez que os debates em plenário, para casos de repercussão similar, duravam entre 3 e 4 sessões (dias) para serem finalizados (Sem Precedentes 47, 2020). Contudo, o Plenário Virtual também é conhecido por ter certo distanciamento dos olhos públicos. Nessa modalidade não há leitura de votos dos Ministros, que seria transmitida em rede aberta de televisão, por meio da TV Justiça. Da mesma forma, também não há interjeições e debates entre os Ministros de modo oral, ainda que haja a possibilidade de os Ministros remeterem aos votos anteriores em seus votos escritos. As decisões e os votos têm o mesmo grau de publicização que uma decisão proferida em Plenário, mas sua veiculação na mídia é feita sem os “cortes” de vídeos das discussões entre os Ministros.

Exemplo recente de outro caso de alta relevância política e social que foi pautado no Plenário Virtual foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442,

que debate a descriminalização do aborto. Diferentemente do julgamento da ADI, somente foi lançado o voto da Ministra Rosa Weber, relatora do caso, que se aposentaria poucos dias após o início do julgamento. Assim como a ADI, um caso de relevante discussão na sociedade civil e entre os Ministros é esperado que seja pautado em Plenário, onde as discussões são acompanhadas em sua íntegra e, em tese, os Ministros trabalham em conjunto para alcançar uma tese jurídica unitária acerca do caso debatido. Isso se observou subsequentemente no caso da ADPF, que foi posteriormente encaminhada para julgamento em Plenário após destaque apresentado pelo Ministro Luís Roberto Barroso.

Após o prazo de 10 dias para o julgamento em Plenário Virtual, sobreveio o resultado de 7x4 e 6x5 para “dar interpretação conforme a Constituição ao art. 59 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e ao art. 5º, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), assentando a impossibilidade de recondução dos presidentes das casas legislativas para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura” (Brasil, ADI 6524/DF, 2021), vedando assim a possibilidade de reeleição de Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, respectivamente. Após o proferimento do resultado, alguns veículos de informações e comentaristas do STF expressaram a “surpresa” com os votos dos Ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, que foram indicados como votos favoráveis à tese do relator pelas conversas de “bastidores”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao delimitar a proposta deste artigo na introdução e parte na discussão bibliográfica, destacamos que o judiciário merece ser estudado sob a perspectiva de seus operadores e suas dinâmicas informais. Essa abordagem se justifica por evidenciar comportamentos que, em uma análise tradicional, são descartados por se tratarem de subjetivismos, mas possuem o condão de moldar instituições decisórias, especialmente do judiciário. Nesse sentido, como visto, o julgamento de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre possui inúmeros aspectos que evidenciam tais lógicas informais: as oposições entre diversos campos de “*técnico*” e “*político*”, as dinâmicas da política nacional, as opiniões “*fora dos autos*”, a dinâmica do Plenário e da Sessão Virtual, entre outros sequer explorados aqui.

Embora a dimensão informal da política judicial em muitas partes do mundo tenha sido amplamente reconhecida, seu aspecto relacional até agora recebeu pouca atenção sistemática. Isso se deve, em parte, à dificuldade de mapear e analisar as redes complexas e dinâmicas que influenciam o comportamento dos operadores do Direito. No entanto, ao analisar o caso narrado, identificamos uma perspectiva relacional baseada em redes para estudar instituições judiciais e comportamento judicial, o que representa um avanço significativo no campo.

Essa abordagem relacional complementa as perspectivas tradicionais na política judicial, que frequentemente focam em fatores formais, como legislação, estrutura institucional e processos formais de tomada de decisão. Ao reconhecer a importância geral das relações informais em organizações formais, essa nova perspectiva oferece uma visão mais holística e abrangente do funcionamento do sistema judicial. Ela observa os tipos de redes às quais os operadores do Direito pertencem, incluindo conexões com colegas, atores políticos, imprensa, entre outros. Além disso, pode ser examinado como essas redes



variam em seus efeitos sobre a tomada de decisões judiciais, a manutenção da autonomia judicial e a legitimidade da instituição judiciária. Por exemplo, instituições inseridos em redes fortes e coesas podem ter mais suporte e recursos para resistir a pressões externas, mantendo sua autonomia e reforçando a legitimidade de suas decisões. Em contrapartida, as redes fragmentadas ou com conexões conflitantes podem enfrentar maiores desafios para manterem sua independência.

A perspectiva relacional também permite a identificação de padrões de influência e poder dentro do sistema judicial, revelando como certas redes podem facilitar ou obstruir a justiça. Ao mapear essas redes, podemos entender melhor os mecanismos informais que moldam a prática judicial e desenvolver estratégias para fortalecer a integridade e a eficácia das instituições judiciais. Em suma, a adoção de uma abordagem relacional baseada em redes para estudar instituições judiciais e comportamento judicial representa um avanço importante para o campo, proporcionando elementos valiosos sobre os aspectos informais que influenciam a justiça.

## REFERÊNCIAS

- BAUM, L. **Judges and their audiences: a perspective on judicial behavior**. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BAUM, L. **The puzzle of judicial behavior**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. **Burocracia, criatividade e discernimento: lições de uma cafeteira desaparecida**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 63, n. 3, 2020, p. 1-21.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. **Sobre a fabricação contextual de pessoas e coisas: as técnicas jurídicas e o estatuto do ser humano após a morte**. Mana: Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 7-29, abr. 2010.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6524/DF**. Relator: Ministro Gilmar Mendes, j. 14 dez. 2021. Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF, n. 64, 05 abr. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346078247&ext=.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- DOUGLASS, N. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DROBAK, J. N.; NORTH, D. C. **Understanding Judicial Decision-Making: the Importance of Constraints on Non-Rational Deliberations**. Journal of Law & Policy, n. 865, p. 131-152, 2004.
- DYEVRE, A. **Unifying the field of comparative judicial politics: towards a general theory of judicial behaviour**. European Political Science Review, v. 2, p. 297-327, 2010.
- EPSTEIN, L.; KNIGHT, J. **The choices judges make**. Washington, D.C.: CQ Press, 1998.
- EPSTEIN, L.; SEGAL, J. A. **Advice and consent: the politics of judicial appointments**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ESCRESA, L.; GAROUPA, N. **Judicial politics in unstable democracies: the case of the Philippine Supreme Court, an empirical analysis 1986–2010**. *Asian Journal of Law and Economics*, v. 3, p. 1-37, 2012.

FALCÃO, Joaquim. **O Supremo: compreenda o poder, as razões e as consequências das decisões da mais alta Corte do Judiciário no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

FELDMAN, A. **The sirens' song: speech and space in the courthouse**. *Curating*, v. 9, p. 64-78, 2016.

FRIEDMAN, L. M. **Judging the judges: some remarks on the way judges think and the way judges act**. In: DROBAK, J. N. (Org.). *Norms and the law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 139-160.

HOAG, Colin; HULL, Matthew. **A Review of the Anthropological Literature on the Civil Service. Policy Research Working Paper 8081**. World Bank, Development Research Group, Impact Evaluation Team, 2017.

KAPISZEWSKI, D.; SILVA, L. A. R.; INGRAM, M. **Consequential courts: judicial roles in global perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: Uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

LIMA, Wilson. **STF tende a liberar a reeleição de Maia e Alcolumbre no Congresso**. *Gazeta do Povo*, Brasília, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/stf-reeleicao-maia-alcolumbre-julgamento/>. Acesso em: 24 mai. 2024.

MAGNANI, J. G. C. **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 15, n. 1, 2003.

MARKS, Brian A. **A model of judicial influence on congressional policymaking: Grove City College v. Bell**. Working Paper in Political Science, Hoover Institution, p. 88-7, 1988.

MONTEIRO, Tania. **Ex-ministro, Nelson Jobim se diz 'perplexo' com discussão sobre reeleição de Maia e Alcolumbre**. *Estadão*, São Paulo. 04 dez. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/ex-ministro-nelson-jobim-se-diz-perplexo-com-discussao-sobre-reeleicao-de-maia-e-alcolumbr/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

MOORE, S. F. **An unusual career: considering political/legal orders and unofficial parallel realities**. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 11, p. 1-14, 2015.

MOURA, Rafael Moraes. **STF barra reeleição de Maia e Alcolumbre**. *Estadão*, São Paulo. 7 dez. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/stf-barra-reeleicao-de-maia-e-alcolumbre/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

PETERS, G. B. **Institutional theory in political science: the new institutionalism**. 2. ed. New York: Continuum, 2008.

POSNER, R. A. **How judges think**. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

PRUKSACHOLAVIT, P.; GAROUPA, N. **Patterns of judicial behavior in the Thai Constitutional Court, 2008–2014: an empirical approach**. *Asian Pacific Law Review*, v. 24, p. 16-35, 2016.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **O tribunal**: Como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária. São Paulo: Companhia das Letras, ed. Kindle, 2023.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **Os Onze**: o STF, seus bastidores e suas crises. São Paulo: Companhia das Letras, ed. Kindle, 2019.

SANTOS, Boa Ventura de Souza; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 65, nov. 1995.

SELZNICK, P. **An approach to a theory of bureaucracy**. *American Sociological Review*, v. 8, n. 1, p. 47-54, 1943.

**SEM PRECEDENTES 47**: Os bastidores e o jogo político no STF após o julgamento sobre reeleição no Congresso. [Locução de:] Juliana Cesario Alvim, Diego Werneck, Thomaz Pereira, Felipe Recondo. Brasília: JOTA, dez. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4XIZvhOISlioCgU0QvquaP?si=3cc1a1a5084c41d9>. Acesso em 27 mai. 2024.

SHAPIRO, M. **Courts**: a comparative and political analysis. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

SOARES, Jussara; MOURA, Rafael Moraes. **Maia se junta a Alcolumbre em articulação com ministros do STF para reeleição no Congresso**. Estadão, São Paulo. 25 ago. 2020. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/maia-se-junta-a-alcolumbre-em-articulacao-com-ministros-do-stf-para-reeleicao-no-congresso/>. Acesso em: 28 mai. 2024.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo. Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais. In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo (org.). **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019. p. 7-24.

VERBICARO, Dennis; VERBICARO, Loiane Prado; MACHADO, Ana Victória Delmiro. **A Sociedade Juridificada e o Desmoronamento Simbólico do Homem Democrático: Relações entre Judiciário, Mídia e Opinião Pública**. *Revista Jurídica*, v. 53, n. 4, out. 2018.

## Videogames e suas Comunidades Inovativas

### Video Games and Their Innovative Communities

**Paulo Pires de Avila**

*Estudante do programa de pós-graduação Stricto Sensu em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle*

**Ingridi Vargas Bortolaso**

*Doutora em Administração. Professora e Pesquisadora Permanente vinculada aos Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais e Educação na Universidade La Salle*

**Maria de Lourdes Borges**

*Doutorada em Administração. Professora e Pesquisadora Permanente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais*

#### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as comunidades orbitantes aos videogames, enquanto comunidades inovativas. Dada a crescente penetração dos videogames no mercado de entretenimento e a crescente presença deles na vida diária dos brasileiros, além da popularização das plataformas de live stream, como a Twitch e o YouTube, surgiram comunidades que, ao longo do seu processo de construção, se diferenciam das outras.<sup>2</sup> Porém, surgem questionamentos acerca delas: quais fatores influenciam na formação das comunidades? Como se dá o processo criativo e inovador espontâneo em seu cerne? Como as comunidades impactam na identidade, tanto do indivíduo quanto do grupo? A partir da análise de autores da área da memória, antropologia, inovação e cultura, como Halbwachs (2006), Candau (2009) e Kirschbaum *et al.* (2009), tais questionamentos começam a ter uma possível interpretação. Assim, analisar as comunidades de videogames enquanto comunidades inovativas torna-se essencial para compreender seu impacto na identidade e no processo criativo do grupo. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, a presente pesquisa também utiliza dados de forma quali-quantitativa para conceituar o leitor ao panorama da indústria de videogames no mundo, visando dar uma base para a importância do tema.

**Palavras-chave:** memória; identidade; videogames; inovação; criatividade.

#### ABSTRACT

This paper aims to analyze the communities orbiting around video games as innovative communities. Given the increasing penetration of video ga-



mes in the entertainment market and their growing presence in the daily lives of Brazilians, along with the popularization of live streaming platforms such as Twitch and YouTube, communities have emerged that, throughout their construction process, differentiate themselves from others. However, questions arise about them: What factors influence the formation of these communities? How does the spontaneous creative and innovative process occur at their core? How do these communities impact the identity of both the individual and the group? Through the analysis of authors in the fields of memory, anthropology, innovation, and culture, such as Halbwachs (2006), Candau (2009), and Kirschbaum *et al.* (2009), these questions begin to find possible interpretations. Thus, analyzing video game communities as innovative communities becomes essential to understanding their impact on identity and the group's creative process. Through bibliographic and documentary research, this study also uses qualitative and quantitative data to provide the reader with an overview of the video game industry worldwide, aiming to establish a foundation for the importance of the topic.

**Keywords:** memory; identity; video games; innovation; creativity.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que o mercado econômico global, da área de videogames, está em contínua ascensão e reviravoltas que ocorrem por meio da oferta de inovações de recursos. Apesar de ser um setor que teve seu início em 1947, conforme pontua o autor Castilho (2015), a ascensão da indústria dos videogames em meio a gigantes como o cinema, televisão e música só foi ocorrer a partir da década de 70 com o lançamento do game Pong da empresa Atari.

Desde a década de 70 até os dias atuais ocorreram várias mudanças no setor. Dos ambientes coletivos, para a residência de cada jogador, conectados via internet. De jogos 2D com personagens ou elementos poligonais para produções com interface gráfica de alta resolução, e escopos milionários (como Red Dead Redemption<sup>1</sup>). A indústria dos videogames evoluiu e superou em faturamento outros gigantes no mercado global.

Segundo a Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2022–2026 (PWC, 2022), o setor de videogames continua em constante crescimento. Em 2021, a receita total do setor foi de US\$ 215,6 bilhões, com previsão de crescimento até US\$ 321,1 bilhões em 2026. Em comparação com os outros setores de entretenimento, como cinema e música, o setor de videogames apresenta uma receita anual muito maior. Em 2019, por exemplo, a indústria do cinema mundial teve um faturamento de US\$ 45,1 bilhões, enquanto os videogames tiveram receita de US\$ 162,4 bilhões.

Deve-se ressaltar também o impacto da pandemia da COVID-19 sobre indústrias criativas<sup>3</sup> altamente ligadas ao meio presencial. Tornando a usar o exemplo do cinema, ele teve uma queda de aproximadamente 72,5% no seu faturamento no início da pandemia (2020) globalmente (PWC, 2022). Por outro lado, setores que possuem a característica remota, como os videogames ou os streamings de vídeo, tiveram sua taxa de crescimento acelerada.

<sup>1</sup> Live stream: Transmissão ao vivo, acessada sob demanda pelo usuário.

No Brasil, a situação não é diferente. O crescimento da indústria, inclusive, apresenta uma previsão de crescimento ainda maior para os próximos anos. Entre os fatores que colaboraram para esse indicador, pode-se citar o alto consumo de videogames no país. Por ser o maior mercado de videogames da América Latina e o terceiro maior mercado consumidor de videogames do mundo, o setor tende a crescer cada vez mais (SICT, 2022). A indústria criativa de videogames no mundo e no Brasil, portanto, são de grande porte e estão em crescimento contínuo. Desta maneira, entender o impacto dos videogames na vida das pessoas torna-se cada vez mais necessário.

## DESENVOLVIMENTO

Visando elucidar os pilares nos quais o restante da pesquisa se baseará, os subtópicos seguintes abordarão os principais conceitos, como memória e inovação, bem como sua presença nas comunidades *gamer*.

Memória, apesar de ser uma palavra comum e frequentemente usada para descrever a capacidade de lembrar — datas, nomes, eventos, entre outros — ela passou a ser tratada, em um âmbito acadêmico e sociológico, de forma diferente. Não apenas na capacidade de lembrar, mas nas relações com o entorno e o coletivo. Nesse aspecto, pode-se dizer que um indivíduo nunca está sozinho, ao levar consigo todas as pessoas — dentre os grupos sociais aos quais pertence — que formaram sua memória e sua forma de observar o mundo (Halbwachs, 2006). Consequentemente, a definição de “memória coletiva” foi criada pelo autor para descrever esse fenômeno. Dessa forma, a memória, ao ser analisada sob uma perspectiva coletiva e sociológica, se consolida como um fenômeno social interativo que modela e é moldada pelas relações, experiências e identidades compartilhadas, demonstrando como o indivíduo está intrinsecamente conectado ao seu grupo através das memórias que carrega consigo e das recordações dos momentos vividos.

As lembranças são parte constituinte e essencial da memória. Nesse âmbito, Joël Candau criou o conceito de “metamemória”, que se trata da ressignificação das lembranças a partir do presente vivo e vivido pelo grupo ou indivíduo (Candau, 2009). Além disso, o autor afirma que a metamemória é uma “[...] dimensão essencial da construção da identidade individual ou coletiva” (Candau, 2009, p.51).

A recordação, entretanto, não ocorre para todos os momentos vividos. Apenas lembranças específicas, que se “encaixam” com o momento, são revisitadas e ressignificadas. Segundo Halbwachs (2006), esse “encaixe” ocorre mediante uma “semente de rememoração”, a qual é necessária para que as lembranças se unam de forma consistente e significativa para o presente (Halbwachs, 2006). Caso essa semente não exista, o autor afirma que “nós nos sentimos inteiramente incapazes de lhe construir uma parte qualquer; aqueles que no-la descrevem poderão faremos um quadro vivo dela, mas isso não será jamais uma lembrança” (Halbwachs, 2006, p. 28).

Em um contexto similar, Candau (2009) trabalha com o conceito de “sociotransmissor”, objetos, seres, produções, entre outros, que favorecem as conexões entre indivíduos por evocar memórias e sentimentos compartilhados entre eles (Candau, 2009). Assim, ao evocar as memórias, os sociotransmissores auxiliam a conexão do grupo e o estabelecimento de uma identidade concisa. Esse processo ocorre através da evocação das memórias do

grupo, bem como das emoções envolvidas. Em meio a tantos conceitos e aplicações da memória e influências identitárias, torna-se importante entender como eles se aplicam na prática. A presente pesquisa, portanto, visa entender como é a construção identitária dos jogadores enquanto pertencentes às comunidades inovativas.

A articulação teórica desta pesquisa se fundamenta em conceitos-chave que proporcionam a base para sustentação da análise das comunidades gamers enquanto comunidades inovativas. Desta forma, os conceitos norteadores referem-se a memória coletiva, identidade e inovação, além de explorar as dinâmicas sociais e culturais que emergem do universo dos videogames. O quadro 1, tem como função sintetizar os principais fundamentos teóricos que orientam o estudo, organizando os conceitos, autores, e suas contribuições para a compreensão dos processos de formação, interação e inovação nas comunidades gamers.

**Quadro 1 - Conceitos, autores e contribuições para pesquisa.**

<b>Tópico</b>	<b>Conceito/Definição</b>	<b>Autores</b>	<b>Contribuição à Pesquisa</b>
<b>Memória Coletiva</b>	Fenômeno social interativo que conecta o indivíduo ao coletivo através de memórias compartilhadas.	Meio-dia (2006)	Fundamenta a ideia de comunidades gamers como espaços de construção de identidade coletiva.
<b>Metamemória</b>	Ressignificação de lembranças baseadas no contexto atual vivido por grupo ou indivíduo.	Candau (2009)	Explica como a memória influencia a identidade e os processos criativos nos jogos e nas comunidades gamers.
<b>Sociotransmissores</b>	Objetos ou eventos que evocam memórias e conectam os indivíduos dentro de um grupo.	Candau (2009)	Mostra como elementos dos jogos, como personagens e criadores de conteúdo, fortalecem as conexões e identidades coletivas.
<b>Inovação Social</b>	Processos criativos que envolvem e crescem com os atores, melhorando melhorias e resolução de problemas sociais.	Bignetti (2011)	Ajuda a compreender como as comunidades gamers geram inovação além da tecnológica.
<b>Memória e Inovação</b>	A memória molda e ressignifica situações presentes, possibilitando abordagens únicas e criativas.	Karpinski e Cândido (2019)	Enfatiza o papel das comunidades em desenvolver formas inovadoras de comunicação e interação.
<b>Cultura Gamer</b>	Espaço de socialização, construção de gírias e formas de agir, gerando senso de pertencimento.	CBDU (2021), exemplos empíricos	Análise da relevância cultural dos videogames na formação de comunidades com identidade própria.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise do quadro 1, verifica-se a inter-relação entre memória, identidade e inovação nas comunidades gamers, apontando como esses elementos estruturam os processos criativos e sociais observados nesse contexto. A base teórica reafirma a importância de se compreender o papel dos videogames não apenas como produtos de entretenimento, mas como catalisadores de mudanças culturais e sociais.

### **Abordagem Metodológica**

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão narrativa como estratégia para explorar e consolidar os fundamentos teóricos que sustentam a análise das comunidades gamers enquanto comunidades inovativas. Esse tipo de revisão se

caracteriza pela abordagem ampla e descritiva dos temas investigados, priorizando a contextualização e interpretação das contribuições teóricas disponíveis na literatura. Essa estratégia metodológica, ao contrário de métodos sistemáticos, não se limita a critérios rigorosos de inclusão e exclusão de estudos, mas busca integrar diferentes perspectivas teóricas e empíricas, permitindo uma visão abrangente do fenômeno em estudo. Neste sentido, a escolha por essa estratégia justifica-se pela complexidade e transversalidade do tema, que envolve conceitos provenientes de diversas áreas, como memória social, antropologia, inovação e cultura gamer.

Na presente pesquisa, foram revisados autores como Halbwachs (2006), Candau (2009), Bignetti (2011) e Karpinski e Cândido (2019), cujas obras oferecem bases sólidas para compreender os processos de formação identitária, socialização e criatividade nas comunidades gamers. Portanto, a revisão narrativa não apenas organiza e interpreta os conceitos essenciais à pesquisa, mas também direciona a análise para a compreensão das dinâmicas que tornam essas comunidades espaços de inovação e transformação cultural.

## Games e suas Comunidades

Seria errôneo pensar em todos os jogadores como apenas um grupo imutável e com os mesmos hábitos. Bem como a própria indústria dos videogames, existem algumas subdivisões nas quais os jogadores podem transitar. Jogadores casuais, que preferem jogos single-player e/ou cooperativos, ou jogadores competitivos, os quais normalmente jogam videogames focados em combate contra outros jogadores e na alta performance e entrega. Todavia, muitas vezes os jogadores competitivos jogam com amigos ou pessoas próximas, gerando momentos de descontração e, conseqüentemente, lazer. Assim, estar em um grupo não impossibilita o jogador de estar em outros ao mesmo tempo, ou ainda oscilando entre jogos casuais e competitivos, conforme o período de sua vida, mas é perspicaz estabelecer essa distinção.

Visando atingir ambos os públicos, diversas marcas de outros setores no Brasil estão investindo em propagandas que tragam os seus produtos para o cotidiano dos jogadores. Um exemplo foi o grupo Heineken, que no ano de 2023 lançou a primeira propaganda destinada aos jogadores. A propaganda começa com quatro pessoas exercendo atividades diferentes, saindo do ringue de luta, do cabeleireiro, do escritório e de uma orquestra. Quando chegam a suas casas, os jogadores pegam suas cervejas e começam a jogar juntos. Segundo a empresa, a propaganda aborda “[...] momentos divertidos entre amigos, comuns na cultura gamer”, trazendo os videogames como “[...] importante momento de socialização” (Heineken, 2023).

A socialização nos videogames também é um fator impactante e presente na memória coletiva dos jogadores. Mesmo os jogadores casuais trocam conhecimentos sobre os videogames com outros, dão suas opiniões, ou cooperam com amigos para atingir um objetivo, assim socializando. Ao utilizar esse tema, vinculado com o lazer, a diversão ao jogar e o produto, a propaganda apresenta uma realidade familiar aos jogadores, evocando aspectos da memória vividos por eles. Não só a Heineken, mas diversas empresas de bancos, emissoras, jornais, entre outros, vêm investindo nessa área que só cresce no Brasil e no mundo.



Além da socialização promovida nos jogos, os criadores de conteúdo, principalmente os streamers, também desempenham um papel na criação e manutenção de comunidades. Essas comunidades desenvolvem formas de comunicação, gírias e formas de agir diferentes que tornam o grupo mais unido e conciso. Atuando como os sociotransmissores nesse exemplo, os criadores de conteúdo compartilham momentos com os espectadores, gerando sentimentos similares aos produzidos pelos videogames ao passarem por situações que também evocam memórias.

## Comunidades Inovativas

Envoltos por um ambiente em crescimento e construção recente, devido às evoluções tecnológicas, os jogadores se veem em grupos e comunidades que, há algumas décadas, não se concebia como possível. Desde contatos com outros membros da comunidade por meio de mensagens de texto ou áudio em transmissões ao vivo até a criação e manutenção de grupos de amigos(as), os videogames têm o poder de formar comunidades que respiram e vivem a inovação — de forma orgânica.

A inovação acima mencionada não remonta ao conceito amplamente difundido de “inovação tecnológica”, se assemelhando muito mais às “inovações sociais”. De acordo com Bignetti (2011), a inovação tecnológica trata-se do processo criativo aplicado ao mercado, visando a diferenciação e competitividade. Em outra linha, as inovações sociais são processos de construção social que envolvem e crescem com seus atores, visando melhorias e resoluções de problemas enfrentados.

Apesar de ser rodeado por inovações tecnológicas, visto a área de conhecimento da tecnologia, as comunidades de jogadores desempenham papéis muito similares aos da inovação social — diferenciando-se apenas em objetivos. Enquanto no conceito de Bignetti (2011) de inovação social a comunidade se reúne já visando solucionar um problema comum a todos, nas comunidades de jogadores são justamente os videogames e/ou personagens que fomentam as suas formações e perpetuações. Exemplificando o conceito de sociotransmissores de Candau (2009), pode-se considerar os videogames, personagens, criadores de conteúdo, objetos relacionados, entre outros, como tais. Ao proporcionarem a conexão do grupo e a geração de identidade, seja em uma comunidade específica ou como gamer evocam memórias e emoções — gerando um sentimento de pertencimento.

Não apenas em uma visão identitária, a memória da comunidade é essencial. Conforme afirmam Karpinski e Cândido (2019), a memória consegue gerar inovação, pois ressignifica-se e molda-se para o problema ou situação presente, abordando-o possivelmente de maneira única e inovadora. Tal afirmação se concretiza na formação de comunidades com formas de comunicação únicas e reconhecidas entre os membros do grupo. A frase a seguir possui diversos termos relacionados ao videogame *League of Legends* e amplamente utilizados em suas comunidades: “*No early game, deram engage e divaram a equipe inimiga durante um gank*”. De autoria própria, visto que o autor é parte integrante de algumas dessas comunidades, e baseando-se também no glossário elaborado pela CBDU (2021), percebe-se que o entendimento da mensagem depende intrinsecamente do pertencimento do indivíduo a alguma comunidade relacionada.

Além das inovações na área comunicativa, os videogames e suas comunidades também trazem sua bagagem e conhecimento para outras áreas, mostrando novas formas de abordagem e resolução. Assim, as comunidades de videogames têm uma grande força inovativa que aumenta cada vez mais.

## Análise e Discussão dos Resultados da Pesquisa

Para aprofundar a análise teórica e prática, o quadro 2 relaciona os conceitos centrais apresentados no referencial teórico com os principais achados identificados nas seções “Games e suas Comunidades” e “Comunidades Inovativas”. Essa relação destaca como os elementos teóricos sustentam as observações empíricas e interpretativas da pesquisa, evidenciando as conexões entre memória, identidade, socialização e inovação no contexto das comunidades gamers.

**Quadro 2 - Conceitos Centrais.**

<b>Tópico Teórico</b>	<b>Jogos e suas Comunidades</b>	<b>Comunidades Inovadoras</b>
<b>Memória Coletiva</b>	A socialização nos jogos promove uma memória compartilhada, fortalecida pelas interações entre jogadores e criadores de conteúdo.	Videogames e personagens atuam como elementos de memória coletiva, conectando os membros da comunidade e fortalecendo seu senso de pertencimento.
<b>Metamemória</b>	Experiências vívidas pelos jogadores são ressignificadas no presente, contribuindo para a construção de identidade individual e coletiva.	A ressignificação de memórias fomenta inovação social, criando abordagens únicas para resolução de problemas e interação no grupo.
<b>Sociotransmissores</b>	Elementos como gírias, estilos de jogo e conteúdo produzidos por streamers são identificados como transmissores que fortalecem laços e constroem uma identidade gamer compartilhada.	Videogames e criadores de conteúdo operam como desenvolvimentos para conexões dentro das comunidades, fomentando sentimentos de pertencimento e coesão social.
<b>Inovação Social</b>	Formas de socialização nos jogos geram novas dinâmicas culturais, como a criação de gírias e expressões exclusivas ao grupo, destacando a dimensão criativa das comunidades.	Comunidades gamers desenvolvem formas espontâneas de inovação, baseadas em interações sociais e culturais, superando o conceito tradicional de inovação tecnológica.
<b>Memória e Inovação</b>	O compartilhamento de experiências no contexto gamer molda a forma como os jogadores se comunicam e resolvem desafios, criando padrões inovadores de interação.	A ressignificação das memórias no grupo gera soluções criativas e identidade única, como as formas de comunicação observadas em jogos como <i>League of Legends</i> .
<b>Cultura Gamer</b>	As comunidades se estruturam em torno de práticas sociais como o lazer e a troca de conhecimento, ou que tornam espaços de socialização e construção de identidade coletiva.	Comunidades inovadoras se destacam como espaços orgânicos de transformação cultural, com práticas sociais únicas e adaptação constante a novas realidades e desafios.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 2 demonstra como os conceitos teóricos são traduzidos nas práticas e dinâmicas das comunidades gamers, consolidando a ideia de que esses espaços são mais do que simples agrupamentos de indivíduos. Eles se configuram como comunidades inovativas, onde a memória coletiva e os sociotransmissores desempenham papéis fundamentais na criação de identidades, na socialização e no desenvolvimento de soluções criativas. Esses achados reafirmam a relevância das comunidades gamers enquanto agentes de transformação cultural e social no cenário contemporâneo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os videogames estão cada vez mais presentes na realidade dos brasileiros e do mundo. Nas últimas décadas, o setor ganhou grande porcentagem do mercado global de entretenimento (PWC, 2022) e —consequentemente— os videogames ocuparam lugar na vida de cada vez mais pessoas. Por meio das conexões feitas através e durante os videogames, formou-se uma memória coletiva, bem como o impacto em suas identidades enquanto jogadores.

A metamemória atua para ressignificar essas memórias, afetando a maneira como agem e percebem o mundo à sua volta, sendo as expressões e maneiras de comunicar um exemplo desses impactos. Para fortalecer o sentimento de identidade e coesão da memória coletiva, os sociotransmissores atuam para unir os grupos, desde elementos dos videogames até criadores de conteúdo, através de suas transmissões e vídeos.

Por meio e a partir dessa memória, novas realidades desabrocham, sendo as comunidades condutoras de inovações espontâneas e naturais, tanto na forma de comunicação como em outros âmbitos da sociedade. Assim, a memória coletiva e a identidade dos jogadores estão em constante ressignificação e transformação, moldando como encaram novos desafios e realidades e levando a novas situações inovadoras.

## REFERÊNCIAS

BIGNETTI, Luiz Paulo. **As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v.47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011. doi: 10.4013/csu.2011.47.1.01. Disponível em: <[https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/1040?gclid=Cj0KCQjwuZGnBhD1ARIsACxbAVilG7n047rILxql45TNEJsB1dJg26YAxI-8JpcuTmFxFgMRk48QimwYaAmGsEALw\\_wcB](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040?gclid=Cj0KCQjwuZGnBhD1ARIsACxbAVilG7n047rILxql45TNEJsB1dJg26YAxI-8JpcuTmFxFgMRk48QimwYaAmGsEALw_wcB)>. Acesso em: 09 novembro. 2023.

CANDAU, Joël. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade**. 2009. Disponível em: [http://lasmic.unice.fr/PDF/candau\\_article-10.pdf](http://lasmic.unice.fr/PDF/candau_article-10.pdf). Acesso em 25 maio. 2023.

CASTILHO, Adolfo do Nascimento. **Indústria de Videogames**. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA - Assis, 2015. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211390345.pdf>. Acesso em: 26junho. 2023.

CBDU. **Glossário League of Legends: Conheça as Gírias do Jogo**. Disponível em: <https://www.cbdu.org.br/glossario-league-of-legendes-conheca-as-girias-do-jogo>. Acesso em: 09 de novembro de 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. por Laís T. Benoir. São Paulo: Centauro, 2006.

HEINEKEN. **Nem toda rodada é lá fora**: Heineken lança primeira campanha de videogames da marca produzida no Brasil. Heineken Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.heinekenbrasil.com.br/noticias/nem-toda-rodada-e-la-fora-heineken-lanca-primeira-campanha-de-games-da-marca-produzida-no-brasil>. Acesso em: 13/07/2023.

KARPINSKI, C.; CÂNDIDO, A. C. **Memória e inovação: uma aproximação necessária**. Ciência da Informação, Brasília, v. 48, n. 2, p. 89-102, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4742/4169>. Acesso em: 30 jun. 2023.

KIRSCHBAUM, Charles, *et al.* **Indústrias Criativas no Brasil**. São Paulo:Atlas, 2009.

PWC. **Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia 2022–2026**. 2022. Rio de Janeiro: PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda, 2022. Disponível em: <https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/entretenimento-midia/2022/GEMO-2022.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2023.

SICT, Secretaria da Inovação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Guia de diretrizes e estratégias: Programa GameRS (2022-2030)**. 2022. Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://inova.rs.gov.br/upload/arquivos/202206/02165428-guia-de-diretrizes-estrategicas.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

# Guardiões da Memória: Histórias de Vida pelo Alecrim FC

## Guardians of Memory: Life Stories through Alecrim FC

**Lucas Eduardo da Silva**

*Graduando em Humanidades. Universidade do Rio Grande do Norte / Instituto Humanitas de Estudos Integrados*

**Lucas Fernandes de Moura**

*Graduando em Humanidades. Universidade Do Rio Grande do Norte / Instituto Humanitas de Estudos Integrados*

**Thiago Chellappa**

*Doutor em Ciência e Engenharia de Materiais. Universidade do Rio Grande do Norte / Instituto Humanitas de Estudos Integrados*

**Zeno Moura**

*Graduando em Humanidades. Campus Universitário Lagoa Nova. Universidade do Rio Grande do Norte / Instituto Humanitas de Estudos Integrados*

**Douglas Araujo**

*Doutor em História. Universidade do Rio Grande do Norte / Instituto Humanitas de Estudos Integrados*

### RESUMO

Este estudo apresenta o projeto de extensão “Guardiões da Memória: Histórias de Vida pelo Alecrim FC”, realizado no dia 22 de agosto de 2024, com o objetivo de preservar e divulgar a história do Alecrim Futebol Clube, um dos clubes mais tradicionais do Rio Grande do Norte. Inspirado nas teorias de Maurice Halbwachs sobre memória coletiva, Paulo Freire sobre comunicação dialógica, e Bell Hooks sobre pedagogia comunitária, o projeto registrou e compartilhou as memórias de ex-jogadores, dirigentes e torcedores, fortalecendo a identidade cultural do clube e de sua comunidade.

**Palavras-chave:** Alecrim Futebol Clube; memória coletiva; projeto de extensão; comunidade; identidade cultural.

### ABSTRACT

This study presents the extension project “Guardians of Memory: Life Stories Through Alecrim FC,” conducted on August 22, 2024, with the aim of preserving and promoting the history of Alecrim Futebol Clube, one of the most traditional clubs in Rio Grande do Norte. Inspired by Maurice Halbwachs’ theories on collective memory, Paulo Freire’s dialogical communication, and Bell Hooks’ community pedagogy, the project recorded and sha-



red the memories of former players, managers, and fans, strengthening the cultural identity of the club and its community.

**Keywords:** Alecrim Futebol Clube; collective memory; extension project; community; cultural identity.

## INTRODUÇÃO

A memória coletiva, conceito discutido nas ciências sociais, refere-se às impressões e registros de momentos significativos que são compartilhados por um grupo, constituindo uma parte vital da identidade coletiva. O Alecrim Futebol Clube, fundado em 15 de agosto de 1915, é um exemplo de como a memória coletiva pode ser preservada e fortalecida ao longo das gerações. O clube não apenas simboliza a identidade da comunidade, mas também representa a resiliência diante de desafios, como os financeiros, que têm afetado suas atividades esportivas.

Este estudo explora o projeto “Guardiões da Memória”, cujo objetivo é preservar e divulgar a história do Alecrim FC, destacando as contribuições de várias gerações para a memória coletiva do clube.

### Estado da Arte

Segundo Maurice Halbwachs, a memória é um fenômeno socialmente construído e mantido por meio de interações com grupos sociais (Halbwachs, 2006). No contexto do Alecrim FC, a memória coletiva é alimentada pelas histórias de ex-jogadores, dirigentes e torcedores que vivenciaram momentos marcantes do clube.

Paulo Freire propõe uma abordagem dialógica na extensão, onde o conhecimento é construído coletivamente (Freire, 2015). Essa perspectiva fundamenta nosso projeto, que visa integrar ensino, pesquisa e prática comunitária, permitindo que a história do Alecrim FC seja preservada e transmitida.

Bell Hooks complementa essa visão, ressaltando a importância de uma educação comunitária e transformadora (Hooks, 2021). No projeto “Guardiões da Memória”, isso se reflete na valorização das histórias de vida dos membros do Alecrim FC, documentadas como parte da identidade cultural e esportiva da comunidade.

## OBJETIVOS

### Objetivo Geral

Preservar e divulgar a história do Alecrim Futebol Clube por meio de entrevistas com membros históricos do clube em um evento que foi realizado no dia 22/08/2024 com o nome de: Guardiões da Memória Histórias de Vida Pelo Alecrim FC.

## Objetivos Específicos

- Foram realizadas entrevistas com dirigentes e torcedores;
- Documentaram-se e editaram-se as entrevistas, criando uma narrativa coesa que represente a memória coletiva do clube;
- Foi promovido o evento para compartilhar os resultados do projeto com a comunidade, fortalecendo os laços entre passado e presente.

## METODOLOGIA

### Tipo de Pesquisa

O estudo é de natureza qualitativa, centrado na construção de uma narrativa histórica por meio de entrevistas e eventos comunitários.

### Seleção de Entrevistados

Os entrevistados foram selecionados com base em sua ligação histórica e cultural com o clube, incluindo ex-jogadores, torcedores antigos e membros da diretoria. Um total de 6 participantes foi escolhido, assegurando uma diversidade de perspectivas.

### Preparação e Realização das Entrevistas

As entrevistas foram agendadas em locais significativos para os participantes, como a sede do clube ou locais de eventos históricos. Foram utilizados equipamentos audiovisuais de alta qualidade para garantir a clareza das gravações. As entrevistas foram semiestruturadas, permitindo um diálogo aberto sobre as experiências e memórias dos entrevistados.

### Transcrição e Edição

As gravações foram transcritas na íntegra, seguidas de uma edição cuidadosa para destacar os pontos mais relevantes. Essa etapa incluiu a identificação de temas e padrões que emergiram das narrativas, facilitando a construção da narrativa histórica.

### Análise de Dados

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme os passos propostos por Bardin (2011), permitindo a organização e interpretação das informações de forma sistemática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as entrevistas realizadas, ex-dirigentes, torcedores e atual gestão compartilharam histórias emocionantes e marcantes. Por exemplo, Marcos Vinicius, um

ex-dirigente, lembrou a final de 1985, onde o clube conquistou um título importante. Ele destacou a emoção da torcida e como aquele momento ainda ressoa entre os torcedores mais velhos. Já Normando, um torcedor fervoroso, contou sobre como o clube uniu sua família ao longo das gerações, criando um sentimento de pertencimento.

Essas entrevistas foram fundamentais para reforçar a conexão entre as memórias individuais e a memória coletiva do Alecrim FC, mostrando que cada história pessoal contribui para a identidade do clube.

## Evento “Guardiões da Memória”

O evento realizado em 22 de agosto de 2024 na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) foi um marco na culminação do projeto, reunindo ex-dirigentes, torcedores e membros da diretoria para compartilhar suas experiências e memórias. Entre os convidados, destacaram-se:

- **Daniele**, uma torcedora apaixonada que falou sobre sua longa trajetória como secretária e conselheira do clube. Ela destacou a importância do Alecrim FC em sua vida, mencionando momentos de alegria e desafios enfrentados ao longo dos anos.
- **Marcos Vinícius**, ex-presidente do clube, relatou suas experiências durante sua gestão, abordando as dificuldades e conquistas que marcaram seu mandato. Ele enfatizou a importância do engajamento da comunidade para o sucesso do clube.
- **Normando**, um torcedor fervoroso, compartilhou sua paixão pelo Alecrim FC e como o clube sempre fez parte de sua vida. Fundador da torcida FERA (fiéis esmeraldinos Radicais) Ele emocionou a todos com relatos de como o clube mudou a sua vida e a comunidade ao longo das gerações.
- **Josenildo Lins**, o atual presidente do Alecrim FC, apresentou uma visão otimista sobre a gestão atual. Ele falou sobre os projetos em andamento, os desafios enfrentados e a importância de revitalizar o clube para as novas gerações.

Essas intervenções foram fundamentais para conectar o passado ao presente, reforçando a relevância do Alecrim FC na vida de todos os presentes e demonstrando como a memória coletiva do clube é construída por diversas vozes e experiências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação da memória coletiva do Alecrim Futebol Clube é essencial para manter viva a história do clube e fortalecer os laços emocionais da comunidade com sua identidade cultural. O projeto “Guardiões da Memória” representa um esforço significativo para documentar e celebrar as contribuições de todos que ajudaram a moldar a trajetória do Alecrim FC, assegurando que seu legado seja transmitido às futuras gerações.

Esse projeto não se limita apenas à documentação de fatos e figuras importantes, mas também envolve a coletânea de relatos pessoais, fotografias, objetos históricos e outras



memórias que ajudam a compor um mosaico rico e diversificado da experiência alecrinense. Ao envolver a comunidade nesse processo, o “Guardiões da Memória” promove um sentido de pertencimento e orgulho, permitindo que antigos torcedores e novos admiradores se conectem através de uma narrativa comum.

Além disso, ao preservar a história do Alecrim FC, o projeto contribuiu para a valorização da cultura local, destacando como o futebol vai além das quatro linhas e se entrelaça com a vida social, econômica e cultural da região. Essa memória compartilhada é vital para a formação da identidade local, criando um espaço onde a história do clube é reconhecida e respeitada, garantindo que as próximas gerações possam compreender e valorizar suas raízes.

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde muitas tradições podem se perder, iniciativas como essa se tornam ainda mais relevantes. O “Guardiões da Memória” não apenas salvaguarda o passado, mas também inspira ações futuras, incentivando a comunidade a se envolver ativamente no processo de preservação cultural. Ao honrar aqueles que contribuíram para a história do Alecrim FC, estamos, na verdade, celebrando a vida, a paixão e a determinação de uma comunidade que se une em torno de um amor compartilhado pelo futebol. Portanto, a continuidade desse projeto é fundamental, não apenas para o clube, mas para toda a comunidade, que encontra no Alecrim FC um símbolo de resistência, união e esperança.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.
- HOOKS, Bell. **Ensinando à Comunidade: Uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.
- Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

## Análise da Necessidade da Implantação de uma Instância para Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB

### *Analysis of the Need for Implementation of an Instance for Knowledge Management in the Municipal Secretariat of Education of Santa Rita/PB*

**Zuleide da Costa Lima**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Organizações Aprendentes – PPGOA / Especialista em Gestão Educacional – UFPB / Licenciada em Pedagogia – UFPB / Coordenadora Geral na Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Santa Rita/PB (SME). Professora da Educação Básica II*

**Roberto Vilmar Satur**

*Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Economia (UNIJUI) e em Administração (URI), especialização em Comércio Exterior (UNIJUI), mestrado em Economia, linha Economia da Empresa, pela UFPB, Doutorado em Ciência da Informação (UFPB), linha Ética, Gestão e Política da Informação. Esse doutorado foi revalidado em Portugal pela DGES do Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal via Universidade do Porto conferindo equivalência ao grau acadêmico português de Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais mediante Certidão emitida em 14/05/2020. Fez Pós-Doutorado em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto em Portugal Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Economia (UNIJUI) e em Administração (URI), especialização em Comércio Exterior (UNIJUI), mestrado em Economia, linha Economia da Empresa, pela UFPB, Doutorado em Ciência da Informação (UFPB), linha Ética, Gestão e Política da Informação. Esse doutorado foi revalidado em Portugal pela DGES do Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal via Universidade do Porto conferindo equivalência ao grau acadêmico português de Doutor em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais mediante Certidão emitida em 14/05/2020. Fez Pós-Doutorado em Informação e Comunicação pela Universidade do Porto em Portugal*

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a necessidade da criação de uma instância para Gestão do Conhecimento (GC) na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB (SME) percebida pelos servidores. Para tanto, apresentou-se uma breve revisão da literatura sobre o tema Gestão do conhecimento numa visão de organização, A importância da capacitação e do treinamento para o desenvolvimento e Desempenho das organizações. Conceitos fundamentais, características e aplicações das capacidades organizacionais supracitadas. E, por fim, optou-se pelo caráter descritivo, abordagem qualitativo, método de estudo de caso, cuja unidade selecionada foi a Secretaria municipal de Educação de Santa Rita/



PB. O estudo teve como sujeitos de pesquisa um universo de sete indivíduos entrevistados, sendo 04 profissionais concursados, 03 comissionados. O presente estudo demonstrou como duas ferramentas de gestão podem ser aliadas a fim de gerar ganhos aos processos das organizações: a criação de uma instância para gestão do conhecimento e focar no avanço do desempenho organizacional.

**Palavras-chave:** gestão do conhecimento; capacitação e treinamento; desempenho na organização.

## ABSTRACT

This paper aimed to analyze the need for the creation of a Knowledge Management (KM) instance in the Municipal Education Department of Santa Rita/PB (SME) as perceived by its employees. To this end, a brief literature review on the topic of Knowledge Management from an organizational perspective was presented, highlighting the importance of training and development for organizational growth and performance. It covered fundamental concepts, characteristics, and applications of the aforementioned organizational capabilities. Finally, a descriptive character with a qualitative bias and a case study method was chosen, with the selected unit being the Municipal Education Department of Santa Rita/PB. The study involved seven participants as its research subjects, including 4 tenured professionals and 3 commissioned ones. This study demonstrated how two management tools can be allied to generate improvements in organizational processes: the creation of a knowledge management instance and a focus on advancing organizational performance.

**Keywords:** knowledge management; training and development; organizational performance.

## INTRODUÇÃO

A implementação de uma instância dedicada à gestão do conhecimento é uma iniciativa de extrema relevância no contexto da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB. Como afirmou Drucker (1993), um dos mais renomados pensadores da administração, “o conhecimento é o recurso econômico mais importante do mundo”. Neste cenário, o município de Santa Rita enfrenta desafios educacionais complexos e dinâmicos que demandam um eficaz gerenciamento do conhecimento para se alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos. Esta análise se propõe a explorar a necessidade premente de estabelecer uma instância específica de gestão do conhecimento, investigando as lacunas existentes, os benefícios potenciais e os caminhos para a sua efetiva implementação. Esta medida, ancorada em sólidos princípios de gestão, tem o potencial de revolucionar a maneira como a educação é administrada e entregue em Santa Rita, promovendo o aprimoramento contínuo da qualidade educacional e o fortalecimento das relações com a comunidade educacional e a sociedade em geral.

Certamente, as organizações estão sujeitas a mudanças constantes e profundas em sua estrutura e processos. Como destacado por Stefanski (2010, p. 8), “as organizações estão passando por transformações e modificações diariamente”. Essas mudanças

podem ser impulsionadas por uma variedade de fatores, incluindo a introdução de novas tecnologias, a adaptação de produtos ou serviços às demandas do mercado e a evolução dos comportamentos e expectativas das pessoas. Nesse cenário dinâmico, as empresas precisam ser ágeis e capazes de se adaptar rapidamente para se manterem competitivas e relevantes em seu setor. Essa capacidade de adaptação contínua tornou-se essencial para o sucesso e a sobrevivência no mundo dos negócios. Portanto, é imperativo que as organizações estejam preparadas para enfrentar e aproveitar as mudanças que ocorrem constantemente em seu ambiente operacional.

Na contemporaneidade pode-se verificar que as organizações que melhor apresentam planos de competitividade e desempenho são as que mais se dedicam a gerenciar e investir no conhecimento, que está impresso na mente de seus colaboradores e o conhecimento que pode vir a ser desenvolvido na empresa por todos. Conforme Polanyi (1966), “em todo processo de conhecimento há sempre uma dimensão tácita, além daquela que é explícita”. Nós sabemos mais do que conseguimos explicar com palavras. Do ponto de vista da opinião popular, atualmente as organizações públicas, parecem ser ineficientes, sendo que os servidores públicos, no que possuem estabilidade no emprego, acomodam-se, supõe-se, tendo como aliados a inexistência de comportamentos de gestão que priorizem a capacitação e o treinamento permanente que fazem com que este setor não desempenhe seu papel inteiramente.

Com a chegada da “era do conhecimento”, oportunidade imperdível para as organizações aproveitarem seu capital intelectual como manancial de vantagem no mercado competitivo, sendo considerado uma porta intocável mais preciosa que uma, empresa, localidade ou indivíduo possuem que para Terra (2000) os desafios e a complexidade da Era do Conhecimento começam pela maneira de quantificar ou mensurar o conhecimento, pois é um recurso invisível, intangível e de difícil imitação.

Em um panorama de inúmeras obrigações e recursos insuficientes. A procura para melhorar a competência de gestão deve ser constante, para isso o gerenciamento do conhecimento no setor público é, em consequência, buscar o cumprimento dos princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública. A Gerência Pública através do uso dos recursos disponíveis, oriundos da arrecadação de impostos recolhidos da sociedade, precisa ofertar a prestação de serviços públicos e criar condições ao bem comum, em uma sociedade, hoje cada vez mais contestável e que sabe pressionar com legitimidade o governo.

Neste contexto, surge a pergunta central: Para a criação de uma instância para Gestão do Conhecimento (GC) na Secretaria Municipal de Educação (SME) de Santa Rita/PB com vistas ao desempenho organizacional, que ações são indispensáveis? Segundo Toffler (1980), a era identificada como a terceira onda é a era do conhecimento, onde se permite uma grande descentralização de tarefas. Esta fase é caracterizada pelo poder do cérebro, na qual a informação assume o papel de principal recurso econômico.

Optou-se por situar os seguintes objetivos para basear a resposta do questionamento referenciado anteriormente:

- a) Objetivo Geral: Analisar a necessidade da criação de uma instância para gestão do conhecimento na secretaria municipal de educação de Santa Rita/PB.

**b) Objetivos específicos:** Constatar quais tendências a Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB adota na Gestão do Conhecimento; Examinar como se dão os processos de capacitação e treinamento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB; e Averiguar como ações de Gestão do Conhecimento contribuem para o desempenho organizacional Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB. Conhecer ferramentas que possibilitem que a Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB transforme o conhecimento individual em conhecimento coletivo da organização, através da aplicação dos conceitos de gestão do conhecimento.

A gestão com competência no conhecimento é decisiva nas sociedades, regiões, organizações para as pessoas lidarem com o ambiente em constante mudança e aumento da complexidade no novo milênio. Aperfeiçoar tal competência é fundamental para as organizações que desejam acelerar o ritmo de seu desenvolvimento. Sendo, que para conseguir atingir esses aspectos o caminho constitui o gerenciamento do conhecimento. Segundo Drucker (1993) “para aproveitar esse potencial, as organizações precisam criar o ‘contexto adequado’ para que essas pessoas possam oferecer suas contribuições”.

Segundo Terra (2000) no serviço público a gestão do conhecimento tem uma finalidade mais ampla: a de preservar suas memórias organizacionais, pois o setor público constitui-se principalmente de capital humano e não de máquinas, sendo assim, o investimento no capital intelectual é indispensável para que a máquina pública funcione na velocidade exigida pela sociedade que pressiona por transparência e, mais ainda, por agilidade no atendimento às suas demandas.

Assim sendo, ao desenvolver este estudo teve-se em mente que o mesmo poderá servir de referência para gerenciar o conhecimento na Secretaria de Educação de Santa Rita/PB, melhorando o desempenho organizacional e humano, ajudando a gestão pública a gerir seus processos com eficiência e eficácia, através do levantamento dessa percepção, destacando ainda as principais vantagens e dificuldades da implantação de uma instância para gestão do conhecimento.

## REFERENCIAL TEÓRICO

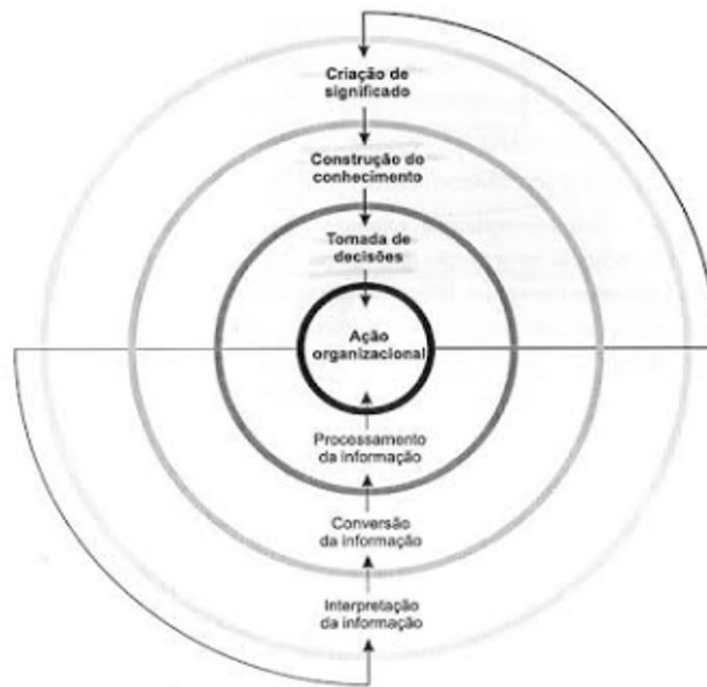
Nesta investigação a Gestão do Conhecimento (GC) está sendo refletida dentro dos parâmetros organizacionais, no que concerne às organizações.

### Gestão do Conhecimento numa Visão de Organização

Marcada pela sociedade em ou pela revolução do conhecimento rede (Castells, 2009, *apud* Satur, 2015), a sociedade atual traz consigo a etapa informacional do capitalismo que, para além da técnica, da ciência e da informação, emerge a informação e o conhecimento como forças produtivas. Nesta fase, o capitalismo atinge seu período informacional, com bases no conhecimento. É neste momento que se torna evidente a necessidade da gestão da informação e da gestão do conhecimento, agora com velocidades e quantidades nunca antes vistas na história da humanidade, como aliadas ao processo produtivo organizacional. Conforme Choo (2003) e Davenport (1998) os quais destacam que o ponto de reflexão

sobre a GC é que as organizações são capazes de gerenciar os contextos nos quais o conhecimento acontece. Sendo assim, os aspectos conceituais da GC emergiram como foco de pesquisa e reflexões de muitos pensadores. Observe a imagem abaixo.

**Figura 1 - A organização do conhecimento - três arenas do uso da informação.**



**Fonte: Choo, C.W. A organização do Conhecimento. São Paulo: Senac, 2003, p. 31.**

Entre os mais difundidos estão o de Nonaka e Takeuchi (1997) que nos trazem o espiral do conhecimento e consideram a GC como a capacidade que uma empresa tem de criar conhecimento, disseminá-lo na organização e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas. Este contexto aporta cada vez mais pessoas preparadas e dedicadas a produzir e compartilhar conhecimentos de modo que melhorem o funcionamento interno das organizações.

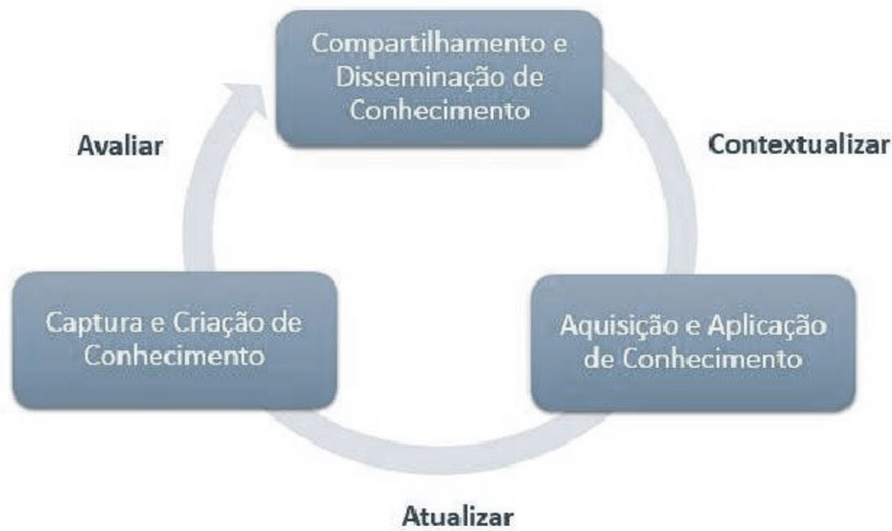
Davenport e Prusak (1998) afirmam que dados, informações e conhecimento estão intimamente relacionados, formando uma hierarquia. Sendo assim, o conhecimento é decorrente da informação, que, por sua vez, deriva de um conjunto de dados. Pois, “Não há conhecimento sem conhecimento do conhecimento” (Morin, 1999, p. 34). Isso pressupõe que não há conhecimento sem a sua gestão no mais simples do cotidiano da vida à mais complexa aplicação na interação com o outro.

Os tipos de conhecimento definidos por Polanyi (1969) e recordados por Nonaka e Takeuchi (1997), tácito e explícito estão situados no primeiro enfoque. Quanto ao conhecimento explícito, se denotam pelas habilidades, experiências, feitos escritos que se comunicam com facilidade. Pode-se recorrer aos informes, manuais, normas da organização, documentos internos, externos e patentes, artigos e revistas especializadas etc. Quanto ao tácito, se voltam para as habilidades e experiências, intuições e conhecimentos que se armazenam na mente.

Assim sendo, o conhecimento da organização é gerado no âmbito da cultura organizacional que determina o comportamento e o sistema informacionais, a aprendizagem,

a competência e a inteligência organizacionais, o inteligente coletivo e o capital intelectual. Portanto, é recurso estratégico organizacional a ser gerenciado. Temos assim:

**Figura 2 - Modelo adaptado do Ciclo de Gestão do Conhecimento.**

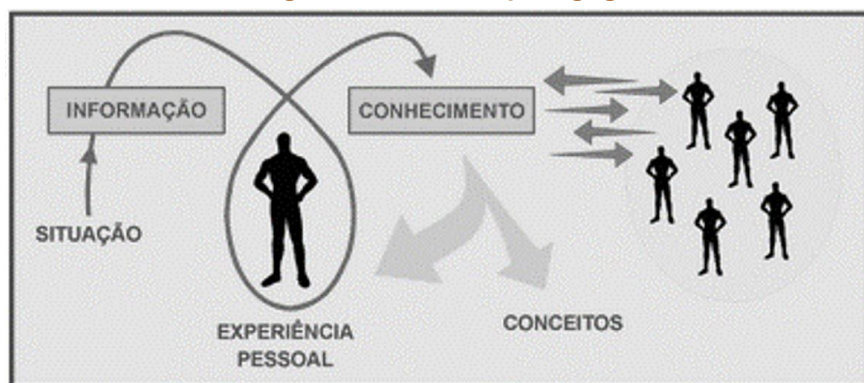


Fonte: Dalkir (2005).

Porém, não apenas as vantagens estão presentes na implantação da GC nas organizações públicas. Obstáculos, barreiras e desafios também se fazem presentes. No entanto, a implementação da Gestão do Conhecimento (GC) em organizações públicas não é isenta de desafios. De acordo com Batista *et al.* (2005), diversos obstáculos se destacam, tais como a falta de indicadores de GC, a dificuldade em capturar conhecimento não-documentado, deficiências na capacitação do pessoal, baixa compreensão sobre GC nas organizações, falta de tempo e recursos para compartilhar conhecimento no cotidiano, resistência à mudança por parte de grupos de funcionários, e a tendência de priorizar tecnologia da informação em detrimento de questões organizacionais e humanas. Além disso, preocupações relacionadas à segurança de informações confidenciais e limitações na infraestrutura tecnológica também se apresentam como desafios a serem superados na implementação da GC.

Por isso, não é uma questão de implantar práticas, mas de ter uma visão estratégica que coloca o conhecimento e demais ativos intangíveis no centro da tomada de decisão.

**Figura 3 - Crônicas pedagógicas.**



Fonte - Cursos de Pedagogia e de Licenciaturas Universidade Católica de Santos, Rosana Aparecida Ferreira Pontes.

A gestão do conhecimento é um fator estratégico para a continuidade das organizações, conhecer quais são as intenções e as boas práticas é fundamental para implementar novas estratégias de GC e de educação corporativa no atual cenário que estamos vivendo, em particular, na administração pública.

Em um mundo em constante evolução, as organizações do século XXI precisam adotar práticas de gestão que promovam a aprendizagem contínua, a desaprendizagem e a capacidade de reaprender. Como salienta Peter Senge, autor de 'A Quinta Disciplina', 'A aprendizagem organizacional é uma questão de sobrevivência a longo prazo'. Portanto, a gestão do conhecimento se torna uma necessidade premente para as empresas na era contemporânea."

## A Importância da Capacitação e do Treinamento para o Desenvolvimento das Organizações

A gestão do conhecimento deve ajudar os dirigentes a usarem o conhecimento como uma alavanca gerencial e assim estimular a produção de ideias práticas para posterior implementação. A capacitação e o treinamento desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das organizações, capacitando os colaboradores e aprimorando sua eficácia. Como destacado por Peter Drucker, "A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo". Nesse contexto, investir na formação contínua dos funcionários não apenas fortalece suas habilidades, mas também capacita a organização a se adaptar às mudanças e a prosperar em um ambiente empresarial em constante evolução. Portanto, a importância da capacitação e do treinamento é inegável, pois eles são a chave para o progresso e o sucesso das organizações modernas.

Nonaka e Takeuchi (1997) destacam que a geração de novos conhecimentos é resultado da transformação do conhecimento tácito, que ocorre por meio da interação contínua entre o conhecimento tácito e o explícito. Esse processo modifica essas formas de conhecimento por meio dos diversos modos de conversão e das situações em que são aplicados, resultando no que os autores descrevem como "a espiral do conhecimento". Ilustrada abaixo.

**Figura 4 - A espiral do conhecimento.**



**Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997, p. 80)**

A gestão do conhecimento desempenha um papel crucial no cenário atual, pois não basta apenas criar e converter conhecimento, é fundamental compartilhá-lo e garantir que ele seja compreendido por indivíduos e organizações. O pensamento de Polanyi (2010)



reforça essa ideia ao ressaltar que a compreensão verdadeira do conhecimento não se dá apenas pela observação externa, mas sim pela sua interiorização. Isso implica que as organizações devem investir na capacitação das habilidades das pessoas, reconhecendo que o treinamento desempenha um papel crucial.

Como Silva (2019) apontou, o treinamento é uma responsabilidade gerencial de grande importância nos dias de hoje. Clientes satisfeitos são um ativo valioso, e o treinamento é uma ferramenta para capacitar os colaboradores a atender às necessidades dos clientes, tornando-se mais produtivos, criativos e inovadores. Seguindo essa linha de pensamento, o treinamento não é apenas uma necessidade, mas uma necessidade imperativa.

Em resumo, a gestão do conhecimento, aliada à capacitação e ao treinamento, é um ativo estratégico para as organizações no mundo moderno. Ela permite não apenas criar e converter conhecimento, mas também compartilhá-lo e garantir que as pessoas estejam preparadas para aplicá-lo de maneira eficaz, gerando vantagem competitiva e satisfazendo as necessidades dos clientes. Portanto, o investimento nessa área é fundamental para o sucesso empresarial. Assim o processo de treinamento se processa, observe a figura abaixo.

**Figura 5 - Processo de treinamento.**



**Fonte: GP para concursos, s.d.**

Treinar é “o ato intencional de fornecer os meios para proporcionar a aprendizagem” (Chiavenato, 1994). São as pessoas que fazem com que a teoria se transforme em prática e para que isso aconteça é preciso treiná-las e desenvolvê-las. As organizações buscam pessoas espertas, proativas, empreendedoras e que assumam riscos. O treinamento e desenvolvimento sugerem a promoção de capacitação permanente do indivíduo, cultivando seu potencial de aprendizagem e sua capacidade produtiva para a obtenção de novas habilidades, conhecimentos, mudanças de comportamento e atitudes contínuos.

## **Desempenho Organizacional**

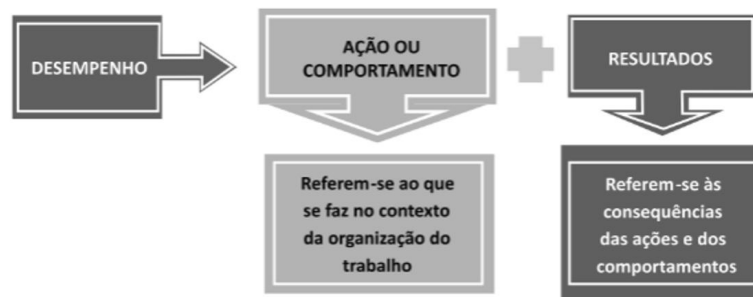
A dimensão mais ampla do desempenho organizacional seria a eficácia organizacional, na qual se inserem objetivos econômicos e sociais, impostos pela relação da empresa com a sociedade. Já a dimensão operacional engloba aspectos como tecnologia, inovação, produtividade e qualidade, e traz o efeito mediador da relação entre os recursos da empresa e o desempenho financeiro.

O desempenho organizacional é um indicador fundamental da eficácia e sucesso de uma organização. Ele se refere à capacidade de uma empresa ou instituição de atingir

seus objetivos e metas de maneira eficiente e eficaz. Como afirmou Drucker (1993), um renomado consultor de gestão, “O que é medido melhora. O que é medido e relatado melhora exponencialmente”. Isso destaca a importância de medir, analisar e melhorar constantemente o desempenho para garantir o crescimento e a competitividade de uma organização. Portanto, o desempenho organizacional é uma métrica crítica que orienta as decisões e estratégias de negócios, garantindo que a organização permaneça alinhada com suas metas e objetivos.

No caso pesquisado neste artigo, o monitoramento constante e a avaliação rigorosa são ferramentas essenciais para avaliar o desempenho das organizações públicas e identificar áreas de melhoria. Uma gestão eficaz do desempenho pode levar a uma melhor prestação de serviços públicos, ao uso mais eficiente dos recursos e à satisfação dos cidadãos. O desempenho organizacional público é crucial para garantir que o setor público atenda às necessidades da sociedade de forma eficiente e eficaz, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

**Figura 6 - Conceito de desempenho.**



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Gestão Pública

**Fonte: Brasil, 2013.**

O conhecimento do desempenho organizacional não é simples de ser medido. Estar sujeito ao gerenciamento de projetos, processos, ambiente organizacional (pessoas, clima, cultura organizacional) em meio a outros fatores intocáveis que repercutem no desempenho da instituição. Não obstante, esses intermediários que somados compõem o desempenho que deve estar alinhados numa mesma direção, estabelecida pela estratégia organizacional, para que valores institucionais abranjam os objetivos organizacionais (resultados).

O desempenho situa o conceito associado à obtenção de resultados e desponta a ideia de ação para obtenção de objetivos, capaz de serem julgados em relação a adequação. Segundo Drucker (1993) desenvolver as práticas sistemáticas para administrar a autotransformação é um dos desafios mais importantes impostos às organizações da sociedade do conhecimento. A organização tem que estar preparada para: abandonar o conhecimento que se tornou obsoleto, aprender a criar o novo através da melhoria contínua de todas as atividades, desenvolver novas aplicações, a partir de seus próprios sucessos, e realizar a inovação contínua como um processo organizado. O desempenho da organização depende do uso adequado das ferramentas administrativas e principalmente de sua eficaz implementação, levando-se em conta as diversas áreas e seus relacionamentos.

Como afirmou o economista Paul Romer (s.d.), “o desempenho é medido não pelo esforço, mas pelos resultados.” Portanto, avaliar e melhorar o desempenho público é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados eficientemente e que os serviços públicos atendam às necessidades dos cidadãos de forma eficaz. O monitoramento constante, a avaliação criteriosa e a transparência na gestão pública desempenham um papel fundamental na busca por um desempenho organizacional público de alta qualidade.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia adotada neste estudo segue os princípios da pesquisa descritiva e qualitativa, conforme definido por Gil (2008) e Triviños (2008). A pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição de características e fenômenos de uma determinada população ou situação, podendo abranger opiniões, atitudes e crenças. A abordagem qualitativa, por sua vez, busca compreender a percepção das pessoas sobre um fenômeno, permitindo ao pesquisador extrair suas impressões a partir dos informantes.

O método de estudo de caso, de natureza aplicada, foi escolhido para investigar empiricamente o fenômeno da Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB. Este método envolve a análise de uma unidade bem definida em um contexto real e contemporâneo. Além disso, adotou-se uma abordagem mista de pesquisa, combinando elementos quantitativos e qualitativos para fins descritivos e exploratórios.

A unidade de estudo foi a Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB, selecionada por conveniência. A pesquisa envolveu sete indivíduos como sujeitos, incluindo quatro profissionais concursados e três comissionados. A escolha dos sujeitos foi intencional, de acordo com a abordagem qualitativa, e sua identidade foi preservada, sendo referidos como entrevistados de 1 a 7.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas em um período de duas semanas em julho de 2023. Essa técnica permitiu a obtenção dos dados necessários para a pesquisa, conforme sugerido por Gil (2008) e Triviños (2008).

A análise dos dados foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, que envolveu a interpretação das respostas dos entrevistados à luz dos conceitos teóricos abordados na fundamentação teórica. Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais profunda do fenômeno da Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB e das percepções dos entrevistados sobre o tema.

O desenvolvimento do estudo se deu a partir de 03 (três) pontos temáticos utilizados para a elaboração do roteiro e análise dos dados.

**Tabela 1 - Pontos temáticos.**

TEMAS	SUBTEMAS
<b>Gestão do conhecimento numa visão de organização.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entendimento sobre Gestão do conhecimento na Secretaria de Municipal de Educação de Santa Rita/PB.</li> <li>Gestão do conhecimento no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB.</li> </ul>

TEMAS	SUBTEMAS
<b>A importância da capacitação e do treinamento para o desenvolvimento das organizações.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vantagem ou importância do uso da Gestão do conhecimento como forma de melhorar o desempenho na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB.</li> <li>• Procedimentos e atos de capacitação e treinamento (aprendizagem e formação) na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB</li> </ul>
<b>Desempenho na organização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Influência da Gestão do conhecimento no desempenho organizacional da SME/SR-PB.</li> <li>• Percepção dos funcionários sobre ações de implementação da Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB</li> </ul>

**Fonte: Organizado pela autora.**

A análise dos dados foi feita a partir da tabela 1, conforme os elementos Gestão do conhecimento, Treinamento e Capacitação, Desempenho organizacional descritos posteriormente.

## MATERIAIS E MÉTODOS

### Materiais e Métodos

#### Tipo de Estudo

Este trabalho constitui um estudo de caso exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa. A escolha do estudo de caso permitiu uma análise detalhada e contextualizada da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB, considerando a sua estrutura organizacional e os processos de gestão existentes. A abordagem exploratória buscou identificar fatores relacionados à necessidade de implantação de uma instância para Gestão do Conhecimento, enquanto a descritiva foi utilizada para caracterizar a situação atual e as lacunas existentes.

#### Contexto e Local do Estudo

O estudo foi realizado na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB, incluindo as unidades escolares e os setores administrativos vinculados à gestão educacional. Este cenário foi selecionado pela sua relevância no gerenciamento de informações e pelo impacto que a implantação de uma instância de Gestão do Conhecimento poderia trazer à melhoria dos processos educacionais e organizacionais.

#### População e Amostra

A população-alvo da pesquisa abrangeu gestores, coordenadores pedagógicos e docentes da rede municipal de ensino. A amostra foi composta por meio de amostragem intencional, priorizando participantes com conhecimento e experiência relevantes para fornecer informações sobre os processos de gestão e a utilização do conhecimento na Secretaria.

Instrumentos de Coleta de Dados.

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- **Entrevistas semiestruturadas:** Aplicadas a gestores e coordenadores pedagógicos para compreender as práticas atuais de gestão do conhecimento, identificar dificuldades e apontar possíveis soluções.

### Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada em etapas:

**1. Planejamento:** Definição dos objetivos específicos, desenvolvimento dos instrumentos e aprovação junto aos responsáveis pela Secretaria Municipal de Educação.

**2. Execução:** Aplicação dos instrumentos de coleta diretamente com os participantes e análise dos documentos disponíveis.

**3. Validação:** Triangulação dos dados coletados por meio das entrevistas, questionários e análise documental, garantindo a consistência das informações.

### Análise dos Dados

Os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo, considerando categorias previamente definidas relacionadas às práticas de gestão do conhecimento e à identificação de lacunas. A interpretação foi fundamentada na literatura sobre Gestão do Conhecimento e no modelo de Satur (2017), adaptado às especificidades do contexto educacional municipal.

### Limitações do Estudo

Este estudo limitou-se ao contexto da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB, sendo necessário cuidado ao generalizar os resultados para outras instituições. Além disso, as percepções dos participantes podem conter vieses pessoais, embora esforços tenham sido realizados para garantir a confiabilidade e a validade dos dados coletados.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se aqui os resultado e discussão dos dados obtidos por meio das entrevistas e analisados com base nos objetivos específicos estabelecidos para o desenvolvimento do estudo embasados pelos autores trazidos na fundamentação teórica.

### Perfil dos Entrevistados

A seguir é apresentado o perfil dos entrevistados baseado no roteiro de entrevista aplicado.

Tabela 2 - Roteiro de entrevistas.

ENTREVISTADO (A)	SEXO	IDADE	FUNÇÃO NA SME/SR	TEMPO NA FUNÇÃO
E1	M	33 anos	Assessor Jurídico	03 anos
E2	F	44 anos	Assessora Jurídica	06 anos
E3	F	51 anos	Coordenadora Educação Infantil	06 anos
E4	F	35 anos	Analista Administrativa	08 anos e 07 meses
E5	F	50 anos	Coordenação Pedagógica	06 anos
E6	M	56 anos	Coordenador Anos Finais	06 anos
E7	F	50 anos	Secretária Executiva	05 anos

Fonte: autoria própria.

Baseado na tabela acima tem-se que os entrevistados se apresentam representados em termos de sexo na sua maioria feminino, sendo 05 (cinco) mulheres e 02 (dois) homens com idade entre 33 e 56 anos. É possível identificar que do total dos entrevistados 01 (um) atua no cargo há 03 anos, 05 atuam há 06 (seis) anos e 01 (uma) atua há 08 (oito) anos e sete meses. Salienta-se que todos os entrevistados estão em cargo de primeiro escalão e segundo, sendo que a funcionária que tem mais tempo na função e da área administrativa.

## Tendências da Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB (SME/SR)

Neste ponto serão descritos a discussão e análise dos dados acerca da conceituação de GC no âmbito da SME, prerrogativas da GC e as abordagens para implementação da GC na Secretaria.

### Entendimento sobre Gestão do Conhecimento na Secretaria de Municipal de Educação de Santa Rita/PB

Quanto ao entendimento dos entrevistados sobre GC, a grande maioria respondeu o item. Os entrevistados 6 e 7 não responderam (nr) ao questionário. Ao responderem sobre o que entende acerca de Gestão do Conhecimento (GC) expuseram que:

**E1** - *“É o processo de criar, compartilhar, usar e gerenciar o conhecimento de uma organização.”*

**E2** - *“É o emprego de práticas com o escopo de alcançar os objetivos de uma determinada instituição, empresa, entidade social, etc.”*

**E3** - *“Compartilhar informações, conhecimentos tanto do ponto de vista da teoria que alicerça os saberes, quanto a prática que é a efetivação dos conhecimentos adquiridos”.*

**E4** - *“Uma série de ações voltadas para construção de bons resultados de uma organização, utilizando pessoas, tecnologia e a melhor análise da informação pra tomada de decisões eficazes”.*

**E5** - *“É uma etapa em que a organização pode criar melhorias contínuas através de escuta ativa, implementação de estratégias que proporcione momentos com ideias resolutivas, mapeamentos do conhecimento, práticas e tecnologias para tomada de decisão para o desenvolvimento dos colaboradores da secretaria”.*

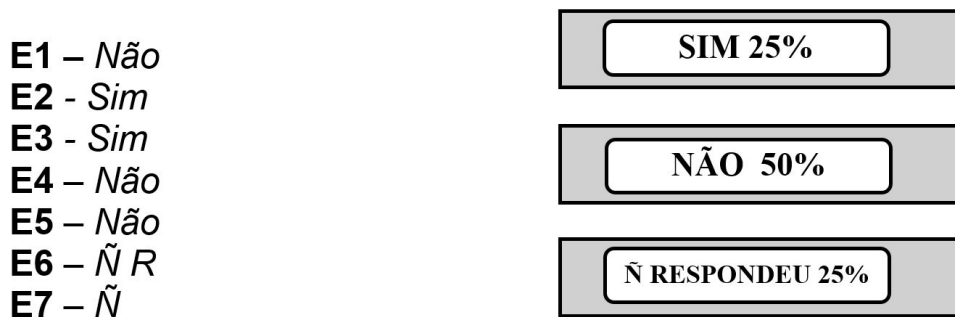
A partir das respostas dos entrevistados e de acordo com o que publicou Satur (2015) GC é criar condições adequadas para que o conhecimento implícito aflore na forma de novas ideias, insights, criações, intervenções e inovações, que estas se tornem explícitas, sejam compartilhadas e aprendidas pela equipe envolvida e pelo coletivo organizacional. O autor afirma ainda que essa noção de GC pode ser tranquilamente transportada para a escola, para a universidade e demais ambientes de aprendizagem.

Destarte, de modo prático essa opinião se refere à concepção, compartilhamento e uso do conhecimento de um grupo específico. Pode ser abordada como um tema multidisciplinar que serve para garantir a eficiência dos trabalhos e funções realizadas dentro da empresa por meio da melhor organização e distribuição dos dados e informações.

### Gestão do Conhecimento no Âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB

Quanto a ouvir falar sobre GC no âmbito da SME, a grande maioria respondeu o item e expuseram que:

Figura 7 - Entrevistados da GC.



Fonte: autoria própria.

Assim expõe a entrevistada 3: “Na secretaria de educação existe a prática de partilhar os conhecimentos e cada divisão/departamento ou coordenação atua para que o conhecimento também chegue até as unidades de ensino, seja escolas ou centros de integrados de educação infantil”.

A entrevistada 5 relata que: “Especificamente o termo gestão do conhecimento, não. Mas ações discutidas no setor sobre melhorias na área tecnológica, coleta de dados e informações precisas, são pontos de conversas no setor no qual trabalho”.

Na entrevista em relação ao ponto abordado pode-se entender que há discordância, contudo nas afirmações pode-se perceber que há também o entendimento de que a GC é importante no âmbito da SME. Segundo Satur *et al.* (2015) os caminhos são diversos, mas os princípios são comuns quando se pretende viver e conviver em sociedade com os seus parceiros, seja na instituição família, seja na que representa o trabalho e que as instituições - privadas, públicas e não governamentais - estão focadas na dimensão social do conhecimento, na medida em que seus trabalhos se desenvolvem a partir do compartilhamento do conhecimento, experiências e saberes na busca do desenvolvimento do ser humano, como indivíduo ligado, direta ou indiretamente, às organizações.

## Vantagem ou Importância do Uso da Gestão do Conhecimento (GC) como Forma de Melhorar o Desempenho na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB (SME)

Em relação a vantagem ou importância do uso da GC como forma de melhora do desempenho na SME os entrevistados responderam:

**E1** - *“Melhor a eficiência e conserva o conhecimento na secretaria”.*

**E2** - *“Melhora o desempenho deste órgão quando essas práticas resultam em diagnósticos e consequentes resoluções dos possíveis óbices que interpelam os processos internos no âmbito da SME”.*

**E3** - *“... A SME é um ponto focal de conhecimento e compartilhamento do mesmo, dessa forma, as unidades estarão alinhadas numa gestão que promova o conhecimento individual e coletivo”.*

**E4** - *“Melhoria na tomada de decisão, melhor uso dos dados e informações”.*

**E5** - *“Promover melhorias contínuas, por meio da cultura do aprendizado, suporte e capacitação tecnológica; atualização de tendências e políticas educacionais voltadas para profissionais da educação em mantê-los atualizados e equipados com recursos necessários para enfrentar os desafios em constante evolução”.*

Pelos motivos expostos, entende-se que é importante quando se aborda a GC para a melhoria do desempenho, haja vista segundo Choo (2003), são vários os modelos de GC, assim como várias são as dimensões que os integram, como: pessoas, processos, tecnologia e gestão organizacional, mostra também que o seu foco é destacar como os elementos da informação alimentam as atividades organizacionais por meio da criação do significado, da construção do conhecimento e da tomada de decisões. No processo de concepção do significado, as pessoas da organização representam e negociam crenças e interpretações para construir significados e propósitos comuns (Satur *et al.*, 2015).

## Tendência em Implementar a Gestão do Conhecimento no Âmbito das Unidades Escolares ou no Setor em que Atua.

Considerando as respostas dos entrevistados temos as seguintes reflexões:

**E1** - *“Não vejo essa tendência em escola”.*

**E2** - *“Sim, uma vez que esse conceito não pode mais ser mitigado nos processos das instituições atuais, quaisquer que sejam seus objetivos”.*

**E3** - *“Sabemos que nem todos os gestores estão preparados para esse modelo de gestão, por isso, a SME precisa atuar para que o conhecimento circule nas unidades de ensino, favorecendo as boas práticas no fazer pedagógico e administrativo”.*

**E4** - *Não.*

**E5** - *“Identifico pessoas que tem visão para trabalhar com GC, mas depara-se com algumas limitações que os impedem que o crescimento da escola e o setor no qual trabalha sejam contínuos”.*

O conhecimento está na mente das pessoas. As pessoas transformam informação em conhecimento, fazendo comparações, analisando as consequências, buscando as conexões e conversando com outras pessoas sobre as informações recebidas (Chiavenato, p.411, 2009).



A centralização do conhecimento na mente de poucas pessoas em uma organização gera riscos de descontinuidade nos serviços prestados, perda de qualidade, sobrecarga de trabalho para alguns colaboradores/funcionários e perda de conhecimento no transcorrer do tempo. Outrossim, segundo Davenport (1999), o conhecimento é composto por uma mistura de experiências condensadas, valores, de informações contextuais e discernimento de um indivíduo que estrutura a avaliação e assimilação de novas informações.

## **Procedimentos e Atos de Capacitação e Treinamento (Aprendizagem e Formação) na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB**

A partir das respostas dos entrevistados e com o que foi exposto por Satur (2015) tudo começa com o despertar para o aprendizado e o desejo de ser aprendiz. E isso se faz com o ato (atitude) de (querer) estudar para aprender e do reflexionar e compartilhar informações, trocando ideias e experiências com outras pessoas para construir o próprio saber e o conhecimento coletivo. No próprio grupo haverá diferença de conhecimento entre os indivíduos desse coletivo emergente.

### **Capacitação e Treinamento na SME/SR-PB**

Em relação ao entendimento do que significa capacitação e treinamento os entrevistado responderam:

**E1- nr**

**E2** – *“A capacitação visa prepara o profissional para desenvolver atividades com autonomia, possibilitando estimular nele competências e habilidades para exercer uma nova função. Treinamento é o ato de potencializar um conhecimento já existente, aperfeiçoando habilidades e comportamentos em uma função ou cargo que o profissional já exerce”.*

**E3** - *“Na educação podemos dizer que a prática é formação e planejamento são elos poderosos para que aconteça o espiral de conhecimentos de todos os envolvidos”.*

**E4** - *A capacitação prepara o funcionário em relação a determinado assunto. O treinamento reforça as habilidades ou informações criadas e fornecidas pela capacitação”.*

**E5** - *“Capacitação é um processo de treinamento que te ajuda a adquirir conhecimentos, habilidades e experiências a longo prazo. Quer dizer tem um campo de atuação a longo prazo. Treinamento se concentra em habilidades técnicas específicas para realizar uma tarefa específica. Isso significa dizer que o campo de atuação é a curto prazo”.*

A formação do conhecimento organizacional se dá através de um processo de ampliação dos conhecimentos produzidos pelos indivíduos e a organização e cristalização dos mesmos (Chiavenato, 2009). O treinamento e capacitação de funcionários permite aperfeiçoar habilidades técnicas, trazendo novas metodologias a serem implementadas nas rotinas diárias e na forma de resolver problemas.

### **Participação em Ações de Capacitação e Treinamento**

Neste tópico tratou-se sobre a participação dos entrevistados nas ações de capacitação e treinamento.

**E1** - *“Não participo de nenhum treinamento”.*

**E2** - *“Especificamente no meu setor fomos treinados ao longo desses anos a melhor gerir trâmites processuais administrativos, com o objetivo de atingir a eficiência e celeridade nos resultados dos processos”.*

**E3** - *“Participamos de fóruns educacionais, lives entre outros, mantendo também a leitura de livros e revistas científicas, no caso específico da educação infantil, as leituras e busca de conhecimento para fortalecer a prática e gestão do conhecimento”.*

**E4** - *“Não dispomos de ações na área”.*

**E5** - *“Os treinamentos ocorridos são pontuais. Reconheço a falta de um cronograma abrangendo todos os setores da SME. Embora algumas capacitações ocorram em determinados setores, é necessário compartilhá-las de forma mais ampla”.*

É importante destacar que o conhecimento organizacional é muito mais dinâmico do que o conhecimento individual dentro da organização. Logo, nota-se a potencialidade da GC em assessorar a efetivação no mapeamento de processos nas organizações.

### **Diferenças do Direcionamento entre Capacitação e Treinamento**

Nonaka e Takeuchi (1995) apontam a GC como criação de conhecimento, onde o conhecimento individual é traduzido e transformado em conhecimento organizacional. Para tanto os entrevistados responderam.

**E1** - *“Deve haver uma distinção, porém comumente são utilizados mesmo sinônimos.”*

**E2** - *“Sim. O treinamento e capacitação são definidos de acordo com a natureza de cada setor.”*

**E3** - *“Sim.” Existem diversos departamentos que tratam de conhecimento ativo a sua atuação”.*

**E4** - *“Sim, há diferenças porque cada setor existe uma complexidade de interesses nas demandas e muitas vezes, a atenção se concentra em alguns setores da secretaria.”*

**E5** - *“Sim, existem setores que nunca passaram por capacitação e treinamento.”*

### **Relação entre Gestão do Conhecimento e Desempenho Organizacional na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB**

Para Choo (2006), em curto prazo, busca-se permitir aos colaboradores compartilhar o entendimento do que é a organização e o que ela faz. No longo prazo, o objetivo é garantir que a empresa se adapte e prospere em um ambiente dinâmico e mutável.

### **Influência da Gestão do Conhecimento no Desempenho Organizacional da SME/SR-PB**

O fundamental da gestão do conhecimento está na propensão das pessoas em partilhar suas experiências e para apreender o que as pessoas sabem, é necessário mostrar o contexto dos seus conhecimentos. Davenport (1999) reconhece que os aspectos intangíveis que adicionam valor aos produtos e serviços são todos baseados em conhecimento.

De acordo com o que se tratou de influencia os entrevistados responderam de acordo com a secretaria e a individualidade. Responderam:

**E1** - *“Melhorando muito o desempenho e eficiência da prestação de serviço.; incentivando o mesmo a buscar mais conhecimento para facilitar suas funções.*

**E2** - *“A GC influencia diretamente à medida que cria ferramentas para o melhor desenvolvimento do trabalho desenvolvido por esta secretaria de educação.; A GC influencia o desempenho pessoal do servidor a partir do momento em que esse servidor compreende a GC como instrumento que se empregado utilizando as técnicas corretas concernentes ao seu setor facilitará o desempenho de suas funções.”*

**E3**-*“Na minha função mantenho contato com diversos departamentos/coordenações e para que eu tenha as informações que preciso no acompanhamento pedagógico e administrativo apreendo em cada orientação, seja departamento de nutrição, seja RH e nos outros [...]; Independente da função trabalhamos com pessoas e para pessoas, desse mesmo modo, buscamos fazer GC também influenciar o servidor [...].”*

**E4** - *“Melhoria do atendimento, maior eficiência nas tomadas de decisão.; pode influenciar gerando mais autonomia e confiança na utilização das informações e maior desenvolvimento pessoal, devido ao incentivo de aprendizado contínuo.”*

**E5** - *“A GC pode promover a sinergia entre os profissionais de educação, enriquecendo a experiência na sua área, avanços nas tecnologias para se trabalhar com celeridade e qualidade. Enfim, a GC promove a cultura do aprendizado para seus colaboradores de forma contínua.; fornecendo acesso à informações relevantes, propiciar escuta ativa. Enfim, a GC pode influenciar nas tomadas de decisões e uma capacidade de resolver problemas que contribua para o crescimento e desempenho nas atividades profissionais.”*

## **Percepção dos Funcionários sobre Ações de Implementação da Gestão do Conhecimento na Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita/PB**

Segundo Terra (2001, p. 245) a:

Gestão do conhecimento é, em seu significado atual, um esforço para fazer com que o conhecimento de uma organização esteja disponível para aqueles que dele necessitem dentro dela, quando isso se faça necessário, onde isso se faça necessário e na forma como se faça necessário, com o objetivo de aumentar o desempenho humano e organizacional.

Com a teoria do capital humano coloca-se que, na sociedade da informação, já não basta mais fazer com que o sujeito produza, mas deve-se estimulá-lo a perceber a sua contribuição no processo de desenvolvimento do conhecimento por meio da busca do aprimoramento continuado.

Sendo assim, obteve-se as seguintes respostas relacionadas a percepção sobre a implementação da GC na SME.

**E1** - *“Nenhuma.”*

**E2** - *“Ao longo desses anos a SME desenvolveu várias ações que visam a inserção da GC para melhorar o desempenho. Especificamente em relação aos setores administrativos podemos mencionar a implementação de ferramentas tecnológicas com vistas a dar celeridade e eficiência aos processos administrativos, outra ação importante foi desenvolvida recentemente no campo pedagógico e refere-se a este Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes firmado com Universidade Federal da Paraíba-UFPB.”*

**E3** - *“[...] quando os servidores da SME alinham as metas e os objetivos a serem alcançados, precisamos ter um conhecimento que nos propicie a melhorar o de-*

*sempenho da secretaria e conseqüentemente das unidades escolares. Fazer GC é um processo contínuo e permanente num movimento circular entre secretaria e unidades escolares.”*

**E4** - *“Formação do corpo pedagógico, palestras e reuniões com a gestão das unidades de trabalho.”*

**E5** - *“A SME com suas limitações tem realizado formação continuada aos professores; implementação de uma plataforma (precisa se aprimorada e capacitar os profissionais ligados a mesma); tem realizados palestras e cursos, mas reconhecemos que precisa se ampliados obedecendo um cronograma de forma sistemática.”*

O conhecimento importante para o crescimento da organização está, sobretudo, onde o funcionário/colaborador está. E o funcionário/colaborador que enaltece a informação e aprimora a base de conhecimento profícuo ao trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenrolar da pesquisa, especificamente com as leituras realizadas nos textos entendendo-se o conhecimento com a devida importância manifestada pelos autores supracitados é inevitável reconhecer que, assim como todos os recursos precisam ser geridos, deve haver uma GC. Teoricamente, quando se fala em GC nas organizações, o enfoque dos estudos se alterna, nos processos administrativos, na dimensão tecnológica, pessoas e cultura organizacional, com destaque para a informação, entre componentes que permitem gerenciar o conhecimento.

Os sistemas de organização e armazenagem da informação e conhecimento devem ser flexíveis, ou seja, atender às necessidades específicas dos diferentes usuários, conectar itens relacionados e permitir que os usuários estabeleçam novos padrões e conexões (Choo, 2006).

O presente artigo demonstrou como duas ferramentas de gestão podem ser aliadas a fim de gerar ganhos aos processos das organizações: a criação de uma instância para gestão do conhecimento e o foco no avanço do desempenho organizacional. De acordo com Drucker (1993), “na sociedade pós-capitalista, o ‘fator de produção’ absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão de obra. É o conhecimento.” Então:

*Nas organizações que aprendem as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar resultados que elas realmente desejam, onde maneiras novas e expansivas de pensar são encorajadas, onde a aspiração coletiva é livre, e onde as pessoas estão constantemente aprendendo a aprender coletivamente (Senge, 1999).*

Essas citações destacam a importância do conhecimento e da aprendizagem organizacional como fatores críticos para o sucesso nas organizações contemporâneas. Elas enfatizam a necessidade de criar ambientes que promovam o aprendizado contínuo e a capacidade de adaptar-se às mudanças, elementos essenciais para o avanço do desempenho organizacional.

A Gestão do Conhecimento exige cuidados e atenção especial para com as pessoas, uma vez que são justamente as pessoas que detêm e produzem o conhecimento. O conhecimento de fato, existe na cabeça das pessoas. A capacidade para inovar, decidir e agir são prerrogativas humanas. De tal modo, devido à deficiência de um sistema de GC e

do Desempenho Organizacional na SME, propôs -se analisar a necessidade da criação de uma instância para gestão do conhecimento na secretaria municipal de educação de Santa Rita/PB com foco no avanço do desempenho organizacional, sobre um novo contexto que se introduz no mundo organizacional de forma estratégica e que se bem apresentado e inserido na cultura do trabalho, pode provocar resultados adequados para a organização.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Fábio Ferreira *et al.* **Gestão do Conhecimento na Administração Pública**. Brasília: IPEA, 2005.

BRASIL. **Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho. Secretaria de Gestão Pública, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Brasília, 2013. Disponível em [http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/manual\\_de\\_orientacao\\_para\\_a\\_gestao\\_do\\_desempenho.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/manual_de_orientacao_para_a_gestao_do_desempenho.pdf). Acesso em 07 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o Capital Humano das Organizações**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento: como as Organizações Usam a Informação para Criar Significado, Construir Conhecimento e Tomar Decisões**. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2006.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial: como as Empresas Gerenciam seu Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DRUCKER, Peter. **Sociedade Pós-Capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.

FEITOZA, Rayan Aramis de Brito. **Gestão do conhecimento na ciência da informação no Brasil : estruturas cognitiva e social no seu processo de institucionalização científica / Rayan Aramis de Brito Feitoza**. - João Pessoa, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORIN, Edgar. **O Método 3: o Conhecimento do Conhecimento**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de Conhecimento na Empresa: como as Empresas Japonesas Geram a Dinâmica da Inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

POLANYI, Michael. **The Tacit Dimension**. New York: Implizites Wissen, Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1966.

SATUR, Roberto Vilmar. **Negociadores Internacionais: Atuação Profissional com Competência**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

SENGE, Peter. **A Quinta Disciplina: Arte e Prática da Organização que aprende**. São Paulo: Best Seller, 1998.

TERRA, J. C. C. **Gestão do Conhecimento: o Grande Desafio Empresarial**. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

## ANEXO

		UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES			
<b>MESTRADO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES - JOÃO PESSOA/PB</b>					
<b>DISCIPLINA:</b>	GESTÃO DO CONHECIMENTO				
<b>PROFESSOR</b>	ROBERTO VILMAR SATUR				
<b>APRENDENTE:</b>	ZULEIDE DA COSTA LIMA				
<b>MATRÍCULA:</b>	20231001314	<b>TURMA:</b> 14 – 1º SEMESTRE	Atividade		

### TITULO DO ARTIGO

**ANÁLISE DA NECESSIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE UMA INSTÂNCIA PARA GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA/PB**

### ENTREVISTA

O presente estudo tem a orientação do Prof. Roberto Vilmar Satur. Sendo esta pesquisa uma realização da aluna Zuleide da C. Lima para elaboração de artigo requisito da disciplina Gestão do Conhecimento - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES (MPGOA). UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA-UFPB. Ressalta-se que os dados aqui coletados poderão ser divulgados, contudo, quaisquer informações que levem à identificação dos informantes-chave serão sigilosas.

### I – IDENTIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

- 1.1) Idade: \_\_\_\_\_ anos.
- 1.2) Sexo: a) Masculino b) Feminino
- 1.3) Função: \_\_\_\_\_
- 1.4) Quanto tempo na função: \_\_\_\_\_

### II – PONTOS TEMÁTICOS - ENTREVISTA

#### 2.1 Tendências da Gestão do conhecimento na Secretaria Municipal de Santa Rita/PB.

2.1.1) Gestão do Conhecimento na visão de Satur (2020) é criar condições adequadas para que o conhecimento implícito aflore na forma de novas ideias, insights, criações, invenções e inovações; que estas se tornem explícitas, sejam compartilhadas e aprendidas pela equipe envolvida e pelo coletivo organizacional. Portanto, Gestão do Conhecimento nas organizações é a criação de ambientes, momentos e encontros adequados para que isso

aconteça. **Na sua visão, o que você entende por Gestão do Conhecimento?**

2.1.2) Você já ouviu falar em Gestão do Conhecimento no âmbito da Secretaria de Educação de Santa Rita/PB ou especificamente no setor em que atua?

2.1.3) Na sua opinião qual a vantagem ou importância da Secretaria de Educação de Santa Rita/PB fazer uso da Gestão do Conhecimento como forma de melhorar o seu desempenho?

2.1.4) Você identifica por parte dos gestores escolares uma tendência em implementar a Gestão do Conhecimento no âmbito das unidades escolares, ou especificamente no setor em que atua?

**2.2 Procedimentos e atos de Capacitação e Treinamento (aprendizagem e formação) na Secretaria de Educação de Santa Rita/PB.**

2.2.1) Na visão de Drucker (1993) toda empresa precisa se tornar uma instituição que aprende. Ela também precisa se tornar uma instituição de ensino.

“Capacitação é o conjunto de iniciativas (cursos, treinamentos) que ajudam os colaboradores a desenvolverem suas habilidades profissionais e treinamento se refere às iniciativas pontuais, de curto prazo, e o desenvolvimento para práticas de longo prazo, visando auxiliar o funcionário no seu crescimento profissional.” **No seu entendimento o que é capacitação e treinamento?**

2.2.2) No seu ponto de vista quais são as ações de capacitação e treinamento que você tem participado ou percebe seus colegas participarem?

2.2.3) Na sua percepção há diferenças no direcionamento para treinamento e capacitação entre os setores?

**2.3 Relação entre Gestão do Conhecimento e Desempenho Organizacional na Secretaria de Educação de Santa Rita/PB**

2.3.1) No seu ponto de vista, como a gestão do conhecimento pode influenciar no desempenho como um todo da Secretaria de Educação de Santa Rita/PB?

2.3.2) No seu ponto de vista, como a gestão do conhecimento pode influenciar no desempenho pessoal do servidor?

2.3.3) Na sua percepção quais as ações que a Secretaria de Educação de Santa Rita/PB tem implementado com relação à Gestão do Conhecimento com vistas à melhoria do desempenho?

---

## Organizadores

### Ednan Galvão Santos

Advogado e Professor universitário. Graduado em Direito. Licenciado em Filosofia. Investigador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorando em Filosofia pela Universidade do Porto (Portugal). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional – IBDC.

### Karine Chaves Pereira Galvão

Graduada em Enfermagem/Universidade Presidente Antônio Carlos/Campus Ubá, MG (2009). Mestre em Enfermagem, Linha de Pesquisa: Saúde Coletiva/Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Formação em Tutoria Pedagógica de Educação a Distância/UFMG (2016). Enfermeira da Universidade Federal de Viçosa (UFV), preceptora e supervisora de estágio do curso de Enfermagem da UFV, entre 2010 e 2022, vínculo efetivo. Professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, vínculo temporário (atual).



# Índice Remissivo

## A

adoção 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45  
adolescência 16, 19, 35, 40, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 69  
análise 12, 14, 15, 22  
antropologia 134, 139, 146  
atual 21, 23, 25, 70, 71, 72, 74, 77

## B

banalidade 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133  
bem-estar 25, 29, 38, 39, 40, 42, 51, 52, 53, 54, 62, 64, 65, 71, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 90

## C

capacitação 38, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 172, 176, 177, 178, 183  
classe 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108  
clínica 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 28  
coletiva 86, 132, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 160  
comunidade 13, 36, 109, 125, 129, 130, 131, 136, 138, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 161  
conhecimento 12, 13, 14, 31, 39, 48, 49, 72, 75, 83, 86, 94, 96, 101, 118, 120, 126, 139, 153, 154, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183  
criatividade 86, 145, 148, 152  
cuidados 26, 39, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58  
cultural 32, 47, 50, 51, 63, 76, 84, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 151, 152, 154, 157, 158, 159, 160, 161

## D

desempenho 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 176, 179, 180, 181, 183  
desenvolvimento 13, 22, 31, 48, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69

---

direito 40, 41, 45, 51, 53, 54, 81, 90, 134, 137, 138, 142  
dirigida 12

## E

entrega 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45  
estudantes 12, 18, 26  
existencial 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 57  
extensão 13, 14, 73, 105, 157, 158

## F

fatores 19, 21, 22, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 39, 40, 42, 43, 44  
fé 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132  
filho 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45

## G

gênero 16, 26, 45, 92, 94, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107  
gestão 135, 136, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 183

## H

hospitalar 46, 47, 48, 50, 51, 54, 55, 56

## I

identidade 51, 62, 63, 64, 65, 66, 100, 112, 115, 120, 122, 128, 129, 133, 148, 150, 151, 153, 154, 155  
inovação 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156

---

## J

judicialização 134, 140, 141, 142

## M

mal 39, 68, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133

memória 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155

mental 15, 22, 25, 42, 51, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64,  
65, 66, 67, 68, 69

mulheres 15, 16, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 36,  
37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

## N

numinoso 81, 82, 83, 84, 89, 90

## O

organização 115, 131, 137, 139, 142, 159, 162, 163,  
165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176,  
177, 178, 179, 180, 181

## P

paliativos 46, 47, 48, 51, 52, 54, 55, 57, 58

política 95, 102, 108, 115, 131, 134, 135, 136, 138, 140,  
141, 142, 143, 144

projeto 44, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 136, 142, 157, 158,  
159, 160, 161

prontuários 12, 14, 15, 19, 26

psicanálise 49, 50, 55, 70, 72, 74, 77, 78

psicologia 12, 13, 14, 18, 27, 28

psicossociais 21, 29, 30, 44

psicossomática 51, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78,  
79

psicoterapia 15, 17, 18, 24, 25, 26, 27, 28, 46, 47, 55,  
80, 81, 82, 85, 87, 89, 90

---

## Q

queixas 12, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 28

## R

raça 92, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107

redes 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

religiosidade 108, 124, 131, 132

## S

saúde 13, 15, 22, 24, 25, 27, 28, 33, 39, 42, 44, 48, 53,  
55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

semiótica 110, 111, 112, 115, 116, 120, 122

sistema 6

sociais 25, 26, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 45, 48,  
49, 51, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

social 18, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36,  
37, 39, 40, 41, 42, 44, 50, 51, 52, 53, 59, 60, 61, 62,  
63, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99,  
100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

sociedade 6

## T

treinamento 162, 163, 164, 165, 168, 169, 172, 177,  
178, 183

## V

velhice 18, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102,  
103, 104, 105, 106, 107

videogames 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

voluntária 29, 30, 32, 33, 38, 41, 44, 45





**AYA EDITORA**  
**2024**

